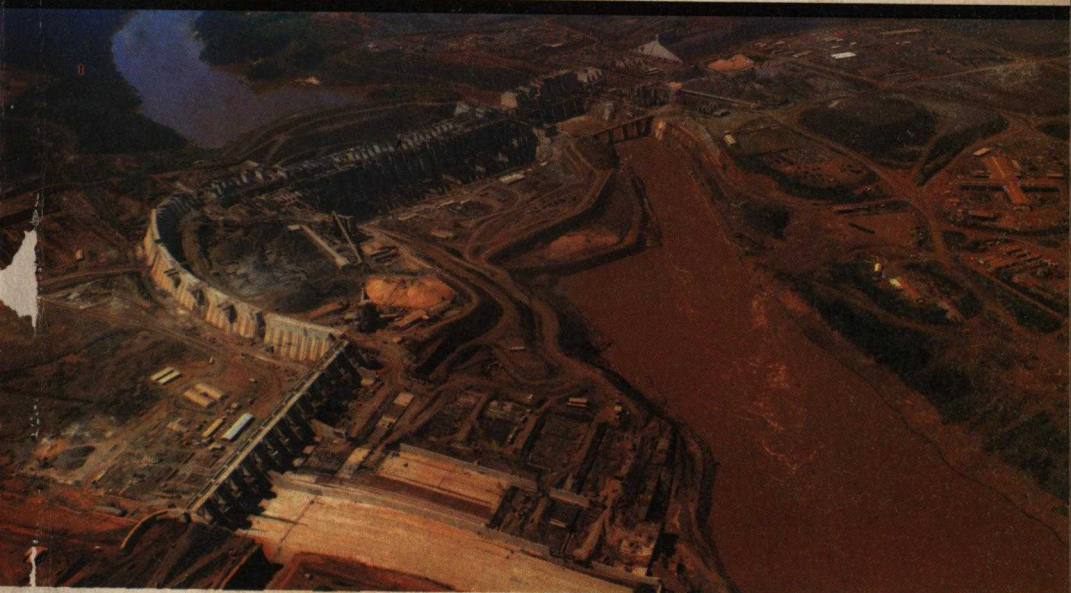




# A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



Estratégia dos  
Estados Unidos  
na América  
Robert Dudley Wiegand

Considerações  
Geopolíticas  
Wintceas Villaça Barbosa  
de Godoi

A CENTRAL HIDRELÉTRICA  
DE ITAIPU

JUL/AGO-81  
Nº 696



# A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913



## SUMÁRIO

### POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

Págs.

A ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — <i>Gen Bda Robert D. Wiegand (Exército dos EUA)</i> . . . . .	21
CONSIDERAÇÕES GEOPOLÍTICAS — <i>CF Wintceas Villeça Barbosa de Godois</i> . . . . .	43
AMÉRICA DO SUL — ASPECTOS FISIOPOLÍTICOS EM CONFRONTO — <i>Prof Therazinha de Castro</i> . . . . .	71
POLÍTICA MILITAR, QUE POLÍTICA? — <i>Cel Luigi Caligeris (Exército Italiano)</i> . . . . .	93
A MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — <i>Gen Div Peter G. Olenchuk (Exército dos EUA)</i> . . . . .	147
PERSPECTIVAS DO SOCIALISMO FRANCÊS — <i>Emb Roberto de Oliveira Campos</i> . . . . .	161
O PROLETARIADO AMEAÇA A DITADURA SOVIÉTICA — <i>Helena Canrre de d'Encausse</i> . . . . .	171

### ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, FINANÇAS

A CENTRAL HIDRELÉTRICA DE ITAIPU — <i>Pesquisa da Redação</i> . . . . .	5
DISTRIBUIÇÃO E PRODUTIVIDADE — <i>Prof Octavio Gouvêa de Bulhões</i> . . . . .	39
O PROJETO RIO — <i>Informe Especial do BNH</i> . . . . .	193

### ENSINO E EDUCAÇÃO

A ACADEMIA DE WEST POINT — <i>Ten Cel Art QEMA Oacyr Pizzotti Minervino</i> . . . . .	101
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA DOCTRINA — <i>Des Antonio de Arruda</i> . . . . .	131
CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME — 1981 . . . . .	187

### CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A PELOTIZAÇÃO A FRIO — ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL NO BRASIL — <i>Eng Jader Martins</i> . . . . .	125
---	-----

### ORGANIZAÇÃO, TÁTICAS E TÉCNICAS MILITARES

O APOIO AÉREO APROXIMADO — <i>Capitão-de-Grupo Ian Madelin — RAF (Inglaterra)</i> . . . . .	65
APLICAÇÕES MILITARES DO RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DA VOZ — <i>Cel QEM Roberto Miscov Filho</i> . . . . .	141
INFORMAÇÕES . . . . .	199
LIVROS . . . . .	201

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Publicações — Primeira Tercina: CENTRO DE MANTENÇÃO, COTIZAÇÃO DE SERVIÇOS E S. DE NOVA SEM

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Benedito Künger, Estevão Leite de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Carmichael Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeio Cavalcante, Euclides Freireira, Taboria, Amaro Viana Nova, Masiel da Costa.

(Fac-simile da portada do N. 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

## ANUNCIAM NESTE NÚMERO:

	PÁG.:		
BANCO SUL BRASILEIRO . . . . .	2ª Capa	MERCEDES BENZ . . . . .	124
DERSA . . . . .	3ª Capa	BANERJ . . . . .	140
GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS . . . . .	4ª Capa	VARIG . . . . .	146
MANNESMANN S.A. . . . .	4	FLEISCHMANN . . . . .	160
VOLKSWAGEN . . . . .	38	COCA-COLA . . . . .	169
VASP . . . . .	42	FURNAS . . . . .	170
CONSTRUTORA MENDES JUNIOR S.A. . . . .	64	ANDES . . . . .	192
NUCLEBRÁS . . . . .	91	CAEAB . . . . .	197
IMBEL . . . . .	92	CAPEMI . . . . .	198
GBOEx . . . . .	123	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL . . . . .	203
		BIBLIX . . . . .	204/205
		GENEAL . . . . .	206
		CPRM . . . . .	207
		ABECIPE . . . . .	208



**A DEFESA NACIONAL**

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

DATA

2-3-84

N.º

19

NOSSA CAPA

A Central Hidrelétrica de ITAIPU, graças à sua excepcional localização, estará em condições de suprir em energia elétrica todo o território do PARAGUAI e toda a região Sul e Sudeste do BRASIL. Em termos de potência instalada, 12,6 milhões de kW, ITAIPU ocupa o primeiro lugar no mundo, ficando em segundo lugar a Usina de Gran Coulee, nos Estados Unidos, com 9,7 milhões de kW. Na foto, o estado das obras em julho p. passado e a visão da obra acabada.





# A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros  
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo;  
DIRETOR-SECRETÁRIO: Ten Cel Art José Pordeus Maia; DIRE-  
TOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; DIRE-  
TOR-TESOUREIRO: Ten Cel Int Luiz Carlos de Moura Simonetti.

## Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; REDA-  
TORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis; Cel Cav  
Edson Alves Mey; Desembargador Antonio de Arruda; Cel Art  
Agenor Francisco Homem de Carvalho; Ten Cel Art Francisco Stuart  
Campbell Pamplona; Ten Cel Eng José Galaôr Ribeiro; Ten Cel Inf  
Roberto Silvio Duarte Oliveira; CF José Correia de Sá e Benevides;  
Ten Cel Av Antonio dos Santos Selxas; Ten Cel Art Marcello Rufino  
dos Santos; Maj Inf Hiram de Freitas Câmara; Maj Inf Marco Antonio  
Sávio Costa; Prof José Alberto de Assumpção; EDITORAÇÃO: José  
Lívio Dantas; PUBLICIDADE: Floriano Serpa.

## PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr\$ 500,00 — Exterior —  
US\$ 50,00 — Número avulso — Cr\$ 100,00. As importâncias deverão  
ser enviadas por cheque ou vale postal.

## REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 283-3030 — CEP 20.221 — Rio  
de Janeiro, RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem  
pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos  
originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

## Composição e Impressão:

Empresa Editora Carioca Ltda.

Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7896

Rio de Janeiro — RJ



# A CENTRAL HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

UMA TENTATIVA DE RESPOSTA ÀS QUESTÕES QUE  
TÊM SIDO FORMULADAS COM MAIOR INCIDÊNCIA  
NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS.

*Pesquisa da Redação da Revista  
"A Defesa Nacional"*

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O assunto *ITAIPU* continua em foco nos meios de comunicação social do Brasil, do Paraguai e porque não dizer, do mundo.

Não é difícil vislumbrar as razões do interesse e de curiosidade que a Central Hidrelétrica de Itaipu desperta com intensidade crescente à medida que se aproxima o momento de sua próxima entrada em funcionamento.

Publicações especializadas ou não procuram cobrir o assunto com frequência, atendendo assim às exigências do grande público e de setores profissionais os mais diversos.

"A Defesa Nacional", empenhada em proporcionar ao círculo de seus leitores subsídios atualizados capazes de enriquecer as informações que naturalmente já dispõem sobre o assunto, vem, periodicamente, inserindo em suas páginas ma-

téria referente ao empreendimento energético binacional brasileiro-paraguaio.

Assim, na edição de Maio/Junho de 1979 publicou artigo intitulado "AS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS DE ITAIPU", no qual foram abordados os seguintes aspectos:

- informações sobre o projeto;
- os responsáveis pela execução de Itaipu;
- as implicações geopolíticas do empreendimento.

Passados dois anos e às vésperas da realização de novos eventos fundamentais que, num horizonte de menos de três anos, concretizarão, praticamente, a implantação do projeto de Itaipu, "A Defesa Nacional" houve por bem fazer uma pesquisa quanto às questões que têm sido formuladas, com maior incidência, nos últimos dois anos, nos meios de comunicação social, nacionais e interna-

cionais, do Brasil e do Paraguai, envolvendo a construção e a exploração da Central Hidrelétrica de Itaipu.

Em seguida, com base em dados e informações proporcionados, entre outras fontes, pela própria Entidade Binacional, desenvolveu uma tentativa de resposta às mesmas.

O resultado de tal trabalho de pesquisa está substanciado no presente artigo.

E mais ainda.

É de se consignar que a matéria contida nas respostas elaboradas, no fundo e a rigor atualiza e completa o artigo publicado em "A Defesa Nacional" de Maio/Junho de 1979, no que concerne:

- ao entendimento e ao objetivo do projeto energético binacional.
- à situação atual de sua implantação.
- aos seus efeitos no âmbito nacional e regional.
- aos reflexos nos campos político, econômico, social, energético e mesmo estratégico.

## O PANO DE FUNDO PARA SITUAR E BEM COMPREENDER AS QUESTÕES FORMULADAS E SEU DESENVOLVIMENTO

O diagrama a seguir inserido proporciona uma visão abrangente dos eventos fundamentais que balizam, no tempo, a realização do empreendimento energético binacional, desde sua concepção político-diplomática, em 1966, até a operação integral da Central Hidrelétrica, em 1988, ou seja, um período de cerca de 22 anos, o que envolve, praticamente, o trabalho de uma geração.

O exame do citado diagrama revela, entre outros aspectos, que:

— dos eventos fundamentais de âmbito dos dois governos associados, falta apenas concretizar um, previsto para 1982: a celebração do primeiro contrato de compra e venda da energia produzida pela Itaipu.

— dos eventos capitais, de âmbito da alta administração da Entidade BINACIONAL, todos já foram empreendidos — definições técnicas, contratos para a construção da Central e para a fabricação e montagem dos equipamentos elétricos e mecânicos permanentes, e finalmente, medidas destinadas a recrutar, mobilizar e adestrar o pessoal destinado à operação e manter a Central Hidrelétrica.

O cronograma da obra está em dia, permitindo que se afirme, que estão criadas as condições básicas e essenciais para garantir a entrada em operação das três primeiras unidades geradoras no decorrer de 1983.

## O ENUNCIADO DAS QUESTÕES E UMA TENTATIVA DE DESENVOLVIMENTO

### PRIMEIRA QUESTÃO:

*ENTRE AS HIDRELÉTRICAS MUNDIAIS, QUAL A IMPORTÂNCIA DE ITAIPU?*

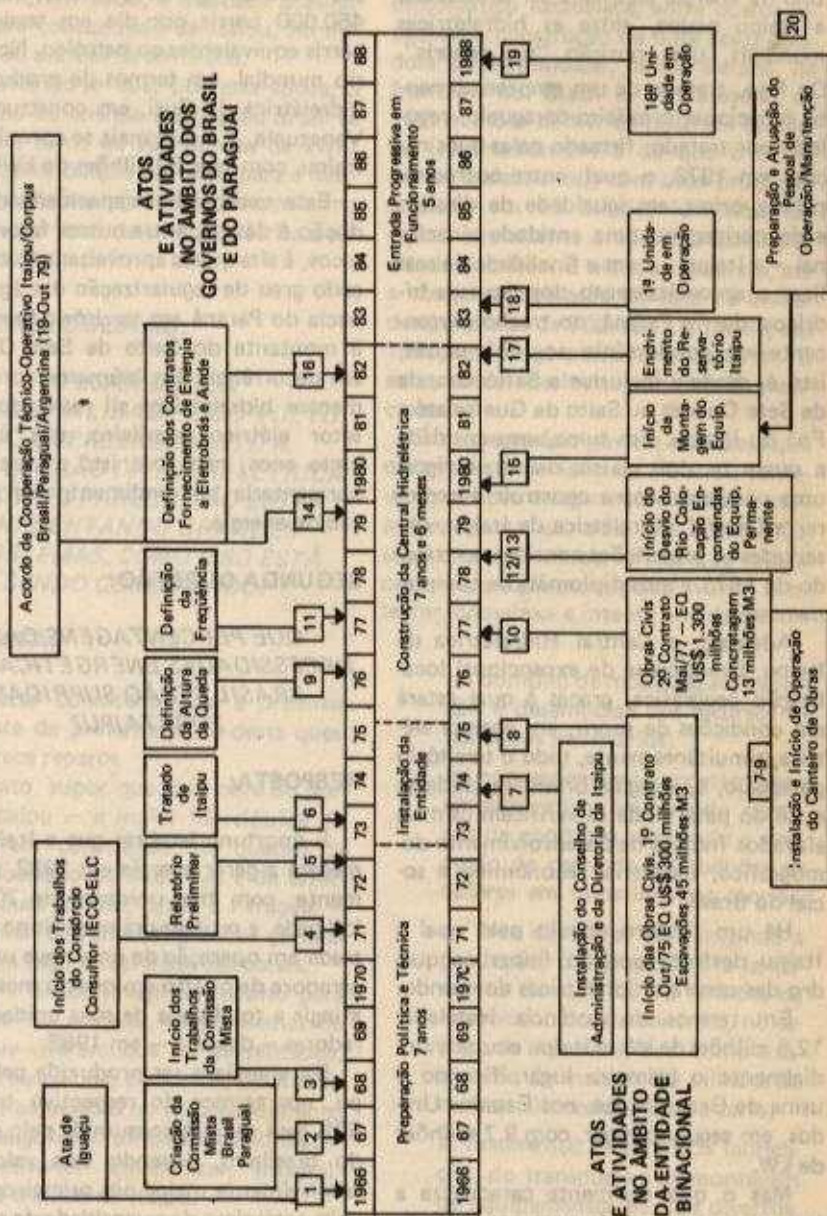
### RESPOSTA:

A Central Hidrelétrica de Itaipu se projeta entre os empreendimentos energéticos mundiais congêneres, em operação ou em construção, sob diversos ângulos.

No concernente à sua origem, sua implantação e exploração, incluindo o des-

# ITAIPU BINACIONAL CRONOLOGIA DE EVENTOS FUNDAMENTAIS

A Central Hidrelétrica de Itaipu



tino da energia elétrica a ser produzida, a Itaipu ocupa, entre as hidrelétricas mundiais, uma posição "sui generis". De fato, trata-se de um empreendimento binacional brasileiro-paraguaio, regulado por tratado, firmado pelas duas nações em 1973, o qual, entre outros aspectos, criou, em igualdade de direitos e de obrigações, uma entidade binacional — a Itaipu — com a finalidade de realizar o aproveitamento dos recursos hídricos, do rio Paraná, no trecho pertencente em condomínio aos dois países, isto é, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Iguaçu. Em suma, uma entidade a quem os dois países deram, a rigor, uma concessão, para construir e explorar a Central Hidrelétrica de Itaipu, observadas as prescrições contidas no tratado de 1973 e atos diplomáticos complementares.

Ademais, a Central Hidrelétrica de Itaipu, beneficia-se de excepcional localização geográfica, graças à qual estará em condições de suprir, em energia elétrica, simultaneamente, todo o território paraguaio, e, a região brasileira (sudeste e sul do país) onde se verificam os mais elevados índices de desenvolvimento demográfico, industrial, econômico e social do Brasil.

Há um terceiro ângulo pelo qual a Itaipu desfruta posição ímpar no quadro das centrais hidrelétricas do mundo.

Em termos de potência instalada, 12,6 milhões de kW, a Itaipu ocupa mundialmente o primeiro lugar, ficando a usina de Gran Coulee, nos Estados Unidos, em segundo lugar, com 9,7 milhões de kW.

Mas o que realmente caracteriza a Itaipu como a mais importante usina de geração de energia elétrica, de origem hidráulica, é a sua capacidade de produ-

ção — 75 bilhões de kWh/ano, ou sejam 450.000 barris por dia em termos de barris equivalentes ao petróleo. No cenário mundial, em termos de produção, a hidrelétrica de Gurí, em construção na Venezuela, é a que mais se aproxima de Itaipu, com seus 50 bilhões de kWh/ano.

Esta excepcional capacidade de produção é devida, entre outros fatores técnicos, à alta queda aproveitada e ao avançado grau de regularização das águas da bacia do Paraná em território brasileiro, à montante do Salto de Sete Quedas, em decorrência dos inúmeros aproveitamentos hidrelétricos ali realizados pelo setor elétrico brasileiro, nos últimos vinte anos; não fora isto a Itaipu não apresentaria tal rendimento em produção de energia.

## SEGUNDA QUESTÃO:

*QUE PERCENTAGENS DAS  
NECESSIDADES ENERGÉTICAS DO  
BRASIL SERÃO SUPRIDAS  
POR ITAIPU?*

## RESPOSTA:

É oportuno lembrar que a Itaipu começará a gerar energia em 1983, inicialmente, com três unidades de 700.000 kW cada, e prosseguirá num ritmo de entrada em operação de uma nova unidade geradora de quatro em quatro meses, até atingir a totalidade de suas unidades geradoras — dezoito — em 1988.

Da energia a ser produzida pela Itaipu, nos termos do respectivo tratado, 50% será sempre consumida pelo mercado brasileiro, devendo este valor, ser sensivelmente maior nos primeiros anos, pelo acréscimo da quantidade de energia que o Paraguai não venha a consumir dos 50% que lhe cabem.

Assim, em 1988, o mercado brasileiro estará consumindo de Itaipu, no mínimo, 38 bilhões de kWh/ano.

Estimando-se que, por essa época, o consumo de energia elétrica do Brasil se situe em torno de 266 bilhões de kWh/ano, a contribuição de Itaipu para o mercado brasileiro, representará no mínimo de 14% do total de energia elétrica a ser consumida no país.

### TERCEIRA QUESTÃO:

*APESAR DE SUA  
BINACIONALIDADE E DO VULTO  
DO EMPREENDIMENTO A  
CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA  
DE ITAIPU PARECE NÃO ESTAR  
ENFRENTANDO GRANDES  
PROBLEMAS. COMO ISSO ESTÁ  
SENDO CONSEGUIDO?*

### RESPOSTA:

É lícito considerar que a premissa constante da primeira parte desta questão merece reparos.

De fato, supor que uma obra do porte de Itaipu — a maior hidrelétrica do mundo em construção, no quadro de uma associação de interesses e de esforços de duas nações, Brasil e Paraguai — não tenha enfrentado grandes problemas, seria fugir à realidade das coisas.

Não é difícil imaginar, mesmo para um leigo no assunto, os problemas de vulto que tiveram que ser enfrentados, e outros ainda que, por certo, desafiarão as partes associadas no empreendimento até a inauguração da Central Hidrelétrica, objetivando concretizar, integralmente, o tratado de Itaipu.

Para avaliar-se a natureza e o vulto dos problemas envolvidos, cumpre ter bem presente que aquele instrumento

diplomático estabelece, entre outros aspectos, a construção de uma usina geradora de eletricidade, no rio Paraná, na fronteira do Brasil e do Paraguai, de 12,6 milhões de kW de potência instalada (praticamente 1/3 do que o Brasil possui atualmente), com uma produção avaliada em 75 bilhões kWh/ano, ou seja o equivalente a 450.000 barris por dia de petróleo. E mais, envolvendo, até a completa operação de suas 18 unidades geradoras de 700.000 kWh/cada, em 1988, um longo período de cerca de 15 anos, desde a assinatura do tratado mencionado.

É desnecessário pôr em evidência que durante este período de 15 anos, torna-se imperioso assegurar, de maneira permanente, no dia-a-dia da construção, uma convergência de esforços de toda a ordem, para promover, desenvolver e integrar, complexa e intensa atividade:

no domínio da mobilização, captação e desembolso dos recursos financeiros necessários;

no concernente ao processamento administrativo envolvendo centenas de contratos regulando a aplicação de cerca de oito bilhões de dólares em investimentos diretos;

na área das obras civis exigindo a produção, o transporte e o lançamento de mais de 12 milhões de metros cúbicos de concreto, no espaço de seis anos, bem como a escavação de mais de 50 milhões de metros cúbicos de rocha e terra;

e, finalmente, na esfera da fabricação, do transporte e da montagem de equipamentos os mais diversos, desde os necessários para equipar um canteiro de obras com a capacidade de produzir, transportar e

lançar cerca de 300.000 metros cúbicos de concreto por mês, até os sofisticados equipamentos elétricos e mecânicos permanentes que integrarão a própria central hidrelétrica, envolvendo centenas de itens, muitos deles pesando mais de 300 toneladas, desde a sua saída das fábricas, sendo de se notar que cada unidade geradora (turbina e gerador) quando completamente montada na Casa de Força incluirá componentes que totalizarão cerca de 5.000 toneladas.

Vencidos oito anos de trabalho, dos quinze acima mencionados, pode-se registrar que os governos do Brasil e do Paraguai e a Entidade Binacional que tem a seu cargo a construção de Itaipu, lograram, até hoje, enfrentar, com sucesso, os grandes problemas que surgiram, nas mais diversas áreas.

Aí está o empreendimento marchando rigorosamente dentro do cronograma estabelecido, assegurando as condições necessárias para a consecução das duas próximas metas, num horizonte de menos de três anos:

- empreender o fechamento do rio Paraná na região de Itaipu, em setembro, outubro ou novembro de 1982, e conseqüentemente proporcionar a formação do reservatório de Itaipu;
- colocar em operação as três primeiras unidades geradoras, no decorrer do ano de 1983.

Colocada a questão nos seus devidos termos, é lícito, agora, explicitar a indagação que desperta, com muita justeza, a curiosidade internacional de entidades técnicas, financeiras e políticas:

### **"COMO CONSEGUIU A ITAIPU ENFRENTAR COM ÊXITO OS GRANDES PROBLEMAS INERENTES À CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRAL HIDRELÉTRICA DA COMPLEXIDADE DO EMPREENDIMENTO ENERGÉTICO BRASILEIRO-PARAGUAIO?"**

A seguir, são arrolados os fatores fundamentais que, no entender da Entidade Binacional vem contribuindo para que sejam enfrentados com sucesso os grandes problemas inerentes à construção de Itaipu.

É admitido que o fator fundamental do êxito reside na conjugação de três aspectos que se interrelacionam:

a) a propriedade com que foram formulados os instrumentos diplomáticos básicos, notadamente o Tratado de Itaipu e seus anexos. Sob este ângulo vale registrar a inclusão da definição técnica do próprio empreendimento em suas linhas mais características; a criação e institucionalização de uma Entidade Binacional, a quem os governos deram, a rigor, a concessão para construir e explorar o empreendimento; a definição do mecanismo capaz de garantir o aporte de recursos financeiros na fase de construção, e finalmente, a sistemática da estruturação do custo do serviço de eletricidade a ser proporcionado pela Itaipu;

b) o excelente padrão de relacionamento existente entre os governos do Brasil e do Paraguai, bem como no âmbito da Entidade Binacional, em todos os seus níveis, desde os mais elevados órgãos administrativos que estruturam a Entidade até os homens, de ambas as nacionalidades, encarregados de executar as inúmeras tarefas relacionadas com a implantação do projeto de Itaipu;

c) e, finalmente, o último aspecto, porém de não menor importância que os dois primeiros citados:

uma vontade inquebrantável, em todos os níveis, de cumprir e fazer cumprir os termos do tratado de Itaipu, e atos diplomáticos complementares.

Bem entendido este fator fundamental, no seu tríplice aspecto, que responde pela capacidade de enfrentar, com sucesso, os grandes problemas inerentes à construção da Central Hidrelétrica de Itaipu, parece conveniente registrar outros fatores, os quais associados ao mencionado tido como fundamental, contribuíram e estão contribuindo naquele sentido:

— a deliberação, em face da binacionalidade do empreendimento, de atribuir ao consórcio internacional IECO (International Engineering Co Inc — EEUUA)/ELC (Electroconsult S.p.A-Itália) — o mesmo que por proposta da Comissão Técnica Brasil e Paraguai (ELETROBRÁS e ANDE), elaborou os estudos de viabilidade do aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná no trecho pertencente em condomínio ao Brasil e ao Paraguai, e também formulou o projeto básico incluído no Tratado — a tarefa, complementar, de empreender a coordenação dos projetos executivos de engenharia (detalhadamente) a cargo de firmas brasileiras e paraguaias, este procedimento vem assegurando uma unidade excelente entre o que foi inicialmente concebido e o que vem sendo progressivamente executado, até a implantação integral do projeto.

— o alto nível tecnológico no domínio da construção de usinas hidrelétricas já alcançado não só pelas entidades do setor elétrico brasileiro, como também pelas firmas de engenharia e de constru-

ção civil que operam no Brasil, tudo em decorrência da intensa experiência vivida por aquelas áreas brasileiras, nas décadas de 50 e 60, com a implantação do extenso programa de construção de usinas hidrelétricas em território brasileiro; neste aspecto, a construção de Itaipu representa um coroamento, uma verdadeira síntese, de todos aqueles anos de trabalho no setor.

— a existência, no Brasil, de um parque industrial considerável, capaz de não só produzir parte dos itens dos equipamentos necessários ao canteiro de obras e ao funcionamento da central, como também pela peculiaridade de já dispor de razoável tecnologia, transferida para o país, nestas últimas duas décadas, no que concerne à fabricação de equipamentos mais sofisticados no setor de geração elétrica; esta circunstância, de todo favorável, vem permitindo, no quadro das exigências técnicas de construção de Itaipu, uma ampliação da tecnologia nacional no setor, com base na associação com grandes fabricantes especializados de países europeus, notadamente a França, a Alemanha e a Suíça.

— a existência, de forma institucionalizada, desde há vinte anos, no setor de energia elétrica brasileira, de um mecanismo para captação de recursos financeiros no âmbito do próprio setor, destinados a financiar a construção de novos empreendimentos energéticos; trata-se da Eletrobrás S/A, entidade brasileira que se apresenta, para a Itaipu Binacional, como sua principal agência financiadora, com um aporte que certamente elevar-se-á a mais de 50% dos recursos financeiros totais, quando a obra estiver terminada.

— o indiscutível potencial e a comprovada capacidade da atual elite dirigente administrativa, empresarial e téc-

nica do Paraguai, em criar e desenvolver, com rapidez e oportunidade, aptidões que respondem pela notória participação daquele país em todos os setores do empreendimento — nas obras civis, na elaboração dos projetos de engenharia e na fabricação de equipamentos — tudo isso atendendo ao espírito do tratado de Itaipu, no concernente à participação equitativa.

— a continuidade administrativa existente no âmbito da entidade binacional, desde a instalação da mesma em 1974, pois os dois governos resolveram, em 1979, reconduzir por mais 5 anos, os componentes da Diretoria Executiva nomeados para o primeiro mandato.

— finalmente, como um último fator, que assume relevância no quadro das conhecidas dificuldades econômico-financeiras, é de se mencionar a firmeza das autoridades governamentais brasileiras em garantir, nos termos do Tratado de Itaipu e atos complementares, a captação de recursos financeiros necessários à construção, seja através de entidades governamentais, seja dando cobertura à realização de empréstimos no exterior.

#### QUARTA QUESTÃO:

**EM QUE CONSISTE O TRATADO COM O PARAGUAI PARA A VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA PRODUZIDA? CONSIDERANDO QUE A QUASE TOTALIDADE DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ITAIPU SÃO CONTRATADOS DIRETAMENTE PELA ENTIDADE COM O AVAL DO GOVERNO BRASILEIRO, COMO E QUANDO O PARAGUAI INDENIZARÁ SUA PARTE?**

#### RESPOSTA:

Como já foi assinalado, o Tratado de Itaipu, criou a Entidade Binacional com o fim precípuo, enunciado em seus termos mais simples, de construir a Central Hidrelétrica, operá-la e administrar a energia ali gerada, cabendo a cada país associado no empreendimento — Brasil e Paraguai — a metade da potência instalada, e, sendo reconhecido a cada um deles, o direito de adquirir de Itaipu o excesso de energia elétrica que o outro país não conseguir consumir.

Assim, cada país, através da entidade especialmente designada — Eletrobrás, Centrais Elétricas Brasileiras S/A, no Brasil, e Ande, Administración Nacional de Electricidad, no Paraguai — no exercício do seu direito à utilização da potência instalada, contratará com a Itaipu Binacional, por períodos de vinte anos — cada um dos quais poderá ser dividido em dois subperíodos de dez anos — frações da potência instalada na Central Hidrelétrica, em função de um cronograma de utilização que abrangerá o período considerado e indicará para cada ano, a potência a ser utilizada.

A Ande (Paraguai), ou as empresas ou entidades por ela indicadas, no primeiro contrato que venha a celebrar com a Itaipu, terá o direito a uma tolerância de 20% a mais ou a menos da potência contratada a ser estabelecida no cronograma de utilização. Esta tolerância será reduzida a 10% a mais ou a menos no segundo contrato de vinte anos. Não obstante, se a faixa de tolerância resultante da aplicação de percentagens acima chegar a ser inferior a 100.000 quilowatts, as ditas percentagens serão aumentadas até que a tolerância alcance um valor de 100.000 quilowatts.

O Anexo "C", ao Tratado de Itaipu, estabelece a sistemática da determina-

ção do preço da energia a ser fornecida à Eletrobrás (Brasil) e à Ande (Paraguai), pela central de Itaipu, no barramento da Usina, que é, vale registrar, equivalente ao custo, pois está excluída a preocupação de lucro, cobrindo-se apenas as despesas necessárias para a Entidade Binacional, *anualmente*, saldar os compromissos assumidos durante a construção, às relativas à operação, à manutenção da Central e finalmente pagamento dos royalties ao Brasil e ao Paraguai, devidos ao uso da água do rio Paraná e à remuneração relativa à energia cedida por um ao outro dos dois países associados, se for o caso.

Assim, não faz sentido a indagação corrente como o Paraguai indenizará sua parte dos dispêndios realizados durante a construção do empreendimento.

Cumpra ter presente que é com os recursos oriundos do *consumidor paraguaio e do consumidor brasileiro*, derivados do uso da energia produzida em Itaipu e adquirida pela Eletrobrás e pela ANDE, ou através de empresas subsidiárias, tudo de acordo com os termos de contrato já mencionado — que Itaipu arrecadará recursos financeiros e saldará os compromissos assumidos durante a construção e logrará cobrir as despesas decorrentes do pagamento de royalties e da operação e manutenção da Central, e outras obrigações constantes do Tratado.

#### QUINTA QUESTÃO:

**QUAL A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE ENGENHARIA NA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU?**

**QUE EMPRESAS PARTICIPAM DAS DIFERENTES FASES DE CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA?**

#### RESPOSTA:

A elaboração do projeto executivo de engenharia (detalhamento) da Central Hidrelétrica de Itaipu está a cargo, praticamente, de firmas brasileiras e paraguaias de engenharia.

As firmas paraguaias integram o chamado Grupo Consultor Alto-Paraná e a Electropar.

Os trabalhos de coordenação dos projetos estão a cargo do consórcio internacional formado pela International Engineering Company (IECO) e pela Electroconsult SPA (ELC), consórcio esse que, como já foi assinalado, teve a seu cargo a elaboração do projeto básico e a realização dos estudos de viabilidade, nas etapas iniciais da formulação do projeto Itaipu.

No concernente às *atividades de construção* da Hidrelétrica de Itaipu cumpre distinguir três aspectos:

- as atividades de obras civis,
- as atividades de fabricação dos equipamentos elétricos e mecânicos permanentes, e,
- as atividades de montagem de tais equipamentos, na central.

No tocante às *obras civis* foram as mesmas atribuídas a diversas firmas brasileiras e paraguaias.

As firmas brasileiras se constituíram em consórcio, denominado *União de Construtores Ltda.* (UNICON).

As firmas paraguaias contratadas, também se reuniram em consórcio específico denominado consórcio de empresas *Constructoras Paraguayas, Srl* — Conempa, o qual, associado à UNICON, constituiu o *consórcio brasileiro-paraguaio* encarregado das obras civis da central de Itaipu.

Para a *fabricação de equipamentos elétricos e mecânicos permanentes*, na

parte relativa aos equipamentos de geração foi constituído o *Consórcio Itaipu Eletromecânico* — CIEM — integrado de empresas sediadas no Brasil, com a participação do Consórcio de Ingeniería Electromecánica — CIE, Paraguai e de empresas européias, para a fabricação de determinados itens do equipamento, as quais mantêm responsabilidade técnica solidária com as empresas brasileiras e paraguaias.

Para fins de *execução dos serviços de montagem* dos equipamentos elétricos e mecânicos permanentes na Central de Itaipu, foram contratadas firmas brasileiras e paraguaias que se constituíram em consórcio denominado Itaipu Montadora — ITAMON.

O mencionado consórcio terá encargos de montagem no decurso dos próximos sete anos.

## SEXTA QUESTÃO:

**QUAL É A PROJEÇÃO DE  
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
DE ITAIPU, APÓS A CONSTRUÇÃO  
DA CENTRAL?**

## RESPOSTA:

De início cumpre caracterizar que a região de Itaipu, abrangendo faixa fronteiriça do Brasil e do Paraguai, em franco desenvolvimento, vem apresentando desde a inauguração da Ponte da Amizade, sobre o rio Paraná, na década de 50, um acentuado dinamismo sócio-econômico, não só peculiar à fronteira de cada uma das nações, mas sobretudo, devido ao trânsito cada vez mais intenso de riquezas, nos dois sentidos, como também em decorrência do incremento das atividades turísticas, explorando os excepcionais atrativos naturais ali existentes.

As atividades de construção da Hidrelétrica de Itaipu, iniciadas em 1974, vieram trazer, evidentemente, um novo impulso à região, principalmente devido à filosofia adotada pela Entidade Binacional, tendo em mira integrar o contingente humano, vinculado às obras de Itaipu, nas comunidades locais existentes na região; isto, sob todos os pontos de vista.

Assim, a fim de permitir o crescimento integrado, ordenado e harmônico dos núcleos populacionais já citados, com as atividades inerentes à construção de Itaipu, foram elaborados e desenvolvidos programas abrangendo os diversos aspectos da vida comunitária — vilas residenciais, saneamento básico, suprimento de energia elétrica, urbanização, apoio educacional e de saúde. Tais programas foram financiados através de recursos especialmente alocados pelo governo brasileiro, para a região de Foz do Iguaçu, e, pelo governo do Paraguai, para a área da cidade Presidente Stroessner.

Os dados estatísticos a seguir transcritos, proporcionam uma visão das repercussões da implantação do projeto de Itaipu, no desenvolvimento das comunidades locais.

Assim, estão lançadas as bases estruturais para que a região onde se situa a Hidrelétrica de Itaipu venha a beneficiar-se de um suprimento adequado de energia elétrica, através de sistemas interligados de transmissão, do lado brasileiro, e através da distribuição a cargo da ANDE, do lado Paraguaio — uma vez concluídas as obras hoje em curso.

Neste quadro, é de se citar os estudos que estão sendo promovidos pelas entidades competentes, no sentido de estimular a implantação de indústrias nas micro-regiões econômicas de Foz do Iguaçu (Brasil) e da cidade Presidente Stroessner (Paraguai).

**REPERCUSSÕES DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ITAIPU NO  
DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS FOZ DO IGUAÇU E  
CIDADE PRESIDENTE STROESSNER  
(ALGUNS INDICADORES)**

		1974	1976	1979	1980
População	Foz	39.106	—	140.000	142.000
	Stroessner	5.280	8.940	23.270	25.000
Estabelecimentos Comerciais	Foz	258	468	1.203	1.454
	Stroessner	57	329	1.419	1.590
Estabelecimentos Industriais	Foz (*)	39	156	1.041	1.100
	Stroessner	10	13	116	180
Número de Alunos	Foz	10.010	15.174	26.067	35.000
	Stroessner	1.070	2.575	7.982	11.340
Área Urbana (Pavimentada) (m <sup>2</sup> )	Foz	1.060	117.723	482.402	1.165.000 <sup>***</sup>
	Stroessner	28.500	80.663	268.778	430.000
Arrecadação Municipal	Foz	8.746	55.434	190.574	295.797 Cr\$10
	Stroessner	—	—	—	210.000 G10 <sup>3</sup>

(\*) Inclui empresas de prestação de serviços.

(\*\*) Inclui as obras de urbanização executadas na margem esquerda da área do projeto  
(607.480 m<sup>2</sup>)

**SÉTIMA QUESTÃO:**

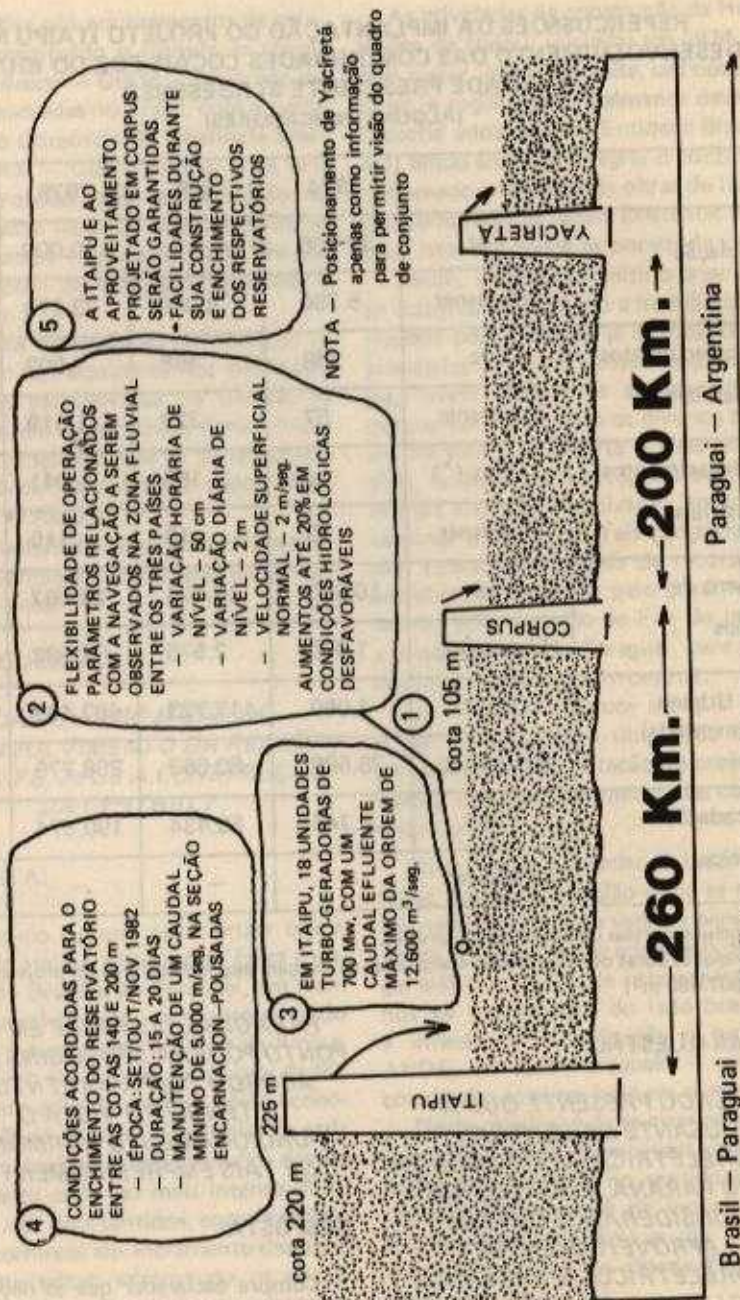
*TENDO PRESENTE QUE À  
JUSANTE DA CENTRAL  
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU, NO  
RIO PARANÁ, ESTÃO SENDO  
CONSIDERADOS OUTROS  
APROVEITAMENTOS  
HIDRELÉTRICOS BINACIONAIS  
ENVOLVENDO A ARGENTINA E O*

*PARAGUAI, COM BASE EM QUE  
PONTO PODERÁ SER ASSINADO UM  
ACORDO COM A ARGENTINA,  
TENDO EM VISTA O  
FUNCIONAMENTO HARMÔNICO  
DE TAIS EMPREENDIMENTOS?*

**RESPOSTA:**

Cumpra esclarecer que as nações envolvidas — Brasil, Paraguai e Argentina

# SÍNTESE DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-OPERATIVA ITAIPU-CORPUS (19-10-79)



A EVENTUAL ALTERAÇÃO DE QUALQUER DAS CONDIÇÕES CITADAS EM (1) (2) E (3), SERÁ PRECEDIDA DE NEGOCIAÇÕES ENTRE AS TRÊS PARTES

— através de instrumento diplomático pertinente, já chegaram a um acordo quanto aos aspectos que eram dos respectivos interesses, no que tange à presença da Central Hidrelétrica de Itaipu no rio Paraná.

De fato, em 1979, os três países firmaram o chamado *Acordo de Cooperação Técnico-Operativa, entre Itaipu e Corpus*, envolvendo definições de cotas, condições a serem observadas no enchimento do reservatório, regularização do caudal efluente do rio Paraná, condições de navegabilidade e outros aspectos de interesses das três nações.

O diagrama da página anterior, ilustra os pontos fundamentais do mencionado Acordo.

#### OITAVA QUESTÃO:

**QUAL O MONTANTE QUE A OBRA CONSUMIU ATÉ HOJE E QUAL A PREVISÃO DE GASTOS ATÉ O FINAL DA CONSTRUÇÃO?**

#### RESPOSTA:

Até Maio de 1981 a Entidade realizou, em investimentos diretos, o equivalente a US\$ 3.897 milhões.

Considerando-se que, segundo a estimativa de custo do projeto, a preços de Janeiro de 1981, os investimentos diretos totais, situam-se no montante equivalente a US\$ 8.010 milhões, verifica-se que até o final da construção da Central Hidrelétrica (1988), deverão ser dispendidos ainda US\$ 4.113 milhões. Nestes valores não estão computados os encargos financeiros durante a construção.

É de se notar que o exercício de 1981 apresenta o maior orçamento anual de Itaipu, nesta fase de construção, envolvendo em investimentos diretos cerca de US\$ 1.462 milhões.

A partir de 1982, os orçamentos anuais, com aquela finalidade, irão decrescendo, progressivamente.

#### NONA QUESTÃO:

**DE QUE MANEIRA ESTE MAGNÍFICO EMPREENDIMENTO (A ITAIPU) CONSIDERADO O MAIOR DO MUNDO, INFLUENCIARÁ NA ECONOMIA DO BRASIL E DO PARAGUAI, NA PRÓXIMA DÉCADA?**

#### RESPOSTA:

É preciso registrar que o projeto de Itaipu está gerando efeitos, na própria fase de construção da Central Hidrelétrica, na economia do Brasil e do Paraguai.

Para ilustrar a afirmação basta dizer:

— que os dispêndios em equipamentos elétricos e mecânicos permanentes destinados à Central, estimados no equivalente a 1.700 milhões de dólares, mais de 1.300 milhões de dólares estão sendo aplicados no parque industrial brasileiro e na organização industrial recentemente implantada no Paraguai para atender à participação desse país na produção de equipamentos destinados à Itaipu.

— que dos dispêndios necessários para produzir cerca de 12 milhões de metros cúbicos de concreto, a sua totalidade está sendo aplicada em firmas brasileiras e paraguaias, dando um considerável impulso às indústrias de produção dos materiais básicos necessários, notadamente cimento e aço estrutural.

A participação ativa e direta do Paraguai nas várias atividades inerentes à construção de Itaipu, estimulou aquela nação amiga a desenvolver, de forma segura, uma expressiva infra-estrutura em-

presarial, gerencial, técnica e industrial, a par da incorporação de uma tecnologia avançada nos setores de engenharia, de obras civis, fabricação e montagem de equipamentos os mais diversos.

Este conjunto de circunstâncias favoráveis, embasado a partir de 1983 na disponibilidade de energia elétrica abundante e a preços competitivos, e acionados pela capacidade e vontade determinada de uma elite de escol que estruturou a sociedade paraguaia, contribuirão, certamente, para o desenvolvimento sócio-econômico da nação guaraní nesta e na próxima década.

No tocante ao Brasil, cumpre registrar entre outros aspectos, que a entrada progressiva em operação da Itaipu, a partir de 1983, culminando seu funcionamento integral em 1988, ocorrerá num momento em que os programas

energéticos do país visualizam uma redução no crescimento da demanda do consumo de derivados de petróleo, por motivos assaz conhecidos, e a utilização crescente de fontes alternativas de energia em substituição ao petróleo, entre as quais situa-se a energia elétrica.

O quadro a seguir estampado proporciona dados capazes de dar uma idéia do escopo da mencionada política, e nela compreender o papel da contribuição de Itaipu, com seus 38.500 MWH/ano de produção, considerando apenas os 50% a que tem direito o Brasil, no mínimo, da geração elétrica da Central Binacional. Este mínimo, nos primeiros anos de funcionamento, certamente, será acrescido do montante não consumido pelo Paraguai da parcela a que tem direito — tudo de acordo com o prescrito no Tratado de Itaipu.

#### UMA VISÃO DA PARTICIPAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA NO QUADRO GLOBAL DA PRODUÇÃO DE ENERGIA DO BRASIL

	Indicativos Relativos Ao Ano de 1979		Metas Visualizadas Para 1985		Relação Percentual 1985/1979
	Em GWh	Em Equiv. a a Barris Pe- tróleo/Dia	Em GWh	Em Equiv. a a Barris Pe- tróleo/Dia	
Energia Elétrica	124.673 Hidrelétrica (92%) Termelétrica (8%)	748.038 (31% do total)	243.435 Hidrelétrica (93%) Termelétrica (5%)	1.480.610 (41% do total)	Energia Elétrica: + 32%
Outras Fontes: Petróleo, gás natural, álcool, carvão, lenha, etc.	—	1.624.504 (69% do total)	—	2.109.390 (59% do total)	Outras Fontes: — 17%
Brasil (Total)	—	2.372.542 (100%)	—	3.750.000 (100%)	—

(\*) Balanço Energético Nacional MME—1980.

## CONCLUSÃO

A Central Hidrelétrica de Itaipu é uma realidade irreversível.

O Paraguai prepara-se, hoje, para utilizar a energia a ser produzida, ali, não só em atendimento a sua corrente demanda interna, a qual vem crescendo nos últimos anos a índices substantivos, como também, para empregar, no mais curto prazo, toda a parte que lhe cabe nos termos do Tratado de Itaipu. E mais, lança, hoje, as bases industriais e econômicas para assegurar elevada qualidade de vida a seus habitantes, pelo aproveitamento integral dos recursos de toda a ordem de que dispõe.

Na parte que toca ao Brasil, a produção de energia de Itaipu já está praticamente comprometida face ao admitido crescimento da demanda em energia elétrica na região de maior potencial sócio-econômico do país, visualizado num período de dez anos. Assim, tendo em vista a continuidade de suprimento de energia elétrica de que carece, em volume e qualidade, a nação brasileira já está engajada em outros projetos de geração de energia elétrica, para atender, com oportunidade, aos mais diversos fins, no quadro de sua inevitável expansão econômica.

De fato, com uma esperada taxa anual entre 8 a 12% de crescimento da demanda em energia elétrica, nesta década de 80 e na década de 90, é evidente que o Brasil esteja empenhado em formular novos programas de aumento da capacidade instalada no setor elétrico, e de os implantar com determinação.

No domínio do aproveitamento do imenso potencial hidrelétrico que possui, estimado em cerca de 210.000 MW, dos quais apenas 40% estão aproveitados ou em vias de aproveitamento até 1990,

cumprir destacar, entre outros, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, afluente meridional do rio Amazonas, com uma capacidade inicial de cerca de 4,0 milhões de kW (1983), e com previsão de dobrá-la ainda neste decênio.

A energia a ser produzida por esta central geradora destina-se, fundamentalmente, a apoiar o gigantesco projeto de exploração das fabulosas jazidas de minérios — os mais diversos — recentemente identificadas e avaliadas na Amazônia Meridional.

Trata-se do já mundialmente conhecido projeto Grande Carajás, o qual visualiza a exportação em grande escala de minérios de ferro, e, paralelamente, a implantação de usinas siderúrgicas na área do Grande Belém (Estado do Pará) e no Estado do Maranhão, bem como a produção, em escala, de alumínio, em instalações sediadas também na própria Amazônia.

Ainda no quadro da ampliação da capacidade de energia elétrica, pela utilização de todas as fontes disponíveis, há que se fazer referência ao impulso que vem sendo dado, pelo governo brasileiro, nos últimos dois anos no domínio de aproveitamento do carvão mineral, cujas jazidas na região meridional do Brasil (Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo) são tidas como consideráveis, numa época em que crescem as dificuldades para a obtenção do petróleo.

Neste quadro, está em pleno desenvolvimento um programa que envolve a implantação, nos próximos anos, de cerca de 10 usinas termelétricas a carvão, de 300 mil kW/cada.

Finalmente, tendo em vista contribuir para o atendimento da demanda da região de maior crescimento sócio-

-econômico do Brasil — considerando que em breve estará esgotado o potencial hidrelétrico ali disponível — está em pleno desenvolvimento, como é sabido, o programa nuclear brasileiro. Este, no campo da geração de energia elétrica, incorpora numa fase inicial a construção e a exploração de algumas usinas de núcleo-eletricidade, com base em tecnologia em vias de transferência para o país, e um parque industrial de fabricação de equipamentos ligados ao setor nuclear, e finalmente, o que parece fundamental, com base nas substanciais jazidas de minério de urânio existentes no Brasil — que envolvem cerca de 230.000 tonela-

das de óxido de urânio, segundo as descobertas feitas até outubro de 1980.

Em suma, a Itaipu, além de outros méritos, despertou nos povos brasileiro e paraguaio a conscientização e a convicção de possuírem, em potencial ou em poder efetivo, os requisitos técnicos, financeiros, gerenciais e administrativos, para não só levar a cabo de forma associada o majestoso empreendimento energético visualizado no Tratado de Itaipu, como também para prosseguir, respeitadas as peculiaridades de cada nação, na construção dos respectivos destinos.



# A ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Robert D. Wiegand

**A**o tratar da Estratégia, como farei aqui, iniciarei abordando-a no seu sentido geral, na forma que parece ser comum a todas as nações. Depois, passarei a tocar no processo de formulação da Política e do planejamento da Estratégia dos Estados Unidos da América. Darei atenção à evolução dessa Estratégia, destacando os interesses nacionais de meu país e sua Política de Segurança Nacional. Finalmente, explorarei, com alguns detalhes, os aspectos estratégicos particulares da área estratégica do Sudoeste da Ásia—Golfo Pérsico, escolhida como exemplo.

Partindo de uma perspectiva mais abrangente, a Estratégia nada mais é do que a associação de planos que visam a empregar recursos para alcançar ou manter os objetivos nacionais. No Mundo Livre, concordamos em que não se irá utilizar a força para alcançar esses objetivos, isto é, nossas estratégias militares

são de natureza defensiva e não visam a dominação de outros povos ou países. A existência delas se justifica para manter a nossa integridade territorial e política, e também o livre comércio, condições que julgamos essenciais à existência de qualquer país e que têm de ser protegidas, se necessário, até pela força. Pode-se então concluir que a Estratégia Nacional inclui e envolve o poder político, econômico e militar, e as ações de emprego dessas expressões do poder para alcançar os objetivos nacionais. Ao examinarmos aspectos de nossa Estratégia Militar é preciso não esquecer que ela constitui somente um dos pés do tripóde político-econômico-militar e, portanto, não pode ser desenvolvida ou executada independentemente.

Existe uma norma segundo a qual nenhum país age conscientemente contra os próprios interesses nem o faz de propósito, é óbvio. Um dos corolários dessa

norma afirma que os países agem para servir a seus interesses nacionais. Pode ser que isto não seja uma política ideal, mas é pragmática, e convém não esquecer que os países tendem a agir de maneira muito egoísta. Ao admitir esse ponto de vista, torna-se óbvio que a definição de Estratégia Militar inicia com a determinação de interesses nacionais. Embora o método de determinação e classificação desses interesses varie de governo para governo, uma clara articulação deles significa um primeiro e essencial passo. É lógico também que a utilização da força militar não se torna apropriada à proteção de todos os interesses: a força militar é o último recurso a ser utilizado e tão-somente na proteção dos chamados interesses "vitais", que são de tamanha importância para o bem-estar de um país que ele não pode deixar de combater para protegê-los. Uma vez que eles foram definidos, cumpre avaliar a ameaça existente ou potencial a esses interesses. Há que se identificar nessa avaliação não somente os prováveis adversários como também as suas qualidades de poder e as opções estratégicas que estão a seu alcance. Feita essa avaliação, cabe aos estrategistas determinarem as nossas próprias ações estratégicas e os recursos necessários para agir contra a ameaça.

Se existisse uma única ameaça e um único adversário, a missão não seria muito difícil. Mas quando existem diversas ameaças, vários adversários potenciais e uma arena mundial, a missão se torna extremamente complexa. E fica mais complexa ainda quando entendemos que nenhum país possui recursos ilimitados e que, pelo menos em tempo de paz, muitas são as necessidades aspirando esses recursos. O resultado é que a maioria das estratégias é contida pela li-

mitação de recursos: homens, material, transporte aéreo e marítimo, e também pelo fato de se saber até que ponto os cidadãos de um país, pelo menos numa democracia, estão dispostos a se sacrificarem em favor do fornecimento de recursos que são necessários à defesa. Nesse sentido, qualquer Estratégia é limitada por dólares ou por cruzeiros, e a diferença entre a necessidade e a disponibilidade de recursos é que define uma deficiência que determina o risco que estará sempre associado à Estratégia. Cabe a cada país determinar se esse risco é aceitável ou demasiado.

A formulação da política de segurança nacional não se realiza num vazio nem é da competência exclusiva do militar. Nos Estados Unidos, a Constituição estipula uma firme autoridade civil sobre a militar — o secretário civil do Departamento de Defesa, juntamente com seus colegas dos outros departamentos executivos, contribui para o processo.

No processo norte-americano, cada força singular das Forças Armadas, cujos chefes de Estado-Maior compõem a Junta de Chefes de Estado-Maior (EMC-Combinado), juntamente com os Comandantes Combinados de Campanha (Comandantes Chefes que denominamos de "CINCs") apresentam seus pontos de vista ao EMC. De maneira semelhante, os outros principais integrantes do sistema expõem suas considerações e todas essas participações são levadas ao Conselho de Segurança Nacional, onde se forma um consenso. Esta unanimidade é expressa em dois documentos chamados "Consolidated Guidance" (Diretriz Consolidada) e "Policy Guidance for Contingency Planning" (Diretriz da Política para o Planejamento de Emergência), os quais, quando aprovados pela Autoridade de Comando Nacio-

## FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DOS EUA

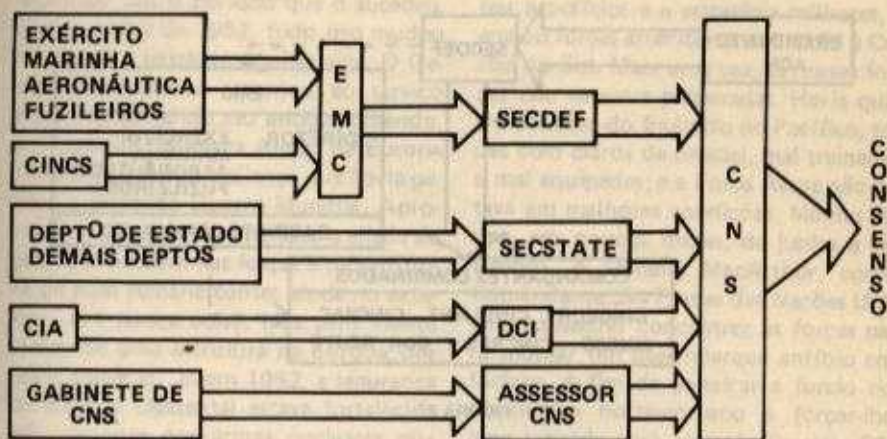


FIGURA 1

nal, ou seja, o Presidente, tornam-se a orientação básica para as organizações militares e demais órgãos de planejamento.

Em consequência, já que todo o nosso planejamento estratégico militar se focaliza na Junta de Chefes de Estado-Maior, cabe dar uma breve explicação sobre o nosso Sistema Combinado. O Departamento de Defesa foi criado em 1949, como o departamento militar superior aos departamentos das forças singulares das Forças Armadas que lhe são subordinadas. Na mesma época ficaram esclarecidos o papel e a missão das Forças Armadas e estabeleceu-se a posição do Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior (Combinado). Apesar dessa reorganização da nossa estrutura de defesa, as forças singulares das Forças Armadas continuaram a planejar e operar de maneira bastante independente. Em 1958, o Congresso legislou uma reorganização adicional dos órgãos de defesa e estabeleceu uma hierarquia militar para as forças militares, que passaram a ficar

vinculadas ao Presidente, como Comandante-Chefe, através do Secretário de Defesa, este ligado diretamente aos Comandantes dos Comandos Combinados de Campanha (os CINCs como, por exemplo, os Comandantes americanos na Europa e no Pacífico). Esses CINCs exercem o total comando de todas as forças contidas dentro de sua estrutura militar para os seus Teatros de Operações. O Diretor da Junta e os Chefes de Estado-Maior das forças singulares formam o corpo da chamada Junta de Chefes de Estado-Maior que dispõe de um Gabinete Combinado. A Junta não constitui um elo na cadeia de comando, mas sim um órgão de assessoramento e planejamento do Presidente e do Secretário de Defesa no preparo dos planos e na transmissão de ordens às forças.

Dentro desse sistema, os Chefes de Estado-Maior têm um papel muito diferente daquele que têm os Chefes de Estado-Maior no Brasil. Os Chefes de Estado-Maior nas nossas forças singulares são

## SISTEMA COMBINADO

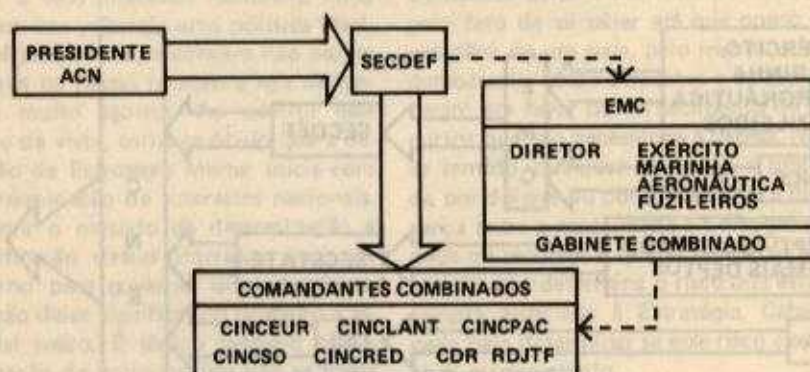


FIGURA 2

- |           |  |
|-----------|--|
| CINCEUR   | — Comando Combinado da Europa                                  |
| CINCLANT  | — Comando Combinado do Atlântico                               |
| CINCPAC   | — Comando Combinado do Pacífico                                |
| CINCISO   | — Comando Combinado do Sul                                     |
| CINCRED   | — Comando Combinado das Forças de Emergência                   |
| CDR RDJTF | — Comandante de Força Tarefa Combinada de Desdobramento Rápido |

responsáveis pelo estabelecimento da política militar da força singular, como recrutamento, treinamento, armamento e apoio à força, e pelo fornecimento desses recursos aos CINC's para o combate. No desenvolvimento dos planos do teatro, os CINC's estabelecem as suas necessidades sem levar em consideração os limites dos recursos, e os Chefes de Estado-Maior das forças singulares, condicionados aos recursos limitados de que dispõem, lhes informam quais as forças e o apoio que lhes será possível fornecer, compatibilizados com as necessidades apresentadas.

### EVOLUÇÃO POLÍTICO-MILITAR A PARTIR DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos detinham o mo-

nopólio da arma nuclear. Em decorrência, a estratégia de garantia da defesa da pátria apoiava-se basicamente na dissuasão nuclear. Mas já em 1947 estava se tornando claro que essa política militar não era mais válida, porque punha em risco a segurança de um ou mais dos países europeus aos quais estávamos muito ligados econômica, política e culturalmente. Então, a partir de 1947, iniciamos um progressivo compromisso com a defesa da Europa Ocidental, do qual nasceu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Cabe ressaltar o fato de que na época em que nos envolvemos naquele compromisso, com a Doutrina Truman, com a Resolução Vandenburg e com o Plano Marshall, não dispúnhamos das forças militares necessárias para dar qualquer garantia à execução daquela política. Tínhamos

menos divisões, menos navios e menos aeronaves em serviço ativo do que em qualquer outro período que o sucedeu. Mas, a partir de 1952, tudo isso mudou de maneira bastante significativa. O General Eisenhower retornou ao serviço ativo e, reativando seu antigo comando, o Comando da Força Aliada na Europa (SHAPE), reviveu a aliança que havia ganhado a Segunda Guerra Mundial. Aproveitamo-nos da útil experiência aliada da guerra e também das forças e da estrutura de base remanescentes ainda no exterior. Era pouca coisa, mas pelo menos tínhamos uma estrutura na Europa, por onde começar. Já em 1952, a segurança da Europa Ocidental estava fortalecida não somente por armas nucleares mas também pela presença de recém-mobilizadas divisões americanas, em terras da Alemanha Ocidental.

## A POLÍTICA PARA O EXTREMO ORIENTE

Nossa política para com o Extremo Oriente, depois da Segunda Guerra Mundial, seguiu mais ou menos as mesmas diretrizes. Em 1947 o EMC decidiu que os Estados Unidos não deveriam comprometer-se com a defesa da Coreia do Sul. Em consequência, retiramos nossas tropas da Coreia. No início de 1950, o Comandante-em-Chefe no Extremo Oriente, o General MacArthur, e o Secretário de Defesa, Dean Acheson, em ocasiões distintas, reiteraram a política americana de que o perímetro defensivo dos Estados Unidos atravessava o Japão até Okinawa, incluindo Formosa, mas excluía especificamente o continente asiático. Os norte-coreanos, percebendo com atenção esses pronunciamentos, trataram de agir. Em junho de 1950, atravessaram o Paralelo 38 e invadiram a

Coreia do Sul. O Presidente Truman, numa notável e corajosa decisão, inverteu a política e a estratégia militares, e enviou forças americanas em apoio à Coreia do Sul. Mais uma vez, as nossas forças não estavam preparadas. Havia quatro divisões do Exército no Pacífico, todas com claros de pessoal, mal treinadas e mal equipadas; e a Força Aérea não estava em melhores condições. Mesmo assim, em poucos meses, de junho a setembro, o General MacArthur, como Comandante das Forças das Nações Unidas, conseguiu concentrar as forças para montar um desembarque anfíbio em Inchon, a fim de penetrar a fundo no dispositivo norte-coreano e forçar-lhe uma retirada para além do Paralelo 38. A partir da Guerra da Coreia consolidamos, sobre uma estrutura com bases no Japão e em outros lugares, uma presença militar na Coreia e no Pacífico, a qual tem contribuído para a segurança do sudeste da Ásia.

Nos últimos anos começamos a encerrar a estratégia americana como "estratégia de uma guerra e meia", no sentido de desenvolver uma política militar capaz de enfrentar uma guerra total na Europa e, ao mesmo tempo, uma guerra limitada no sudeste da Ásia. Mas os acontecimentos, a partir da revolução iraniana de 1978-79, tornaram essa formulação da estratégia americana um tanto obsoleta, ultrapassada e inadequada.

Hoje em dia, os Estados Unidos têm, pelo menos, três áreas estratégicas, isto é, possíveis teatros de guerra, além da defesa do Hemisfério: uma área estratégica na Europa e no Atlântico Norte, uma outra no sudeste da Ásia e, agora, uma terceira no sudoeste asiático, incluindo o Golfo Pérsico. É esta última a que apresenta atualmente o maior desafio.

## INTERESSES E DESAFIOS

Podemos citar que para os Estados Unidos, os interesses e desafios que eles enfrentam na atualidade são os que se seguem:

- manter a nossa segurança e a dos nossos aliados e amigos;
- conduzir as relações Oriente-Occidente;
- enfrentar os desafios mundiais com relação à economia e energia;
- solucionar disputas regionais de maneira pacífica;
- desenvolver relações bilaterais construtivas;
- continuar com nossa dedicação aos direitos humanos;
- tratar de outros assuntos essenciais, de interesse mundial: população, alimentação, refugiados, catástrofes, etc.

Na resposta a esses interesses e desafios, formulamos a seguinte

### POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL

- constituir uma força militar de maior expressão;
- revitalizar respostas flexíveis para enfrentar as ameaças;
- seguir uma política de controle de armas;
- aproveitar as vantagens que os Estados Unidos possuem com relação aos seus possíveis adversários;

e, para tanto, foram estabelecidas as três primeiras

### PRIORIDADES DE PLANEJAMENTO

- impedir a guerra nuclear;
- impedir ou derrotar qualquer ataque aos Estados Unidos ou a seus aliados;

- impedir ou derrotar qualquer ataque aos interesses dos Estados Unidos.

## SUDOESTE DA ÁSIA

Por se constituir, como já fizemos referência, no maior desafio que enfrentamos atualmente, e dada a sua grande importância no suprimento mundial de petróleo, como está claramente demonstrado na Figura nº 3, e nas comunicações marítimas do Atlântico-Sul, daremos atenção especial à área do Golfo Pérsico. Note-se que a quantidade de petróleo que entra nos Estados Unidos é mais ou menos igual à que recebemos da Nigéria ou de vários outros lugares no mundo inteiro. Em outras palavras, o petróleo do Golfo Pérsico, por si só, não representa tanto para os Estados Unidos. A maior parte desse petróleo vai para a Europa Ocidental e outra boa parte para o nordeste da Ásia; ambas essas áreas em regiões que os Estados Unidos estão comprometidos a defender. A segurança daquelas duas regiões muito depende do acesso ao petróleo. Sem isso, as economias da Europa Ocidental, do Sudeste da Ásia e também do Brasil não poderiam funcionar. É nessa dependência dos nossos aliados, nas fontes de petróleo do sudoeste asiático, que se encontram as raízes da preocupação militar dos Estados Unidos com o petróleo do Golfo Pérsico.

Essa região é fascinante para o historiador militar, e nenhum estrategista deve tentar desenvolver planos para a área sem primeiro estudar as campanhas de Alexandre e o trabalho muito bem feito pelos ingleses nos anos 40 e 50 deste século.

O Irã é mais ou menos um terço do tamanho dos Estados Unidos e, portan-

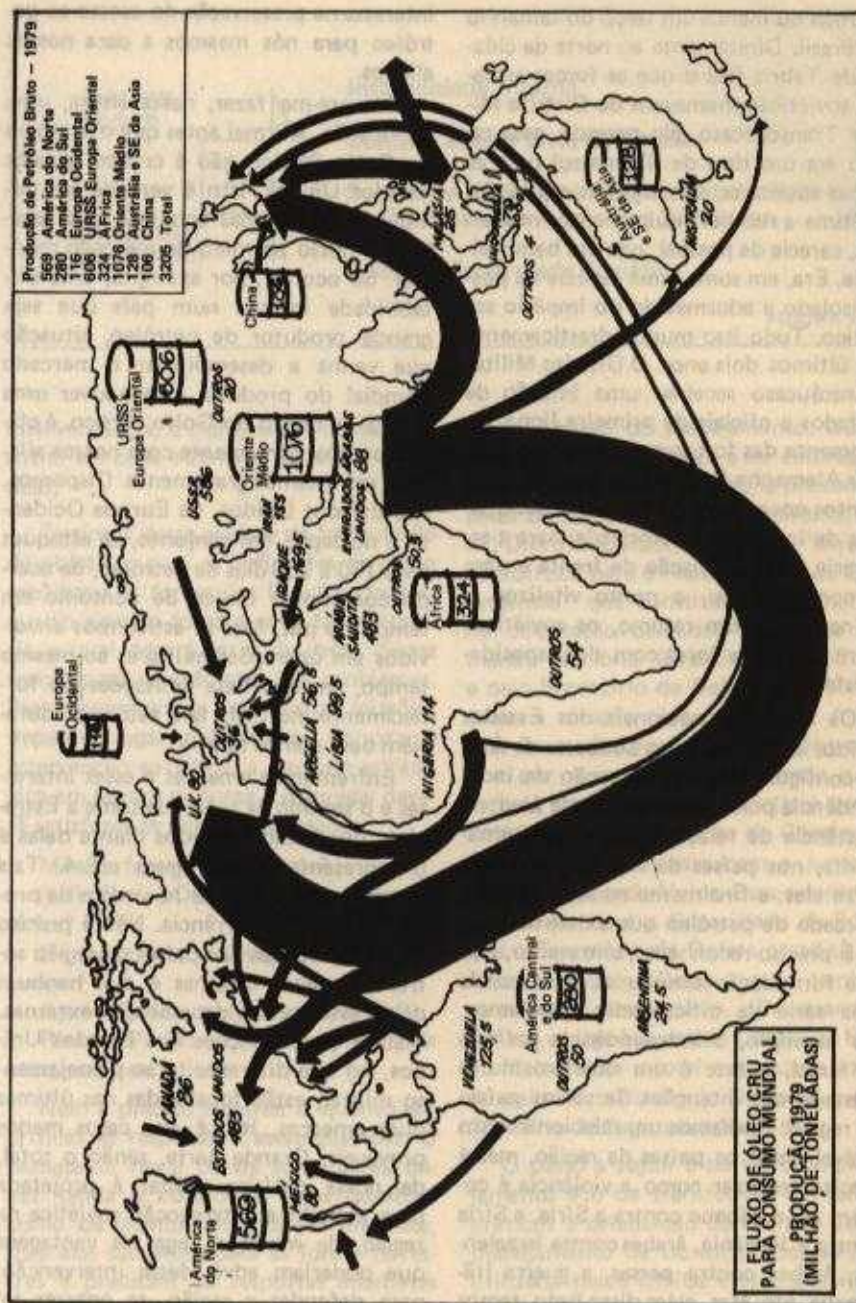


FIGURA 3

to, mais ou menos um terço do tamanho do Brasil. Diretamente ao norte da cidade de Tabriz fica o que as forças armadas soviéticas chamavam de Distrito Militar Transcáucaso. No passado, essa região era um tipo de Sibéria-sul para as forças soviéticas, um lugar de exílio: foi a última a receber equipamentos modernos, carecia de pessoal, não era bem treinada. Era, em suma, uma espécie de posto isolado e adormecido do império soviético. Tudo isso mudou drasticamente nos últimos dois anos. O Distrito Militar Transcáucaso recebeu uma infusão de soldados e oficiais de primeira linha, diretamente das forças soviéticas na URSS e na Alemanha Oriental; recebeu equipamentos novos e modernos para suas divisões de infantaria motorizada, para a artilharia, para a aviação de frente e para as comunicações, e muito vitalizou o treinamento. Em resumo, os soviéticos montaram uma força com alta capacidade ofensiva.

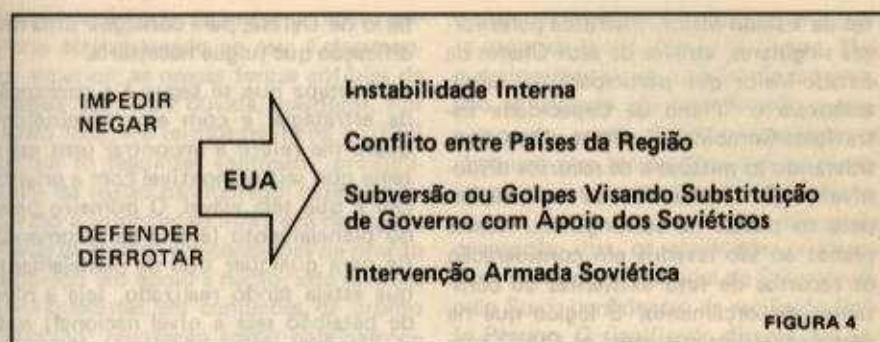
Os interesses nacionais dos Estados Unidos da América no Sudoeste da Ásia se configuram na preservação da independência política dos países da área; na existência de relações pacíficas internamente, nos países da região, e também entre eles; e finalmente na segurança do mercado de petróleo que existe na área.

É preciso reconhecer, entretanto, que esta formulação simples talvez esconda uma série de dificuldades. Apoiamos, por exemplo, a independência política de Israel, e este é um objetivo muito afastado das intenções de vários países da região. Apoiamos um relacionamento estável entre os países da região, mas é preciso registrar como a violência é comum aí: o Líbano contra a Síria, a Síria contra a Jordânia, árabes contra israelenses, árabes contra persas, a guerra Irã-Iraque, etc. Mas, além disso tudo, temos

interesse na preservação do acesso ao petróleo para nós mesmos e para nossos aliados.

Cumprime-me fazer, nesta altura, uma retificação. Afirmar antes que o petróleo do Golfo Pérsico não é crítico para os Estados Unidos. Isto é verdade em termos absolutos, mas acontece que recebemos nosso petróleo do mercado mundial. Se ocorrer, por exemplo, uma instabilidade interna num país que seja grande produtor de petróleo, situação que venha a desequilibrar o mercado mundial do produto; e se houver uma guerra na região do Golfo Pérsico, é claro que nós, juntamente com nossos aliados, sofreríamos gravemente. Dispomos, nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão, em conjunto, de estoques para 100 a 200 dias de petróleo, de acordo com nosso índice de consumo em tempo de paz. Mas se estivermos envolvidos em operações militares ao mesmo tempo, em que haja limitações no fornecimento normal, tais estoques durariam bem menos tempo.

Enfrentamos ameaças a esses interesses e o sentido de ação que toma a Estratégia dos Estados Unidos diante delas é o representado na Figura nº 4. Tais ameaças estão listadas na ordem da probabilidade de ocorrência. Não é preciso citar que muitos dos países da região sofrem ameaças internas e que nenhum deles está isento de ameaças externas. Mas as preocupações dos Estados Unidos, no que diz respeito ao planejamento militar, estão focalizadas nas últimas duas ameaças, isto é, nos casos menos prováveis. Grande parte, senão o total, de nossa política militar é projetada para impedir a intervenção soviética na região, de modo a negar as vantagens que poderiam advir dessa intervenção; para defender a região, se ocorrer tal



intervenção, e, é claro, se for necessário, entrar em cena e derrotar as forças soviéticas.

Partimos dessa espécie de formulação de objetivos para as definições de como estruturar as forças dos Estados Unidos, qual o tipo de força que se faz necessária e qual deverá ser a doutrina dessas forças para se enfrentar tais problemas. Para desempenhar uma dessas missões, impedir, negar, defender ou derrotar a intervenção soviética, a resposta estratégica em termos de força a empregar deverá satisfazer às seguintes questões:

Missão: fazer o que? Onde?

Suficiência: O tamanho da força satisfaz?

Deslocamento: Chegarão lá? Em tempo?

Apoio: Podemos agüentar a tarefa?

Risco: Podemos enfrentar outros compromissos?

Nem é preciso ressaltar o quanto são críticas as respostas a essas questões. O planejador naval ou da força aérea talvez tenda a considerar estas questões como de menor importância imediata, mas elas são vitais para as forças terrestres e precisam de respostas imediatas no nosso planejamento.

Esse passo do planejamento, isto é, o da definição da força a ser empregada para dar resposta à ameaça, é provocado pelas diretrizes já citadas anteriormente, a "Diretriz Consolidada" e a "Diretriz da Política para o Planejamento de Contingência" que constituem documentos de orientação baixados pelo Alto Comando Nacional (Presidente dos EUA) e pelo Secretário de Defesa, que constituem a direção civil das Forças Armadas. Esses documentos são suplementados por orientações, em grande parte verbais, dadas pelo Subsecretário para a Política de Planejamento de Contingência, em suas conversas com a Junta de Chefes de Estado-Maior. Essa orientação tem como base a Capacidade de Poder que o Secretário de Defesa acredita que deveríamos ter. Desse modo, também através do Subsecretário, o Secretário de Defesa se liga à Junta de Chefes de Estado-Maior, com a total autoridade apoiada pelo Alto Comando Nacional e pelo Conselho de Segurança Nacional.

O passo a seguir a ser dado no planejamento é o de transformar em termos práticos a orientação da Política para o planejamento de Contingência, para ser utilizada pelos CINC's e seus planejadores. Para se chegar a isso, a Junta de Che-

fes de Estado-Maior, instruída pelas forças singulares, através de seus Chefes de Estado-Maior que participam da Junta, elaboram o "Plano de Capacidade Estratégica Combinada". Nesse plano, considerando as missões e os recursos disponíveis, são fornecidas as orientações para os planos de contingência. Nesses planos só são levados em consideração os recursos de fato existentes ou constantes do orçamento. É lógico que na preparação desses planos, os CINCs precisam considerar as alternativas de que se dispõe para fins de planejamento e que levam a examinar conveniências, tais como: emprego de forças com grande capacidade de poder de fogo, ou seja, que tenha muitas unidades navais e aéreas; a utilização de forças de países aliados, da região, ou seja, estratégia da aliança com forte dependência no nosso apoio; ou ainda, emprego de forças com grande capacidade de poder terrestre ou que incluíssem também forças preparadas e armadas para a guerra nuclear. Como essas, podem existir inúmeras opções. Nessa oportunidade de organização da força, vamos observar que as forças navais e aéreas têm tendência a uma estrutura parecida em qualquer das opções e modificam-se apenas nas quantidades. Já as forças terrestres variam bastante de acordo com a alternativa escolhida. O processo de ajustar missão e recursos disponíveis é contínuo, se faz por aproximações sucessivas, o que torna necessária a realimentação permanente do processo. Nesse processo, os CINCs, a cada evolução do planejamento, são levados a voltar ao EMC para discutir divergências que apareçam ao considerar que a orientação recebida não é compatível. Desse contato poderá surgir a conveniência do EMC voltar ao Subsecretário ou diretamente ao Secre-

tário de Defesa, para conseguir uma modificação que julgue necessária.

A etapa que se segue é a concepção da estratégia, e com esta terminologia quero me referir a encontrar uma estratégia que seja compatível com a orientação e que seja viável. O primeiro passo do planejamento (e este eu recomendaria para qualquer tipo de planejamento que esteja sendo realizado, seja a nível de batalhão seja a nível nacional) trata da identificação dos aspectos condicionantes. A primeira consideração que enfrentamos é que existem, naturalmente, numerosas demandas de emprego para as forças americanas em outras áreas além daquelas pertinentes a um determinado teatro. Daí a razão deste exame ter sido iniciado com a história da OTAN e com uma estimativa sobre o nordeste da Ásia. Precisamos também examinar a capacidade operacional das forças e, em particular, das forças terrestres, porque a missão e as capacitações que solicitamos do Comandante das forças terrestres é que determinam a combinação conveniente das forças. Como veremos, isto vem a influir fortemente na capacidade de desdobramento dessas forças e de mantê-las, uma vez desdobradas.

Abordemos com mais vagar esses dois últimos pontos (demandas e capacidade operacional), para dar uma idéia da variedade de considerações que pesam sobre os dois problemas. Em primeiro lugar, é pertinente uma avaliação da nossa capacidade de colocar forças no Sudoeste da Ásia, usando a comparação com a capacidade soviética para feito semelhante. Em termos absolutos de poder, levamos uma vantagem marcante. Isto porque a capacidade de transporte aeroestratégico dos Estados Unidos é gigantesca em comparação com a da URSS; a nossa capacidade de transporte

marítimo é bastante maior; o nosso poderio aéreo baseado no mar é claramente superior; as nossas forças anfíbias de ataque são, sem dúvida, melhores. Por outro lado, em termos relativos, a URSS possui as seguintes vantagens: proximidade da região de emprego; rede de subversão e informação infiltrada na região; material militar em condições de pronto emprego em apoio à nação; sete divisões para-quedistas em condições de pronto emprego; reputação como país patrocinador das "forças progressistas"; e dispõe de adeptos simpatizantes, naturais do país em que age para substituir o governo deposto.

Mas, se fôssemos examinar as distâncias marítimas, começa a ficar claro como a distância influi no cálculo. Das nossas bases centrais na Baía Subic, nas Filipinas, até a região do Golfo Pérsico, leva-se mais ou menos dez dias. Na Figura nº 5, as distâncias foram calculadas usando-se uma velocidade de 16 nós,

o que possivelmente torna menor a nossa capacidade em tempo de guerra. Mas o deslocamento em velocidade máxima, não se levando em consideração o consumo de combustível, provavelmente abreviará esse tempo. Para fins de planejamento, estes cálculos são úteis. Note-se que este é quase o mesmo tempo de navegação que os soviéticos precisam para transportar material de Sebastopol, pelo Suez, para dentro da região do Golfo Pérsico. O significado disso é que Sebastopol é a região de onde os soviéticos têm despachado a maior parte do equipamento militar que eles vêm fornecendo à Etiópia e a outros clientes no Oriente Médio. Outros fatores de tempo também são importantes para melhor compreensão do problema. Da costa leste à costa ocidental dos Estados Unidos, via marítima, leva-se mais de vinte dias, tempo demasiado. Observe-se que Berbera, na Somália, Mombaça no Quênia, e Diego Garcia são posições centrais à

TRANSPORTE AEREO AO GOLFO PERSICO

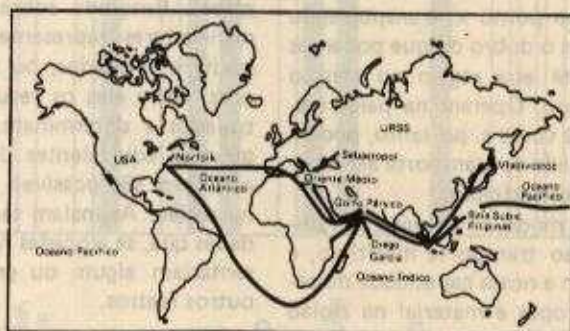


FIGURA 5

EUA

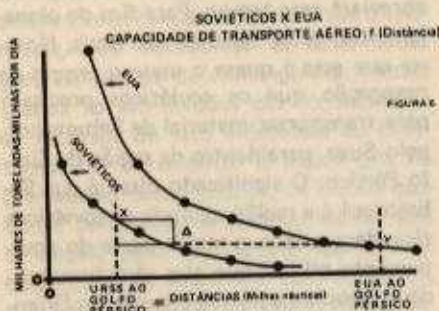
URSS

ORIGEM	DISTÂNCIA MILHAS NÁUTICAS	DIAS
BERBERA	1.800	4
DIEGO GARCIA	2.100	5
MOMBASA	2.900	5
BAIA SUBIC	4.700	10
NORFOLK (W SUEZ)	8.100	18
NORFOLK (W O SUEZ)	12.100	25
OAKLAND	10.700	22

ORIGEM	DISTÂNCIA MILHAS NÁUTICAS	DIAS
ADEN PDRY	1.500	3
LATAKIA, SYRIA (W SUEZ)	3.600	8
BAIA CAM RANH	4.200	9
SEVASTOPOL (W SUEZ)	4.800	10
VLADEVOSTOK	6.400	13

nossa estratégia ou articulação na região. Por outro lado, note-se a posição da Baía de Cam Rahn, no Vietnã, que é hoje base naval da União Soviética.

força de fuzileiros navais dos Estados Unidos, que poderia ser colocada no Sudoeste da Ásia em quatro ou cinco dias. Isso contribui para aliviar em parte o problema.



Afirmo que a capacidade de transporte aéreo da URSS é mínima em comparação com a dos Estados Unidos, e de fato isso ocorre. A uma distância semelhante, qualquer que seja ela, podemos transportar muito mais do que os soviéticos. Mas a distância dos Estados Unidos ao Golfo Pérsico nos coloca no ponto Y da curva, enquanto que os soviéticos operam no ponto X, transportando mais ou menos o dobro do que podemos transportar até essa região no mesmo prazo de tempo. Operam na parte menos extensa da curva e, portanto, podem usar a capacidade de transporte aéreo táctico para fins estratégicos.

Do mesmo modo, se se juntar o transporte aéreo ao transporte marítimo, e comparar com a nossa capacidade de colocação de tropas e material na região num prazo determinado, não se demora a descobrir que nossa capacidade de entrega ao teatro é significativamente menor do que os comandantes gostariam de ter, no mesmo período. É sabido que temos estacionados em Diego Garcia, no Oceano Índico, por exemplo, sete navios cheios de equipamento militar para uma

Encarada com franqueza, a situação é a seguinte: se precisarmos atuar no Sudoeste da Ásia, dadas as circunstâncias em pauta, estaremos enfrentando os soviéticos a poucos passos de sua casa. As forças americanas não entram em combate com forças armadas soviéticas desde 1919. O dia em que ficar iminente a ameaça desse tipo de combate será, como foi o caso em Berlim, um dia em que encaremos o romper de uma fronteira estratégica de considerável magnitude, e isto obviamente terá de ser levado seriamente em consideração nos nossos planos.

A seguir os planejadores elaboram uma tabela com a previsão das quantidades de itens equivalentes a uma fatia de divisão do Exército ou de Fuzileiros, e dos aviões tácticos de combate das forças aéreas. Reagindo sobre essa tabela, os planejadores representam graficamente os itens limitados, ou sujeitos a restrições, entre eles os regulados e/ou controlados e determinam os máximos de quantos equivalentes de divisão ou de aeronaves são possíveis de ser entregues na região. Assinalam também as capacidades que, se alocadas nesse teatro, apresentariam algum ou grande risco para outros teatros.

No alto da Figura nº 7, por exemplo, está delineada a capacidade marítima que poderíamos desdobrar para o Sudoeste da Ásia, com algum risco a outros teatros; por exemplo, entram nessa categoria artigos regulados e/ou controlados e equipamentos de estocagem de petróleo, óleo e lubrificantes (POL). Pros-

**ESBOÇO DE ARTIGOS CRÍTICOS DE FORÇA TAREFA COMBINADA DE DESDOBRAMENTO RÁPIDO**

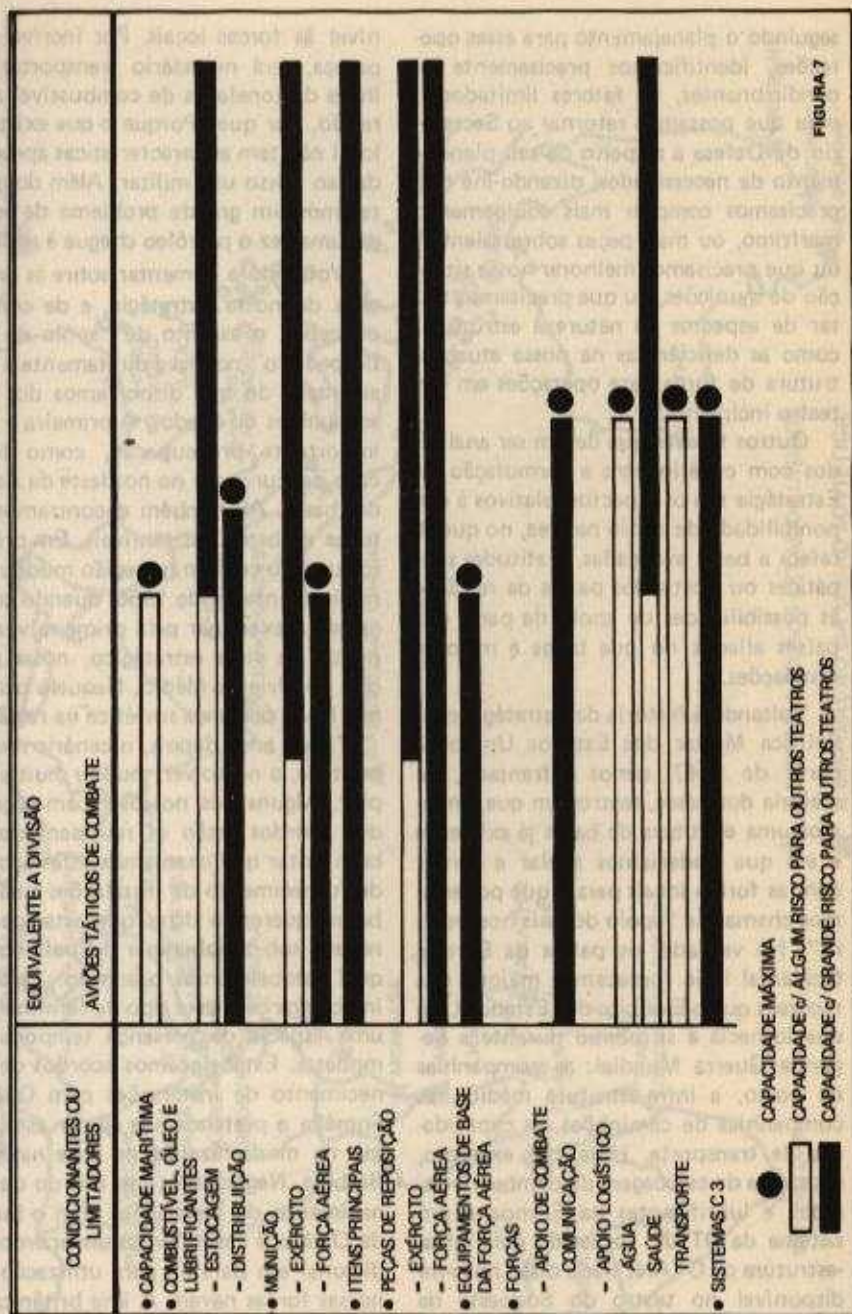


FIGURA 7

seguindo o planejamento para essas operações, identificamos precisamente os condicionantes, os fatores limitadores, para que possamos retornar ao Secretário de Defesa a respeito de seu planejamento de necessidades, dizendo-lhe que precisamos comprar mais equipamento marítimo, ou mais peças sobressalentes, ou que precisamos melhorar nossa situação de munições, ou que precisamos tratar de aspectos de natureza estrutural, como as deficiências na nossa atual estrutura de força para operações em um teatro incipiente.

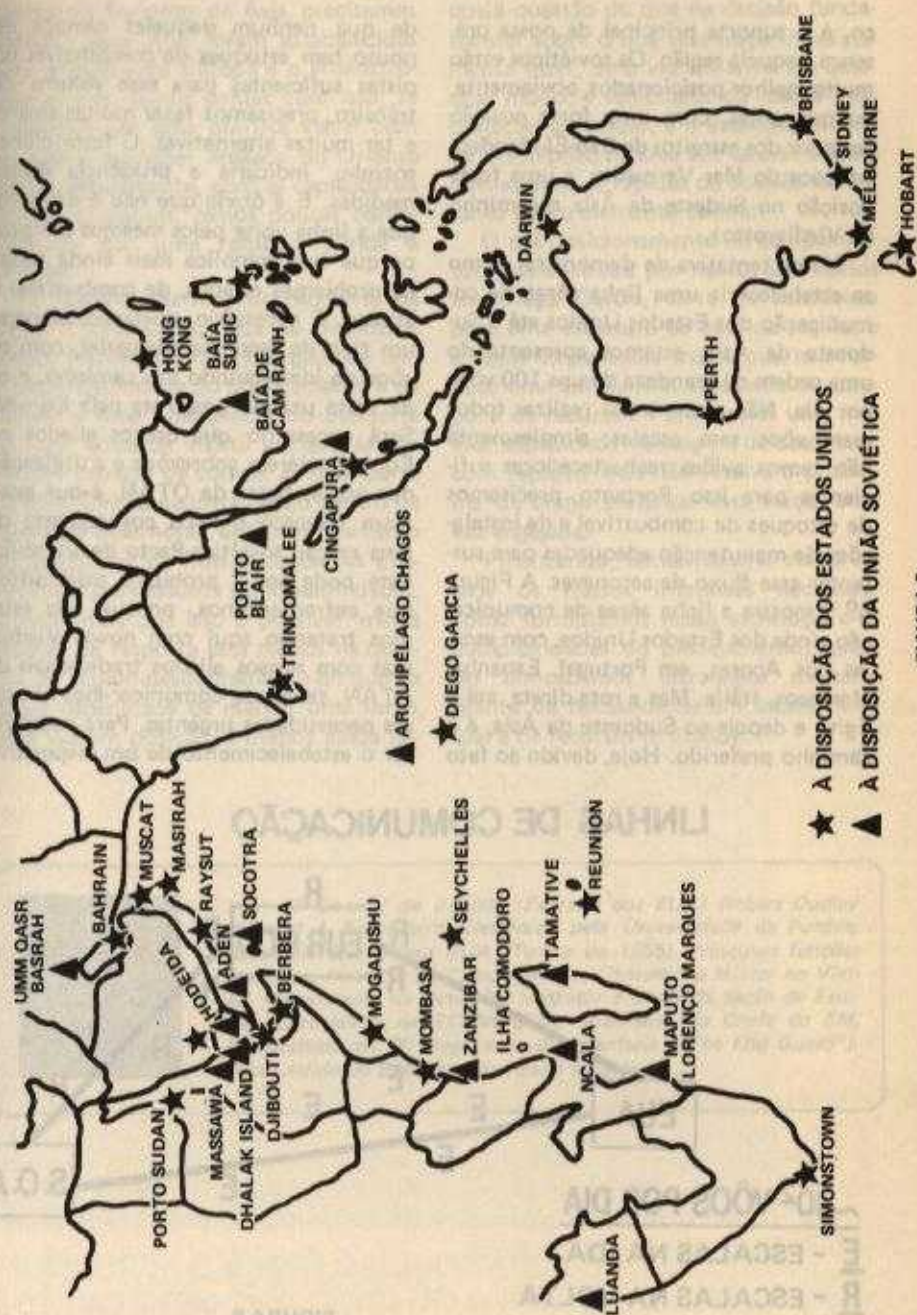
Outros fatores que devem ser analisados com critério para a formulação da Estratégia são os aspectos relativos à disponibilidade de apoio na área, no que se refere a bases avançadas, a atitudes simpáticas ou hostis dos países da região e às possibilidades de apoio da parte dos países aliados no que tange a meios e instalações.

Voltando à história da Estratégia e da Política Militar dos Estados Unidos a partir de 1947, temos enfrentado, na maioria dos casos, teatros em que tínhamos uma estrutura de bases já existente e em que poderíamos apelar e contar com as forças locais para o que poderíamos chamar de "apoio do país hospedeiro". Na verdade, os países da Europa Ocidental hoje fornecem a maioria dos recursos que o Exército dos Estados Unidos fornecia a si mesmo durante a Segunda Guerra Mundial: as companhias de porto, a infra-estrutura médica, as companhias de caminhões, as capacidades de transporte. Hoje, por exemplo, o sistema de estocagem de combustíveis, óleos e lubrificantes na Europa é um sistema da OTAN, fornecido pela infra-estrutura da OTAN. Nada disso nos será disponível no teatro do Sudoeste da Ásia, e relativamente pouco será dispo-

nível às forças locais. Por incrível que pareça, será necessário transportar milhões de toneladas de combustível até à região. Por que? Porque o que existe no local não tem as características apropriadas ao nosso uso militar. Além do mais, teremos um grande problema de entrega, uma vez o petróleo chegue à região.

Voltando a comentar sobre as limitações da nossa Estratégia, e de como a conceber, o assunto de "apoio do país hospedeiro" nos leva diretamente à consideração do que disporíamos dos nossos amigos ou aliados. A primeira e mais importante preocupação, como foi o caso na Europa e no nordeste da Ásia, é das bases. Ali também encontramos atitudes e obstáculos temíveis. Em primeiro lugar, o cenário na região mudou dramaticamente desde 1950, quando começamos a examinar pela primeira vez, do ponto de vista estratégico, nossa posição no Oriente Médio. Naquela ocasião não havia presença soviética na região.

Trinta anos depois, o cenário mudou muito e, a nosso ver, mudou muito para pior. Alguns dos nossos recém-negociados acordos estão aí representados. É bom notar que chamamos estes acordos de fornecimento de instalações e não de bases, querendo dizer que estas permanecem sob a soberania do país com o qual estabelecemos o acordo. Também indicamos com este tipo de terminologia uma espécie de presença temporária e modesta. Estabelecemos acordos de fornecimento de instalações com Quênia, Somália e pretendemos ajudar esta última na modernização da base naval de Berbera. Negociamos um acordo de fornecimento de instalações com o Sultão de Omã e, é claro, temos um acordo tradicional em Bahrain para utilização por nossas forças navais. A ilha britânica de Diego García, no centro do Oceano Índi-



★ A DISPOSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

▲ A DISPOSIÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA

FIGURA 8

co, é o suporte principal da nossa presença naquela região. Os soviéticos estão muito melhor posicionados, obviamente, do que antes, com uma forte posição ao redor dos estreitos de Bab-El-Mandeb, na boca do Mar Vermelho, e uma forte posição no Sudeste da Ásia a caminho de Vladivostok.

Numa tentativa de demonstrar como se estabelecerá uma linha aérea de comunicação dos Estados Unidos até o Sudoeste da Ásia, estamos apresentando uma ordem de grandeza de uns 100 vôos por dia. Não poderíamos realizar todos esses vôos sem escalas; simplesmente não temos aviões reabastecedores suficientes para isso. Portanto, precisamos de estoques de combustível e de instalações de manutenção adequadas para sustentar esse fluxo de aeronaves. A Figura nº 9 mostra a linha aérea de comunicação vinda dos Estados Unidos, com escalas nos Açores, em Portugal, Espanha, Marrocos, Itália. Mas a rota direta, até o Egito e depois ao Sudoeste da Ásia, é o caminho preferido. Hoje, devido ao fato

de que nenhum daqueles campos de pouso tem estoques de combustível ou pistas suficientes para esse volume de trânsito, precisamos fazer muitas escalas e ter muitas alternativas. O fator clima, sozinho, indicaria a prudência dessas medidas. E é óbvio que não é desejável que a linha volte pelos mesmos campos, porque isso complica mais ainda todos os problemas citados, de combustível e espaço. É necessário, portanto, planejar um tipo de esquema triangular, com os vôos de ida seguindo um caminho, e os de volta usando uma rota pela Europa. Será necessário que nossos aliados na Europa tolerem sobrevôos e a utilização das nossas bases da OTAN, e que assumam conosco o risco conseqüente de uma reação soviética-Pacto de Varsóvia. Este pode ser o problema mais difícil que enfrentaríamos, porque não estamos tratando aqui com novos aliados, mas com nossos aliados tradicionais da OTAN, tentando comunicar-lhes as nossas necessidades urgentes. Para possibilitar o estabelecimento de um dispositivo

## LINHAS DE COMUNICAÇÃO

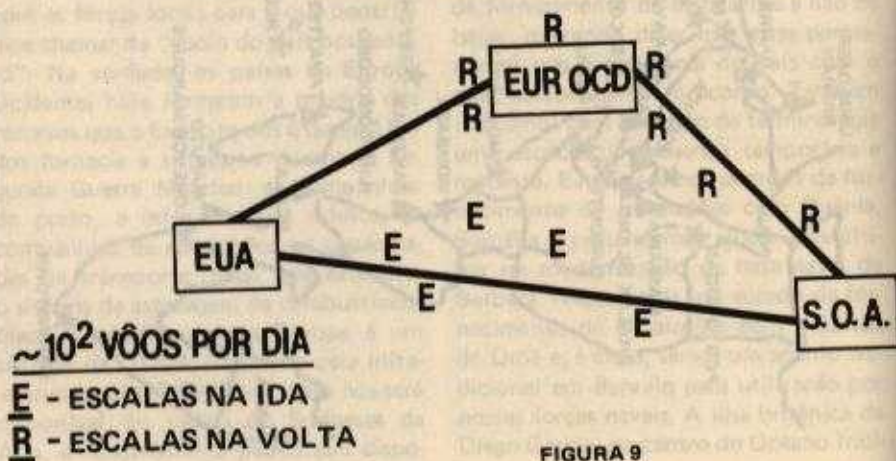


FIGURA 9

militar no Sudoeste da Ásia, precisamos utilizar bases que foram estabelecidas para a defesa da Europa e o Atlântico-Norte. Precisamos contar com isso, se quisermos ter uma política viável com relação a qualquer ameaça no Oriente Médio. Atualmente, com as capacidades de que dispomos, temos poucas condições de dar uma resposta rápida à ameaça.

O General Warner, Comandante da Força Tarefa Combinada de Desdobramento Rápido (RDJTF), órgão que tem a responsabilidade do planejamento e da reação a uma emergência no Sudoeste da Ásia, gosta de insistir em que, se não formos capazes de colocar a maior parte de uma divisão naquela região dentro de setenta e duas horas, então há boa razão de desconfiar de nossas condições profissionais para assumir responsabilidades. Acreditamos que isso é possível, mas a rapidez da resposta está menos na questão do rápido desdobramento do que na nossa capacidade de manter uma força, uma vez em posição, e menos ainda na

queja questão do que na decisão fundamental sobre o que essa força irá exatamente fazer, uma vez em terra. De qualquer modo, a velocidade da reação e da projeção do poder, e o estabelecimento de preempção na área são fatores importantíssimos. A rapidez da decisão no entanto será o elemento central.

O pré-posicionamento de equipamentos, demonstrado por nossos sete navios em Diego Garcia, serve de substituto para uma estrutura de base na região, e a nossa experiência indica que isso fornece uma substancial economia de tempo e de recursos. Fornece-nos uma melhor capacidade de reagir e de desdobrar com rapidez, mas não resolve o problema de como sustentar essa força, uma vez engajada.

Finalizando, tentei mostrar como vemos os nossos interesses nacionais, como formulamos nossa estratégia e as complexidades do planejamento, quando concebemos estratégias militares diante de necessidades em escala mundial e de recursos limitados.



*O General de Brigada (Exército dos EUA) Robert Dudley Wiegand é Engenheiro Eletrônico pela Universidade de Purdue, Academia Militar dos EUA (Turma de 1955). Principais funções exercidas: Instrutor de Ciência Militar, Conselheiro Militar no Vietnã, Comandante de Batalhão, Instrutor e Chefe da Seção de Estudos Estratégicos na ECEME/EUA, Assistente do Chefe do EM, Comandante do 3º Regimento de Infantaria ("The Old Guard"). Atual Adido do Exército Americano no Brasil.*



# DISTRIBUIÇÃO E PRODUTIVIDADE

Octávio Gouvêa de Bulhões

**E**stou inclinado a supor que o artigo de Roberto Campos, publicado no "Jornal do Brasil" de 22 de junho do corrente ano, sobre as "Perspectivas do Socialismo Francês<sup>(\*)</sup>", tenha despertado a atenção dos leitores. Começa por assinalar a diferença das opções políticas na Itália e na França e relembra a compreensível tendência à renovação. A longa permanência no poder conduz ao imobilismo, ainda que aparente, quando não gera "perda de criatividade, corrupção administrativa, fadiga sistemática". Analisa os programas de energia nuclear, bem estruturados na França e, em seguida, passa para o contraste da distribuição e da produtividade. Relaciona o primeiro ao socialismo e o segundo ao capitalismo, lembrando, a esse propósito, a frase de Churchill: "No capitalismo, os resultados são melhores que as intenções; no socialis-

mo, as intenções são melhores que os resultados".

Historicamente, as atuações distributivas estão ligadas a governos rotulados de socialistas. Mas, na verdade, há vários decênios que é generalizado o movimento de redistribuição da renda, inclusive e destacadamente nos Estados Unidos.

Durante o período de depressão, sob a influência de Keynes, passou-se a dar grande ênfase ao consumo, como meio de ativar-se a economia. A orientação, na época, era lógica. Se havia excesso de capacidade produtiva ociosa, seria desrazoado realizar novos investimentos empresariais. O impulso ao consumo, multiplicado na sucessão de demandas adicionais, traduziria o meio apropriado de despertar o ânimo de produzir. Os aumentos salariais, destinados à demanda, permitiriam os lucros da oferta. Havendo capacidade ociosa não se cogitava de poupança, nem de investimentos. Ao contrário, a poupança significava um

(\*) N. da R. O artigo a que se refere o Autor está transcrito à pág. 161 deste Número.

embaraço à intensificação multiplicadora do consumo.

O sistema keynesiano trouxe um alívio à economia americana, sem contudo reativá-la da maneira esperada. Deixou, porém, a fragilidade dos *deficits* orçamentários do Tesouro, por intermédio dos quais, na sequência das obras públicas eram supridos os salários que acelerariam a demanda. No correr do tempo, o panorama econômico acusou grandes modificações. Os investimentos empresariais tornaram-se indispensáveis e, igualmente indispensável a poupança para financiá-los. Todavia, persistia a idéia do estímulo ao consumo, especialmente por intermédio da redistribuição da renda, seja pelo imposto de renda, seja pelas contribuições à previdência social. Insistia-se no aumento proporcional do consumo em nível muito superior ao aumento proporcional da poupança e dos investimentos empresariais. Em consequência, os lucros caíram sistematicamente em relação à renda nacional, a poupança deixou de orientar-se para o capital acionário, as dívidas das empresas aumentaram e igualmente a do Governo, substancialmente em atendimento ao déficit do Tesouro, originado do crescente dispêndio com o bem-estar social. A economia passou sistematicamente a reduzir seu índice de produtividade, paralelamente ao crescimento dos índices de preços. Impunha-se uma reação que se acha, agora, em curso.

É, portanto, estranho, em face dessa experiência, que a França venha a optar pelo distributivismo, com os exageros do socialismo. "Fá-lo precisamente", como diz Roberto Campos, "num momento em que o mundo anglo-saxão-Estados Unidos, Inglaterra e Austrália regressa a uma filosofia produtivista, verberando os exageros do "Estado Assis-

tencial", as distorções do intervencionismo estatal e os abusos do poder sindical".

A explicação que me parece razoável admitir em meio ao cipoal de preconceitos, incompreensões e ambições, é o propósito de evitar-se que se repita a sequência dos ciclos econômicos de prosperidade e depressão. É o desejo de impedir o movimento pendular de uma fase de produtividade causadora de excesso de produção, pela deficiência da distribuição de renda, passando ao extremo oposto de distribuição inflacionária de renda, com deficiência da produção.

Tenho a impressão de que o equilíbrio desejável está contido no sistema brasileiro, consubstanciado no "Programa de Integração Social". Tanto repeti esse tema, em defesa de uma lei constitucional, sem a menor repercussão, que passei a duvidar de minha própria convicção. Esse o motivo de ter declarado não desejar voltar ao assunto. Despedi-me de um tema que me parecia o mais oportuno e construtivo na atualidade. Volto a mencioná-lo tão-somente pelo fato de Roberto Campos, no final de seu artigo, esperar que a França se abstenha de repetir erros do passado, repetição de espantosa frequência. Admite Campos que "a equipe de Mitterrand é suficientemente realista e tecnicamente competente para temperar o distributivismo heróico com uma dose de produtivismo burguês. Se não o fizerem confirmarão a profecia de Churchill, segundo o qual no socialismo as "intenções são melhores que os resultados". E devemos reconhecer que as profecias de Churchill sempre foram acertadas.

A distribuição "heróica", referida no artigo prende-se não somente à intensidade de uma distribuição antieconômica, como, sobretudo, ao adiçãoamento da estatização de empresas particulares.

A melhoria da distribuição de renda é política de qualquer regime de governo bem orientado. O erro que temos cometido, em detrimento da eficácia da própria distribuição da renda, é o de debilitar a concentração da riqueza, por meio de uma redistribuição de renda associada ao enfraquecimento do lucro, em lugar de adotarmos a descentralização da riqueza, multiplicando o patrimônio gerador de renda. Esse o caminho a ser percorrido neste fim de século XX, de modo a permitir um ingresso mais promissor no século XXI. Adotar, porém, nesta altura dos acontecimentos, a estatização de empresas particulares é, sem dúvida, retroceder para o século XIX quando se acreditava estar o Estado em condições de banir o lucro dos empreendimentos e mantê-los em eficiente desempenho. Se fôsse esse o caso, o Brasil seria um dos mais eficientes produtores e a distribuição da renda teria atingido níveis bem mais satisfatórios.

O Ministro Delfim Netto teve a lúcida idéia de mandar fazer o levantamento

das empresas estatais. Instituiu a "Secretaria de Controle das Empresas Estatais". Segundo um relatório recente, publicado na *Conjuntura Econômica* de junho, o número das empresas, diluídas entre os vários Ministérios, é de 554. A receita bruta, em 1979, foi de 2.311 bilhões de cruzeiros ou seja mais de quatro vezes a receita do Tesouro Nacional e praticamente igual ao total das vendas das 500 maiores empresas do Brasil (2.507 bilhões de cruzeiros, em 1979, *Conjuntura Econômica* de outubro de 1980).

Em termos de valor adicionado, comparável com o produto nacional bruto, é provável que a proporção seja equivalente à proporção do setor primário.

Na posição de Embaixador da França no Brasil eu não hesitaria em mandar a *Conjuntura Econômica* de junho para o Presidente Mitterrand e acredito que, à vista da estatização das empresas brasileiras, seria o caso de refletir melhor sobre o seu programa de estatização das empresas particulares francesas.

(Transcrito do "Jornal do Brasil")



O Professor Octavio Gouvêa de Bulhões é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da antiga Universidade do Brasil. Fez curso de especialização em Economia nos Estados Unidos e é catedrático (por concurso) da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro. Foi Ministro da Fazenda no Governo Castelo Branco. Destacam-se entre suas obras publicadas os livros "Economia e Política Econômica" e "Dois Conceitos de Lucro".



# CONSIDERAÇÕES GEOPOLÍTICAS

Wintceas Villaça Barbosa de Godois

*"... A aliança de todos os oceanos..."*

Ray S. Cline

**N**o mundo de pós-guerra, o ensaio "O Pivô Geopolítico da História", do ilustre professor inglês Sir Halford John Mackinder<sup>1</sup>, assumiu um interesse extraordinário, pois, a ascensão da URSS como potência mundial, em nível nunca antes registrado em sua história, veio atribuir àquele trabalho uma previsão profética.

Sua teoria do Poder Mundial baseada no "heartland" eurasiático parece vir se consolidando, à proporção que aquele país acumula força e prestígio e expande sua influência política e militar.

A despeito, contudo, desses acertos e de suas perspectivas, gostaríamos, no presente artigo, de apresentar certas considerações, ao nosso ver, restritivas à concretização dessa pretensa hegemonia:

- a revolução tecnológica;
- a guerra nuclear;
- a instabilidade como fator de contenção, e

— a autodesintegração do monolitismo soviético.

Antes, porém, de justificarmos nossa posição, julgamos valiosos alguns comentários sobre o mundo político e as relações econômicas existentes no fim do século passado e no início deste, configurando o quadro testemunhado e estudado por aquele eminente geógrafo e geopolítico.

## A TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS

O período de transição dos dois últimos séculos apresentava as seguintes e principais características:

— o apogeu, após a guerra franco-prussiana de 1870, do expansionismo imperialista das potências marítimas ocidentais (Inglaterra, França, Holanda, Itália, além de Espanha, Portugal e Bélgica); esse expansionismo atinge o continente africano, o asiático, parte do americano e o oceano Pacífico;

— o fortalecimento político-econômico das potências centrais da Europa (Alemanha e Áustria); o rápido crescimento industrial da Alemanha, mormente após a derrota da França; disputas de mercados com a Rússia nos Bálcans, e com as demais potências ocidentais, no resto do mundo; o renascimento do forte espírito militarista prussiano;

— a colonização russa do leste, através da Sibéria, fracamente povoada; a construção da estrada de ferro transiberiana; as disputas territoriais na Manchúria com o Japão, potência marítima emergente; a derrota russa na guerra russo-japonesa de 1905 e a conseqüente continentalização do Japão no sul da Manchúria e na Coreia;

— maior penetração das doutrinas socialistas nos países mais desenvolvidos da Europa;

— rápido desenvolvimento econômico dos EUA; sua necessidade de novos mercados consumidores; seu expansionismo no Pacífico e no Caribe; o emprego da "Doutrina Monroe" na guerra hispano-americana.

No campo técnico-científico, as seguintes descobertas ou transformações vinham se processando:

- a descoberta do telégrafo-sem-fio;
- a descoberta da radioatividade;
- os vãos dos balões e dos primeiros dirigíveis;
- o desenvolvimento da navegação a vapor e das ferrovias;
- o desenvolvimento dos primeiros automóveis, etc.

Expostos de maneira extremamente reduzidos, esses, de certo, devem ter sido os condicionantes essenciais para os estudos geopolíticos de Mackinder, a que somou a genialidade de seu arguto espírito científico, na análise dos fenômenos sócio-econômicos e políticos in-

terrelacionados com a Geografia das principais regiões do mundo.

## O "HEARTLAND"

Atentando-se para o resumo acima, e, considerando-se o relativamente atrasado nível tecnológico da época, é simplesmente formidável a essência de sua teoria (ver figura 1):

"Quem domina a Europa Oriental, controla o coração continental (heartland); quem domina o coração continental controla a ilha-mundial; quem controla a ilha-mundial, controla o mundo."<sup>2</sup>

Embora, geograficamente, o "heartland" esteja deslocado mais para leste das potências centrais européias e da URSS ocidental, tal fato, por si só, não invalida a concepção. Impensado pelo "paredão ártico" ao norte, qualquer povo central, à proporção que suas necessidades o exigirem, crescerá sempre "para fora", buscando o espaço vital ou os recursos naturais de que carece. Nesse movimento contínuo e irreversível, a expansão atingiria os Bálcans e o Oriente-Médio, penetrando na África; a leste se estenderia aos mares quentes do Pacífico; no ocidente, a Europa não escaparia ao seu controle. Seria o Império do Mundo, o domínio de 3/4 partes das terras do Globo.

Mas, o que teria levado Mackinder, no início do século, a pensar dessa forma?

Que conjunto de dados e informações — econômicos, sociais, geográficos, políticos — disporia sobre as mais longínquas regiões dos continentes, que lhe possibilitassem formular uma teoria tão aceitável?

Comparativamente ao nosso mundo atual, a Ásia, a África e mesmo a Améri-

ca do Sul daquela época, eram continentes quase desconhecidos, a despeito das inúmeras possessões européias já existentes na Ásia e na África.

Considerando que a maioria dessas possessões limitava seus interesses à faixa marítima, e, portanto, sem significativas penetrações científicas pelo interior, acreditamos que a análise dos inter-relacionamentos das diversas atividades humanas nesses territórios era relativamente incompleta. Como incompletas nos parecem as constatações de abundâncias e as localizações das fontes de matérias-primas nas "terras marginais ou nos crescentes externo e interno".

Temos, assim, a impressão de que não teria sido a imensa riqueza disponível do mundo — e à espera de quem fosse conquistar — a base de formulação da teoria do "heartland". Esta teria se

formado à luz de considerações essencialmente políticas (embora suas origens tivessem sofrido fortes pressões econômicas).

O acelerado impulso desenvolvimentista da indústria siderúrgica alemã, depois de 1870, obrigou-a à conquista de novos mercados, levando-a à política de expansão colonialista na África e na Ásia, e a projetar seus interesses econômicos muito além de suas fronteiras geográficas, sem o devido respaldo de um forte Poder Naval que lhe permitisse fazer frente às potências marítimas tradicionais e garantisse seus acordos e alianças.

A despeito da poderosa esquadra mandada construir pelo Kaiser Guilherme II (e que só viria a atuar na 1ª Grande Guerra), a Alemanha, juntamente com a Áustria-Hungria e a Rússia sempre pos-

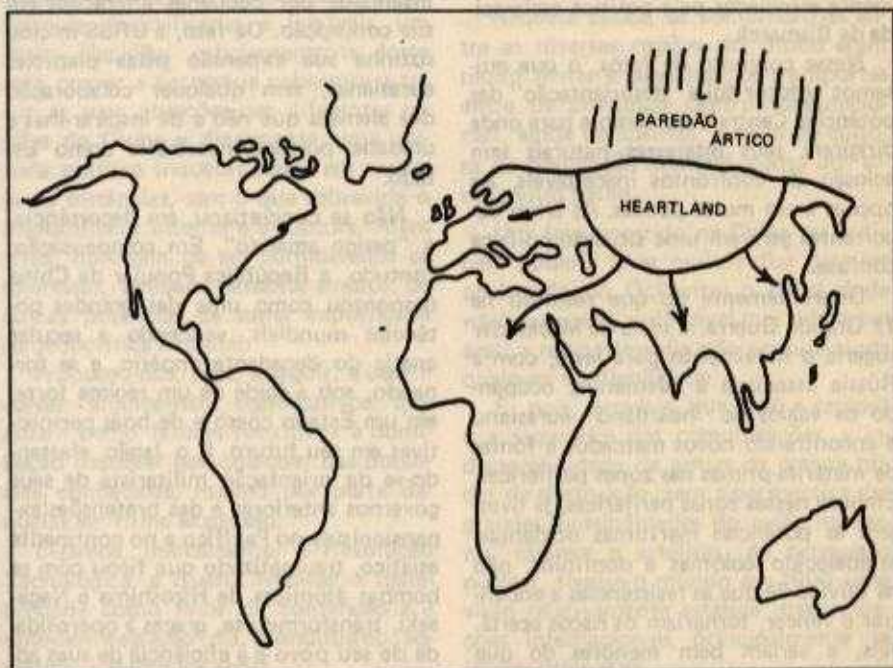


FIGURA 1

suíram uma mentalidade continental, talvez pelo infortúnio geográfico de suas saídas para os grandes oceanos serem facilmente bloqueadas nos estreitos da Dinamarca e nos de Bósforos e Dardanelos.

Nesse sentido, nada mais lógico que o expansionismo dessas potências centrais se orientasse principalmente para leste, através das imensas planícies siberianas ou para o sul, através dos Bálcans, atirando com os limites físicos do Império Otomano.

Com efeito, a reorientação desses movimentos expansionistas contribuiria, em seguida, para a deflagração da 1ª Guerra Mundial. Derrotada pelo Japão em 1905, na batalha naval de Tsushima, a Rússia, por precariedade de meios, viu-se contida no leste<sup>3</sup>, e voltou-se para os Bálcans, colidindo com os interesses alemães e austríacos nessa região e provocando a cisão dessas potências tão habilmente associadas pela política esclarecida de Bismarck.

Nesse conjunto de fatos, o que quisemos enfatizar foi a "desorientação" das potências Centrais em como e para onde dirigirem seus interesses naturais sem eclosão de confrontos inaceitáveis. As opções eram muito poucas. As crises decorrentes geraram uma situação política confusa.

Diferentemente do que resultou na 1ª Grande Guerra, a idéia de Mackinder sugeriria o movimento para leste, com a Rússia associada à Alemanha, ocupando os vazios do "heartland" eurasiático e encontrando novos mercados e fontes de matérias-primas nas zonas periféricas. Embora nessas zonas periféricas, já tivessem as potências marítimas ocidentais estabelecido colônias e domínios, não há dúvida de que as resistências a encontrar e vencer, tornariam os riscos aceitáveis, e seriam bem menores do que

orientar a expansão em qualquer outra direção, e a custos bem mais altos, como ficou posteriormente comprovado.<sup>4</sup> Nesse aspecto, a visão de Mackinder foi de extrema clarividência.

Ainda em seu trabalho, como a contrapor ao que seria um movimento de oeste para leste, ele levantou o problema do "perigo amarelo", configurando um movimento em sentido inverso, em que uma China associada ao Japão e sob o controle deste, poderia penetrar na região do "heartland", atingindo a Europa. E o fez contra a opinião generalizada da época<sup>5</sup>, demonstrando toda a sua independência de cientista e a sua sensibilidade às evoluções de civilizações consideradas, então, em plano bastante secundário.

A realidade, passados três lustros de História, vem demonstrando, com efeito, os acertos da tese de Mackinder, não invalidada por pequenas alterações em sua concepção. De fato, a URSS iniciou sozinha sua expansão pelas planícies eurasiáticas, sem qualquer colaboração dos alemães que não a de inspirar-lhes a unidade política necessária como Estado.

Não se concretizou, em decorrência, o "perigo amarelo". Em compensação, contudo, a República Popular da China despontou como uma das grandes potências mundiais, vencendo a secular apatia do decadente império, e se tornando, sob a égide de um regime forte, em um Estado coeso e de boas perspectivas em seu futuro. E o Japão, afastando-se da orientação militarista de seus governos anteriores e das pretensões expansionistas no Pacífico e no continente asiático, traumatizado que ficou com as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, transformou-se, graças à operosidade de seu povo e à eficiência de suas ad-

ministrações que souberam aproveitar a ajuda econômico-financeira dos EUA após a 2ª Grande Guerra, em uma das maiores potências industriais da Terra, logo abaixo dos próprios EUA e da URSS.

Portanto, se o "perigo amarelo", no sentido que Mackinder lhe emprestou, se desvaneceu, ele permanece como uma ameaça séria e eficaz no flanco oriental da URSS (o trunfo chinês) como veremos mais adiante.

A abrangência da tese, no entanto, no que se refere à dominação mundial pelo país que dominar o "heartland", encontra, de nossa parte, uma certa resistência. Essa resistência, talvez mesmo desconfiança de sua impossibilidade, decorre do próprio gigantismo da tarefa. Exigiria do "heartland", no caso a URSS, objetivos estratégicos muitíssimo amplos, políticas e estratégias globais bastante diversificadas e flexíveis, um Poder Nacional suficientemente forte para prover a necessária cobertura a todas as suas atuações nas diferentes regiões do Globo e, finalmente, uma unidade política inquebrantável em vastíssimas distâncias, sem o que sobreviria o desequilíbrio interno e a ruptura. Além disso, haveriam de ser considerados os interesses, também bastante amplos, de outras potências de suma importância na geopolítica mundial.

Propomo-nos, pois, a seguir, a desenvolver argumentos significativos que atuam como fatores restritivos à dominação mundial por qualquer das potências conhecidas, mesmo por parte daquelas em firme expansão.

Citamos, inicialmente, a Revolução Tecnológica, a Guerra Nuclear, a Instabilidade como fator de contenção e a autodesintegração do monolitismo soviético. Vejamo-los agora.

## A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, é aceita como o principal impulsionador do rápido desenvolvimento do mundo nos dois últimos séculos. Há quem avance, afirmando que a Era Nuclear iniciou a segunda grande revolução — a Revolução Tecnológica.

Por razões que posteriormente ficarão mais claras, trataremos, contudo, o problema nuclear separadamente.

Ninguém em sã consciência poderia, no início do século, acreditar na viabilidade do avião supersônico, dos foguetes interplanetários, dos satélites artificiais, do submarino nuclear, dos mísseis intercontinentais, das bombas nucleares e de neutrons, da televisão, das pesquisas genéticas, dos raios laser, da cibernética, e de outras grandes descobertas do conhecimento humano.

Naquela época, as comunicações entre as diversas regiões do Globo eram muito lentas e precárias; os transportes entre os principais centros populacionais, ainda deficientes; o nível de cultura da população mundial, como um todo, muito baixo.

Um fato ocorrido na China ou Índia bem poderia levar muitos dias para ser conhecido no Ocidente; o rádio ainda não aparecera; o dirigível mal subira aos ares; a radiotelegrafia não possuía ainda qualquer confiabilidade.

É, pois, provável que, sem a rapidez e a segurança das comunicações, a indisponibilidade de armas de grande poder de destruição, sem a perspectiva das grandes possibilidades do avião moderno, mísseis e satélites, da propulsão nuclear, tivesse o mundo em 1900 uma visão relativamente estática das interações internacionais, principalmente se intercontinentais.

O mundo girava em torno das navegações marítimas e dos deslocamentos terrestres. O primeiro, basicamente à vela e a vapor; o segundo, com as ferrovias — nos centros mais desenvolvidos — e com a tração animal — no restante habitável.

Comparativamente aos dias atuais, um mundo lento e desinformado, ou, para ser otimista, um mundo informado com muito retardo.

No mundo moderno, o elevado nível da tecnologia alterou substancialmente as medidas de tempo e distância.

As comunicações espaciais permitem a instantaneidade dos fatos. Meios de transportes mais rápidos possibilitam deslocamentos em questão de minutos ou de horas, dependendo das distâncias. Cálculos matemáticos intrincados são resolvidos em fração de segundos pela notável cibernética.

Uma infundável série de nossas modernidades (que assombrariam o mundo da primeira década deste século), poderiam ser exaustivamente enumeradas nos mais variados setores das atividades humanas.

Elas caracterizam a nossa atualidade pelo acentuado dinamismo das forças atuantes, impelindo-nos a um quadro de realidades em contínua mutação, a velocidades cada vez maiores.

Não há mais aquele sentido "estático" de forças. Muitas idéias e concepções são postas em prática, antes mesmo de seu amadurecimento.

A dinâmica das relações internacionais e as freqüentes interações entre interesses nacionais diversos tornam bastante difícil a análise do Poder Mundial, ante o número ponderável de possibilidades.<sup>6</sup>

O estrategista moderno, o analista político, o geopolítico, como todo cientista de qualquer campo de atividade,

se vêem forçados a pesquisar profundamente todas as condicionantes de um dado problema, antes de seu equacionamento e solução. Muitas vezes lutam com a fluidez de dados e informações nem sempre existentes ou reais, como no caso das jovens nações da África e Ásia, na esfera social.

A distância entre o perceptível e o real, muitas vezes se torna imprecisa e mesmo indefinida.

Mas, fato inconteste, estamos, hoje em dia, bem à frente da gama de conhecimentos do início do século.

Matérias-primas tidas anteriormente como só disponíveis nos continentes africano e asiático, de há muito foram encontradas em outros continentes também. Bem assinala o professor Cline, em sua conferência proferida em São Paulo em novembro do ano passado, no Seminário Internacional de Política e Estratégia, que "a América do Sul possui em reserva, as mesmas matérias-primas hoje buscadas na África".<sup>7</sup>

Esse fato, por exemplo, é muito importante para o estudo geopolítico, pois, a não exclusividade de uma região em matérias-primas essenciais a um Estado moderno, despota a potencialização o grau de interesse nessa região, podendo mesmo torná-la um objetivo estratégico desinteressante, se altos riscos tiverem de ser considerados.<sup>8</sup>

Dessa forma, a tecnologia, propiciando ao homem maiores facilidades e novos conhecimentos, alterou substancialmente a realidade do mundo (como continuará alterando, em seu processo contínuo e incontrolado). O mundo do início do século em nada se compara ao da nossa atualidade, da mesma forma que será ultrapassado por outras realidades futuras.

Por este prisma, o que poderia ter sido uma possibilidade no início do século, poderá não sê-lo hoje, ou em algum prazo previsível.

O controle eurasiático do mundo poderá ter sido uma possibilidade bastante aceitável na primeira década do século.

Mas não o seria hoje.

Os modernos e rapidíssimos meios de comunicações e transportes, os armamentos sofisticados de longo alcance e elevado poder de destruição, e principalmente, o generalizado sentimento de nacionalismo ou regionalismo de um país ou grupo de países imporiam, no mínimo, sérios obstáculos àquela pretensão.

E isso nos parece válido não só no sentido militar da dominação, mas também nos outros aspectos relacionados com os demais componentes do Poder de uma Nação.

Os movimentos e até mesmo as intenções dos Estados (sejam de natureza econômica, política, militar ou ideológica) são atualmente, percebidos ou constatados com relativa facilidade, possibilitando ao adversário a adoção imediata de medidas neutralizadoras ou impeditivas.

Evidentemente que não pode a tecnologia tomar para si todo o mérito nessa ação restritiva, já que constitui uma das peças, talvez a mais importante, é verdade, de um todo.

Mas é inquestionável que em todas as atividades humanas modernas ela é uma presença constante.

## A ERA NUCLEAR

Hiroshima entrou na História em 1945, como Constantinopla em 1453 e a Bastilha em 1789 — a primeira bomba atômica a destruir, iniciando uma nova era — a Era Nuclear.

Com duas guerras mundiais, as potências centrais da Europa conseguiram extinguir os grandes impérios marítimos do Ocidente, criando a oportunidade para o surgimento das duas grandes superpotências atuais — os EUA e a URSS.

Ante a perspectiva de confrontação, armazenaram esses países imensos arsenais nucleares, o suficiente para a destruição mútua, com conseqüências imprevisíveis para o resto do mundo, na antevisão de um verdadeiro holocausto nuclear.

Configurou-se, assim, uma situação de impasse, a que os estrategistas, de um modo geral, cognominaram de "equilíbrio de poder", delineando um quadro em que nenhuma das superpotências se sente interessada no confronto militar direto com a outra, derivando, assim, para outro campo de pressões, seus conflitos e disputas em defesa de seus interesses na área internacional. Dessa forma, no prosseguimento de seus amplos objetivos — a internacionalização do comunismo — vem a URSS se utilizando de outros meios menos visíveis e mais flexíveis: políticos, econômicos e, principalmente, ideológicos.<sup>9</sup>

Sua estratégia é bem definida. As elites do Poder garantem-lhe a constância, através de uma rigidez estrutural inigualável, sem o risco das alternâncias tão comuns dos países praticantes da democracia.

O Ocidente democrático precisa entender que a URSS está em guerra com o mundo não-comunista. A 2ª Grande Guerra forneceu-lhe a excelente oportunidade de consolidação interna de seu regime autocrático da ditadura do proletariado e, também, de se lançar para fora de suas fronteiras geográficas (prudente e timidamente respeitadas até então) e projetar, de forma irreversível, as

suas zonas de influência no oriente da Europa, iniciando a estruturação de um dos maiores impérios de todos os tempos. Sua expansão é contínua e já não atende ao conceito tradicional das fronteiras geográficas. O emprego dos Poderes político, econômico e ideológico e o subsequente controle de países nas mais variadas regiões do Globo, alargam aquele conceito para algo muito mais fluido, de difícil caracterização. A expressão "fronteira de influência" talvez se aplique ao fenômeno.

Se o impasse nuclear tem se mostrado vulnerável a esse tipo de expansão sub-reptícia da URSS, presta-se também à emergência de potências médias regionais, que, embora de importância limitada ainda, vêm se constituindo progressivamente em peças indispensáveis no xadrez da política mundial. Esse aspecto abordaremos, no entanto, mais adiante.

A quebra desse "equilíbrio de poder" por uma das superpotências, pode alterar profundamente o quadro acima esboçado.

Em seu pessimismo, o professor Burke, ex-membro do corpo docente da St. John's University e do College of White Plains, nos EEUU, admite o confronto nuclear direto e irrestrito entre as superpotências no caso de significativo desequilíbrio. Em seu artigo<sup>10</sup>, em que cita a afirmação do general estadunidense George Keegan, de que é de 40:1, a razão atual na relação de perdas humanas entre os EEUU e URSS em caso de confronto nuclear irrestrito, o professor Burke deixa bem clara a hipótese. Segundo sua opinião, o retraimento estadunidense em armamento nuclear nos últimos anos, possibilitando uma nítida vantagem para a URSS, bem poderia mover esta superpotência a julgar "acei-

tável" a escalada nuclear, citando, inclusive, algumas estratégias para viabilizá-la.

Embora devamos encarar a opinião do professor Burke com certo ceticismo, não podemos ignorá-la, pois, um vencedor de tal conflito, seria indubitavelmente o Senhor do Mundo, não possuindo as demais potências nucleares, mesmo sob uma súbita aliança, condições de desafiar o vencedor, nem mesmo de equilibrar novamente o Poder. E esse desequilíbrio seria ainda bem maior em caso de vitória da URSS, que detém a supremacia em armamento nuclear no momento.

Concluindo, e a despeito das observações do professor Burke acima, somos de opinião de que a estratégia do "equilíbrio do poder" permanecerá ainda, por um tempo indeterminado, como o principal mantenedor da paz mundial em seu todo, embora apresente vulnerabilidades que viabilizam conflitos regionais, guerras limitadas de curta duração, nas quais, indiretamente, as superpotências se confrontam, seja pela assessoria militar, fornecimento de armamento convencional, suporte financeiro e mesmo político.

Mas a dominação mundial pelo "heartland eurasiático" fica temporariamente contida.

### A INSTABILIDADE COMO FATOR DE CONTENÇÃO

Embora faça menção à estimativa do general estadunidense Keegan, o professor Burke, em seu trabalho, prefere utilizar a da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA, que é significativamente menor, 10:1, expressando que em caso de guerra nuclear irrestrita, para cada 10 milhões de soviéticos mortos,

morreriam 100 milhões de estadunidenses.

Para ele, isso, por si só, significa uma "brecha estratégica" que poderia incentivar os soviéticos à decisão extrema de "pagar para ver". Reforça ainda seu ponto de vista, pela perigosa tendência de tal correlação se ampliar, à vista do mais rápido crescimento do poder nuclear e convencional da URSS: "os EUA seriam levados a uma 'posição insustentável' pelas pressões soviéticas, a um risco mínimo ou modesto para sua própria sobrevivência".

Para fins de nosso artigo, a sua concretização significaria a confirmação inquestionável da tese de Mackinder.

Mas vejamos outros aspectos do problema.

Historicamente, os EUA sempre nortearam sua política externa por interesses econômicos.

Desde a segunda metade do século passado, seus movimentos centrífugos foram de caráter nitidamente imperialistas no Pacífico e no Caribe.

Não entrarão em guerra por outras razões que não as de seus interesses puramente comerciais.<sup>11</sup>

Manter-se-ão retraídos, praticamente afastados das grandes questões mundiais (não são problemas seus).<sup>12</sup> Evitarão comprometimentos com outras potências ocidentais. Manterão sempre, acima de qualquer questão, o bem-estar de seu povo e a segurança dos seus altos padrões de vida.

Entraram em duas guerras mundiais. Justificaram a atitude, alegando terem sido duramente provocados.

Esse comportamento isolacionista será profundamente alterado após o término da 2ª Grande Guerra.

Superpotência, lançar-se-ão como baluartes dos interesses ocidentais em to-

dos os continentes. Utilizarão todo o prestígio na defesa desses interesses.

Mas, quando decididos à intervenção militar, evitarão se engajar sozinhos nas disputas internacionais. Dividirão responsabilidades com outros países, a exemplo da guerra da Coreia, da 2ª guerra árabe-israelense e das perturbações em S. Domingos.

Essa tendência, em que predomina uma conotação moralista, só seria desvirtuada duas vezes: a primeira, com a rápida intervenção no Líbano em 1958, e a segunda, com a guerra do Vietnã, onde, pela primeira vez, uma superpotência é militarmente derrotada por um país de valor militar inexpressivo, embora diretamente assistido por potências antagônicas.

O desastroso desfecho desta guerra, cujas origens podem ser atribuídas à débil Vontade Nacional estadunidense de se envolver em uma guerra que não era deles, trouxe consigo duas consequências importantes:

- econômica: com o imediato descontrole da economia ocidental e seus reflexos nas economias dependentes ou complementares, causados pelos elevados custos daquela guerra,

- política: com a tradicional tendência de retraimento político-militar dos EUA, a ponto de permitir perturbações políticas perigosas à democracia ocidental, no Caribe e na América Central, em fins de 1970.

Mas, se em outras épocas, esse retraimento não afetou a balança do Poder Mundial, dessa vez provocou desequilíbrios sérios, ante as agressivas investidas da URSS na sua doentia política de dominação mundial, no vácuo deixado pelo recuo estadunidense.

As implicações imediatas foram:

- o maior reflexo da forte Vontade

Nacional soviética ante os países do Terceiro Mundo, da Ásia e da África;

— em consequência, a abertura da China com relação aos EUA e às outras potências ocidentais, encerrando seu isolamento;

— a perspectiva (sempre temida) de uma aliança da China Popular (RPC) com o Japão, que, tudo indica, decidiu, acertadamente, se rearmar;<sup>13</sup>

— o fortalecimento da aliança européia das nações ocidentais; a Europa Ocidental cresce novamente como potência atuante, recuperando parte de sua independência política nas questões mundiais, e

— a emergência de potências regionais (antes obscurecidas) na tentativa de ocupar alguns espaços vazios.

Nesse complexo contexto se apresenta o Mundo na década de 80. Tão mais complexo se considerarmos que ao retraimento político estadunidense, correspondeu um enfraquecimento de seu poderio nuclear<sup>14</sup>, o qual, necessariamente, teria de ser compensado com novas forças de equilíbrio, geradas pelos próprios EUA ou por outras potências aliadas em condições de fazê-lo.

Antes de prosseguirmos, no entanto, façamos algumas especulações.

Os arsenais nucleares soviéticos e estadunidenses são altamente questionáveis. O holocausto nuclear conseqüente de seu emprego não encontra qualquer explicação sensata pela razão humana. Em outras palavras, a disponibilidade de vários milhares de ogivas nucleares, capazes de extermínio em massa, é totalmente irracional.

Mas elas são reais. Existem realmente.

O fato consumado, de que o controle desses artefatos esteja em mãos de duas

únicas potências, nos afigura como um fator de muito maior segurança do que se estivesse dividido entre mais potências. É um fator limitativo de seu emprego.

Entretanto, no caso de uma dessas superpotências fraquejar no confronto ou dele simplesmente desistir, o mundo estaria definitivamente à mercê da superpotência dominante. Se esta fosse os EUA, cremos nada dever temer de sua tradição democrática e de coexistência. Mas se fosse a URSS, tudo leva a crer que nos defrontaríamos com a opção única da subserviência a um regime totalitário dominado exclusivamente por uma elite estereotipada.

E nisso reside o problema. Na última década, dificuldades econômicas internas levaram os EUA a reduzirem o ritmo de seus gastos militares, provocando um desequilíbrio perigoso à segurança do mundo ocidental e de países não alinhados à URSS (é interessante admitirmos que uma crise semelhante na URSS, provavelmente não a afastaria sensivelmente de seus programas armamentistas).<sup>15</sup>

Conjecturemos:

Terá sido esse desequilíbrio incidental?

Não mais se repetirá?

O novo governo eleito dos EUA demonstra, por entrevistas e declarações de sua assessoria política e militar, estar decidido a recuperar o terreno perdido.

Mas, enquanto a URSS é impelida por uma ideologia de penetração mundial, questionemos novamente:

Está a decisão do futuro governo estadunidense apoiada em alguma ideologia igualmente tentadora ou em argumentos sólidos que traduzam uma vontade permanente de seu povo democrático?

A hegemonia de uma parte do mundo exige evidentemente sacrifícios do país que a detém — e é claro que demandará do restante do mundo o mesmo compromisso.

Estará o regime democrático dos EUA disposto a aceitá-los de forma consciente e constante?<sup>16</sup>

Uma incógnita.<sup>17</sup>

Dai a nossa concepção de Multipolaridade de Poder. Como o desequilíbrio é em nível nuclear, ela sugere com efeito, a emergência de novas Potências Nucleares que equilibrem a balança do Poder. Indiretamente, sugere também uma certa corrida armamentista.

Mas, se os EUA não estiverem decididos a se manterem "guardiães" das civilizações não-soviéticas, estas têm todo o direito de proverem a emergência de novas Potências Nucleares que estejam convictas e dispostas a complementá-los e mesmo substituí-los.

A estratégia "Aliança de Todos os Oceanos" exposta pelo professor Cline, sob a égide dos EUA, requer destes um sentido de cooperação internacional com os países amigos, em nível nunca anteriormente atingido. Cline é enfático: "Seu objetivo (da Aliança) não deve ser a hegemonia imperial, mas a dedicação a assegurar a segurança e o modo de vida político, econômico e social que os respectivos cidadãos de cada nação desejam".

Parece-nos algo como uma democracia a nível internacional, sob a liderança dos EUA, dentro da concepção da estratégia global da bipolaridade do Poder.

Mas, repetimos, essa estratégia global e, conseqüentemente, a "Aliança de Todos os Povos" só encontrariam respaldo enquanto os EUA se mantivessem iguais, superiores, ou ligeiramente inferiores à URSS em capacidade

nuclear. Caso contrário, a URSS não vacilaria em tirar proveito das circunstâncias favoráveis.

A concepção da "Bipolaridade do Poder" e da "Aliança de Todos os Oceanos" teria sido vã.

A URSS dominaria o mundo.

Deus seria varrido da face da Terra.

Mackinder teria sido um grande profeta.

Mas, vejamos como a "Multipolaridade do Poder" poderia oferecer instrumentos eficazes como fator dissuasório nesse confronto Leste-Oeste.

Primeiramente, cabe-nos conceituar "Multipolarização do Poder".

Não significa a divisão do Poder Mundial em vários Pólos de igual Poder.

Isso nos parece improvável. Os EUA e a URSS, em pouco mais de três décadas, desenvolveram e sofisticaram tanto seus arsenais nucleares que não nos parece evidente que alguma outra potência, seja a França ou a RPC, ou qualquer outro país detentor de toda a tecnologia nuclear, consiga igualá-los.

Parece-nos evidente que a hegemonia nuclear dos EUA e URSS permanecerá por prazo indeterminado, se não se autodestruírem no decorrer do tempo.

A conceituação da Multipolarização do Poder admite essa hegemonia. Mas admite também a existência de Potências Nucleares Médias, formadas por sentimentos de própria auto-defesa. Este deve ser o sentido da "Force de Frappe" de De Gaulle e dos esforços chineses no desenvolvimento de seu próprio arsenal nuclear. É possível que outras poucas potências médias surjam nas próximas décadas, a despeito do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares, e das tentativas estadunidense-soviéticas de limitação e controle de seus próprios arsenais atômicos (SALT-II).

E a chave da questão está exatamente na incapacidade das superpotências em controlar esses Tratados.<sup>18</sup>

Conseqüentemente, esse é o fator decisivo na concepção da Multipolaridade do Poder aqui enunciada.

Já não são mais os EUA, URSS, França, Inglaterra, Canadá, Japão, Alemanha Ocidental, RPC, Suécia, Suíça, Itália e Índia que possuem o domínio da tecnologia nuclear.

De acordo com Theodor H. Winkler, membro do Programa para Estudos de Segurança Internacional e Estratégica, sediado em Genebra, Suíça, mais 10 países podem ser relacionados como em vias de possuir capacidade suficiente para desenvolver seu próprio artefato nuclear. Seriam eles: Argentina, Brasil, Egito, Iraque, Israel, Líbia, Paquistão, África do Sul, Coreia do Sul e Formosa.

Sob o prisma geopolítico, todos esses países possuem alguma importância estratégica:

Argentina e Brasil — o controle do Atlântico Sul e da Antártida;

África do Sul — o controle da passagem do Cabo, comunicando três oceanos;

Egito, Iraque, Israel, Líbia — proximidades do Golfo Pérsico;

Índia, Paquistão, Formosa e Coreia do Sul — regiões periféricas da Eurásia oriental e sul (URSS).

Se aplicarmos, contudo, o conceito do Poder Perceptível de Cline, o quadro acima ficaria bastante modificado, pois a maioria não reuniria as condições básicas para se tornarem Potências efetivas. É o caso de Formosa, Israel, Coreia do Sul, Iraque, Líbia, Egito e África do Sul. Brasil, Índia, Argentina e Paquistão, no entanto, teriam possibilidades de atingirem o status de potências regionais na próxima década, principalmente o primeiro, já considerado por aquele autor como a terceira em Poder Perceptível do mundo, superior mesmo à RPC.

Ficariam, assim, definidas as peças do xadrez. Vejamo-las harmonizadas à concepção dos Polos de Poder (Fig. 2):

*Polo Euro-americano* — englobando a Europa Ocidental e os países da América do Norte — sem dúvida um dos polos de maior poder político, econômico e militar do mundo, com todas as nações

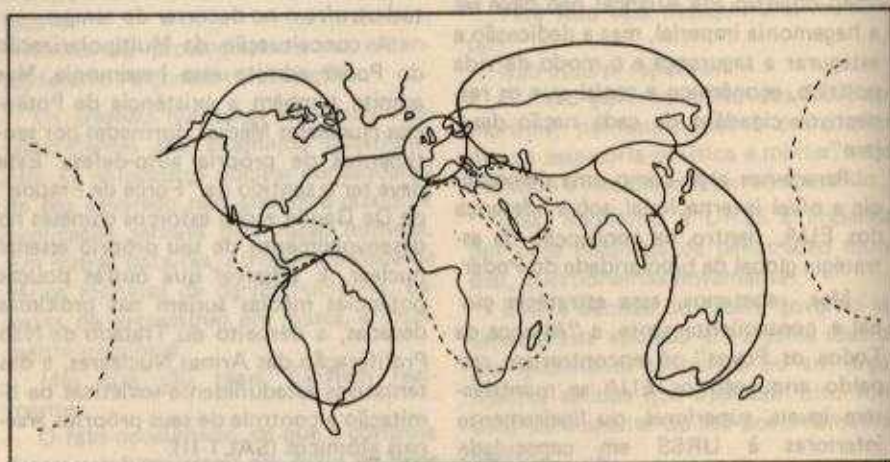


FIGURA 2

desfrutando de elevado padrão de vida (à exceção ainda do México);

*Polo Latino-americano* — um polo em formação, onde o Brasil e Argentina despontam como prováveis potências regionais a médio prazo; um polo de relativa estabilidade política, cujas nações, em seus esforços de desenvolvimento acelerado, encontram interesses comuns; Chile e Venezuela complementam com boas perspectivas, esse bloco emergente; sua força militar não é, no entanto, ainda, significativa em termos internacionais; a existência do Tratado de Tlatelolco pode criar embaraços ao armamento nuclear nessa região, já que simplesmente ele o impede;

*Polo Australático* — englobando a República Popular da China, o Japão e a Austrália; sem dúvida, um polo enigmático; ainda não podemos afirmar que o "trunfo chinês" comporá qualquer esquema de defesa anti-soviética; a recente abertura da RPC com o Ocidente e o Japão parece consistente e lógico, e há indícios reais de tender a se ampliar; a década de 80 confirmará essa suposição; entretanto, se aspectos multi-culturais puderem ser contornados e os diferentes interesses harmonizados, esses três países poderiam formar um Polo de Poder bastante poderoso.

*Polo Eurasiano* — desde a Europa Oriental até a extremidade oriental da Sibéria; um bloco monolítico sob o regime forte da ditadura do proletariado; é um dos polos de maior poder militar do mundo e determinado, por força de sua própria ideologia, à dominação mundial; e, por isso, contra ele, devem convergir os esforços dos demais polos; em sua periferia, orbitam países de tendências múltiplas: Índia e Vietnã a seu favor no momento; o Paquistão tendendo ao polo euro-americano; a década de 80 talvez

traga mais luz sobre essa periferia cambiante.

Além dos Polos de Poder acima concebidos, torna-se oportuno fazermos algumas considerações sobre quatro regiões geográficas que, basicamente produtoras de matérias-primas e relativamente desprovidas de Poder, vêm, contudo, assumindo importância crescente na geopolítica mundial:

*Região do Oriente-Médio* — o elo de três continentes, é a região mais instável do mundo em termos políticos e militares; nessa região, a mais rica em petróleo do Globo, conflitam-se interesses de toda a sorte, principalmente os de natureza econômica; dessa região flui o petróleo para o mundo, particularmente para o ocidental; nessa região se decide a existência de Israel; nessa região se disputa a hegemonia do mundo islâmico; é um barril de pólvora a explodir os arsenais nucleares; uma região vulnerável às pressões exercidas pelas grandes potências.

*Região Africana* — continua à anterior, sendo uma região heterogênea por sua multiformação étnica e cultural; é também politicamente instável, por ser formada de nações jovens, recém-libertas do colonialismo europeu e por terem as fronteiras políticas definidas aleatoriamente pelas antigas metrópoles, sem considerarem fatores geográficos, étnicos, culturais, econômicos; é uma região de inexpressivo valor militar, a despeito de alguns países relativamente armados ao norte e da África do Sul, em vias de deter toda a tecnologia nuclear.<sup>19</sup>

*Região Centro-Americana* — formada pela América Central e as ilhas do Caribe; um elo entre os dois continentes americanos, o ponto de encontro entre as civilizações latinas do sul e as anglo-

saxônicas do norte; a despeito das perturbações políticas por que passa periodicamente, é uma região bem menos instável que as anteriores, seja pela maior maturidade já atingida, seja pela proximidade dos Polos Euro-americano e Latino; a presença de uma Cuba marxista na região e suas constantes tentativas de infiltração em países próximos produzem agitações localizadas que exigem certa atenção dos polos vizinhos; é uma região que tende a ser absorvida pelo polo latino, à proporção que este acumula maior Poder, em futuro não muito distante.

*Região do Pacífico* — formada pelos inúmeros arquipélagos do Oceano Pacífico Central e Sul; uma região relativamente inexpressiva, mas que evoluirá em importância política, à proporção que o equilíbrio for sendo alcançado nas demais regiões; é uma região de grande valor estratégico entre o leste e o oeste.

Propositamente, deixamos de constituir uma região específica, com as terras marginais do sul eurasiático, mais particularmente com a Índia e o Paquistão, países cujo antagonismo latente, vem forçando, de cada um, a tendência de maior comprometimento político a um dos Polos de Poder: a Índia com a URSS e o Paquistão, aos EUA.

Entretanto, a fluidez com que os eventos políticos se sucedem naquela área torna o quadro bastante indefinido, principalmente se atentarmos para o que aparenta ser um esforço dirigido da URSS para impedir o expansionismo chinês no sudeste asiático, fortalecendo as pretensões hegemônicas vietnamitas no Laos e Camboja e consolidando sua influência na Índia, estendendo, dessa forma, significativamente, o Polo Eurasiático descrito anteriormente.

Por outro lado, não devemos esquecer o fato de ser a Índia um membro da Comunidade Britânica, juntamente com a Austrália e o Paquistão. E é possível — e isto dependeria decisivamente do interrelacionamento interno dessas nações dentro da Commonwealth — que esses três países caminhassem futuramente para a formação de um novo Polo de Poder (um Polo Índico), de certa forma desmembrado do Australático, citado anteriormente, com a saída da Austrália. A RPC, o Japão e, provavelmente, o Vietnã, e mesmo a Indonésia, neste caso, passariam a configurar um Polo Asiático genuíno (Fig. 3).

Do que até aqui foi exposto, resumindo, conseguimos identificar quatro (e possivelmente cinco) Polos de Poder e caracterizar quatro Regiões fornecedoras basicamente de matérias-primas.

Nessas Regiões, os Polos de Poder se encontram, cada qual na defesa de seus próprios interesses, principalmente econômicos.

Como tais interesses são normalmente conflitantes, surge forçosamente um certo grau de instabilidade política nas Regiões, concorrendo para isto outros tipos de pressões (culturais, ideológicas, militares) concentradas nos objetivos fixados pelos diferentes Polos de Poder.

A instabilidade regional assim gerada, pela ativa participação de vários Polos de Poder, desvincularia das Superpotências a concepção básica da estratégia da bipolaridade, obrigando-as ao desenvolvimento de várias estratégias menores, regionalizadas, para fazer frente às manobras, certamente insinuantes, das Potências menores, na tentativa de melhor repartição das riquezas e do próprio equilíbrio de Poder.

A emergência de Potências Nucleares Médias será uma consequência natu-

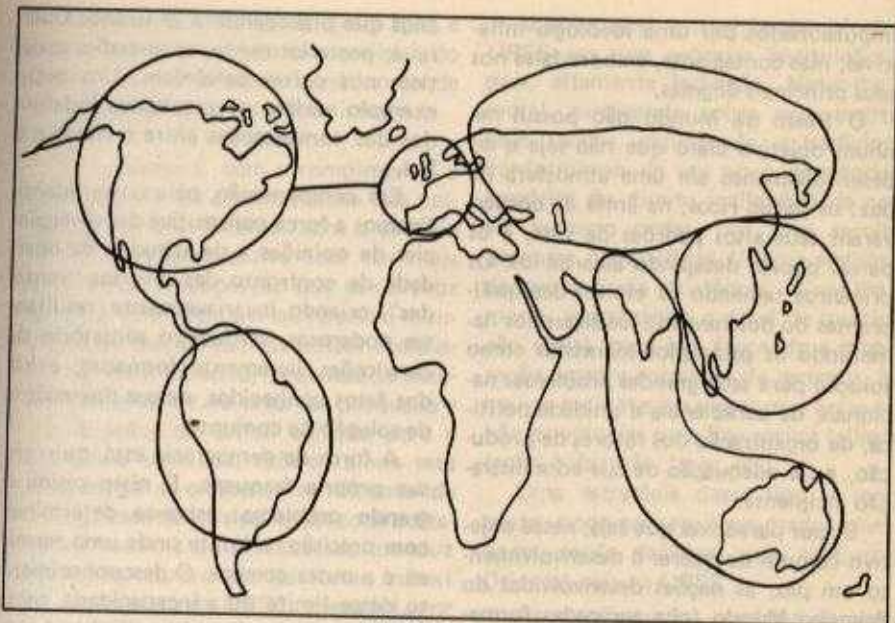


FIGURA 3

ral da consolidação das Potências Médias Regionais e de suas evoluções no cenário mundial, em face dos inevitáveis conflitos fermentados na defesa de seus interesses nacionais, nas mais diversas regiões, à proporção que as novas forças liberadas pelo desenvolvimento reclamem por novos campos de aplicação.

Um mundo instável, mas multipolarizado em poder, com responsabilidades e vantagens repartidas, mesmo a níveis diferentes, parece-nos contribuir mais para a paz mundial, que a mesma instabilidade, patrocinada somente por duas superpotências, onde a momentânea fraqueza de uma poderá ser o incentivo para a outra, à ambição do domínio mundial.

A primeira suposição encontra, entretanto, um contra-argumento sério. A existência de potências nucleares médias aumenta o risco de um tipo qualquer de guerra nuclear, mesmo limitada e de baixa intensidade, pelo confronto de duas

ou mais dessas potências. Não há dúvida de que esse risco existe. Mas achamos que as conseqüências advindas seriam bem menos graves e mais suportáveis que as providas da confrontação direta entre as duas superpotências (o holocausto nuclear). Além disso, seus efeitos materiais e psicológicos mostrariam claramente ao mundo a total irracionalidade do emprego do armamento nuclear, e, sobretudo, evidenciariam de forma irretorquível as falhas e as fraquezas humanas. Qualquer conjectura além desse nível nos conduziria ao estágio da loucura generalizada. Nessas circunstâncias, o holocausto estaria justificado.

#### **A AUTODESTRUIÇÃO DO MONOLITISMO SOVIÉTICO**

A URSS conduz sua política externa e sua estratégia expansionista de forma clara, coerente e sobretudo constante. Seus anseios de dominação mundial são

impulsionados por uma ideologia inflexível, mas contagiante, embora falsa nos seus principais dogmas.

O Resto do Mundo não possui nenhum objetivo claro que não seja o do desenvolvimento em uma atmosfera de paz: os países ricos, na ânsia de conservarem seus altos padrões de vida, e os países pobres desejando alcançá-los. Os primeiros temendo os efeitos desequilibrantes do bolchevismo; os segundos namorando os princípios marxistas como solução para seus grandes problemas nacionais, de consciência e unidade política, de organização dos fatores de produção, e de adequação de sua administração incipiente.

E, por paradoxal que seja, nesse objetivo comum de querer o desenvolvimento em paz, as nações desenvolvidas do Primeiro Mundo (que agregadas formaram um bloco de poder econômico inigualável) nem sempre auxiliam os do Terceiro Mundo (que agregadas somariam o maior índice de pobreza) no nível aceitável às suas aspirações, deixando-as à mercê da demagogia onipresente do comunismo.

Nessa desuniformidade de ação do mundo não-soviético transparece toda a fragilidade do sistema democrático entre as nações. E evidencia toda a sua força.

A democracia se nos assemelha a uma moeda de duas faces. Por uma, identificamos diferentes interesses econômicos, estratégias e políticas nacionais, gerando, muitas vezes, atitudes conflitantes ou divergentes, pretensiosas ou egoístas, configurando um conjunto heterogêneo e fragmentado, incapaz, pela própria natureza do sistema, de uma união ou associação que lhe dê consistência. Como exemplo, citamos a débil e infrutífera política de apaziguamento dos Aliados ante as agressões militares nazistas nos

anos que precederam a 2ª Grande Guerra e, posteriormente, as agressões soviéticas nos países balcânicos. Um outro exemplo seriam os resultados indefinidos das conversações entre o Norte e o Sul.

Em compensação, pela outra, identificamos a força construtiva das divergências de opiniões e de atitudes, da liberdade de confronto das diversas "verdades", criando invariavelmente resultantes poderosas, verdadeiro somatório de convicções livremente formadas, à luz dos fatos conhecidos, de sua discussão e da solução de conjunto.

A força da democracia está, pois, em sua própria fraqueza. E nisso reside o grande problema: saber-se determinar com precisão, o limite onde uma termina e a outra começa. O desconhecimento desse limite ou a incapacidade, mesmo temporária, de se identificá-lo é que transmite à democracia a aparência de debilidade. Por esta brecha, então, penetram as ilusões das ditaduras obcecadas pelo sentimento de poder e de domínio. E são capazes de feitos brilhantes como os de César e de Alexandre, e, mais recentemente, de Hitler e Mussolini.

Mas as ditaduras de firmes decisões e vontades, de grandes demonstrações de poder político e militar, na realidade, são muito mais frágeis em sua essência, pois, tendem com o tempo a se enfraquecerem, seja pelas dissensões internas, seja pelos descontentamentos de massa, seja pelos movimentos subterrâneos de resistência, minando as bases em que se apoiaram. Sem opções, sem flexibilidade em seus rígidos sistemas, as ditaduras caem, se autodestroem, se desintegram, sucedendo-lhes períodos violentos e conturbados pela disputa do poder vacante, por grupos políticos de diferentes tendências.

Por esse motivo, acreditamos que, a despeito do forte controle policial do Estado, o monolitismo soviético tende à ruptura por duas direções distintas:

— a primeira, com o rompimento, a desagregação ou afrouxamento dos países da Europa Oriental com a própria URSS; essa perspectiva será tão mais fortalecida, à proporção que os reflexos da crise de energia por que passa o mundo ocidental atinjam os países socialistas do leste europeu, provocando desequilíbrios sérios no setor da produção e distribuição, de difícil solução para a economia soviética; reforça ainda essa perspectiva o crescente sentimento de "fadiga mental e física" a que toda a ditadura (mesmo a do proletariado) conduz seu povo, controlado de forma inflexível (e no caso da URSS, alienado), por quase meio século de abstenções, marginalizações e esquecimento; é fortalecida ainda pela simples comparação dos padrões de vida e de liberdade com os países do ocidente europeu que lhes estão mais próximos; o desequilíbrio na Europa Oriental repercutiria amplamente dentro da própria URSS;

— a segunda, nascendo dentro do próprio território soviético, pelas mesmas causas apontadas, mas forçando o sistema à reformulação de princípios e doutrinas; nesse particular, a campanha dos "Direitos Humanos" movida pelo mundo democrático e o apoio sub-reptício aos "dissidentes" do sistema tenderão a apresentar dividendos, se conduzida com constância e coerência; é igualmente importante que a URSS seja forçada a dispender larga margem de recursos em outros fins que não sejam os de satisfação das necessidades básicas de seu povo e o bem-estar de sua imensa e heterogênea população.

Manter uma estratégia de atingir a URSS em suas próprias instituições é, pois, altamente indicado. Minar-lhe o moral, carregando sobre suas instituições sociais, explorando o tradicional conformismo de seu povo, acenando a bandeira do direito inalienável de cada ser humano poder, por livre escolha, procurar o equilíbrio físico e espiritual de sua própria existência. Minar-lhe o moral, aumentando o nível de insatisfação social, para isso forçando a mobilização sempre crescente de recursos, humanos ou materiais, em outras áreas que não as voltadas para fins sociais (alimentação, habitação, lazer, etc).

Uma estratégia desse tipo, a longo prazo, pode conseguir resultados animadores, senão decisivos, seja na Europa Oriental, seja na URSS.

As manifestações grevistas do proletariado na Polônia, iniciadas em outubro último e que se prolongam em seus reflexos até os nossos dias, parecem comprovar a suposição. A despeito do forte controle policial, é provável que a Tchecoslováquia e a Romênia (e possivelmente os demais países balcânicos) enfrentem as mesmas reações. Diferentemente da época em que ocorreu o movimento conhecido como a "Primavera de Praga", uma revolta liberal tcheca esmagada pelos tanques soviéticos, dessa vez, a URSS, desgastada por uma ocupação militar desastrosa no Afeganistão, sente-se temporariamente contida em nova intervenção direta. Mas, sem dúvida, que o fará, se sentir ameaçados os princípios fundamentais de seu comunismo imperialista, a despeito das veladas ameaças dos EUA e OTAN de adotarem represálias.

Muito recentes para avaliações mais seguras e conclusões, esses acontecimentos poloneses, contudo, deixaram bem

claro dois aspectos importantes e que não devem ser subdimensionados:

— o recuo do governo comunista ante as exigências do proletariado em sua conquista do Sindicato da Solidariedade, independente da orientação do Partido Comunista; e a aparente associação desse governo à nova situação;

— a presença da Igreja Católica junto ao governo comunista nas celebrações de 16 de dezembro em Gdansk, por ocasião da inauguração do monumento aos operários mortos em manifestações grevistas em 1970; ao nosso ver, este fato deve ser estudado como uma demonstração pública da Igreja — uma das inspiradoras dos movimentos grevistas — da força espiritual do povo polonês e de seu caráter profundamente religioso; e não, como a princípio pode parecer, como um sinal de que a Igreja e o Comunismo podem coexistir pacificamente — isto nos pareceria um paradoxo.

Dentro de nossa suposição, tais fatos evidenciariam um certo "afrouxamento" do rígido sistema soviético, cedendo parte do controle centralizado a outros tipos de pressões que não as impostas pelo Partido Comunista.

Os seres humanos são semelhantes em todas as regiões da Terra, embora guardem entre si individualidades distintas. Os grupos sociais também. As mesmas aspirações das sociedades ocidentais são bastante semelhantes às do mundo marxista. Todos anseiam a liberdade de viver em um mundo sensato, sem excessos, onde a felicidade de um grupo é nivelada à do outro, guardadas as diferenças culturais.

Tanto é nocivo à civilização o excessivo liberalismo "permissivista" da sociedade ocidental, como o excessivo comportamento "uniformista" do mundo

comunista. Nem anarquismo, nem "fornigismo".

A autodesintegração do monolitismo soviético parece-nos, pois, uma realidade que só dependerá do tempo.

Mas virá.

## CONCLUSÃO

Por oportunidade, julgamos ter reunido e de forma sucinta exposto, alguns argumentos que inviabilizam a tese de Mackinder sobre o controle do mundo pelo "heartland" eurasiático:

- a revolução tecnológica;
- a guerra nuclear;
- a instabilidade como fator de contenção;
- a autodesintegração do monolitismo soviético.

Pela revolução tecnológica, vimos como o desenvolvimento das comunicações, dos transportes, do armamento, e de inúmeros outros setores das atividades humanas, vieram, em quase um século, alterar profundamente o nível das possibilidades humanas. O relativo "estaticismo" do início do século foi substituído pelo dinamismo e pela precipitação.

A perspectiva do holocausto nuclear, possibilitado pelos imensos arsenais nucleares estadunidenses e soviéticos, gerou um impasse no equilíbrio de poder, contendo ou sofrendo o expansionismo soviético em várias regiões do Globo, dentro da ampla estratégia da Internacional Comunista.

Por esse prisma, parece-nos impossível ou remotamente possível uma perspectiva de dominação mundial por qualquer das duas superpotências. Além disso, o surgimento de potências médias regionais, sugerindo uma espécie de multipolarização do poder, aumentou signifi-

cativamente a probabilidade de instabilidades regionais e de conflitos limitados e de curta duração, pelos quais as superpotências, indiretamente, podem prosseguir em suas disputas de poder. Mas é a consolidação destas potências médias que altera a repartição desse poder, constituindo-se em fator ponderável na contenção hegemônica por um único país e reduzindo, em consequência, a ameaça do holocausto nuclear em caso de sensível desequilíbrio nuclear.

Consideramos finalmente o aspecto negativo do sistema político comunista e sua ideologia, "onde a ditadura do proletariado floresceu por cima da liberdade e dos direitos do homem. À proporção que os insucessos do sistema afetaram as diversas atividades sociais, acreditamos que o sentimento de frustração e desencanto consiga abalar a rígida estrutura política, fragmentando o monolitismo do bloco soviético, enfraquecendo-o em suas pretensões de dominação mundial.

Teríamos vencido Mackinder.

## Referências

- 1 - Sir HALFORD JOHN MACKINDER (1861-1947) nasceu em Lincolnshire na Inglaterra. Em 1904 expôs em conferência no Royal Geographical Society em Londres, o seu ensaio "The Geographical Pivot of History". Em 1919 publicou um livro, "Democratic Ideals and Reality" em que reforçou a tese do "heartland" exposta anteriormente.
- 2 - Do artigo da professora Therezinha de Castro: "Geopolítica do Poder Mundial"
- 3 - No ano em que Mackinder apresentou seu ensaio, 1904, era crença generalizada na Europa de que não havia na Ásia nenhuma nação capaz de enfrentar com sucesso qualquer potência ocidental. A derrota da Rússia para o Japão em 1905, além de causar incredulidade no mundo, projetou o Japão como uma das maiores potências navais da época.
- 4 - A derrota russa em 1905 para o Japão e o consequente controle por este do sul da Mandchúria e da Coreia, desviaram os interesses russos do oriente para os Bálcãs, onde entrariam em conflito com os da Alemanha e os da Áustria, caracterizando uma das causas da 1ª Grande Guerra.
- 5 - Ver Referência 3.
- 6 - Em seu livro "O Ano 2000", Hermann Kahn e Anthony Wiener fizeram elaboradas considerações sobre diversos "cenários" possíveis no interrelacionamento entre as nações pela disputa do poder no ano 2000.
- 7 - Ver Conferência do professor Ray S. Cline proferida no Seminário Internacional de Política e Estratégia, promovido pela Organização Convívio e realizada em novembro/79 em S. Paulo.
- 8 - Antes da 2ª Grande Guerra, a Indonésia, possessão holandesa, por não ser a única opção para o Ocidente, tornou-se um objetivo secundário, relativamente desinteressante, ante a crescente ameaça japonesa na região.
- 9 - Entrevista do filósofo Alexis Philonenko ao jornal "O Globo":  
"A guerra total, que em minha opinião, já está acontecendo, a guerra do futuro, não é apenas um conjunto de ações militares. Ela é econômica, política, militar, usa todas as armas possíveis, espionagem, propaganda, ocupação e, sobretudo, esconde as tentativas hegemônicas da potência guerreira sob uma carapaça de pacifismo, cujo nome pode ser 'distensão, coexistência pacífica ou defesa dos interesses das nações amigas'."
- 10 - Ver artigo do professor Gerard K. Burke, "A Luta Contra O Inconcebível: A Guerra Nuclear Da Década De 80".
- 11 - São típicas, as rápidas intervenções na Nicarágua, Honduras, Haiti e a própria guerra Hispano-Americana.
- 12 - Nesse contexto, são curiosamente estranhos os esforços dos EUA na criação da Liga das Nações, após a 1ª Grande Guerra, perante um mundo cheio de rancor e ressentimentos. Seu idealizador, o presidente Woodrow Wilson é, pois, considerado por historiadores e políticos, como um romântico, um idealista.

- 13—O rearmamento japonês é decisão relativamente recente, e definida no "Plano de Defesa de Médio Prazo" para o período 1980-1984.
- 14—O candidato eleito do Partido Republicano para a presidência dos EUA tem enfatizado em suas entrevistas a necessidade de aumentar o poderio militar estadunidense e de recuperar o prestígio político de seu país nas questões mundiais.
- 15—Certamente que o professor Ray S. Cline em sua avaliação do Poder Percipível das nações, conferindo um coeficiente inferior aos EUA, levou em consideração esse importante fator na estimativa da Vontade Nacional.
- 16—O povo americano já desfrutou do maior padrão de vida do mundo. Hoje em dia, foi suplantado pelos padrões europeus da Dinamarca, Suécia, Alemanha Ocidental e Suíça.
- 17—É interessante transcrevermos o pensamento de Quincy Wright:  
"Numa época em que a democracia insiste em estender à influência da opinião pública, o controle dos assuntos exteriores tanto quanto aos assuntos locais, as nações democráticas não podem compe-

tir com êxito num mundo governado por princípios do equilíbrio do Poder."

- 18—Ver o artigo "Nuclear Proliferation in The Third World — problems and prospects for the 1980's" — de Theodor H. Winkler.
- 19—A fragilidade política e militar da África, a deixa impotente ante o choque de interesses das grandes potências. Uma guerra invisível, sutil, sem heróis guerreiros, ali se desenrola, vez ou outra, despertando a consciência internacional, através das guerras de libertação ou dos golpes de Estado. Nesse imenso continente, a URSS vem tentando penetrar (com certo sucesso) pelo norte e pelo sul, em um gigantesco movimento de pinças, cujas pontas deverão se encontrar ao norte do golfo da Guiné. Nessa ampla estratégia, o objetivo principal é o controle de alguma região da costa atlântica, entre a Nigéria e a Mauritânia, onde possa estabelecer bases aéreas e navais. Com uma posição geográfica de alto valor estratégico e com os meios militares adequados ficam definidas as condições básicas para o controle do Atlântico Sul. A esse respeito, é interessante acrescentar que a URSS já exerce alguma forma de influência na Guiné (Fig. 4).

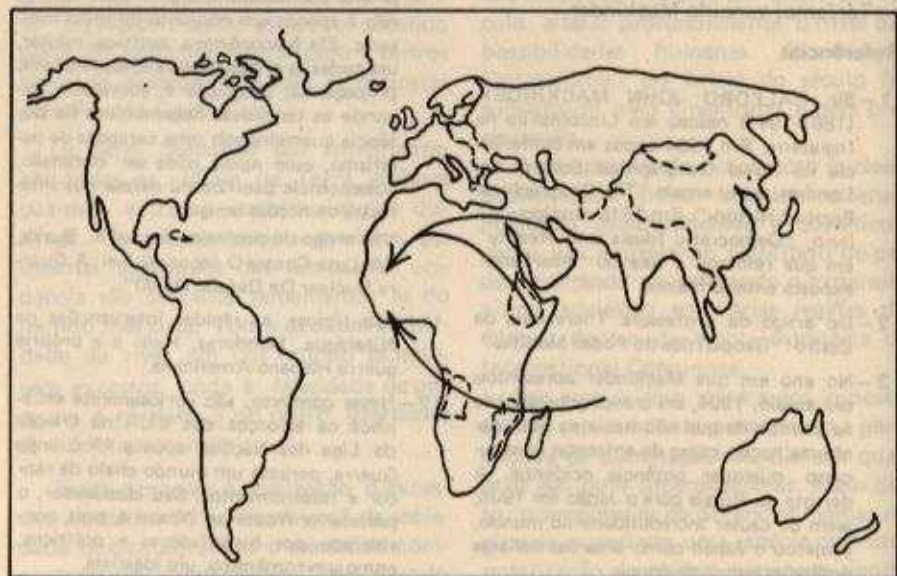


FIGURA 4

## Bibliografia

### Livros:

HART, Lidell — *History of the First World War* — Pan Books Ltd. London, 1972.

KAHN, Hermann e WIENER, Anthony J. — *O Ano 2000* — Tradução de Raul Pao-lillo — Edições Melhoramentos — Editora da Universidade de São Paulo — S. Paulo, 1968.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves — *Delinea-mentos de Estratégia*. Serviço de Docu-mentação Geral da Marinha. Rio de Ja-neiro, 1980.

BOUTHOU, Gaston e CARRÈRE, René — *O Desafio da Guerra* — Tradução do Cel. Francisco Fernandes de Carvalho Filho. Biblioteca do Exército Editora — Rio de Janeiro, 1980.

### Artigos:

CASTRO, Therezinha — "Geopolítica do Po-der Mundial" transcrito em A Defesa Na-cional nº 689/80.

CLINE, S. Ray — "Avaliação do Poder Mun-dial" transcrito em A Defesa Nacional nº 688/80.

BURKE, Gerard K. — "A Luta Contra o In-concebível" transcrito em A Defesa Na-cional nº 682/80.

CÂMARA, Ibsen Gusmão — "O Pensamento Estratégico Brasileiro" transcrito em A Defesa Nacional nº 688/80.

VIDIGAL, Armando Ferreira — "O Emprego Político do Poder Naval" transcrito na Revista Marítima Brasileira nºs 4, 5, 6/80.

TAMBS, Lewis — "Como o Brasil joga o Xa-drez Geopolítico" transcrito em A Defe-sa Nacional nº 686/80.

WINKLER, Theodor H. — "Nuclear Prolife-ration in the Third World" transcrito na International Defense Review 2/80.

PHILONENKO, Alexis — Entrevista ao jornal "O Globo", 1980.



O Capitão-de-Fragata Wintceas Villeça Barbosa de Godois é também Bacharel em Ciências Econômicas, pela Faculdade Cândido Mendes, e Bacharel em Ciências Administrativas, pela Faculdade Moraes Júnior. Em sua carreira militar tem os seguintes cursos: Escola Naval, Especialização de Submarinos, Básico de Comando da Escola de Guerra Naval, Comando e Estado-Maior da EGN. Entre suas principais comissões destacam-se: Comando do Submarino "Humaitá", Comando do NPa "Piraquê", Gerente de Reparo de Submarinos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Instrutor de Submarinos.



# O APOIO AÉREO APROXIMADO

Ian Madelin

*Capitão-de-grupo, RAF (Inglaterra)*

**N**os livros infantis há uma fábula educacional chamada "A Roupa Nova do Imperador". Conta a estória de um imperador, afamado por sua extravagância no vestir, levado a encomendar uns trajes mais lindos e mais esplêndidos do que jamais vira. É indumentária cara; o preço sobe e sobe quando ainda em confecção e o imperador tem que meter a mão no erário imperial para pagar a roupa — envolvendo na compra o seu camerlengo e seus ministros.

A piada é que o vestuário não existe, porém sabidíssimos alfaiates — que supostamente o estão confeccionando — espalham a voz de que só pode ser visto por quem não seja tonto. Um belo dia o imperador exhibe a fabulosa roupagem num grandioso desfile, em que passeia pelas ruas da capital nu em pelo. Os súditos arregalam os olhos, cada qual persuadido pela reação dos circunstantes a

admirar o esplendor da roupa nova do imperador.

Mas, que é que este conto tem a ver com o apoio aéreo aproximado? Esqueçamos o imperador por um momento e vejamos. Em primeiro lugar, em que consiste o apoio aéreo aproximado? No linguajar oficial é: ... ataques aéreos, pedidos pelo comandante de terra, contra alvos hostis que se encontram na proximidade imediata das forças amigas e que precisam do entrosamento minucioso de cada missão aérea com o fogo e com o movimento das forças terrestres\*.

É uma definição familiar para todos nós. Como definição, é bastante boa: clara, compreensível, parecendo que não deixa lugar a dúvidas. Talvez, porém, seja boa demais, porque o seu ar de certe-

\* Paráfrase de definições que figuram em várias fontes: TACM-2-1, ATP 33, AAFCE Manual 802.

za nos induz a aceitá-la sem discussão, mal observando que mascara uma porção de incertezas e falha na resposta a várias questões. Procurarei neste trabalho ir além da definição formal e dar uma olhada mais cuidadosa ao apoio aéreo aproximado para ver o que realmente é, em termos simples e corriqueiros. E como não tencionamos aceitar nada "porque sim", começaremos pelo começo.

Estamos em guerra. Num setor da frente, o comandante do Exército trava acesa batalha com o inimigo. Nesse nível, a situação é sempre confusa; tudo se move e a maioria das coisas estão invisíveis. Para o comandante, é difícil saber, minuto a minuto, a posição de suas tropas; a posição do inimigo e especialmente sua força e intenções são freqüentemente pura conjectura. Nosso comandante de terra está totalmente ocupado com a batalha. Sabe muito bem que faz parte de uma batalha maior e que tem o apoio de outros escalões que se estendem do campo de batalha em todas as direções. Sua preocupação, contudo, é com o seu segmento do inimigo e com os alvos inimigos em sua área de contacto. Para resolver esses problemas, dispõe de várias armas; metralhadoras, morteiros, canhões, mísseis teleguiados contra-tanques e antiaéreos e possivelmente os seus próprios blindados. No entanto, poderia usar mais material, nem é preciso dizer. Esse "mais" disponível é o apoio aéreo aproximado. Ele o solicita. Não faríamos o mesmo todos nós?

O seu pedido de apoio aéreo, se a comunicação for possível, é transmitido pelo rádio ao centro de operações de apoio aéreo (ASOC) em nível superior de comando. O ASOC tem em mãos diversos pedidos análogos e, por motivos óbvios, sempre mais pedidos do que lhe

é possível atender. A função do ASOC é distribuir os aviões de ataque terrestre conforme as prioridades, julgamento muitíssimo difícil neste nível. Evidentemente, cada comandante que pede ajuda acha que as suas necessidades vêm em primeiro lugar. (Passaremos por alto, momentaneamente, o fato de ele talvez não ter certeza nem dos alvos em seu próprio setor e menos ainda da sua importância com relação ao resto da batalha.) Os ASOC por fim enviam em missões os preciosos aviões de ataque terrestres. Cada missão aceita desloca uma porção de outras que têm de ser rejeitadas. Por isso, o comandante de terra não pode contar com o atendimento do seu pedido nem pode estar seguro de que os aviões chegarão ao local e terão êxito.

Ocorre então uma espera, enquanto a missão é confiada a um esquadrão de caças, o piloto é informado e segue à área onde o necessitam. (Temos que presumir que o comandante de terra desiste de utilizar suas próprias armas enquanto espera, não obstante a ameaça que o alvo representa.) Tipicamente, essa espera dura de 30 a 90 minutos, podendo ser menos mas também podendo ser mais. Tomaram-se medidas para abreviá-la porém além de certo ponto isto só pode ser feito a um custo oneroso. Um dos remédios experimentados, por exemplo, foi manter continuamente no ar certo número de aviões de apoio aéreo aproximado, armados e à espera de chamados. Mas medidas desse tipo são sumamente ineficientes e, não obstante o desperdício de recursos, não bastam para eliminar o lapso de espera. O fato é que certo atraso, por breve que seja, faz parte da natureza desta operação. Ao contrário das armas do comandante de terra, os aviões não reagem de imediato. É simplesmente uma de suas características e

tem de ser aceita. (Com efeito, todo o tema das características das armas amiúde é passado por alto. Todas as armas têm suas características e o nó, em cada caso, é explorar as positivas e evitar situações em que se destacam as negativas.)

Eventualmente, os nossos aviões de apoio aéreo aproximado chegam à vizinhança da batalha — digamos que um par deles. Voam baixo e rápido. Debaixo deles desliza a campina. Talvez avistem sinais evidentes de batalha, talvez não. Onde está o alvo, nessa vastidão? Bem, que tipo de alvo se está buscando? Com toda probabilidade serão alvos isolados porque se o inimigo tiver um pingão de inteligência não vai juntar maciçamente suas forças, depois do primeiro contacto. O alvo será pequeno — visto do avião um tanque é bem pequeno — e poderá ser móvel. Não estará exposto e poderá inclusive estar camuflado ou oculto pela fumaça, quiçá gerada pelo próprio alvo. Nossos aviões não podem fazer reconhecimento do campo de batalha, pois seriam abatidos. Seja como for, não poderiam localizar este tipo de alvo sem auxílio, de modo que se afastam para obter informações de um controlador aéreo avançado (FAC). Se o FAC estiver onde estão os aviões, também poderá enxergar o alvo; por essa razão se encontra em posição avançada e, em geral, em terra. Daí talvez possa ver o alvo (sem discutir que, se assim for, como é que não agiu por si mesmo). Mas, do solo, sua visão ainda é limitada, de modo que está ficando praxe pô-lo no ar. A princípio, os FAC voavam em aviões leves, mas eram abatidos. Foram evoluindo para aviões de hélice mais rápidos, passando depois para jatos mais antigos como o F-100, mais tarde até a aviões modernos como o par que ain-

da temos sobrevoando na distância, esperando instruções, e com os quais o FAC no ar partilharia idênticos problemas. Não insistiremos demais nesta progressão, salvo para dizer que o alvo em terra parece estar atraindo superabundância de atenção e recursos. Além disso, tornou-se tema de uma série incrivelmente complicada de procedimentos. Se a simplicidade é o princípio tácito da guerra, já o estamos violando com apete.

Os aviões que sobrevoam a área estão agora em contacto com o FAC, onde quer que esteja, e estão sendo informados pelo rádio. (Aviso ao inimigo: não interferir, por favor, enquanto se transmitem estes importantíssimos dados.) Por fim os caças tomam o rumo da zona de batalha com direção e distância pré-calculadas para chegar a um ponto do qual poderão avistar o alvo. Esse ponto ficará a 5 ou 8 km do lugar para possibilitar correções de último segundo para ajustar as miras, mais a distância correspondente ao ângulo de disparo das armas.

Que possibilidade têm os atacantes de avistar o alvo em tempo? Já se fizeram muitas experiências para aquilatar tal coisa e os resultados podem ser resumidos numa única palavra: insignificante. (Os leitores que duvidarem poderão verificar os arquivos pessoalmente.) O FAC poderá então melhorar sua informação verbal marcando o alvo, talvez com fumaça ou, no futuro próximo, com um fecho de laser. Se a fumaça ficar literalmente sobre o alvo e não for obscurecida pela densa nuvem que já paira no ar e, se o alvo, reconhecendo que foi indigitado, faz a gentileza de ficar quietinho, esperando o ataque, então a fumaça pode dar certo. Mas há uma dúvida. Se o FAC tem condições

de disparar sobre o alvo com fumaça ou laser e atingi-lo, então por que não aproveita o ensejo e o faz com algo mais substancial, como por exemplo um míssil antitanque teleguiado? É uma questão incômoda e, como fizemos com as anteriores, delicadamente nos desviaremos dela e continuaremos com o argumento que estávamos desenvolvendo.

Por fim, o par de aviões surge no campo de visão. Naturalmente, tornam-se muito vulneráveis. Empenhados em lançar armamento, têm de manter-se em rumo firme e provavelmente subiram um pouco para o ataque de mergulho.

(Poderíamos acrescentar que sem subir para mergulhar, mas apenas sobrevoarem o terreno para lançar em vôo baixo armas de ação retardada, sua vulnerabilidade diminuirá porém sua chance de localizar um alvo típico de campo de batalha cai praticamente a zero.) Temos assim uma impressão borrada, ameaçadora, de aviões que atacam, mergulhando para a ação em proximidade tão grande de nossas tropas que somente o piloto na carlinga pode ver exatamente em que direção vai seu aparelho. As defesas aéreas dos dois lados, os mísseis terra-ar e a artilharia antiaérea, todas disparam em uníssono. Se a experiência das guerras recentes serve de guia, os aviões têm tanta probabilidade de ser atingidos pelas suas próprias tropas como pelas inimigas. Um minuto, porém! Que aconteceu ao requisito de integração minuciosa do fogo com o das forças terrestres, como o estipula a definição? Infelizmente, a única integração exata capaz de funcionar a essa altura imporia restrições tão severas às regras de engajamento de nossas próprias defesas aéreas que seria melhor não ter nenhuma.

Imaginemos, porém, que nossos pilotos estão de sorte. Encontram o alvo,

lançam suas armas sobre ele, zunem para o alto incólumes e regressam à base. Então o alvo foi completamente destruído? Bem, não exatamente. Os cálculos sobre a eficácia das armas revelam que, com a precisão esperada, se dois aviões dispararem cada um quatro suspensores aerodinâmicos de foguetes antiblindados contra um único tanque, têm 50% de probabilidade de destruí-lo. Ou, em outras palavras, o tanque tem 50% de chance de escapar intacto. Naturalmente, os cálculos variam com a precisão, tipo de arma, número de atacantes etc. e damos este exemplo apenas para oferecer ao leitor alguma idéia das probabilidades. Nosso cálculo, porém, ignora todos os outros imponderáveis antes mencionados. São fatores cumulativos e independentes do tipo e precisão da arma, mas têm influência muito significativa sobre o resultado final. Quando se multiplicam todos os fatores, temos de aceitar a realidade de que a chance de resultado com êxito é bastante magra, o coeficiente de perdas poderia ser alto, são consideráveis os recursos investidos e exorbitante a taxa de intercâmbio.

A esta altura, qualquer soldado que esteja lendo este artigo está ficando nervoso, talvez indignado até. Então a Força Aérea dispõe-se a deixá-lo na mão, roer a corda, romper o compromisso e deixá-lo diante do inimigo enquanto os aviões saem para fazer sua própria guerra? Não é bem assim. Mas há maneiras muito mais proveitosas que o apoio aéreo aproximado de utilizar nossos aviões para ajudar o Exército. Precisamos pensar outra vez no princípio das características das armas. As armas do Exército são imediatas, de pronta reação, continuadas, de qualquer tempo, para dia ou noite, e mais baratas do que aviões. Em geral são de curto alcance, não podem

ser rapidamente desdobradas e embora sejam extremamente exatas contra alvos conhecidos, na linha de visão, não são tão boas contra alvos indiretos cuja precisa localização não sabem. Por outro lado, os aviões não são de tão pronta reação, nem tão exatos, nem tão destruidores contra alvos protegidos e pequenos. São escassos, caríssimos e altamente vulneráveis — especialmente em lugares onde o inimigo conta com defesas intensas e está alerta. A seu favor contam-se a surpresa, a capacidade de ir além do horizonte e enorme flexibilidade em seu arco de utilização. Segue-se que, para tirar partido de todas essas características, da maneira mais vantajosa, deveríamos em princípio confiar nas armas integrais do Exército para a batalha de contacto e dar ao avião de ataque ao solo a missão de eliminar alvos na retaguarda do inimigo, alvos de que o Exército não pode dar conta com facilidade\*.

Desse jeito conquistamos uma porção de vantagens. Em primeiro lugar, podemos causar mais caos entre os alvos inimigos de segundo escalão. A batalha de contacto depende totalmente de linhas vitais de abastecimento que vêm da retaguarda. Não se pode permitir que o inimigo opere essas linhas impunemente. Qualquer coisa que se possa fazer para perturbá-las e interrompê-las debilitará o poderio adversário na linha de frente,

tanto quanto os ataques dirigidos à própria linha. Com a mesma segurança e com muito maior eficiência. Os alvos nessa área poderiam incluir movimentos rodó e ferroviários, travessia de rios, parques de veículos, quartéis-generais, unidades de comunicação, áreas de congregação, áreas administrativas avançadas, depósitos de POL (petróleo, óleos e lubrificantes) e de munição, e assim por diante. Não existe o problema de distinguir entre tropas inimigas e as nossas, pois àquela distância, tudo é alvo franco. Esses alvos podem ficar a até 100 quilômetros atrás da linha de frente (menos de 8 minutos de voo) e as prioridades dos alvos deveriam ser decididas pelos comandantes de terra. Nossos ataques teriam efeito duplo: além de destruir alvos inimigos forçamos o inimigo a empregar ocultamento e dispersão e um grau de cautela que o atrapalhará e lhe reduzirá a rapidez em áreas em que suas necessidades exigem máxima liberdade de movimento.

Em segundo lugar, ao ampliar a área sobre a qual operamos, forçamos o inimigo a espalhar suas defesas aéreas, o que complica o comando e o controle, reduz a intensidade e conseqüentemente diminui nossa vulnerabilidade. Entra em jogo aqui uma lei de razão inversa pela qual quanto maior for a área que sobrevoamos, mais favorável nos será essa dispersão. É bem verdade que nossos aviões ainda têm que cruzar a linha de frente, porém não é preciso que o façam em lugares de conhecida concentração inimiga. Além do mais, enquanto estivermos dando apoio aéreo aproximado, o inimigo saberá onde reunir suas defesas para conseguir a maior vantagem. Sem a certeza do apoio aéreo aproximado ele já não sabe onde estarão localizados. Nessa eventualidade, muitos estarão no lugar

\*Seria ingênuo de nossa parte não admitir a influência mais da rivalidade entre as Forças Armadas nesta questão, tendo expressões como "armas do Exército" e "armas da Força Aérea" adquirido matizes emocionais e divisivos. O que está em jogo é simplesmente escolher as melhores armas para o caso. O conflito é com o inimigo, não entre nós. Todas as armas são "nossas" e, fora a necessidade de descrevê-las objetivamente, devemos ser suficientemente sensatos para vê-las a essa luz.

errado e, na tentativa contínua de retificar o erro, uma parte estará sempre em marcha. Quem ficar na linha de frente provavelmente sofrerá muito maiores perdas de aviões do que nós.

O que nos traz a um ponto final muito significativo. Quando nossos aviões não estivessem geralmente sobrevoando nossas tropas de vanguarda, poder-se-ia dar às defesas de terra-ar do Exército virtualmente carta branca em matéria de regras de engajamento. Imaginemos como aumentaria vastamente sua eficácia se tivessem a liberdade, a maior parte do tempo, de ser disparadas contra qualquer avião de asa fixa que aparecer atacando no seu setor. Lembremo-nos de que as tentativas inimigas de prover apoio aéreo aproximado sofrerão as mesmas deficiências que as nossas; talvez mais, porque nossas tropas estão na defensiva e terão a vantagem do melhor ocultamento. A taxa de intercâmbio de fogo se voltaria fortemente a nosso favor e, com a precisão das armas modernas de defesa antiaérea, as perdas inimigas poderiam ser devastadoras.

Há uma precaução importante a tomar. Em geral, estas considerações aplicam-se à tática do apoio aéreo aproximado. Devemos reconhecer todavia que

há exceções, situações em que o uso de aviões de ataque terrestre em apoio aproximado pode ser essencial. Tais situações poderiam ser, por exemplo, um avanço do inimigo a uma frente francamente defendida ou o apoio de certas unidades terrestres que por uma razão ou outra carecem do poder de fogo para apoiar a luta. E deixamos de fora outras situações atípicas como as do Vietname e o emprego britânico do apoio aéreo aproximado na campanha de Rafdan, no Protetorado de Aden. Mas esses casos são exceções, não invalidam a regra.

Em conclusão, voltamos ao ponto de partida. Que acontece agora com o imperador? Examinemos-lhe a roupa bem de perto: costura, trama e urdidura. Não podemos dizer que não existe, mas temos que admitir que o tecido é muito ralo. No entanto, é caro, certamente não vale o que pagou por ele, e mal serve à finalidade para a qual foi comprado. Mas sugerimos outros modos pelos quais este investimento pode ser capitalizado. Esperemos atrair a atenção do imperador antes que seja tarde demais. Pois algum dia o imperador talvez tenha que ir à guerra. Suas alucinações poderão funcionar para ele e talvez para alguns cortesãos, mas não podemos acreditar que o inimigo seja tão indulgente.

*Transcrito da "Air University Review", EUA.*



# AMÉRICA DO SUL – ASPECTOS FISIOPOLÍTICOS EM CONFRONTO

Therezinha de Castro

**E**nvolverda na América Latina, contrastando com a América Anglo-Saxônica, cortada pelo equador e trópico de Capricórnio, a posição geográfica da América do Sul lhe confere a categoria de continente do hemisfério sul.

Com a forma grosseira de um triângulo, a parte mais larga do continente se concentra na zona equatorial terrestre; estreita-se ao atingir a zona temperada, afunilando-se ao atingir o vértice meridional.

Em face deste posicionamento, se encontram nos dois extremos do continente as áreas pouco favoráveis ao estabelecimento humano:

- o norte quente e chuvoso;
- o sul frio e estéril.

Esse contraste se equilibra no restante do continente concentrado, grosso modo, dentro das baixas latitudes.

Para evitar as zonas repulsivas de clima quente ou desértico, as populações, notadamente no lado do Pacífico, deram preferência às zonas andinas; muito embora a atração exercida pelo Atlântico tenha dado ao continente as maiores densidades populacionais nesse litoral. Tal fato vai gerar a oposição entre as duas vertentes:

- a do Pacífico, “mar solitário”, de navegação extensiva, com feixes de circulação regional;
- a do Atlântico, de navegação intensiva, com feixes de circulação intercontinental.

Em decorrência, será na área atlântica o ponto em que se há de refletir o complexo jogo de influências dos blocos Ocidental e Oriental, onde a OTAN possui o seu flanco desguarnecido, a despeito da vigência do TIAR (Tratado

Interamericano de Assistência Recíproca).

Curiosamente, no passado, ao reparar os litorais da América do Sul, o Tratado de Tordezilhas seccionou geopoliticamente as duas grandes vias de penetração continental:

- entregando a foz do Prata aos espanhóis, proporcionou-lhes maiores oportunidades de expansão pelos Pampas e Chaco;

- concedendo a embocadura do Amazonas aos portugueses, coincidentemente o seu setor sul, o melhor braço para a navegação, permitiu que os lusos se apossassem da maior parte daquela planície setentrional.

Facilitada a penetração espanhola ao sul e a portuguesa ao norte, o continente sul-americano foi induzido, embora indiretamente, a uma bipartição aproximada; com as conquistas ficava a parte portuguesa com aproximadamente 8.500.000 km<sup>2</sup> e a espanhola com 9.300.000 km<sup>2</sup>. Caberia ao fator fisopolítico andino impôr o cantonalismo à América Espanhola, gerando-lhe vários núcleos geohistóricos, dividindo-a posteriormente em várias repúblicas. Em confronto, o baixo relevo confirmaria o unitarismo para a América Portuguesa, gerando um único núcleo geohistórico — o do Brasil. O fator geográfico justifica, pois, a superioridade territorial do Brasil no conjunto sul-americano, visto que a Argentina, que nos segue em área, atinge apenas a terça parte da superfície brasileira.

Separadas geopoliticamente nas costas do Atlântico e do Pacífico, a América Portuguesa, mais próxima da Europa e África, teve vantagem no posicionamento, sob o ponto de vista geoeconômico; dentro do enfoque geoestratégico, iria, no entanto, se caracterizar como o

centro de numerosos assaltos e repetidas tentativas de fixação por parte de elementos estrangeiros. Do outro lado, na área do Pacífico, embora contando com a desvantagem geoeconômica do isolamento, os espanhóis ficavam menos expostos ao invasor.

A conquista desordenada, em área fisiográfica desconhecida, daria ensejo à formação de uma vasta zona de disputa entre as terras hispano-americanas e as de seus vizinhos colonizadores, estendendo-se desde a América do Norte até a do Sul.



A América do Sul, foi justamente a zona geopolítica neutra, que em resposta ao movimento bandeirantista acabou começando a estabelecer uma linha de fortificação em pontos de tal modo

geoestratégicos que em 1943 viriam a ser respeitados quando da instalação dos territórios federais brasileiros.

Conquistada a América do Sul, e quase transformada numa "ilha ibérica",



com o transcorrer dos séculos, circunstâncias locais conseguiram imprimir características geopolíticas continentais, dentro de aspectos geopolíticos continentais dentro de aspectos fisiopolíticos em confronto.

À semelhança do que ocorre na América do Norte, a fisiografia da América do Sul é variada e sobretudo movimentada. No oeste, estende-se por mais de 7.000 km a cordilheira dos Andes, próxima da costa, caindo na direção do oceano Pacífico. No interior, esse relevo vai decrescendo, surgindo então os planaltos das Guianas, o Brasileiro e o da Patagônia, enquanto se intercalam as bacias fechadas do Orenoco, da Amazônia e a do Prata.

## ANDES E ZONA GEOPOLÍTICA NEUTRA

Considerada a mais extensa cordilheira do mundo, compreendem os Andes, por suas características e paisagens, quatro regiões distintas. Acredita-se que o topônimo dessa vasta cordilheira da América do Sul derive de — *Antis* — tribo indígena que habitava o Peru, o núcleo de irradiação da conquista espanhola nessa região montanhosa.

Na primeira de suas quatro regiões, os Andes, envolvendo a Colômbia e a Venezuela Ocidental, se bifurcam em vários ramos que se estendem do nó de Pasto e findam circundando o golfo ou lago de Maracaibo, o maior da América do Sul com seus 13.000 km<sup>2</sup> (a metade do nosso Estado de Alagoas), em zona de grande potencial petrolífero. Divergem aí a Colômbia e a Venezuela numa zona de tensão fronteiriça, enquanto os dois países não chegarem a uma fórmula para a divisão do mar territorial.

É sobretudo na Colômbia que os Andes se apresentam bem digitados for-

mando três cadeias distintas — a Costeira, a Ocidental ou Central e a Oriental. Alongando-se mais que as outras em direção ao nordeste, a cordilheira Oriental se bifurca de novo na serra de Perija e cordilheira de Mérida, que, em pinça, envolve o lago de Maracaibo.

Na digitação andina, precisamente na zona denominada "estrela fluvial colombiana", se encaixam em profundas gargantas as bacias do Atrato (670 km) e Madalena-Cauca; a primeira entre a Cordilheira Ocidental e Central, a segunda entre esta e a cordilheira Oriental.

O Madalena (1.700 km) com seu afluente Cauca (1.350 km) é, por seu caudal e extensão, o quarto rio mais importante da América do Sul. São rios de planície estreita, enquadrada pelos poderosos contrafortes dos maciços montanhosos.

A navegação primitiva pelo Madalena era feita até Honda, em cujas imediações uma queda d'água obrigava o viajante a uma parada forçada na rota entre Cartagena e Bogotá. Até ser circundada por uma ferrovia, Honda prosperou, como ponto de parada obrigatória, comerciando carnes defumadas, graças ao gado criado no vale do Cauca, com os centros consumidores das regiões mineiras planáltinas.

Na atualidade, o Madalena se constituiu na base do comércio colombiano de importação e exportação, como principal via de acesso do Atlântico para Bogotá, a capital do país que comanda, no interior, o núcleo geohistórico e o ecúmeno estatal.

Além dessa zona montanhosa, para o interior, estendem-se os llanos, terras baixas, banhadas pelos rios Apure, Meta e Guaviare, integrantes da bacia do Orenoco, que, através de passos andinos,



intercomunicam fisiopoliticamente a Colômbia e a Venezuela.

É, no entanto, a fisiografia llanera que irá distinguir geopoliticamente a Venezuela dos demais países andinos; isto, tendo em vista a importância que sempre exerceu na colonização a história nacional. Nessa zona plana transandina, ao contrário do que ocorreu na Colômbia, bem mais voltada para a zona fisiopolítica dos Andes, localizaram-se logo as maiores densidades populacionais e núcleos produtivos da era colonial venezuelana. Assim, neste espaço fisiopolítico, isoladas do centro mineiro andino, as populações llaneras passaram a viver mais em função das Antilhas, mantendo intenso contrabando com invasores estrangeiros. Daí a região haver sido transformada na Capitania Geral da Venezuela, separada do Vice Reinado de Nova Granada, para ficar sob maior controle

da Espanha no século XVIII. Consequentemente, ainda hoje, envolvido na produtiva zona petrolífera, o ecúmeno estatal venezuelano, comandado por Caracas e secundado por Cumaná, Barcelona e Maracaibo, se caracteriza por seu tráfico mais intenso voltado para o exterior e estreita dependência ao núcleo geohistórico do Caribe.

Num confronto, observamos que os contrastes fisiográficos do território colombiano caracterizam bem a dualidade fisiopolítica do país. A despeito da presença dos Andes, mais da metade do território colombiano é formado por planícies envolvendo o país nas bacias do Orenoco e Amazônica, no interior de uma zona geopolítica neutra, como ainda em terras planas que possui nos litorais do Caribe e do Pacífico. No entanto, contrasta com a Venezuela, já que o ecúmeno estatal colombiano, comandado por Bogotá, se situa na zona andina. Por outro lado, quer sob o ponto de vista geoeconômico, quer dentro do enfoque geopolítico, o porto de Buenaventura (no Pacífico) não exerce o papel preponderante de Cartagena e Barranquilla (no Caribe). Nesse confronto, a Colômbia está, como a Venezuela, bem mais voltada para o Caribe, contrastando com os demais países andinos, tão dependentes do Pacífico.

A despeito do duplo litoral colombiano Pacífico-Caribe, a Venezuela, mais envolvida pela planície do Orenoco, se encontra melhor posicionada no âmbito atlântico.

Entre os Andes e o planalto das Guianas, a planície do Orenoco é ocupada por uma bacia fluvial que, em menor escala, se constitui numa réplica da Amazônica. Embora a circulação interior seja mais fácil nos llanos do Orenoco com seus campos e pradarias, do que nas ter-

ras baixas amazônicas de selva fechada, a navegação fluvial é mais difícil na zona llanera. É que os tributários do Orenoco se apresentam com menor caudal que os amazônicos, e diminuem muito em profundidade quando chega a estação seca. Por sua vez, com 2.200 km de curso, o Orenoco é dificilmente navegável por navios oceânicos, quer pela pouca profundidade (3,5 metros no período das chuvas), quer pela obstrução parcial que sofre no local chamado "Boca del Inferno". A despeito das adaptações realizadas, a navegação é ainda, de um modo geral, dificultada pelas quedas escalonadas; a de Atures, por exemplo, a 996 km do mar, apresenta-se com um desnível de 9 a 10 metros, vindo logo em seguida a queda de Maiapures.

Ocupando uma área de 948.000 km<sup>2</sup>, a bacia de Orenoco é fechada pelos Andes e planalto das Guianas, de onde fluem seus tributários. Do planalto das Guianas vem o rio Caroni que, atravessando a zona montanhosa do Estado de Bolívar, na Venezuela, forma a mais alta cascata do mundo — o Salto Angel, com águas que despencam de uma altura avaliada em 1.000 metros. Na mesma região venezuelana, ocasionando verdadeira sangria no Orenoco, o canal de Cassiquari (365 km) leva, num enlace fisiográfico natural, 20% de seu caudal para a bacia Amazônica; esta conexão, que varia dos 40 metros até 1 km de largura, foi descoberta em 1724 pelo jesuíta Manuel Roman.

O Orenoco (2.140 km) pode ser classificado como o rio das dimensões superlativas. Seu delta de 30.000 km<sup>2</sup> aumentou vinte vezes durante um século em função dos 300 milhões de metros cúbicos de sedimentos que o rio deposita a cada ano. Banha cerca de 70% do território venezuelano, excetuando-se

os llanos de Meta e Guaviare, já em território colombiano. Sob o aspecto fisiopolítico, coube ao Orenoco favorecer a conquista espanhola através dos llanos, levando os adelantados conquistadores, por outro lado, para o planalto das Guianas. É na já denominada Guiana Venezuelana, que ocupa 45% da superfície do país, que se encontra outra zona de tensão fronteiriça do continente; nela, a Venezuela reclama 1/3 do território da Guiana, tomado pelos ingleses.

No Orenoco, Ciudad Bolívar, a 400 km do mar, fundada em 1760, conheceu grande prosperidade em fins do século XVIII pelo contacto direto mantido com a Espanha através do comércio de carnes defumadas, fumo, algodão e açúcar. Dominou, geopoliticamente, toda a região, por seu posicionamento centrado na bacia do Orenoco, posicionamento, na época, bem mais favorável que o de Buenos Aires, também vivendo em função da pecuária. A vantagem para a Venezuela se ligava à existência de múltiplas "portas" — Barcelona, La Guaira, Puerto Cabello e Maracaibo, que se abriam para Ciudad Bolívar na direção do movimentado Caribe. Por isso, só no século XIX, quando se patenteou o sucesso da colonização dos Pampas, onde os pastos se apresentaram superiores, é que Ciudad Bolívar perderia sua hegemonia geopolítica no âmbito da América Espanhola; começou então a decair e se isolar nos llanos, enquanto o surto de progresso atingia Buenos Aires.

Geopoliticamente antagônico, o Orenoco se constitui, ao mesmo tempo, na artéria em cujos braços se unificou e se divide o território venezuelano. Isto, se levarmos em conta que se encontra no seu norte a zona mais povoada e desenvolvida economicamente do país, num ecúmeno estatal comandado por Cara-

cas; caracterizando-se o seu sul como uma área geopolítica neutra, numa vasta zona por integrar, visto que, curiosamente, as nascentes deste rio só foram descobertas em 1951.

Na segunda região, que envolve o Equador e o Peru, os Andes, embora ainda bem digitados, já se caracterizam por uma comunicação muito mais facilitada em função dos vários nós — Pasto, Loja, Cerro Pasco e Vilcanota,

Esses nós ou nudos apresentam-se como espécie de planaltos circundados por altos picos; além de enfeixar várias ramificações andinas, proporcionando o intercâmbio entre elas, se constituem em centros de dispersão de águas que fluem para a bacia Amazônica. Assim, a importância fisiopolítica desses nós com relação ao Atlântico, se concentra no posicionamento que ocupam no anfiteatro da Amazônia:

- o nó de Pasto (Colômbia) e o de Loja (Equador), vertem para os vales do Putumaio e Marañon respectivamente, aguardando as vias de acesso para o Atlântico, ainda por se desenvolverem;

- o nó de Cerro Pasco (Peru) se divide entre os vales do Purus e do Marañon;

- enquanto o nó de Vilcanota, também conhecido como nó de Cuzco, se prolonga em direção do Madeira.

Até 2 graus de latitude sul a região andina equatorial se assemelha à da Colômbia meridional; daí ter sido a fisiopolítica respeitada pelos espanhóis, envolvendo essas áreas no Vice Reinado de Nova Granada. Aí a paisagem andina foi denominada por Humboldt "avenida dos vulcões"; em seguida, a linha vulcânica desaparece praticamente para resurgir aos 14 graus de latitude sul com o vulcão peruano Misti, nas imediações de

Arequipa, continuando o vulcanismo em direção aos territórios boliviano, chileno e argentino.

Conclui-se, pois, que os Andes se constituem em zona de violentos terremotos, pontilhada por cerca de 60 vulcões, uns extintos e outros em plena atividade; a maioria desses vulcões apresenta-se com altitudes acima dos 5.000 metros, dentre os quais o Sajama, na Bolívia, é o mais alto de todos (6.780 metros).

Nessa segunda região andina as altitudes vão se elevando do Equador para o Peru; em território peruano, nos chamados Andes do Alto Marañon, o monte Huascarán atinge os 6.750 metros.

Mais para o norte, na fronteira Peru-Equador, quando os Andes tomam o nome local de cordilheira do Condor, encontra uma zona de tensão lindeira (Mapa 4). Durante a guerra 1941-42 o Peru ocupou uma área de 80 km<sup>2</sup> na zona contestada, conservando-a sob sua jurisdição graças ao Protocolo do Rio de Janeiro (1942) que pôs trégua ao conflito, assinado pela Argentina, Chile, Estados Unidos e Brasil. Não aceitando a perda dessa área, onde os Andes declinam para a planície Amazônica, o Equador anulou o Protocolo do Rio de Janeiro. Assim, novo conflito ocorreu entre os dois países em janeiro de 1981, o que mostra que se mantém em pendência a zona fronteiriça dessa região andina.

À semelhança do que ocorre na Venezuela, e sobretudo na Colômbia, as áreas interiorizadas que se seguem aos Andes vão baixando até se transformarem em planícies. Têm então o nome regional de Yungas, integrando a bacia Amazônica, banhada pelos rios Putumaio, Napo, Marañon, Huallaga, Ucaiali, Purus e Madre de Dios. Essas Yungas, cobertas por selvas equatoriais frondo-



sas, bem regadas pelas chuvas, se estendem desde a Colômbia até a Bolívia; neste último país em vez de Yunga já recebe a denominação de Floresta.

O domínio fisiopolítico da Yunga-Floresta, desde a Colômbia até a Bolívia, na zona de fronteira com o Brasil, se caracteriza, grosso modo, como área geopolítica neutra, não tendo sido quase atingida pela colonização ibérica. Nessas condições, sob o ponto de vista geopolítico todo esse hinterland se caracteriza pela presença das fronteiras-faixa, ou seja despovoadas, indicando que os países se encontram de costas uns para os outros. Por outro lado, desde a Colômbia até a Bolívia, incluindo-se o Equador e o Peru, a maior densidade demográfica se concentra na zona andina, a despeito dos 350 metros de altitude de Lima, onde se interpenetram os núcleos geohistóricos e os ecúmenos estatais dos quatro países.

A depressão longitudinal que forma a fisiografia costeira equatoriana é melhor ocupada que a Yunga deste país. Sobretudo no delta do Guayas, planície aluvial baixa, estrangulada na altura de Guayaquil, porto fluvial que monopoliza o comércio equatoriano, concorrendo

geopoliticamente com Quito (2.480 metros de altitude).

A bacia de Guayas (35.000 km<sup>2</sup>), por sua preponderância no Pacífico, se constitui no centro vital do Equador; sobretudo em sua zona costeira de 28.000 km<sup>2</sup> correspondendo a 1/4 da costa equatoriana, superfície essa correspondente à metade da do nosso Estado da Paraíba.

As cidades de Quito e Guayaquil se complementam nas duas províncias básicas do país (Pichincha e Guayas), integradas por um corredor interior e estreito; Guayaquil é a costa, e Quito a serra. Para complementar o triângulo geopolítico, o porto de Esmeraldas, de melhor posicionamento com relação ao Panamá e, conseqüentemente, na via do Atlântico. Regionalmente, esse porto se beneficia do sistema fluvial do Esmeraldas, cuja bacia (21.060 km<sup>2</sup>) é a segunda mais extensa do país, ligada com a do Guayas ao núcleo vital de Pichincha.

Em função desses dois núcleos litorâneos, a costa equatoriana contrasta com a caracterizada pobreza da linha marítima desértica peruana. No conjunto, toda a vida litorânea do Peru se concentra em cerca de 40 oásis fluviais que atravessam o deserto costeiro. Os rios desta vertente têm o seu caudal bastante debilitado quando se aproximam da foz; a maioria não tem forças para se ajustarem ao seu nível de base, desaparecendo numa espécie de cone antes de atingir o mar. Dentre esses rios o exemplo mais frisante é o do Chicama, que corre pouco acima dos 8 graus de latitude sul.

Em meio a esses oásis destaca-se a zona petrolífera do Equador e Peru, estendendo-se desde Guayaquil até a ponta de Paita, onde as refinarias, na paisagem desértica, fazem lembrar os depósitos de salitrais chilenos.

Num confronto geopolítico entre Quito nos Andes, e Lima, capital pene-marítima, nota-se a linha divergente dos núcleos geohistóricos espanhóis — a primeira cidade, acantonada na cordilheira, a segunda atraída para o mar, sem nele se envolver diretamente. Por isso, à semelhança de Quito que tem em Guayaquil a sua "porta de saída", bem próximo de Lima, a 12 km, Calláo, exerce as mesmas funções, como ancoradouro protegido contra os ventos por uma ponta arenosa que avança na direção da ilha de S. Lourenço.

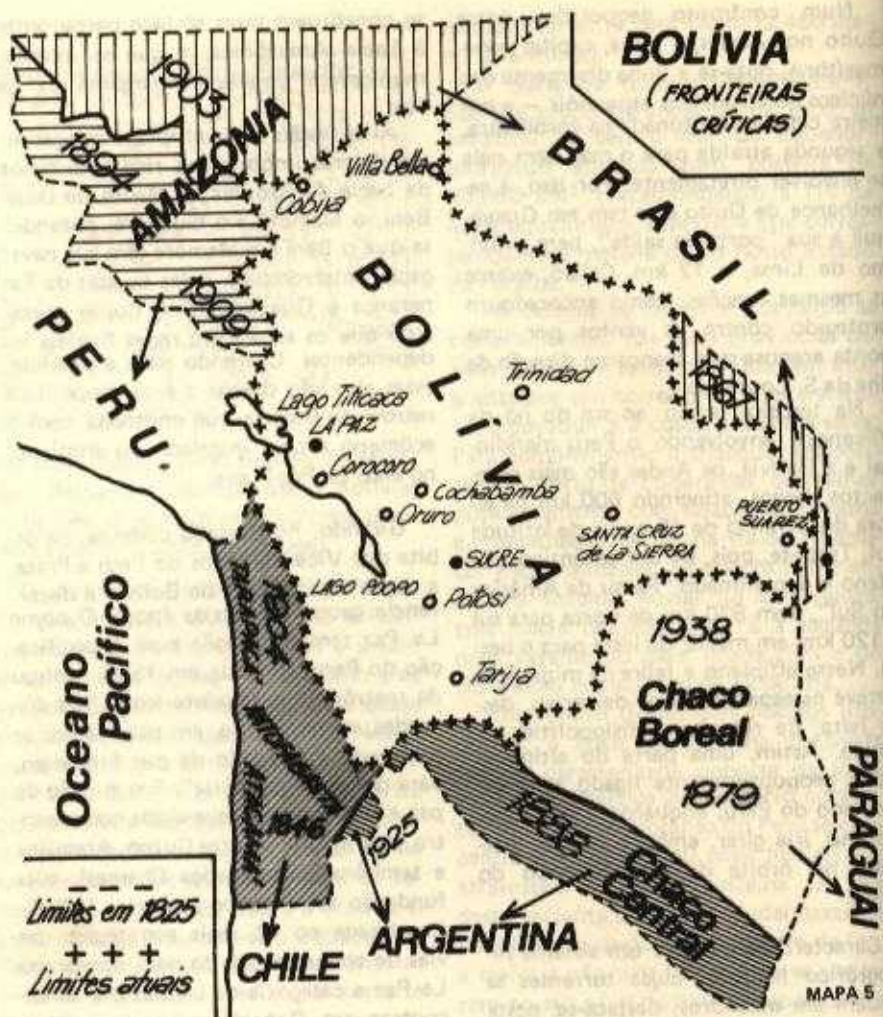
Na terceira região, ao sul do nó de Vilcanotá, envolvendo o Peru meridional e a Bolívia, os Andes são mais compactos, largos, atingindo 600 km na altura do paralelo de 18 graus de latitude sul. Trata-se, pois, de um autêntico altiplano o denominado "Pamir da América do Sul", com 830 km de norte para sul e 120 km, em média, de leste para o oeste. Nesse altiplano a febre da mineração deteve os espanhóis, que deixaram, desta feita, de respeitar a fisiopolítica da região. Assim, uma parte do altiplano ficou geopoliticamente ligado ao Vice-Reinado do Peru, enquanto a parte meridional iria girar, embora sem se integrar, na órbita do Vice-Reinado do Prata.

Caracterizando-se por um sistema hidrográfico fechado, cujas torrentes se perdem em meandros, destaca-se, neste altiplano, o Titicaca, o lago mais alto do mundo (3.850 metros), considerado também como uma das massas d'água doce mais extensas da Terra (6.900 km<sup>2</sup>). O Titicaca verte suas águas para o salobro lago Poopo (2.800 km<sup>2</sup>); as margens baixas do Poopo contrastam com as bordas altas e íngremes do Titicaca, numa disposição tal que leva muitos geólogos à suposição de que ambos

se constituem num só lago pertencente à bacia Amazônica, e que se intercomunicavam através da garganta de La Paz.

Aliás, estão neste altiplano as nascentes de três importantes rios tributários da bacia Amazônica: o Madre de Dios-Beni, o Mamoré e o Guaporé; notando-se que o Beni e o Mamoré têm sua navegação interrompida pelas quedas de Esperança e Guajará-Mirim, duplo obstáculo que os separa em redes fluviais independentes. Correndo para a planície, esses rios vão drenar a área geopolítica neutra da Bolívia que contrasta com o ecúmeno estatal instalado no altiplano, no eixo La Paz-Sucre.

Girando, no passado colonial, na órbita dos Vice-Reinados do Peru e Prata, a dupla capitalidade da Bolívia é decorrência geopolítica dessa época. O nome La Paz tem correlação com a pacificação do Peru; fundada em 1530, ganhou da metrópole o seguinte lema: "Os discordes, na concórdia, em paz e amor se juntaram, e povoado de paz fundaram, para perpétua memória". Em função de paz e união se manteve ainda como centro intermediário entre Cuzco, Arequipa e também Sucre (antiga Charcas), cuja fundação lhe é pouco posterior (1538). Localizada no nó mais estratégico das vias de comunicação do país, conservou La Paz a categoria de capital por se encontrar em Departamento do mesmo nome, o mais próximo do oceano Pacífico. É que a Bolívia mantém com o Chile uma zona de tensão, por não se conformar em haver perdido, em 1883, sua saída marítima para o Pacífico. Finda a Guerra do Pacífico, pelo Tratado de Ancón, o Chile ficou com Tacha e Arica, pertencentes ao Peru, como ainda com Antofagasta, que era o litoral da Bolívia. Considerada como uma das



mais cruciais áreas de conflito do continente, a devolução desse território é, sem dúvida, a bandeira nacionalista dos políticos bolivianos acenada em tempos de crise.

Mais baixa que La Paz (3.600 metros de altitude), Sucre (2.850 metros de altitude) é o quarto nome que teve esse núcleo urbano boliviano conhecido assim como "a cidade dos quatro no-

mes". Os índios davam-lhe o nome de Charcas, região que se atolava por se encontrar no "divortium aquarum" dos sistemas fluviais Platino e Amazônico. Já era conhecida também como Chulquisaca quando os espanhóis, encontrando aí grande quantidade de prata, lhe deram o nome de La Plata. Antes de tomar o nome de Sucre, em homenagem a Antonio José de Sucre, o fundador da re-

pública, foi, como Audiência de Charcas (desde 1559), a célula política do que se chamava de Alto Peru. Tendo prosperado à sombra das minas de prata do Potosi, diferindo de La Paz, que vivia em função do ouro de Lima, entrou para a órbita do Vice-Reinado do Prata.

Num confronto, La Paz e Sucre revelam o dualismo não só geopolítico da Bolívia, como também o fisiopolítico. Enquanto o norte do altiplano, melhor regado pelas chuvas, se dedica à pecuária (llamas, alpacas, carneiros), além do Poopo a paisagem já é mais árida, começando a surgir os salares, como o de Yuuni, que continuam pelo Chile e Argentina. É esta a paisagem estéril da zona mineira boliviana que se estende de Guaqui até Atocha, numa transversal econômico-geográfica.

Na planície interiorizada da Bolívia ocorre o mesmo fenômeno. O norte, bem mais regado pelas chuvas, oferece paisagem da Yunga ou Floresta, enquanto o sul, com maior carência d'água, já começa a participar do Chaco, que além da Bolívia se reparte pelos territórios do Paraguai e Argentina, com altitudes que vão num constante decrescer, dos 600 aos 200 metros.

Região quente e semi-árida, as chuvas variam dos 400 mm a 1 metro, evaporando-se ou se infiltrando nos solos permeáveis do Chaco. Assim, excetuando-se o Pilcomaio e o Bermejo, que drenam a região, os demais cursos d'água são intermitentes, perdendo-se nos pântanos e depressões como o mar de Chiquita, alimentado pelo rio Dulce.

No Chaco os solos salgados são frequentes; nas zonas mais regadas abundam os palmeirais, enquanto a mata xerófila, nas regiões mais secas, apresenta espécies diferentes de quebracho, surgindo em seguida, no oeste, as savanas.

No conjunto, pois, além do dualismo geopolítico, a Bolívia também se caracteriza, dentro do aspecto fisiopolítico, numa área de transição — entre o Chile e o Peru de um lado, entre a Argentina, o Paraguai e o Brasil do outro. Por sua posição cêntrica e população, amplamente diluída, não suportou a Bolívia a gravitação de seus vizinhos; país sem fronteiras naturais, regrediu em pouco mais de metade de sua área ao perder ou ceder território para o Chile, Argentina, Peru, Paraguai e Brasil (Mapa 5).

Na quarta região, os Andes percorrem o Chile formando duas cadeias paralelas, facilmente cruzadas nos passos das seções central e setentrional. Passagens naturais nos colos das montanhas, vêm esses passos salvaguardando os remotos interesses do Chile pelo Atlântico através das transcontinentais; sobretudo o passo de Upsalata, aproveitado pela ferrovia Buenos Aires-Mendoza-Valparaíso. Isto porque o passo de Santa Rosa, que leva o sistema ferroviário boliviano até Arica, ainda se restringe ao Pacífico; situação que poderá mudar quando complementados os 300 km do trecho ferroviário Santa Cruz de la Sierra-Cochabamba.

No estreito território entre a cadeia andina e o Pacífico os cursos d'água são numerosos, porém escassos como rios permanentes, ocasionando na época das cheias terríveis inundações. É, no entanto, entre as cadeias paralelas de montanhas que se estende o deserto ou puña do Atacama, envolvendo-se no território meridional do Peru, parte da Argentina e Bolívia, onde já são vistos os páramos, cobertos por um tapete vegetal. Assim, enquanto a puña, desprovida de qualquer vegetação, se estende entre os paralelos de 23 graus e 27 graus de latitude sul, os páramos são encontrados

desde a Patagônia até o sul do altiplano Boliviano, numa altitude que varia dos 3.000 aos 5.000 metros.

Embora o Aconcágua (7.000 metros) se situe nesse setor meridional dos Andes, a partir dos 40 graus de latitude sul as montanhas, que se repartem entre a Argentina e o Chile, vão perdendo em altitude e se povoando de lagos glaciares, entre os quais se destacam o Buenos Aires, o Viedma e o Argentino. Na Terra do Fogo desaparece a zona montanhosa que mergulha no Atlântico formando os arquipélagos subantárticos. As terras baixas apresentam-se então com suave inclinação para o Atlântico formando uma rede intrincada de estreitos labirínticos e numerosas ilhas. Nesta área, onde termina o continente sul-americano, se encontra mais uma zona de tensão.

No terminal sul-americano, procurando fugir ao isolamento que lhe impõe a

fisiografia, o Chile tenta adquirir uma nesga de terra (ilhas Nueva, Lennox e Picton) e envolver-se no Atlântico através do canal de Beagle. Assim, enquanto a Argentina contesta ao Chile o direito de dominar uma faixa de 200 milhas no Atlântico... o Chile contesta os direitos da Argentina numa área da Antártica que se envolve no Pacífico.

Concluimos que a disposição quase que vertical dos Andes contribuiu, tanto no período pré-europeu como na própria época da conquista, para a implantação de uma ocupação humana no sentido norte-sul.

Sob o ponto de vista fisiopolítico, as melhores condições de habitabilidade da zona montanhosa determinariam o estabelecimento dos ecúmenos estatais nas regiões mais altas, moldando nos povos que aí se estabeleceram um caráter eminentemente continental salvo a exceção



chilena. É que Santiago, posicionada no vale longitudinal do rio Mapocho, busca o Pacífico que banha a ampla fachada do país, prolongada em cerca de 40 graus geográficos entre os paralelos de 18 graus e 56 graus de latitude sul. O Chile é, pois, uma franja oceânica com largura variando dos 100 aos 350 km, só alcançando sua maior extensão na Terra do Fogo, onde tem somente 460 km.

Por outro lado, mesmo considerando que os Andes se constituem numa massa orográfica integrada por linhas paralelas, vales longitudinais, altiplanos, nós e passos, integrando um conjunto definido, este, no sentido geopolítico não se transformou no suporte de um só povo. Assim, a despeito de se transformar em conquista unicamente do espanhol, não escapou ao cantonalismo geopolítico que ocasionou, no conjunto fisiográfico, o esfacelamento fisiopolítico.

O isolamento em que viveram os núcleos colonizadores espanhóis nos Andes não contou com o fluxo do Pacífico, que, contrariamente ao que ocorreu no lado atlântico, jamais conseguiu estabelecer um vínculo constante entre as diferentes áreas em suas ribeiras.

Ao conjunto fisiográfico Andes-Pacífico se juntou o complemento da desertificação econômica; esta caracterizou a região andina desde o norte agrícola, intercalado pelo centro mineiro, e o isolado sul pecuarista.

## PLANALTO DAS GUIANAS

Se do ponto de vista fisiopolítico o solo llanero facilitou a penetração espanhola, a irregularidade do relevo planaltino das Guianas dificultou-a, favorecendo, em contrapartida, as invasões holandesa, inglesa e francesa, que acabaram por formar "quistos" políticos nessa

cunha isolada da América do Sul, voltada para o Caribe.

O planalto das Guianas se estende desde a linha do alto Orenoco até o Atlântico perfazendo cerca de 1.600 km; sua largura máxima é de 1.000 km entre o curso médio do Orenoco e o rio Negro, este, afluente do Amazonas.

O litoral da região guianense é baixo e pantanoso, com faixas que variam dos 20 aos 80 km, atravessadas por vários cursos d'água dentre os quais se destacam o Essequibo, o Rupununi e o Correntine. Justifica-se assim o topônimo Guiana, que em dialeto indígena significa "costa selvagem" e "país das águas". A forte pluviosidade que alimenta os rios locais os leva a formar, na costa baixa, cordões litorâneos de pântanos ou "bayus". Tal aspecto fisiológico indica que, tendo apenas os rios Orenoco e Madalena como vias de penetração, os espanhóis não conseguiram deter a hegemonia sobre essa costa guianense carente de rios importantes que viessem a favorecer a penetração.

Do ponto de vista fisiográfico, a homogeneidade estrutural do planalto das Guianas é notória; como é também característico o seu isolamento geográfico em face do Atlântico e bacias Orenoco-Amazônica. Tal isolamento justifica a sobrevivência geopolítica das Guianas colonizadas pelos ingleses, holandeses e franceses.

O planalto das Guianas ou Escudo Guianense separa os llanos do Orenoco das planícies Amazônica, constituindo-se em dois blocos de relevo separados pela depressão dos rios Branco e Essequibo. Dentro do enfoque fisiopolítico, essa depressão, enquadrada por blocos falhados na área do Tacutu-Mahu, transformar-se-ia num centro de litígio fronteiro entre o Brasil e a Guiana Inglesa. A

partilha geopolítica dessa área não se constituiu num empate entre os pleiteantes e sim, sob o ângulo fisiopolítico, no encaixe de pequena brecha dos ingleses na bacia Amazônica.

No bloco ocidental do planalto das Guianas se encontram as áreas mais elevadas representadas pelas serras de Iméri-Tapirapecó, onde o pico da Neblina atinge os 3.014 metros, situando-se no complexo Parima-Pacaraima, o Roraima com 2.875 metros. Na parte oriental, no grupo Acari-Tumucumaque, o escudo cristalino já possui altitudes bem mais modestas, sobretudo na serra do Navio (350<sup>m</sup> metros), onde se explora o minério de manganês.

## PLANÍCIE AMAZÔNICA

Enquanto a área fisiográfica do Escudo Guianense busca o Atlântico, declinando em sua direção, o golfo Amazônico se constitui, no sentido inverso, numa porta natural de penetração para o hinterland da planície; planície que encerra a maior rede hidrográfica do mundo, abrangendo 7.000.000 km<sup>2</sup>, se nela se inclui a bacia Tocantins-Araguaia.

Do ponto de vista fisiopolítico cerca de 70% da área desta bacia, encaixada na mais vasta planície sedimentar do Globo, se encontra em território brasileiro, envolvendo-se nos restantes 30% a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia.

O rio Amazonas, eixo diretor do complexo hidrográfico, é o mais extenso do continente (6.560 km), mesmo se num confronto com a bacia norte-americana somarmos os cursos do Mississipi-Missouri (6.260 km). Recebendo mais de 500 afluentes, o rio Amazonas é navegável nos 3.200 km em que percorre

o território brasileiro; no conjunto, a rede fluvial navegável é avaliada em cerca de 50.000 km e, contado o tempo em que nela viajássemos, dar-se-ia a volta ao mundo.

Tanto na parte meridional como na setentrional da bacia se encontram as faixas de terreno mais altas da Amazônia, formadas respectivamente pelos degraus dos planaltos Brasileiro e das Guianas. Estão nestas faixas as extensas savanas de superfícies cobertas por pastos. Em seguida, toda a bacia Amazônica é baixa, e se transformaria num lago se o Atlântico se elevasse somente em 100 metros.

No conjunto a planície sedimentar apresenta-se com altitudes que não ultrapassam os 200 metros, notando-se que em Tabatinga, a mais de 3.000 km do litoral, quando o rio Amazonas entra em território brasileiro, a elevação é de apenas 65 metros acima do nível do mar. Nos terminais de navegabilidade a planície Amazônica vai cedendo lugar aos contrafortes dos Andes, do planalto Brasileiro ou do planalto das Guianas. Nessa transição fisiográfica as dificuldades impostas à colonização criaram uma área geopolítica neutra; a fisiopolítica se constitui na paisagem de países amazônicos virados de costas uns para os outros. Aí a indefinição de terrenos que ocorre desde os llanos, passa pelas yungas, atinge o chaco e se mistura ao pantanal Matogrossense gerou zonas fisiopolíticas de fronteiras críticas quando os limites entre os países tiveram que ser demarcados.

Em 1967 o Hudson Institute, dos Estados Unidos, sugeriu a construção de um sistema lacustre na Amazônia, similar ao dos Grandes Lagos da América do Norte. O Amazonas seria bloqueado para formar um grande mar interior,

equivalente às duas Alemanhas unidas; partiria daí uma série de canais para ligarem as bacias do Orenoco e do Prata, formando-se então a maior hidrovia mundial interna. Considerando-se o fluxo do Amazonas mais o da barragem, criar-se-ia na área um potencial igual a 28% da capacidade total dos Estados Unidos. Por fatores geopolíticos e razões estratégicas este plano suscitou controvérsias, levando o Brasil, em 1980, a conseguir firmar com os demais países amazônicos o Pacto Amazônico para afastar a área das ingerências internacionais.

#### **ENLACE: PLANALTO BRASILEIRO—PLANÍCIE PLATINA**

O planalto Brasileiro forma, grosso modo, uma espécie de triângulo com base voltada para o norte, vértice apontando para o sul e declinando nas duas áreas bem como para o interior do continente; contrastando, neste último sentido, com o planalto das Guianas que busca o Atlântico. Assim sendo, uma das características geopolíticas mais em evidência neste planalto é a de se encontrar afastado das zonas litorâneas atlânticas, as mais povoadas do Brasil, que integram o nosso ecúmeno estatal. Constituindo-se ainda, no contexto geral, numa área geopolítica neutra, sua importância futura parece depender, em grande parte, de Brasília, a única capital de país instalada fora do ecúmeno estatal.

No plano fisiopolítico sua importância se prende ao fato de ser esse planalto o centro dispersor e divisor de águas de três importantes bacias hidrográficas — a do S. Francisco, genuinamente brasileira, enquanto as duas outras — a do Prata e a Amazônica se dividem entre várias nações. Deste modo, do ponto de vista continental, podemos afirmar que,

geopoliticamente, o planalto Brasileiro foi o núcleo interiorizado da unidade brasileira (S. Francisco) e de alargamento territorial dos bandeirantes portugueses — pelo Prata, no sentido direcional sul e pelo Amazonas dentro da diretriz leste-oeste.

Em seu declive para o interior, o planalto Brasileiro cede lugar ao Pantanal Matogrossense complementado pela região do Chaco, extensa área baixa, numa distância de 1.170 km de norte para sul, desde a divisória do Mamoré até as paisagens pampeanas. Paisagem logo notada, já que o vazio demográfico do Chaco e Pantanal contrasta com a ocupação pastoril do Pampas.

Acha-se o Pantanal envolvido pela bacia Platina desde os 12 graus aos 22 graus de latitude sul; trata-se, no aspecto geral, de uma planície inundável, onde a economia, o relevo e a vegetação estão diretamente relacionados com o caráter preponderante que os rios imprimem aos demais fatores fisiográficos. É, pois, no planalto Brasileiro, onde pequenas ondulações recebem o nome de serras, como também o seu próprio rebordo — Mantiqueira, Mar e Geral, que nasce o rio S. Francisco, correndo de sul para o norte, e que, no passado, foi o eixo geopolítico da unidade nacional. Nasceram ainda nesse planalto os três cursos d'água que no seu segmento para o oeste formam a bacia do Prata — o Paraguai, o Paraná e o Uruguai; Planalto, hoje em território brasileiro, mas por muito tempo isolados no espaço fisiográfico do continente, em pontos distantes de nosso núcleo geohistórico, que se povoava esparsamente na faixa litorânea do Atlântico entre S. Vicente e Pernambuco.

No momento em que o colono conseguiu chegar à ampliação do planalto

Brasileiro (século XVII), o rio S. Francisco se transformava numa via de circulação ininterrupta. "O rio S. Francisco, correndo do sul para o norte, através de todo o planalto, representa, assim, o único ponto de união entre as povoações dos extremos do sertão... O rio só deixa de ser navegável quando começa a transpor o muro da serra, em busca do litoral. Aí inflete para leste e corre na mesma direção dos outros: perde o interesse pelo sertão. Mesmo assim, a muralha de Paulo Afonso, represando as águas em mais de 250 metros de altitude, representa um papel nacional insubstituível. É ela que nos garante a navegabilidade do rio, impedindo a velocidade da correnteza e pondo à disposição do sertão imenso uma imensa estrada, que une, os dois pontos extremos do interior. É o seu primeiro serviço efetivo prestado ao país, facultando-lhe a passagem ao largo da floresta e da montanha". (Orlando M. Carvalho — "O Rio da Unidade Nacional" — pág. 12 e seguintes.)

Geopoliticamente, o espaço foi para a bacia do S. Francisco a única força distribuidora das atividades humanas, desde o passado colonial. A invasão do gado nesse planalto, que até então se caracterizara pelo isolamento fisiográfico, vai se personalizar no fator do grande percurso; daí as feiras de gado gordo e de gado magro, as zonas de criação e as de invernada. A despeito do grande percurso, das paragens de repouso, o gado tinha caminho com abastecimento garantido. E assim, o S. Francisco pôde transformar-se no foco de dispersão que misturou populações do sul mineiro e norte açucareiro, induzindo-as também em direção do Araguaia quando se iniciou a miragem dos diamantes.

Curiosamente, no entanto, a bacia do S. Francisco, dentro do ponto de vista fisiográfico, se constitui numa região que carece de unidade geográfica. Contrastando com o traço de união representado pela diretriz de seu curso na direção sul-norte, essa mesma direção imprime no solo a diferença, diminuindo em altitude à medida que também baixa a latitude; isso torna variada a paisagem climática e vegetal. Com paisagem caracterizada como um prolongamento da zona semi-árida do Nordeste, pelo menos até o norte de Minas Gerais, já no sertão baiano se apresenta a caatinga com capões e carrascos isolados; fisiograficamente, em seu próprio estuário, o S. Francisco parece interromper a costa nordestina caracterizadamente retilínea, arenosa e povoada de recifes.

Nascendo como o S. Francisco, também em torno dos maciços que formam a Mantiqueira, o rio Paraná se orienta para o sul buscando seu eixo — o Paraguai. Seu significado geopolítico também remonta ao Brasil-Colonial, pois foi através dele que a marcha para o oeste levou os portugueses aos campos do sul. Não encontrando o ouro nas buscas iniciais, os bandeirantes desbravaram o setor meridional do planalto Brasileiro englobando ao nosso território as nascentes do rio Uruguai. Deslocando, pois, a linha de Tordezilhas, que não envolvia a paisagem fisiográfica do planalto Brasileiro, os portugueses se instalaram nas nascentes dos três rios formadores da bacia do Prata, avanço que o princípio do "uti possidetis", estabelecido pelo Tratado de Madrid (1750), veio consagrar.

Não detiveram, porém, os portugueses, na foz do Prata, a estratégica Colônia do Sacramento; não puderam, assim, competir com vantagem, diante dos es-

óis, na conquista da planície pampeana.

uma extensão de 647.500 km<sup>2</sup>, em forma de leque aberto para o interior, a distância radial de 500 a 640 km a partir de Buenos Aires, a região Pampeana ou Pampas se estende da foz do Rio da Prata até as proximidades da cidade de Montevideo. Os Pampas atingem o território uruguaio e brasileiro, recebendo neste último o nome de zona da Campanha do Rio Grande do Sul. É a zona dos "campos limpos" de pequenas pastagens, que na parte meridional do planalto brasileiro já se transformam numa floresta temperada, de fácil exploração, contrastando com a selva equatorial amazônica, bem mais variada em espécies, mas de difícil penetrabilidade.

Em um confronto, vamos observar que a planície Pampeana difere daquela que se segue para o interior — o Chaco ou o Planalto Matogrossense, onde já se encontram os "campos cerrados". Aqui já alternam a gramínea com os tufos florestais, em geral matas ciliares; são as várzeas aluviais da bacia do Orenoco que se repetem no hinterland da bacia amazônica.

A partir do Brasil, Uruguai e províncias argentinas (Corrientes, Entre Ríos e Entre Ríos), já o plano unificado do solo, com vegetação herbácea, se apresenta com a ondulação das montanhas. Ao sul, os Pampas, que se constituem na zona pecuarista mais produtiva do continente, são interrompidos nos primeiros degraus do planalto da Patagônia, que enlaça o litoral do alto rio da Prata ao baixo Atlântico; enquanto o espaço entre os Andes e esse planalto da Patagônia se vê ocupado pela depressão andina ou fossa da pré-cordilheira, estendendo-se desde o lago Nahuel-Huapi,

a 41 graus de latitude sul, até o estreito de Magalhães.

## PLANALTO DA PATAGÔNIA

Patagônia deriva da palavra espanhola "patagones", que significa — pés grandes. Tendo em vista as enormes pegadas que os sapatos dos nativos locais deixavam na areia ou campos de neve, supõe-se durante algum tempo que a região da Patagônia era ocupada por gigantes; homens realmente muito altos aos quais Pigafetta, da expedição de Fernão de Magalhães, se refere.

E a palavra se transformou no topônimo do planalto mais meridional da América do Sul, cujas altitudes vão baixando à medida que nos afastamos dos Andes em direção ao Atlântico. Repete, pois, num confronto, o aspecto fisiográfico do planalto das Guianas, guardadas as devidas proporções e posicionamento. Por outro lado, como região alta, desértica e fria, a Patagônia compara-se à Amazônia, baixa, úmida e quente, pois se constitui também num grande vazio demográfico, com seus habitantes abrigados nos oásis fluviais, sem perfazer a cifra de 1 hab./km<sup>2</sup>. É este o terminal da chamada diagonal semi-árida, que na massa continental sul-americana começa no "litoral seco do Nordeste, atravessa o Centro-Oeste, penetra no Chaco, contorna os Pampas úmidos da Argentina e atinge a Patagônia". ("Panorama Regional do Brasil" — IBGE — pág. 102.) Confrontantes na depressão do Chaco interior e ângulo exterior do Nordeste brasileiro, as zonas de chuvas mal distribuídas fazem surgir, na primeira área, o quebracho, explotável para dormentes e produção de tanino, e, na segunda, a caatinga ou vegetação espinhenta.

panhóis, na conquista da planície pampeana.

Numa extensão de 647.500 km<sup>2</sup>, em forma de leque aberto para o interior, numa distância radial de 500 a 640 km a partir de Buenos Aires, a região Pampeana ou Pampas se estende da foz do Plata até as proximidades da cidade argentina de San Luis. Os Pampas atingem território uruguaio e brasileiro, recebendo neste último o nome de zona da Campanha do Rio Grande do Sul. É nesta a zona dos "campos limpos" de melhores pastagens, que na parte meridional do planalto Brasileiro já se transformam numa floresta temperada, de fácil exploração, contrastando com a selva equatorial amazônica, bem mais variada em espécies, mas de difícil penetrabilidade.

Num confronto, vamos observar que a planície Pampeana difere daquela que se segue para o interior — o Chaco ou Pantanal Matogrossense, onde já se encontram os "campos cerrados". Aí já se alternam a gramínea com os tufo florestais, em geral matas ciliares; são as pradarias llaneras da bacia do Orenoco que se repetem no hinterland da bacia do Plata.

A partir do Brasil, Uruguai e províncias arribenhas argentinas (Corrientes, Misiones e Entre Rios), já o plano uniforme do solo, com vegetação herbácea, se apresenta com a ondulação das Coxilhas. Ao sul, os Pampas, que se constituem na zona pecuarista mais produtiva do continente, são interrompidos pelos primeiros degraus do planalto da Patagônia, que enlaça o litoral do alto Pacífico ao baixo Atlântico; enquanto o espaço entre os Andes e esse planalto da Patagônia se vê ocupado pela depressão subandina ou fossa da pré-cordilheira, estendendo-se desde o lago Nahuel-Hua-

pi, a 41 graus de latitude sul, até o estreito de Magalhães.

## PLANALTO DA PATAGÔNIA

Patagônia deriva da palavra espanhola "patagones", que significa — pés grandes. Tendo em vista as enormes pegadas que os sapatos dos nativos locais deixavam na areia ou campos de neve, supõe-se durante algum tempo que a região da Patagônia era ocupada por gigantes; homens realmente muito altos aos quais Pigafetta, da expedição de Fernão de Magalhães, se refere.

E a palavra se transformou no topônimo do planalto mais meridional da América do Sul, cujas altitudes vão baixando à medida que nos afastamos dos Andes em direção ao Atlântico. Repete, pois, num confronto, o aspecto fisiográfico do planalto das Guianas, guardadas as devidas proporções e posicionamento. Por outro lado, como região alta, desértica e fria, a Patagônia compara-se à Amazônia, baixa, úmida e quente, pois se constitui também num grande vazio demográfico, com seus habitantes abrigados nos oásis fluviais, sem perfazer a cifra de 1 hab./km<sup>2</sup>. É este o terminal da chamada diagonal semi-árida, que na massa continental sul-americana começa no "litoral seco do Nordeste, atravessa o Centro-Oeste, penetra no Chaco, contorna os Pampas úmidos da Argentina e atinge a Patagônia". ("Panorama Regional do Brasil" — IBGE — pág. 102.) Confrontantes na depressão do Chaco interior e ângulo exterior do Nordeste brasileiro, as zonas de chuvas mal distribuídas fazem surgir, na primeira área, o quebracho, explotável para dormentes e produção de tanino, e, na segunda, a caatinga ou vegetação espinhenta.

Na Patagônia a escassez das chuvas, e, sobretudo, a topografia regular dão amplo campo de ação a fortes ventos, enquanto a rala cobertura vegetal se torna impotente para proteger os habitantes da região contra eles. Procedentes dos Andes, esses ventos secos, absorvendo em grande parte a água na região planáltina, expõe seus lagos à dessecação periódica, formando depósitos salinos. Os rios dessa região semi-árida são, como alguns do Nordeste brasileiro, temporários, desaparecendo em certas épocas do ano. Enquanto os salados ou salitrais correspondem a áreas onde a pluviosidade apresenta cifra abaixo de 200 mm, nos locais mais regados surgem os "mallines", isto é, depressões ocupadas por vários rios permanentes, entre os quais se destacam o Negro, o Chubut, o Desado, o Chico e o Gallegos; mesmo assim, o caudal desses rios patagônicos diminui bastante à medida que os mesmos se aproximam do Atlântico. É na região dos "mallines" do Negro e do Chubut que os prados dão ensejo à criação de gado ovino.

A partir dos 50 graus de latitude sul, tanto os Andes quanto o planalto da Patagônia vão tomando o aspecto de mesetas pantanosas que desaparecem na Terra do Fogo, já bastante plana. A partir daí, os estreitos de Magalhães e Drake estreitam as relações entre essa área geopolítica neutra do continente com a Antártica Americana.

## CONFRONTO CONTINENTAL

Levando-se em conta que as massas continentais se distribuem no hemisfério norte, formando um grupamento em semi-círculo centrado no pólo Norte, concluímos que:

— A América do Sul se envolve, grosso modo, no hemisfério sul da Terra on-

de as águas cobrem a maior parte da superfície. Encontra-se pois, a América do Sul no hemisfério marítimo, no qual a Antártica se constitui na extensão de terra mais considerável da metade inferior do Planalto. Já as Américas do Norte e Central se localizam no hemisfério terrestre do Globo.

— Sob o ponto de vista fisiográfico, são constantes as analogias e os contrastes entre as Américas. Tanto no norte como no sul, na zona do Pacífico, bem próximas do litoral e quase que paralelas a ele, se estendem altas cordilheiras, de formação recente, como os Alpes da Europa, e seguem a linha de uma antiga geosinclinal, constituindo-se no flanco de uma seção de menor resistência; daí se encontrar integrada na linha de fogo do Pacífico, com numerosos vulcões, uns ativos e outros extintos, estando entre os primeiros o Cotopaxi (5.897 metros), no Equador, o mais alto do mundo. Dentro do enfoque fisiopolítico, essas montanhas, bastante altas e de origem recente, formam, do lado do Pacífico, uma espécie de barreira, levando o continente a se voltar, em suas funções geopolíticas, mais para o leste, na direção, pois, do Atlântico.

— Na América do Norte a região de planície vai, num segmento norte-sul, desde o Ártico até o golfo do México; no entanto pelas diretrizes dos rios, formam duas áreas atraídas tanto sob o ponto de vista geopolítico quanto geoeconômico, em sentidos opostos. A disposição dos Apalaches e Laurêntidas, próximos da costa, só propiciaram ao S. Lourenço a saída e a entrada para o Atlântico, no sentido horizontal. Encontra-se, pois, numa linha intermediária entre as bacias do Mackenzie e do Mississipi, que fluem, respectivamente, para o norte e para o sul.

Já na América do Sul a região de planície forma uma espécie de semi-círculo com as duas pontas centradas nos estuários do Prata e Amazonas. Os Andes na retaguarda, o planalto da Guiana ao norte e o da Patagônia ao sul, emolduram esse semi-círculo, enquanto o planalto brasileiro se impõe como plataforma giratória entre as duas portas. Deste modo, pela disposição fisiográfica, tanto a bacia do Orenoco, e sobretudo a Platina, e a Amazônica, se constituem em área de atração geopolítica e geoeconômica na esfera exclusiva do Atlântico.

— Muito embora a América do Sul se projete mais em si para o Atlântico que a América do Norte, observa-se que, pelo posicionamento, a depressão encurralada do Yukon está para a bacia do Orenoco, assim como a leste-oeste do S. Lourenço está para a Amazônica e a norte-sul do Mississipi para a do Prata.

— A Grande Bacia dos Estados Unidos corresponde ao altiplano Boliviano; são regiões montanhosas na zona de influência do Pacífico, que atingem, sob o ponto de vista fisiográfico, larguras máximas. Contrastam porém o sul e o norte: enquanto o altiplano Boliviano se mantém hidrograficamente dependente do Atlântico, nos Estados Unidos o Columbia e o Colorado vertem para o Pacífico; muito embora nenhum desses dois rios tenha desempenhado o papel de vias de comunicação e penetração que caracterizou o S. Lourenço e o Mississipi, na vertente atlântica. Conclui-se assim que a despeito de certa atração exercida por parte do Pacífico no norte, nas três Américas a vertente oriental, banhada pelo Atlântico, se apresenta bem mais atuante sob o ponto de vista geopolítico.

— No conjunto, é a América do Sul que oferece o exemplo típico do desvio

continental para o leste; o meridiano de Lima, cidade localizada na esfera do Pacífico-Sul, passa por Washington, já na esfera do Atlântico-Norte. Enquanto Recife dista somente 18 graus de longitude de Dakar e 10 graus de Cabo Verde, a terra mais ocidental da África.

Por sua vez, o continente norte-americano se orienta mais para o quadrante oeste, ligando-se através de uma guirlanda de ilhas ao continente asiático; a ponta mais saliente do Alaska ultrapassa, em longitude oeste, o meridiano de Havaí, para corresponder mais ou menos ao da Nova Zelândia, na Oceania.

— Enquanto o continente americano se alarga em direção ao Ártico, se afunila ao se aproximar da Antártica. Nota-se então um dos contrastes fisiográficos fundamentais, se compararmos Buenos Aires na porta de entrada da planície Pampeana, com Chicago; na mesma posição com relação às pradarias; a cidade estadunidense seria uma réplica da capital argentina se imaginássemos o Atlântico penetrando através dos Grandes Lagos.

Contrastam, pois, a América do Norte com sua maior largura se envolvendo na zona polar, com a América do Sul, com sua maior extensão ao longo do equador. Contrastam ainda as duas Américas, sendo a meridional bem mais maciça, enquanto a setentrional, mais articulada, se vê penetrada por golfos gigantes como o do México e a baía de Hudson que inexistem ao sul do equador.

— Considerando-se o meridiano de zero grau de Greenwich, todas as terras da massa continental americana se encontram no hemisfério oeste ou ocidental, entre os 36 graus do Cabo Branco no Nordeste brasileiro, e os 160 graus do Cabo Príncipe de Gales no Alaska. Nesse posicionamento nota-se que a

ca do Sul está bem mais isolada oceano Pacífico, pois se encontra de distância da Austrália, que com defronta numa linha leste-oeste, na o chamado crescente externo insu- te, por sua vez, centraliza o Brasil possível Bloco ou Aliança que ve- envolver o Pacífico e Atlântico- Considerando-se o leque de proje- nossa costa alcançando o Caribe, as portuguesas e espanholas do tico ao sul de Gibraltar; toda a ver- atlântica da África; a Antártica e ssos tradicionais vizinhos continen- o sul, chegamos à conclusão que o tico nos assegura uma articulação com cerca de 50 países, a terça dos membros da ONU. E uma arti- ção indireta com o resto do Planeta. uma visão renovada do panorama

geopolítico que gravita em torno do Atlântico-Sul, onde a presença de 20 no- vos Estados cada dia se afirma mais no cenário". (Carlos de Meira Mattos — "A Geopolítica e as Projeções do Poder" — pág. 188.)

— Indo praticamente de pólo a pólo, a imensa barreira formada pelo conti- nente americano separa os maiores sis- temas oceânicos do mundo — o Atlânti- co e o Pacífico — envolvidos numa su- gestiva faixa de segurança pelo TIAR. Nota-se, no entanto, que, bem mais vol- tado para a zona de fricção, o mundo atlântico de hoje não corresponde mais ao que foi organizado militarmente pe- la OTAN. As mutações foram tão pro- fundas que urge constituir as bases para uma nova geopolítica.



*Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista. Entre suas obras publicadas destaca-se o livro "Rumo à Antártica" (Livraria Freitas Bastos, 1976, Rio de Janeiro), no qual advoga o direito do Brasil a uma nesga do continente antártico.*

A m  
cleare  
deser  
Em

Em meno  
ando a se alir  
É uma re  
ergia, capaz  
Da fábrica  
que vem os m  
is de Angra d  
Com esse  
portação de e  
ovo estágio d



# POLÍTICA MILITAR, QUE POLÍTICA?

Luigi Galigaris

**A**ntes de examinar o significado e as funções da política militar, é necessário antecipar algumas observações sobre o quadro geral no qual essa política se insere, bem como múltiplos aspectos da vida nacional que a ocasionam, dirigem, influenciam muitas vezes, a condicionam.

Na realidade, o problema "político-militar" não pode ser considerado um elemento isolado, porquanto se constitui numa contribuição determinante, não somente das Forças Armadas para a consecução de uma "moldura de segurança" apta a garantir ao país as condições essenciais para a vida, o desenvolvimento e o progresso.

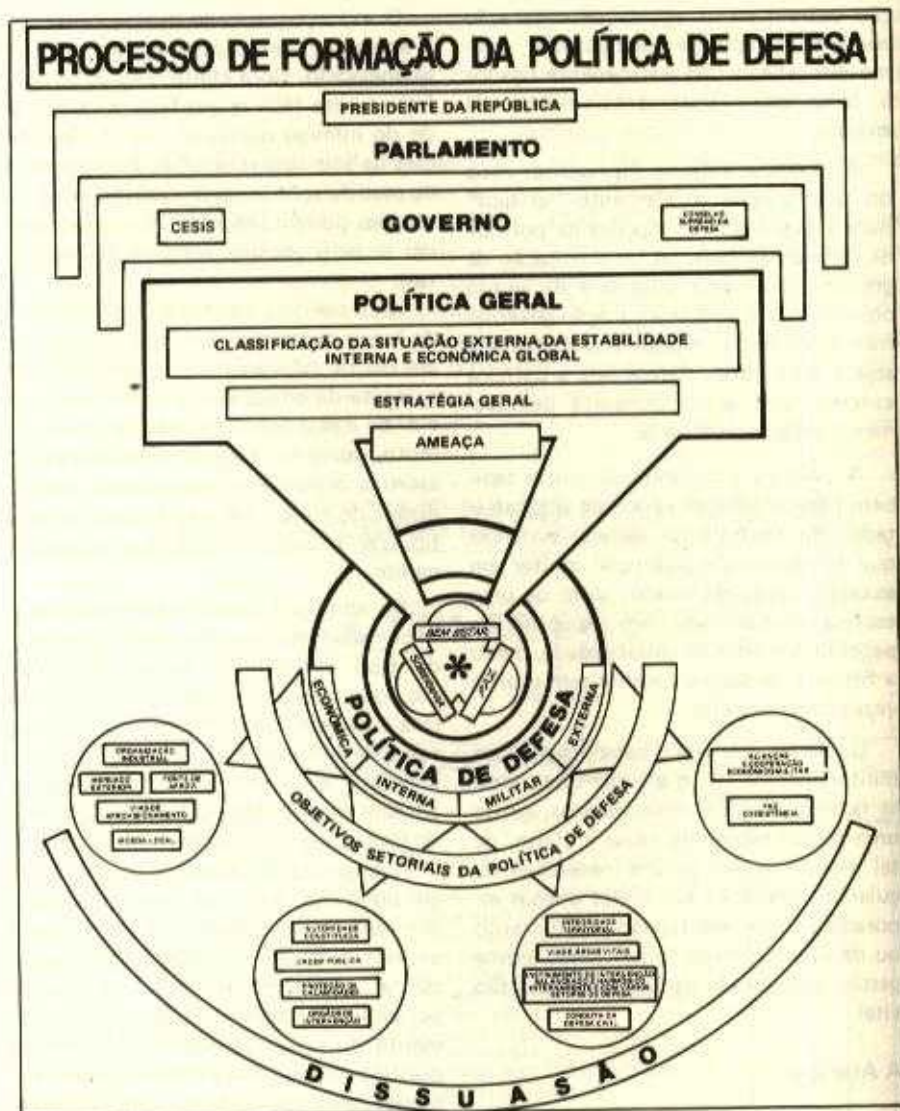
A segurança constitui, portanto, uma componente muito significativa da problemática nacional e, como tal, representa uma concreta expressão da vontade política nas declarações pragmáticas do governo, de onde emanam orientações serem tomadas e opções a serem ado-

tadas, com a finalidade de assegurar a estabilidade interna e externa (nos limites do território nacional). Sem segurança, o país não pode progredir nem sobreviver.

## A Política de Defesa

No quadro da política geral do país, configura-se a adoção de uma política de defesa que, em harmonia com as exigências da segurança, esteja em posição de estabelecer, de determinado modo, em determinada medida e para determinado fim, as forças e os recursos nacionais que devam ser empregados para a consecução de um aparelho defensivo de credibilidade.

Muitos setores da vida nacional integram-se na "política de defesa" e na conseqüente "concepção estratégica" que se derivam de uma clara definição de "ameaça" potencial ao país e da consequente posição harmônica com outras "políti-



implicações políticas diretas e colaterais.

Mais do que nunca, nesse caso, é preciso que a apreciação político-militar da ação a executar seja avaliada também sob o aspecto da política externa que, entre outras coisas, pode participar ativamente com organismo militar para fazer frente com oportunidade, propondo relacionamentos e alianças com outras Nações.

### Postura da Concepção Estratégica

Depois da Segunda Guerra Mundial, a "dissuasão" se investia de autoridade qual neologismo para adjetivar as novas concepções estratégicas; vinha assim implicitamente e explicitamente, atribuindo ao poder militar a tarefa de prevenir antes do que dirigir os conflitos.

Por tal motivo, no seio da OTAN, se atribui à estratégia e à organização militar a missão de executar uma função digna de crédito, de dissuasão e de defesa, não apenas excluindo uma conotação "ofensiva" qualquer que seja, mas também atribuindo um claro significado prioritário ao aspecto dissuasório.

Na União Soviética tal ordem de prioridade não é estabelecida, porque a defesa se atribui máxima importância, deixando-se à dissuasão uma função subordinada e conseqüente, tornando assim mais facilmente solucionável o problema defensivo ao qual vem atribuída exclusivamente uma missão precipuamente militar. Não é assim para o Ocidente, visto que a dissuasão é, de origem, mais política que militar; o valor a lhe ser atribuído não é facilmente determinado, a validade das opções feitas em seu nome não é concretamente avaliável, enquanto que seus sucessos "pressupostos" só são demonstráveis com provas negativas em

vez de positivas. A dissuasão, portanto, está incluída na área de ação da política militar e não do militar "tout court", e com ênfase sobre o adjetivo político.

É, portanto, necessário que as opções políticas sejam militarmente válidas ou pelo menos aceitáveis e que defesa e dissuasão se complementem entre si, para que seja evitado, em qualquer caso, o perigo de uma dissociação entre as duas. No caso disso acontecer, a organização operacional, último e principal elemento para dar credibilidade seja à dissuasão seja à defesa, seria sujeita a motivações e solicitações as mais diversas, tais como modificar o equilíbrio de sua estrutura e de suas funções. Adverte-se, assim, antes e durante o procedimento de elaboração da política de defesa (que se concretiza na formulação e na averiguação da concepção estratégica), o primeiro ponto de contacto entre o quadro político e o militar, de cuja harmônica relação derivam-se a oportunidade e a credibilidade da opção.

### O Financiamento da Defesa

Por último, mas certamente o não menos importante entre os principais aspectos de relevância política militar, está o aspecto financeiro com suas conseqüências quantificáveis não somente no que diz respeito à política de defesa, mas também no que se refere à política geral do país.

Não parece realístico dedicar todas as atenções à melhoria do quadro econômico interno, sem aplicar, no decorrer desses procedimentos, substanciais investimentos no setor da defesa, como verdadeiras apólices de seguro contra o imprevisível e o imprevisível.

Além disso, um país em expansão econômica e com uma estrutura indus-

trial não pode condicionar-se a opções autárquicas e introspectivas; terá de, necessariamente, orientar seus esforços, em termos econômico-financeiros, especialmente os voltados ao exterior, e isso requer seja uma política externa iluminada e que haja um esforço de política de defesa na tutela dos próprios interesses, conduzida seja a nível nacional seja no quadro dos compromissos nacionais e/ou plurinacionais.

Em nossa sociedade atual, conhecida como "sociedade de consumo", somos, porém, levados a minimizar a importância dos assuntos anteriores, por não serem passíveis de retorno político a curto prazo, visto que a difícil compreensão desses assuntos por parte da opinião pública leva-a, como consequência, a negar-lhes a oportunidade ou a reduzir-lhes a importância; tudo isso se traduz, necessariamente, numa vontade de anular ou pelo menos minimizar os custos relativos à defesa.

Não é porém concebível nem realizável, no contexto do atual quadro político nacional e internacional, a negação das necessidades de defesa, ou seja, do aparelhamento das forças e custos consequentes; uma providência de tal espécie, quase que absurda e talvez, por isso mesmo, requereria uma vontade política muito mais forte do que a necessária a fazer sobreviver, numa situação estável, as Forças Armadas, caso estivessem elas desgastadas.

Chegou-se, assim, em muitos países ocidentais, e também na OTAN, a não fixar os financiamentos para as Forças Armadas em função dos demais fatores considerados, mas estabelecendo uma ligação, absolutamente artificial, em termos de percentagem e alguns indicadores significativos da vida econômica nacional. Não é certamente assim na União

Soviética, onde se segue, sempre que possível, nos financiamentos para a defesa, uma lógica consequente da política geral do país.

A atual orientação ocidental tem, sem dúvida, consequências obscuras no que diz respeito ao problema da defesa. Acontece, na realidade, que:

- as despesas da defesa, por serem ligadas à economia nacional, crescem e diminuem em função desta última, independentemente da variação da ameaça que deva ser enfrentada ou da política a sustentar;
- tal visão arbitrária dos investimentos em "res militar" produz reflexos que confundem as próprias Forças Armadas, que se vêem a enfrentar dificuldades lógicas no qualificar as próprias despesas.

Concluindo sobre este aspecto do problema, pode-se dizer que:

- o custo global da defesa deveria ser determinado em função das necessidades da segurança e da política geral do país;
- os recursos disponíveis deveriam condicionar as dimensões e o custo do problema da defesa, mas não defini-lo com certeza.

Na definição de um justo "encargo" financeiro para a defesa observa-se outro indispensável ponto de encontro entre políticos e militares.

### **O que é a Política Militar**

No curso da tentativa de esclarecer o problema da defesa, mais de uma vez faz-se menção à oportunidade de que haja um diálogo construtivo entre políticos e militares, e que as decisões políticas, que se referem à defesa, possam

ser transformadas em importantes ações militares.

Tais exigências são reunidas sob uma única função, a "político-militar", que, conhecida como o "ponto de convergência das divergências", concretiza-se ou num "assessoramento militar" ou numa atividade que tenha a finalidade de dar início à formulação das decisões políticas no âmbito militar.

O "assessoramento" representa a contribuição "político-militar" à formulação da política de defesa e à avaliação, de comum acordo com outros setores da vida nacional institucionalmente envolvidos, das modalidades e dos meios mais apropriados para transformá-la em realidade, definindo assim a estratégia a ser adotada no âmbito geral e contingente.

Trata-se, por conseguinte, de uma participação conceitual, não de ordem "técnica", como outrora erroneamente se pensava, mas "político-militar", onde uma séria e profunda avaliação "técnico-militar" constitui a indispensável condição de base para a sua formulação, mas não certamente o produto acabado.

De fato, a sempre maior conscientização das atividades militares, por parte da opinião pública e dos meios de divulgação de massa, leva os políticos a tratar de assuntos, antes considerados da exclusiva pertinência militar, e os militares a serem muitas vezes solicitados a

essa co-participação; como consequência, deriva-se uma faixa de indeterminação entre o que compete aos políticos e aos militares, o que poderia prejudicar a clareza das decisões.

É necessário, por conseguinte, que o militar pense não politicamente, mas em "termos políticos", e que tenha condições de exprimir uma opinião não independente, porque é entrosada num contexto político, mas autônoma, só assim poderá oferecer uma valiosa e essencial colaboração de pensamento às decisões políticas.

O "assessoramento militar" deve ser expresso, seja no que diz respeito aos problemas político-militares de responsabilidade do Ministério da Defesa, seja sobre os aspectos político-militares dos problemas entrosados no mais amplo quadro da política de defesa e tratados por outros Ministérios; todos os dois aspectos da atividade consultiva possuem reflexos nacionais e internacionais, e subentendem uma grande variedade de relações com vários órgãos.

O "assessoramento", atividade que pode ser definida como "ascendente" porque é dirigida para áreas de responsabilidade, superiores ou fora da "política militar", não esgota as atribuições dessa última política que, para concretizar-se, deve provocar providências "descendentes", que partam da cúpula polí-



*O Coronel LUIGI GALIGARIS (Exército Italiano) tem curso de Estado-Maior junto ao Staff College britânico. É membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos e da Royal United Services Institution. Foi adido militar em Londres e exerce atualmente a função de Chefe do Escritório de Política Militar do Estado-Maior da Defesa da Itália.*

tico-militar e que sejam dirigidas às Forças Armadas.

Fazem parte de tal categoria: a preparação do organismo militar em conformidade com a concepção estratégica nacional; a contribuição à definição das despesas militares compatíveis aos fins do planejamento e da programação do orçamento da defesa; a política de pesquisa, desenvolvimento e provimento dos materiais; a "gestão" do organismo operacional de paz, em períodos de crise ou durante as hostilidades.

Essas atividades, para serem conduzidas de modo responsável e eficiente, devem pressupor uma concepção estratégica clara e iluminada, uma visão política para o exterior e o interior do país

coerente e de longo prazo, um apoio financeiro adequado, uma visão verdadeiramente inter-forças e funcional dos problemas das Forças Armadas e, por último, mas nem por isso menos importante, uma responsável e informada participação do país nos problemas da defesa.

No caso de uma ou mais dessas condições não serem realizáveis de modo adequado, o produto acabado nunca poderá refletir fidedignamente as idéias-objetivo que deveriam ser claramente expressas no seio da política de defesa como sujeito-objeto da política militar, deixando a esta última só o papel formal de "ligação" e não de "interface" entre necessidades conflitantes, que não se conciliam e que são pouco conciliáveis.

*Transcrito da "Rivista Militare", tradução do Ten Cel Bruno Tosetti (Exército Italiano, diplomado pela ECEME, Turma 1980).*



# A ACADEMIA DE WEST POINT

Oacyr Pizzotti Minervino

O mundo vem atravessando nos últimos 50 anos mudanças rápidas e profundas em todos os campos da atividade humana. Como as escolas são as instituições sociais que têm por finalidade preparar os homens para enfrentarem, com sucesso, a vida de dia a dia, é preciso que dentro de períodos relativamente curtos realizem uma auto-análise a fim de verificar se seus currículos e métodos educacionais não foram ultrapassados pela evolução das condições ambientais.

A finalidade deste artigo é mostrar em traços gerais, como a Academia Militar de West Point se estrutura, atualmente, para preparar os seus cadetes. Recentemente, esta instituição sofreu profundas modificações na sua estrutura de ensino, exatamente para se adaptar às novas condicionantes da realidade americana.

Acredito que algumas das modificações aqui introduzidas, depois de devi-

damente analisadas, poderão ser úteis para o aprimoramento da formação do oficial brasileiro.

## O MILITAR NOS ESTADOS UNIDOS

Para se obter algo útil para a realidade brasileira do que se faz em West Point é necessário que se compreenda, inicialmente, algumas das profundas diferenças existentes entre as mentalidades militares brasileira e americana.

Logo que se começa a trabalhar em uma organização militar americana, sente-se uma grande diferença na filosofia de organização e funcionamento de cada um dos exércitos. Alguns desses aspectos interferem direta ou indiretamente na formação do oficial.

*O povo e o Exército Americano não sentem uma diferença marcante entre a formação do cidadão para a atividade militar e a civil. O militar tem uma for-*

*mação civil e recebe um treinamento militar especial que o habilita à profissão militar. Em casos muito especiais, às vezes, nem mesmo o treinamento militar é necessário.*

Talvez esta seja a mais profunda diferença entre o militar brasileiro e o americano. E, também, a mais difícil de se explicar. Sente-se que no Brasil há uma nítida linha de demarcação entre o militar e o civil devido a formação de cada um. Apesar do perfeito entrelaçamento entre ambos, os dois grupos se vêem como possuidores de filosofias de vida e atividades bem distintas. Não há facilidade para que o civil passe a ser militar e vice-versa.

O americano vê este fato por um ângulo bastante diferente. Para grande parte das funções do exército não há necessidade de um treinamento militar intenso. Neste caso, após um treinamento rápido o cidadão passa a usar a farda. Os exemplos que se seguem são exceções no Exército Americano, mas podem dar uma idéia da flexibilidade existente, expressando melhor a idéia exposta. 1 — Durante a 2ª Guerra Mundial alguns artistas de cinema, que eram responsáveis pela recreação da tropa, receberam patentes de oficial. 2 — Nos Estados Unidos, o cargo que corresponde ao nosso Ministro do Exército, pela Constituição Americana, só pode ser ocupado por um civil. 3 — Alguns técnicos civis de treinamento de equipes esportivas de West Point recebem um posto de oficial:

*Antes de se preparar o homem para a profissão militar pensa-se inicialmente na sua educação civil.*

O americano vê a educação como um todo. Não define uma linha de separação tão profunda entre as profissões como se faz no Brasil. Sente-se isto em toda a sua filosofia de ensino. Um estu-

dante entra na Universidade sem estar preocupado em definir previamente qual será a sua profissão, ele tem que definir a área de estudo. Nos primeiros anos ele vai estudando várias matérias, de acordo com o seu gosto e as sugestões do seu orientador educacional. Assim, um aluno que pensava em estudar Administração de Empresa passa a se dedicar a Literatura da Língua Inglesa sem que haja grandes problemas de mudanças de escola, ou com perda de créditos.

O cidadão americano possui vários caminhos que podem levá-lo ao oficialato no Exército. Os mais comuns são a Academia de West Point e os ROTC. Os ROTC funcionam nas Universidades. Neste caso o estudante faz os créditos dos assuntos militares paralelamente com as demais cadeiras que irão lhe proporcionar o diploma universitário.

A flexibilidade do ensino é muito grande. Um exemplo interessante é o do cadete de West Point cuja área de concentração de estudo é o Português. O cadete nestas condições conhece em detalhes a literatura brasileira e a portuguesa e, às vezes, a africana.

Poderíamos imaginar um cadete de AMAN que se dedicasse à literatura árabe?

*O Exército Americano permite maior flexibilidade de ascensão e regressão na hierarquia do que o Brasileiro.*

Um militar americano pode algumas vezes ocupar postos de hierarquia mais baixos depois de haver ocupado, anteriormente, postos mais elevados. Apesar do fato ser excepcional, a simples possibilidade disto ocorrer já demonstra uma grande diferença entre os dois Exércitos.

São muitos os exemplos de oficiais americanos que na 1ª e na 2ª Guerras Mundiais receberam os postos de generais e ao retornarem voltaram aos postos

anteriores de Major, Tenente-Coronel e Coronel. Isto acontece até mesmo em tempo de paz, apesar de tratar-se de rara exceção. O mais importante é que não há por parte do indivíduo ou dos componentes da organização nenhuma reação contrária negativa. Em determinadas circunstâncias, a nomeação para uma função com um posto inferior a que o militar já possuía pode trazer, implicitamente, uma demonstração de confiança e da grande capacitação do indivíduo para aquele cargo, dando, assim, uma demonstração de prestígio e da confiança do Exército naquele militar.

O exemplo mais expressivo do que foi exposto é o do atual comandante da Academia de West Point. O General Andrew J. Goodpaster fez carreira brilhante no Exército dos Estados Unidos chegando ao posto de general de 4 estrelas. Ocupou funções de grande destaque, sendo, inclusive, o comandante das forças da OTAN. Passou à reserva e dedicou-se às atividades civis. Quando o Exército Americano desejou implantar em West Point profundas modificações, a fim de reorientar os caminhos desta tradicional Instituição, chegou à conclusão que o homem mais indicado para esta missão seria o General Goodpaster, que convidado aceitou o encargo, voltando à ativa como general de 3 estrelas. Quem vive na Academia atualmente pode avaliar bem o acerto na escolha do homem certo para o lugar certo.

Outro exemplo desta flexibilidade, ocorre no âmbito das Praças. Em determinadas circunstâncias há a possibilidade de que, como punição, uma Praça possa ser rebaixada de graduação.

*Uma grande parte das funções militares não exige grande esforço físico e arrojado. Estas funções podem ser executadas,*

*portanto, igualmente por homens e mulheres.*

A mulher americana a cada dia disputa em melhores condições a igualdade com o homem. Isto é possível porque a máquina suprimiu a necessidade de se dispendir esforço físico para a execução de praticamente todas as tarefas. A mulher é hoje encontrada em todos os ramos da atividade, desde os laboratórios de pesquisa aos trabalhos de construção rodoviária.

Em uma sociedade assentada nestas bases, não é de se estranhar que dentro do Exército as mulheres exerçam quase todas as atividades. Na realidade, elas não podem desempenhar as funções que lidam diretamente com o inimigo, na frente de combate. Não há nenhuma nas Armas de Infantaria, Cavalaria, Blindados, Artilharia de Campanha (com exceção das Unidades de Mísseis e Radar) e Engenharia de Combate. No entanto, isto não significa que muitas vezes elas não tenham que estar bem junto do inimigo, como no caso das radiotelegrafistas e de algumas operadoras de radar.

Para nós brasileiros é um tanto surpreendente se deparar com uma loura de olhos cinzas tirando guarda nos portões de um quartel ou dirigindo o trânsito nos cruzamentos mais movimentados.

*Devido à formação do oficial e ao encorajamento do Exército Americano para que o seu pessoal prossiga os estudos em escolas e universidades civis, não há dificuldades para a passagem da vida militar para a civil.*

O tipo de educação dada pelo Exército Americano aos seus quadros, em todos os níveis da hierarquia, faz com que o militar americano não se sinta preso ao Exército, como sendo aquela a sua única opção, por não dispor de outro mercado de trabalho.

Paralelamente ao ensino profissional, o Exército Americano estimula os seus quadros a se manterem sempre estudando. Desta forma, é comum que soldados e sargentos estejam tirando cursos universitários e que a maioria dos oficiais possua o mestrado e alguns o Ph D, tirados em universidades civis.

Os Fortes possuem centros educacionais que, praticamente, trazem a escola e a universidade para os seus quadros.

Por esta razão, com uma certa facilidade, o Exército Americano comunica a um oficial que ele não tem condições de ascender ao posto superior e, no caso de não possuir 20 anos de oficial, ele sai do Exército, recebendo somente uma indenização.

Além dos aspectos já anteriormente citados, três outros fatores contribuem, de forma preponderante, para as diferenças entre os Exércitos Brasileiro e Americano: os valores dos efetivos; o serviço militar obrigatório, no Brasil, e voluntário, nos Estados Unidos; e os potenciais econômicos de cada um dos países.

Acredito que estes fatores são por si sós auto-explicativos, dispensando maiores comentários.

As diversas diferenças apontadas no modo de ver fatos similares entre os Exércitos dos Estados Unidos e do Brasil têm por finalidade mostrar que as diferenças culturais, sociais e econômicas entre eles são muito grandes. Qualquer tentativa de adaptação de idéias tem que levar em conta estes fatores.

Por outro lado, qualquer explanação que se faça sobre a Academia Militar de West Point, sem que o leitor possua um quadro geral do contexto em que ela vive, perderia muito da sua finalidade.

## A FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO OFICIAL DO EXÉRCITO AMERICANO

A formação universitária nos Estados Unidos é um pouco diferente da que possuímos no Brasil. O que para nós corresponde ao título de graduação, após 4 ou 5 anos de estudos universitários, nos Estados Unidos este nível corresponde a subgraduação (undergraduate). A graduação é obtida através de um curso de duração variável, normalmente de 1 a 2 anos, denominado de master's degree (mestrado). Este curso é uma continuação natural dos estudos universitários e não há muitos óbices administrativos para se obter o grau de master. É possível se fazer o mestrado estudando-se à noite, o que em nosso país ainda é bastante difícil.

Após o mestrado, já com bastante experiência na sua área de trabalho, o indivíduo tem condições de aspirar ao grau de Ph D, o mais alto grau universitário. Há casos em que o estudante gasta 5, 6 ou mais anos estudando para obter o Ph D.

A Academia de West Point é apenas um dos elos na cadeia de formação do oficial do Exército Americano. O número de oficiais formados a cada ano por esta instituição atende aproximadamente a 25% das necessidades do Exército.

West Point e os ROTC, que funcionam nas universidades, têm a missão de ministrar somente os conhecimentos básicos indispensáveis ao combatente de qualquer arma.

Depois de declarado 2º Ten é que o oficial americano irá adquirir os conhecimentos específicos sobre a sua Arma, em uma das Escolas das Armas, ou serviços.

Após servir algum tempo na tropa o Tenente, ou Capitão novo, pode entrar em um dos inúmeros programas educacionais oferecidos pelo exército ou por entidades civis. Os programas têm por fim dar a capacitação ao indivíduo, no grau de master, em especialidades que atendam simultaneamente ao indivíduo e ao Exército.

Além dos estudos na área civil o oficial deverá aprimorar os seus conhecimentos sobre a profissão militar, fazendo os mesmos cursos feitos pelo oficial brasileiro — especialização, aperfeiçoamento; estado-maior, de comando e superior de guerra.

Este tipo de educação recebida pelo oficial americano dá ao Departamento do Exército uma grande flexibilidade para a utilização do seu pessoal. Há sempre em seus quadros muitos oficiais possuidores de elevada capacitação para exercerem uma função, por mais especializada que ela seja. Assim, no momento que é necessário um oficial com habilidade para falar chinês há um grupo relativamente grande em que pode ser selecionado aquele que mais interessa à instituição. O mesmo ocorre no setor da matemática, engenharia, química, geografia, história, administração etc.

Os programas são muito bem elaborados e partem do princípio de que em educação não se dá saltos. O exemplo de como é feita a habilitação para o oficial adquirir o conhecimento da língua Portuguesa é bastante significativo. Selecionam o oficial dentre aqueles que no curso básico universitário estudaram Português. Envia-se-no, então, a uma universidade civil, para obter o mestrado nesta língua. A seguir vai ao Brasil, a fim de tirar um curso universitário, com a duração de 1 ano, e dão-lhe verbas específicas para que viaje pelo país, a fim de

conhecer sua cultura e geografia. Com a mesma finalidade há outros tipos de programas que também permitem ao oficial aprender Português. Ele poderá, por exemplo, fazer um curso sobre História da América Latina, aperfeiçoar a fluência do idioma na Escola de Línguas do Exército, em Monterey, Califórnia, e posteriormente tirar um ano de curso na Escola de Estado-Maior do Exército, na Praia Vermelha. Neste programa disporá de mais 6 meses somente para visitar o Brasil conhecendo as diversas partes do país.

Estes oficiais irão no futuro ensinar Português em West Point, trabalharão como assistentes de Adido, serão Adidos nos países de língua portuguesa, ou exercerão funções em seções do Departamento do Exército que tenham ligações com países de língua portuguesa. Isto quando não estão exercendo as suas funções normais nas suas unidades das Armas ou Serviços.

Há uma gama vastíssima de programas similares a esse e, praticamente, abrangem a todos os setores do conhecimento humano que possam interessar a um exército eficiente e moderno como o Americano.

## WEST POINT

### A História

Quando se cruzam os portões de West Point entra-se no coração de uma área que possui uma tradição tão longa quanto a história dos Estados Unidos.

O papel que esta região vem desempenhando na história americana remonta à Guerra da Independência.

Após longa disputa os americanos conseguiram controlar, em 1778, a navegação do Rio Hudson, estabelecendo

um sistema de fortalezas nesta área, onde o rio sofre um grande estreitamento e as margens permitem perfeito domínio sobre o curso d'água. George Washington aí estabeleceu o seu quartel geral e através das posições fortificadas e de uma corrente de ferro de 150 toneladas que atravessava o rio, impediu que os ingleses pudessem utilizá-lo como via de transporte.

O Presidente Jefferson, em 1802, criou a Academia Militar de West Point, no Estado de Nova Iorque. Foi inaugurada em quatro de julho do mesmo ano. O Coronel Sylvanus Thayer, hoje patrono da Academia, foi o superintendente entre 1817-1833 e estabeleceu os altos padrões acadêmicos que hoje caracterizam West Point.

Dentre os muitos generais famosos que estudaram em West Point podem ser citados: Grant, Sherman, Sheridan, Lee, Pershing, Mac Arthur, Eisenhower, Bradley, Patton.

Durante sua história, West Point tem sofrido grandes transformações, mas nunca abandonou a filosofia do seu fundador -- liderança apoiada em excelente conhecimento acadêmico e na absoluta integridade moral.

West Point foi a primeira e única escola de engenharia dos Estados Unidos por muitos anos. Até meados do século XIX quase todos os engenheiros civis dos Estados Unidos receberam sua educação técnica na Academia. Posteriormente, o currículo foi alterado e a ênfase em matérias de engenharia decresceu.

Quando foi fundada em 1802 o efetivo do corpo de cadetes era de 10 cadetes; vinte anos depois chegava a duzentos e cinqüenta. Atualmente há cerca de 4.400 cadetes tendo aproximadamente 10% de mulheres.

## A Organização

A organização da Academia de West Point é muito ampla. O número de órgãos de ensino e de apoio administrativo é tão grande que não será possível descrever, nem mesmo superficialmente, os inúmeros elementos que apoiam as atividades acadêmicas. Somente serão citados os elementos que mais diretamente estão envolvidos com o ensino e aqueles que possam dar uma idéia do tamanho e funcionamento da organização. (Figura nº 1)

O Superintendente é o comandante da Academia e é um cargo exercido por um General de 3 estrelas. Subordinado a ele há 3 Generais de 1 estrela\*: o Subcomandante, o Subdiretor de Ensino e o Comandante do corpo de cadetes.

Os diversos departamentos de ensino são chefiados por coronéis, normalmente possuidores de diploma de Ph D.

A Divisão de Informática e Meios Auxiliares é responsável por um complexo sistema eletrônico, que apoia a Academia com os sistemas de computadores necessários ao ensino e a parte administrativa e com uma central de televisão. A divisão não tem por finalidade executar os pequenos trabalhos de apoio às aulas. Ela dispõe somente dos equipamentos de grande porte. Entre outras possibilidades pode produzir programas de televisão, de acordo com pedido e orientação dos professores. Dispõe dos equipamentos para reproduzir videotapes, podendo-se, assim, reproduzir filmes para a televisão, ou copiar programas elaborados externamente. Como ca-

(\*) É difícil uma comparação entre os postos de Generais do Exército Americano e do Brasileiro, porque enquanto nos Estados Unidos há generais de 1 até 4 estrelas, no Exército do Brasil só há generais de 2, 3 e 4 estrelas.

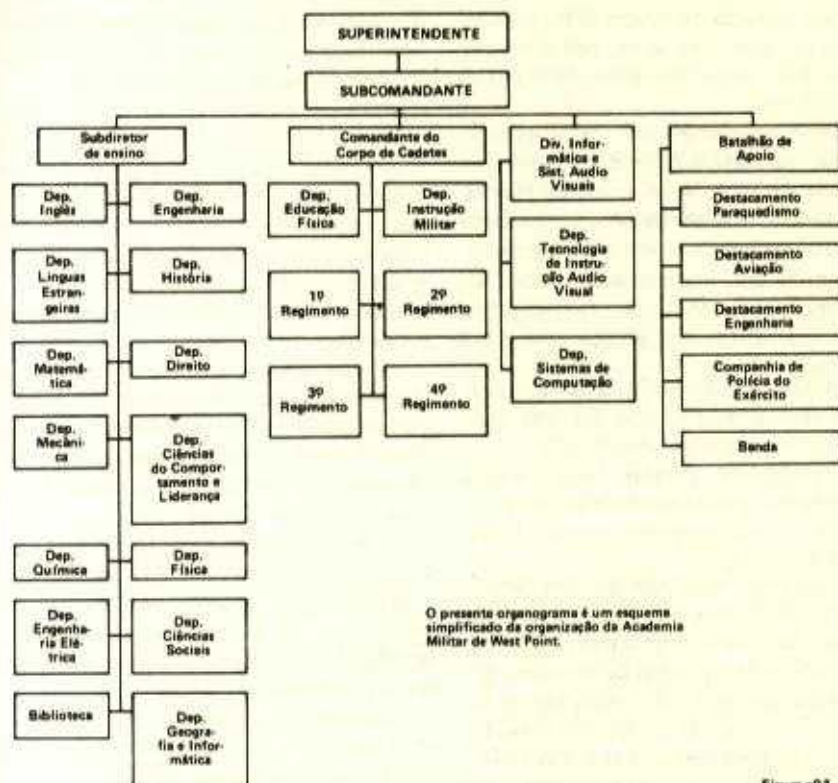


Figura nº 1

Figura nº 1 – O presente organograma é um esquema simplificado da organização da Academia Militar de West Point.

da sala de aula dispõe de um aparelho de televisão, o professor tem a possibilidade de solicitar que um determinado programa seja apresentado em uma sala, em horário pré-estabelecido. Isto é possível porque todas as instalações da Academia, incluindo as residências, estão ligadas à central de TV por um sistema de cabos.

O apoio em meios audiovisuais de pequena monta, como transparências, notas de aula, cópias e pequenos desenhos são executados dentro de cada um dos departamentos de ensino e grande parte

dos equipamentos é operada pelos próprios professores.

Os cadetes são enquadrados em companhias e batalhões que formam 4 Regimentos de Cadetes, subordinados ao Comandante do Corpo de Cadetes.

### As Instalações

A área da Academia é de aproximadamente 16 mil acres, localizada no Município de Orange, no Estado de Nova Iorque, a cerca de 75 km ao norte da cidade de Nova Iorque. Seus prédios são

construídos em estilo Gótico, que lhe dão um aspecto de áspera beleza, quando contrastam com as colinas que compõem a paisagem da região do planalto do Hudson.

Como nas demais universidades americanas, os edifícios são designados com o nome de Hall. No Washington Hall está o rancho que abriga simultaneamente os 4.400 cadetes e eventuais convidados. Na mesma área estão os alojamentos. Os cadetes, dependendo do ano, dispõem de apartamentos que abrigam de 2 a 4 cadetes.

No Thayer Hall estão os computadores, a central de TV, dois imensos auditórios, o museu e 98 salas de aula.

A Biblioteca, contém cerca de 400 mil volumes, possui salas para leitura, seminários e equipamentos de microfilmagem e audiovisual.

O ginásio, instalado em um amplo edifício de 6 andares, é o que se pode chamar de paraíso dos desportistas. Possui 5 diferentes quadras de esportes, onde a área que cada um ocupa tem as dimensões normais de um ginásio coberto. Nele estão localizadas 3 piscinas térmicas sendo que uma delas tem dimensões olímpicas, dispondo de arquibancadas para assistência. Há numerosas outras instalações para diversas finalidades como box, equipamentos Nautilus, quadras de squash, handball, raquetebol, salas para a prática de lutas, levantamento de pesos, ginástica de solo e acrobática, etc.

Para a prática de esportes ao ar livre há um estádio para os jogos de futebol americano, além de mais 4 estádios menores, para a prática de outros esportes como futebol, atletismo, baseball etc. Há, ainda, 3 outras piscinas ao ar livre, quadras de tênis, rínque de hockey, instalações para a prática de esqui e um campo de golfe.

Para a prática religiosa há 3 capelas. A maior delas, de magnífica arquitetura, localizada no topo de uma colina, possui o maior órgão de igreja do mundo.

Para recreação dos cadetes funciona o Centro de Atividades dos Cadetes, no Eisenhower Hall. Aí há um auditório de 4.500 lugares, dotado de sofisticado equipamento eletrônico, um restaurante com mil lugares, um amplo salão de baile com vista para o rio Hudson, área para jogos de salão, galeria de arte e outras instalações.

As salas de aula em West Point são relativamente pequenas, porque as diretrizes de ensino não permitem que haja mais do que 15 cadetes em uma turma de aula. São rodeadas por quadros negros imantados. Todas dispõem de televisão e projetor de transparências e outros equipamentos, dependendo do Departamento. O sistema de condicionamento de ar mantém a temperatura agradável, independentemente das condições climáticas externas.

Para prestar apoio em transporte e dar apoio às atividades curriculares, a Academia dispõe das instalações do aeroporto de Stewart, antiga base aérea, e que agora está sob a sua direção. Nela operam aviões e helicópteros da Academia e aviões do Exército de um modo geral.

O hospital é moderno, muito bem equipado, dispondo de excelentes médicos, o que permite dar um ótimo atendimento de saúde aos cadetes e aos militares aí sediados.

### A Formação do Cadete

A Academia Militar de West Point tem por missão instruir e treinar o Corpo de Cadetes, a fim de que os oficiais por ela formados tenham as qualidades e os atributos essenciais ao seu desenvol-

vimento progressivo e contínuo no Exército.

Buscando cumprir esta atribuição ela visa a moldar o cadete em quatro diferentes áreas:

- formação intelectual
- formação militar
- formação física
- formação moral

A formação intelectual visa a dar educação universitária ampla nas artes e nas ciências. No fim do curso confere o diploma de Bacharel em Ciências.

Na formação militar só são ministrados os conhecimentos mais amplos e gerais. A preparação técnica do oficial na sua Arma será desenvolvida posteriormente.

A formação física busca desenvolver as características da iniciativa, coragem, perseverança, auto-sacrifício, agressividade e o desejo de vencer, de forma a ajudar o oficial quando enfrentar um campo de batalha.

A formação moral busca desenvolver no cadete um alto senso de dever e os atributos de caráter, com ênfase na integridade, na disciplina e na motivação.

## A formação intelectual

### *Metodologia*

A metodologia de ensino adotada em West Point se apoia nos seguintes princípios:

— Participação ativa — Nas atividades de sala de aula todos os cadetes devem participar ativamente, seja respondendo perguntas do professor, seja pela participação em seminários, ou ainda, pela realização de um teste de verificação da aprendizagem.

— As turmas são organizadas heterogeneamente e praticamente não sofrem

modificações durante um mesmo período acadêmico.

— Preparação diária — Quando o cadete se apresenta para uma aula, deve ter preparado o trabalho a domicílio e mostrar que conhece a matéria marcada para essa aula.

— Graus freqüentes — A preparação diária e participação ativa na aula têm a vantagem de possibilitar dar graus com freqüência. Os graus são processados no Centro de Computação da Academia.

— Revisões parciais e gerais — Os cadetes são submetidos a provas parciais e aos exames finais, que são ministrados com o objetivo de verificar a aprendizagem de parte de um curso, ou o conteúdo integral do mesmo.

— Proficiência obrigatória — O cadete tem que passar em todas as matérias. É possível ficar dependente em uma única matéria, por autorização especial do Conselho de Ensino, que, quando concede a dependência, estabelece, também, condições para a eliminação dessa dependência.

— Aulas adicionais — São dadas a todo e qualquer cadete que deseje esclarecimento sobre matéria já estudada em aula. O professor pode, desta maneira, dar atenção individual aos problemas de cada aluno.

— A duração dos tempos de aula é de 60 minutos. Durante os dias em que há laboratório há um acréscimo de 30 minutos.

A minha vivência como professor em West Point vem mostrando que esta metodologia é muito eficiente. Diga-se de passagem, difere em muito pouco da que é adotada nas escolas do Exército Brasileiro. Durante a aula o professor dispõe de tempo para fixar os conhecimentos que foram adquiridos pelos alunos no estudo a domicílio. Paralelamente

te, pode-se verificar as partes do assunto que não foram bem entendidas e apresentar uma melhor explanação. Como praticamente em todas as aulas há uma revisão de parte da matéria já estudada, a repetição fixa os conhecimentos.

Os professores permanecem durante todo o período de aulas na Academia. Isto dá uma flexibilidade muito grande ao aluno para obter aulas adicionais. Desta forma as dúvidas individuais são sanadas nos momentos oportunos.

### Curriculo

O atual currículo de West Point é o seguinte:

#### 1º PERÍODO

INGLÊS -  
LÍNGUA ESTRANGEIRA  
MATEMÁTICA  
HISTÓRIA  
PSICOLOGIA

#### 1º PERÍODO

LÍNGUA ESTRANGEIRA  
CIÊNCIAS POLÍTICAS  
QUÍMICA  
MATEMÁTICA  
FÍSICA

#### 1º PERÍODO

DINÂMICA DOS FLUIDOS  
ENGENHARIA MECÂNICA  
DIREITO  
INGLÊS  
ELETIVO

#### 1º PERÍODO

ENGENHARIA  
LIDERANÇA  
ELETIVO  
ELETIVO  
ELETIVO

#### 1º ANO

#### 2º PERÍODO

INGLÊS  
LÍNGUA ESTRANGEIRA  
INFORMÁTICA  
MATEMÁTICA  
HISTÓRIA

#### 2º ANO

#### 2º PERÍODO

FILOSOFIA  
ECONOMIA  
MATEMÁTICA  
FÍSICA  
ELETIVO

#### 3º ANO

#### 2º PERÍODO

ENGENHARIA ELÉTRICA  
HISTÓRIA MILITAR  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
ELETIVO  
ELETIVO

#### 4º ANO

#### 2º PERÍODO

ENGENHARIA  
INSTITUIÇÕES AMERICANAS  
ELETIVO  
ELETIVO  
ELETIVO

Em complementação aos 5 cursos acadêmicos por período, os cadetes também têm cursos sobre instrução militar e treinamento físico.

As normas estabelecidas dão grande flexibilidade ao aluno. Assim, se anteriormente o cadete já adquiriu conhecimentos sobre alguns dos assuntos obrigatórios ele dispõe da flexibilidade de não fazer o curso, no entanto, terá que optar por algum outro curso de forma que para graduar-se terá que ter concluído 40 cursos.

### Cursos eletivos

O programa de cursos eletivos é estabelecido de forma a se apoiar nas matérias obrigatórias, mas atendendo aos interesses pessoais do cadete. Eles possuem uma seqüência lógica em uma das 4 áreas de concentração apresentadas na figura 2. Os outros dois cursos ele tem total liberdade para escolha.

A grande vantagem dos cursos eletivos é que permitem ao estudante aprofundar os seus conhecimentos em uma área de estudos, na qual possui maior aptidão, e que lhe servirá de base para a sua posterior especialização.

Os cursos eletivos são moldados de forma que dêem ao cadete os conhecimentos suficientes em áreas de estudo relacionados à demanda previsível da profissão militar.

O interessante é que o cadete recebe o diploma de Bacharel em Ciências, independentemente de qual foi a sua área de concentração de estudos eletivos.

Com o diploma da Academia o Oficial tem condições para prosseguir seus estudos praticamente em qualquer universidade dos Estados Unidos.

### O corpo docente

O atual corpo docente da Academia é composto por 523 oficiais americanos (505 do Exército, 12 da Força Aérea, 5 da Marinha, 1 Fuzileiro Naval), 3 oficiais estrangeiros e 19 civis (6 professores de línguas estrangeiras, 1 do Departamento de Estado e 12 professores visitantes).

Cerca de 12% dos oficiais que servem na Academia ocupam cargos permanentes. Os demais, após 3 anos, que podem ser prorrogados, retornam aos seus respectivos quadros e são substituídos por novos oficiais.

### O Departamento de Línguas Estrangeiras

O Departamento de Línguas Estrangeiras é um dos muitos elementos subordinados à Subdireção de Ensino (Fig. 1). Tem por missão ensinar 7 idiomas estrangeiros — Português, Francês, Alemão, Espanhol, Chinês, Árabe e Russo. Todo cadete é obrigado a estudar pelo menos 3 períodos de um idioma estrangeiro, considerado como um curso básico. Se já dispuser de conhecimentos anteriores de algum destes idiomas, poderá fazer um exame de suficiência e ser dispensado deste requisito. Poderá, então, dedicar-se a outro idioma, aprofundar os estudos no idioma que já conhece, ou, simplesmente, não estudar mais idioma algum, escolhendo um curso de outro setor de conhecimento para dedicar-se.

O Grupo de Português é um dos componentes do Departamento de Línguas Estrangeiras. O corpo docente dispõe de 2 oficiais americanos, um brasileiro e um professor civil brasileiro. Atualmente, há mais um oficial da Força Aérea Americana. A orientação pedagógica é

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CAMPO DE ESTUDO
ENGENHARIA E CIÊNCIAS APLICADAS	Ciências aplicadas e Engenharia Engenharia Aeroespacial Engenharia civil Informática Engenharia elétrica Engenharia mecânica Engenharia nuclear Pesquisa de operações Engenharia mecânica — Sistemas de armas
CIÊNCIAS BÁSICAS	Ciências Básicas Química Matemática Física
HUMANIDADES	Humanidades Estudos Americanos Língua Estrangeira Literatura
SEGURANÇA NACIONAL E GOVERNO	Segurança nacional e governo Ciência do comportamento Economia Estudos estrangeiros Geografia História militar Estudos militares História moderna Ciência política
INTERDISCIPLINAR	Administração

Figura nº 2 — Áreas em que o cadete tem que concentrar 8 dos seus cursos eletivos.

dada pelo professor civil, que possui o diploma de Ph D em Português, com cursos no Brasil, em Coimbra e nos Estados Unidos. Os oficiais americanos conhecem muito bem o Português, tendo capacidade para se expressar corretamente, tanto escrita, quanto oralmente. O oficial brasileiro é selecionado me-

diante concurso aberto a todos os oficiais do Exército, que possuam as condições estabelecidas por portaria do Ministério do Exército.

No 1º período de cada ano, cerca de 170 alunos estudam Português (80 do 1º ano, 70 do 2º ano e 20 em cursos eletivos, aproximadamente).

O curso de Português é ensinado juntamente com a apresentação de noções sobre a cultura, a história e a geografia do Brasil. Um dos livros textos descreve uma viagem de um estudante americano às diversas partes do Brasil. Em cada um dos lugares visitados, paralelamente com as novas noções do idioma, são apresentados filmes, slides, videotapes e artesanato da região.

O curso é ministrado com muita eficiência. No final de 3 períodos os alunos médios são capazes de se comunicar em português de forma aceitável. Os bons alunos são capazes de manter uma conversação corrente.

Ao final do curso básico alguns alunos decidem fazer a concentração dos seus estudos em Português. Começam então a escolher o que lhes interessa estudar, dentre uma grande variedade de cursos eletivos. Inicialmente estudam os contos brasileiros e, de acordo com as suas aptidões, vão ascendendo nos seus conhecimentos até estudar Camões, ou outros escritores clássicos.

Como forma de aperfeiçoar o aprendizado da língua e de premiar os estudantes mais destacados nos estudos de Português, são indicados 4 cadetes para visitarem Portugal e 2 para visitarem o Brasil.

O curso de Português desperta entre os cadetes um interesse muito grande pelo Brasil. É impressionante se verificar ao conversar com eles o intenso desejo que sentem para conhecer o nosso país. É mesmo comum alguns, gastando dinheiro das suas economias e utilizando vôos comerciais ou da Força Aérea Americana, irem ao Brasil, deixando de passar as férias com a família. Aqueles que vão ficam verdadeiramente entusiasmados com a nossa terra e a nossa gente. Nas rodas de amigos contam as suas an-

danças pelo Rio de Janeiro, aumentando nos companheiros a vontade de ir ao Brasil.

### A formação militar do cadete

A formação militar do cadete busca desenvolver em cada um as aptidões necessárias para o desenvolvimento da liderança militar.

O programa militar de ensino é dividido em 3 áreas: instrução da ciência militar, treinamento de verão e desenvolvimento das aptidões de liderança.

### A instrução da ciência militar

É conduzida pelo Departamento de Instrução Militar (Fig. 1) sob a direção do Comandante do Corpo de Cadetes.

Embora ministrados durante os períodos acadêmicos e integrados no currículo acadêmico, estes cursos não são computados como cursos acadêmicos válidos no cômputo dos 40 cursos necessários para o cadete obter a graduação.

Os objetivos do currículo de Ciências Militares são: 1 — promover uma ampla educação militar apoiada nos princípios e técnicas da guerra moderna; 2 — educar os cadetes dentro dos valores e padrões da profissão militar; 3 — ministrar conhecimentos e dar capacitação necessários ao oficial subalterno.

As matérias estudadas pelos cadetes durante os 4 anos são as descritas no quadro a seguir.

### O treinamento de verão

O grosso do número de horas destinadas à formação militar do cadete está concentrado no treinamento de verão.

Quando o cadete entra no primeiro ano, após curto período de adaptação, ele inicia o Treinamento Básico do Cadete, ministrado durante o seu primei-

<b>1º ANO</b>	
<b>1º PERÍODO</b>	<b>2º PERÍODO</b>
Tradições do Exército	Tática de pequenas unidades.
Procedimentos em situações diversas	Leitura de cartas
<b>2º ANO</b>	
<b>1º PERÍODO</b>	<b>2º PERÍODO</b>
Topografia Militar	Operações de armas combinadas
<b>3º ANO</b>	
<b>1º PERÍODO</b>	<b>2º PERÍODO</b>
Emprego dos Sistemas de armas	Emprego dos Sistemas de armas
<b>4º ANO</b>	
<b>1º PERÍODO</b>	<b>2º PERÍODO</b>
-----	Orientação para a escolha da Arma ou Serviço.

ro verão na Academia. São quase dois meses de treinamento militar básico que visa a facilitar a sua integração à vida militar e a de cadete.

No verão do 2º ano é ministrado o Treinamento de Campanha do Cadete. São 2 meses de rigoroso treinamento no campo. São explorados, na prática, os conhecimentos de táticas de pequenas unidades ministrados na instrução de Ciência Militar. São ainda dadas instruções de tiro de artilharia, operações de blindados, emprego de comunicações, noções sobre engenharia de combate e montanhismo. Embora as posições de comando mais elevadas sejam ocupadas por cadetes do 4º ano, os cadetes do 2º ano já têm oportunidade de ocupar posições de comando que permitem desenvolver a capacidade de liderança.

No seu 3º ano na Academia o cadete tem oportunidades variadas para o treinamento militar. Há 3 programas diferentes:

- treinamento de comando de tropa;
- treinamento especializado para cadete;
- programa de treinamento de instrutor.

No treinamento de comando de tropa os cadetes são enviados para as unidades de combate, nos Estados Unidos, ou no exterior, e, durante um período mínimo de 4 semanas, exercem a função de comandante de pelotão, ou de responsabilidade equivalente. Praticamente, todos os cadetes passam por este treinamento, ou como cadetes do 3º ano, ou do 4º ano. Este programa tem por finalidade familiarizar o cadete com as funções de comando, com o treinamento, administração e funções logísticas de uma subunidade, ao mesmo tempo que o coloca no ambiente de vida de um oficial subalterno.

Os cadetes que entram no programa de treinamento especializado para cadetes são matriculados em escolas de especialização do Exército tais como: para-

quedismo, operações aeromóveis, comando, operações árticas, guerra na selva etc.

No programa de treinamento de instrutor o cadete é enviado para uma das unidades do Exército que tem por missão ministrar o treinamento básico aos soldados. Lá ele exercerá a função do sargento encarregado de dar este tipo de instrução.

No seu último verão na Academia o cadete é colocado em posições de chefia nos programas de treinamento dos cadetes do 1º e 2º anos, ou é enviado para um dos programas que não teve oportunidade de executar, quando estava no 3º ano.

Um pequeno número de cadetes selecionados, do 4º ano, pode ser enviado, mediante aprovação do Comandante do Corpo de Cadetes, para fazer estágio em laboratórios de pesquisa, ou fábricas, que estejam desenvolvendo projetos para o Departamento de Defesa. Estes cadetes muitas das vezes usam parte das férias para estagiar nestes locais, por sua livre vontade.

### **Desenvolvimento das aptidões de liderança**

Além do curso de liderança, ministrado no 1º período do 4º ano, o Departamento de Ciências do Comportamento e Liderança promove 15 cursos eletivos sobre o assunto. Esta instrução é suplementada por um programa que promove conferências, seminários e discussões, que visam a dotar o cadete dos conhecimentos necessários sobre o assunto.

Para permitir a vivência da liderança em situações práticas, além das diversas situações de comando em que o cadete é colocado durante a fase de treinamento militar, há, ainda, formalmente esta-

belecida uma cadeia de comando de cadetes. Ela funciona paralelamente à cadeia de comando de oficiais.

Quando o cadete passa para o 2º ano começa a assumir funções de liderança. Estas funções vão desde o comando de um Grupo de Combate, composto de 10 cadetes, até a posição do cadete comandante do Corpo de Cadetes, que comanda a Brigada com 4 mil cadetes. Todas as funções de comando, com exceção das mais elevadas, sofrem um rodízio regularmente, a fim de permitir a todos os cadetes participarem.

Durante os quatro anos os cadetes são avaliados quanto a sua capacidade de liderança. Para os cadetes que não a possuem, há um mecanismo que permite que ele seja excluído da Academia. Este fato ocorre, mas é excepcional e implica em um processo, no qual a decisão final cabe ao Secretário de Exército dos Estados Unidos.

### **A preparação física**

A preparação física em West Point visa a fazer de cada cadete um atleta. Para isto desenvolve um programa de treinamento físico e um de competições.

É dada grande ênfase à preparação física. Partem do princípio de que um tenente que não lidera fisicamente, não tem capacidade para liderar ninguém. Além disso são ministrados os conhecimentos técnicos necessários de modo que o futuro tenente tenha capacidade para estabelecer e manter um alto padrão físico em seus soldados.

Todo o treinamento é administrado pelo Departamento de Educação Física (Fig. 1). É composto de oficiais e civis instrutores. Além dos instrutores civis, que são permanentes, há os técnicos, de vários esportes, que são contratados por temporadas.

O programa de treinamento físico inicia-se durante o 1º verão que o cadete chega a West Point. Durante o treinamento básico do cadete é conduzido um regime de condicionamento físico intensivo.

Durante o 1º período acadêmico o cadete estuda assuntos teóricos como nutrição, desenvolvimento de força e biomecânica. Ao mesmo tempo pratica box (homens), defesa pessoal (mulheres), natação e ginástica.

No 2º ano os cadetes praticam luta romana e as cadetas continuam estudando defesa pessoal. Durante este ano continua o programa de manutenção do condicionamento físico e o cadete escolhe e começa a praticar o esporte da sua preferência e ao qual irá se dedicar até o término do curso.

Nos últimos dois anos, além da manutenção do condicionamento físico é dada ênfase ao preparo do cadete como instrutor de educação física.

Durante os quatro anos o cadete participa de uma longa série de testes físicos e tem a sua performance acompa-

nhada individualmente por um conselheiro físico específico a fim de que o cadete possa superar alguma deficiência apresentada no seu condicionamento físico.

Embora as cadetas sejam submetidas ao mesmo tipo de treinamento físico dos cadetes, as diferenças biológicas são levadas em consideração.

As competições atléticas têm grande destaque. O futebol americano é, no entanto, o que apaixona o público em geral. Grande parte dos recursos financeiros destinados à organização das competições entre as universidades provêm da renda originada pelo futebol americano. Uma entrada para assistir a um jogo custa 9 dólares por pessoa. Um bom jogo vende 30 mil entradas e até mais.

A importância das competições esportivas universitárias nos Estados Unidos foge um pouco à compreensão do brasileiro que não teve oportunidade de viver neste país. O dado que melhor pode expressar este fato é o orçamento que West Point dispunha para promover as competições de 1980/81. Foram 3

Futebol americano	Caratê	Esgri-ma
Futebol	Pista de combate	Hockey
Lacrosse	Orientação	Tiro
Rugby	Squash	Golf
Baseball	Handball	Esqui
Atletismo	Softball	Tênis
Pentatlo	Raquetebol	Bolichê
Cross Country	Natação	Ciclismo
Maratona	Waterpolo	Mergulho
Box	Flickerball	Equitação
Luta Romana	Basquetebol	Latismo
Luta Livre	Voleibol	Paraquedismo
Judô	Ginástica	

Figura nº 3 — Listas dos esportes praticados pelos cadetes.

milhões de dólares, na sua maior parte oriundos da própria renda produzida pelos jogos da temporada anterior, inclusive os direitos de transmissão dos jogos de futebol americano pela TV.

A variedade de esportes que o cadete pode praticar é imensa. Praticamente todos os cadetes pertencem a uma equipe de um dos esportes. A figura nº 3 apresenta uma relação dos esportes praticados.

### A formação moral

Em West Point há um sistema montado com a finalidade de desenvolver o sentimento de honra.

Há um código de honra que os cadetes têm que seguir à risca. Basicamente, consiste em que um cadete não mente, não cola, não rouba, nem pode admitir que os outros o façam. Estes princípios são considerados no seu sentido mais amplo. Se, por exemplo, um cadete ao preparar um trabalho acadêmico, copia parte ou todo, de uma fonte qualquer, isto é considerado cola. É necessário que sempre coloque a referência de onde foi colhida a informação ou feita a transcrição.

A quebra de um dos preceitos do código de honra implica no cadete ser julgado por um tribunal especialmente criado para esta finalidade. Se considerado culpado ele é desligado da Academia.

A fim de dirigir todo o sistema o Superintendente possui um assistente somente para assessorá-lo neste setor.

### A MULHER EM WEST POINT

A Academia não possui cotas rígidas para determinar o número de mulheres que podem ser matriculadas a cada ano. O número de cadetas em cada turma tem se mantido entre 8% e 10%.

As cadetas estão distribuídas por todas as companhias do Corpo de Cadetes e são alojadas em apartamentos com 2 ou 3 moças.

Exceto por ajustes necessários às diferenças biológicas, elas passam pelo mesmo treinamento dos seus companheiros do sexo masculino. Academicamente elas têm demonstrado maior aptidão para as ciências do comportamento. No entanto, os cadetes as superam nas exatas e há uma acentuada preponderância de melhores resultados dos cadetes sobre as cadetas nas cadeiras de Ciência Militar.

Uma série de providências têm sido tomadas pela Academia, a fim de diminuir e eliminar os diversos problemas que ocorreram com a entrada das cadetas. Grande parte deles foi eliminado, mas ainda há alguns problemas a resolver. Dentre eles destacam-se: 1) certa animosidade dos cadetes pela presença de mulheres em seu meio; 2) não se conseguiu eliminar de todo as consequências negativas para o ambiente militar do natural envolvimento emocional existente entre os sexos; 3) as mulheres sentem-se incertas quanto ao seu futuro, em virtude da decisão que certamente terão que tomar em se dedicar à família, ou à vida militar, em virtude dos vários percalços que a profissão acarreta; 4) como já houve muitos casamentos entre os colegas de turma que já se formaram, há o problema de como compatibilizar as movimentações de forma que o casal possa manter-se unido.

De qualquer forma, sente-se que o acesso da mulher a West Point é uma experiência que veio para ficar. Aos poucos os problemas serão resolvidos ou pelo menos atenuados de forma que não serão mais percebidos.

## OS CLUBES

A figura nº 4 apresenta a relação de alguns dos clubes de cadetes existentes em West Point. Eles são apoiados financeiramente e estimulados pela Academia. Através de uma série de viagens, conferências, exposições, shows e outros eventos, os clubes despertam no cadete o interesse pelos assuntos que estuda, para o esporte de sua preferência, ou para a atividade que mais lhe apraz.

O cadete de West Point, particularmente durante os primeiros anos, tem raríssimas oportunidades para se ausentar da Academia em licenciamento. Os clubes dão-lhe a oportunidade para que se ausente da escola, dentro de determinadas condições, fazendo desta forma com que as suas horas de lazer sejam dirigidas para uma atividade educativa. É uma forma inteligente de dar diversão ao cadete ao mesmo tempo que o educa cultural, social e esportivamente.

Os clubes são geridos pelos cadetes e há sempre um oficial ligado à atividade do clube, que coordena a programação e as medidas administrativas.

É importante ressaltar que os eventos programados não são de pequena monta. O clube de Belas Artes, por exemplo, traz exposições de famosos artistas americanos e estrangeiros a West Point, ou mesmo shows de sucesso da Broadway. Outros levam cadetes a distantes lugares dos Estados Unidos, onde possa haver algo de interesse.

## A VIDA DO CADETE

A partir do momento em que o jovem entra em West Point ele inicia, de fato, uma fase nova na sua vida. Seus gestos, atitudes, reações, o seu comportamento em geral passa a ser controla-

do, medido, cronometrado por ele próprio, ou pelo meio que o cerca. Ele passa praticamente mergulhado no ambiente acadêmico durante 24 horas. Na maior parte dos momentos que se afasta da Academia, está ainda cumprindo uma atividade dirigida pelo sistema acadêmico.

Durante o primeiro ano o cadete só tem a dispensa do período natalino. No 4º ano dependendo dos resultados escolares, ele passa a ter uma série de privilégios e já pode ausentar-se da Academia nos fins de semana. Como há aulas aos sábados pela manhã, não lhe sobra tempo para ir muito distante.

A disciplina é rigorosíssima. Os cadetes mais modernos tratam os companheiros dois anos acima de Senhor. Os uniformes são impecáveis. O interessante é que as revistas são feitas nas 3 formaturas diárias (os cadetes mais antigos é que fazem as inspeções), mas, além disso, o oficial comandante da companhia faz visitas freqüentes aos apartamentos. Ali, os armários são sempre deixados de portas abertas e prontos para serem inspecionados. Se na inspeção o oficial encontrar um sapato sujo no armário, ou se as camisas de educação física não estiverem dobradas da forma padronizada, ou a mesa de trabalho não estiver arrumada dentro das normas estabelecidas o cadete é punido.

A vida do cadete do primeiro ano é duríssima. Só pode se deslocar nos ambientes externos acompanhando os contrônos das edificações e em atitude marcial (quase que em passo ordinário). As constantes inspeções e a carga de estudos e trabalhos a serem realizados o deixam cansado e sob tensão. É raro o cadete do 1º ano que consegue terminar os seus afazeres escolares antes da meia noite.

**GRUPOS ACADÊMICOS**

Aeronáutica e Astronáutica  
 Assuntos militares  
 Astronomia  
 Belas Artes  
 Ciências do Comportamento  
 Eletrônica  
 Engenharia  
 Geologia  
 Língua Árabe  
 Língua Alemã  
 Língua Chinesa  
 Língua Espanhola  
 Língua Francesa  
 Língua Portuguesa  
 Língua Russa  
 Matemática

**PARTICIPAÇÃO RELIGIOSA**

Coros das Capelas  
 Professores de escolas dominicais  
 Grupo de debates Protestantes

**GRUPO DE APOIO**

Jornalismo  
 Coral  
 Administração da estação  
 de rádio dos cadetes

**EQUIPES DE COMPETIÇÃO  
— RECREATIVOS**

Boliche  
 Caratê  
 Ciclismo  
 Equitação  
 Handball  
 Iatismo  
 Judô  
 Paraquedismo  
 Raquetebol

**EQUIPES DE COMPETIÇÃO  
— ATLÉTICAS**

Esqui  
 Ginástica  
 Lacrosse  
 Luta Romana e Livre  
 Maratona  
 Orientação  
 Rugby  
 Voleibol  
 Water Polo

**HOBBY**

Tática  
 Xadrêz  
 Montanhismo  
 Pistola  
 Mergulho  
 Esqui

Figura nº 4 — Alguns dos Clubes existentes em West Point.

Um grande número de cadetes, particularmente aqueles que mais se destacam positivamente, quando terminam a Academia já tiveram oportunidade de visitar um ou mais países estrangeiros, dentro dos diversos programas oferecidos. Certamente isso os leva a ter uma mente aberta para novas idéias.

**IDÉIAS ADAPTÁVEIS AO BRASIL**

A educação acadêmica militar é complexa e cheia de condicionantes. As mudanças introduzidas hoje na educação só irão surtir efeitos a longo prazo e muitas vezes com resultados diferentes dos previstos. Por isso, devem ser muito bem

analisadas antes de implantadas. Talvez algumas das modificações introduzidas em West Point possam ser aproveitadas no sistema de ensino do nosso Exército. Evidentemente, há que se levar em conta as grandes diferenças ambientais existentes nos meios em que funcionam.

## FORMAÇÃO INTELECTUAL

### Os cursos eletivos

A grande diferença que se sente entre os dois sistemas é a flexibilidade oferecida pelo modelo de ensino americano. Devido à necessidade cada vez maior de especialização, as universidades americanas criaram um sistema, também adotado por West Point, bastante flexível, que permite aproveitar ao máximo a potencialidade de cada aluno. O sistema de cursos eletivos é altamente produtivo para o aluno e para o Exército. O aluno pode dedicar-se de forma aprofundada nos campos de conhecimento humano para o qual tem maior aptidão. Como consequência obtém um alto rendimento no aprendizado.

Para o Exército é altamente vantajoso dispor de elementos em seus quadros que possuam grande capacitação em setores diversificados.

O sistema de cursos eletivos e créditos permite, devido a sua flexibilidade, que o aluno possa ser muito melhor aproveitado. Quantas vezes dentro do sistema rígido o estudante já conhece profundamente um assunto, do qual já foi até instrutor em uma escola, e porque simplesmente passou de instrutor a aluno de outra escola, onde o mesmo assunto é ministrado, é obrigado a perder horas na sala de aula dedicando-se a algo que já sabe, quando poderia estar aumentando os seus conhecimentos em outros setores.

Este sistema flexível utilizado no Exército Americano é aproveitado em toda sua extensão porque o departamento de pessoal possui o seu cadastro de pessoal completamente computadorizado e funcionando com grande eficiência. Desta forma pode saber, no momento oportuno, quais os militares que, devido a sua vida escolar, dispõem de capacitação para determinada função. Ao mesmo tempo, dispõe das informações necessárias para programar o aperfeiçoamento do militar dentro daquela especialização.

### Os cursos universitários civis

Outra profunda diferença no setor de preparação intelectual é a importância que o Exército Americano dá à formação universitária do oficial, colocando-a, de certa forma, acima da militar. Parece-me que no caso brasileiro o mesmo enfoque não seria adequado. Porém, poder-se-ia estimular o oficial a obter a graduação em cursos universitários civis, de interesse do Exército, como uma complementação aos seus conhecimentos militares. Ao se fazer uma análise superficial das funções que o oficial tem que exercer ao longo da sua carreira, principalmente nos postos mais elevados, verifica-se que parte do tempo foi dedicado a cargos cujas funções não estão ligados diretamente aos conhecimentos adquiridos para o desempenho da sua Arma. Estas atividades poderiam ser desempenhadas com muito maior rendimento se o oficial tivesse tido uma preparação especializada. Alguns exemplos talvez tornem mais claras estas idéias.

A administração financeira é hoje um das difíceis especialidades da Administração. O Exército necessita de oficiais com o curso de Estado-Maior conhecedores desta especialidade em várias dire-

tórias. Estes oficiais estariam em melhores condições para as funções se tivessem o curso de Administração e o de especialização sobre este assunto.

Os Colégios Militares, a AMAN, a Escola Preparatória necessitam de professores de alto gabarito para as diversas matérias ensinadas.

Estes exemplos são uma pequena amostra de que há necessidade de se ter oficiais altamente capacitados em cursos universitários civis, em um amplo espectro do conhecimento humano.

As condicionantes históricas brasileiras fizeram com que o Exército, durante muitos anos, sempre estivesse à frente dos acontecimentos no campo educacional. O conhecimento humano, no entanto, expandiu-se de tal forma, que, atualmente, cada vez se torna mais difícil que o Exército possa continuar por muito tempo com a política de manter todos os cursos necessários a fim de treinar o seu pessoal, para todas as suas possíveis necessidades.

O que já vem ocorrendo é que os oficiais, por sua própria conta e risco, se lançam nos cursos universitários civis. Posteriormente, a organização se vale da habilitação adquirida. Talvez o Exército possa, no futuro, estimular os oficiais a adquirirem uma habilitação em universidades, a fim de complementar os conhecimentos básicos adquiridos no Exército.

## Línguas estrangeiras

A cada dia o Brasil aumenta a sua influência no campo internacional. Isto levará inevitavelmente a que o Exército Brasileiro, a prazo não muito longo, estreite em muito os laços com os países amigos, aumentando a sua área de influência. Daí surgirá a necessidade de se possuir oficiais altamente capacitados, não só no idioma destes países, como, também, nos vários campos do poder. A formação de oficiais com este gabarito leva tempo e demanda vivência. O ensino de línguas estrangeiras poderia ser intensificado na AMAN, de forma a permitir que desde o início da carreira já fossem sendo formados aqueles cadetes que demonstrem maior aptidão para estas atividades. Posteriormente, ao longo da carreira iriam aprimorando esta capacidade através de programas organizados pelo Ministério do Exército, de acordo com as suas necessidades.

## FORMAÇÃO MILITAR E MORAL

Do que pude presenciar, a formação dos nossos cadetes nestes campos não fica nada a dever à do cadete americano. No campo militar o cadete da AMAN é melhor preparado do que o de West Point. Isto é consequência da própria missão imposta à Academia Americana que tem por missão ministrar somente



*O Ten Cel Art QEMA Oacyr Pizzotti Minervino é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (1959), graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1978) e Master em International Marketing e International Communication and Advertizing pela Universidade de Long Island, NY, EUA. Ex-Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Exerce atualmente a função de Professor de Português, no cargo de Assessor Militar Brasileiro na Academia Militar de West Point, NY, EUA.*

os conhecimentos militares básicos aos cadetes.

## O TREINAMENTO FÍSICO

Apesar da preparação física do cadete brasileiro ser excelente, penso que a diversificação dos esportes praticados na AMAN poderia ser maior. Isto daria oportunidade a que um número maior de cadetes pudesse integrar as diversas equipes da nossa Academia, fazendo de cada cadete um atleta. Nesse campo o Exército poderia desempenhar uma ação pioneira estimulando a prática de esportes quase desconhecidos no Brasil.

## ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE CLUBES

Além dos Grêmios das Armas já existentes na AMAN, o incentivo dado pelo

sistema de ensino do Exército, estimulando a criação e dando apoio financeiro a diversos clubes, poderia complementar a educação dos cadetes de uma forma agradável.

## INTERCÂMBIO AMAN—WEST POINT

Apesar da grande diferença de organização, atribuições e funcionamento existentes entre a AMAN e West Point, ambas preparam de forma eficientíssima os seus cadetes. As diferenças são frutos das condicionantes históricas de cada um dos países de que fazem parte.

Certamente um maior intercâmbio entre os corpos docentes das duas Academias, através de visitas, seria altamente vantajoso para ambas as partes devido à troca de experiência que ocorreria.

# Fique Conosco



ENSE E DECIDA; mais de meio século  
e serviços prestados na área da previ-  
encia privada, permite que lhe façamos  
ta observação



# A PELOTIZAÇÃO A FRIO – ECONOMIA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL NO BRASIL

Jader Martins

*Uma revisão do processo de pelletização Grangcold foi feita com a finalidade de se mostrar as características básicas do processo de pelletização a frio com cimento. Alguns dados referentes às propriedades físicas e metalúrgicas das pelotas foram fornecidos. O trabalho faz algumas comparações das vantagens econômicas do processo de pelletização a frio em relação ao processo de aglomeração convencional e mostra também que o processo de aglomeração a frio no Brasil poderá resultar numa enorme economia de combustível derivado de petróleo.*

**A** energia, como insumo básico para o setor industrial, tem sido considerado fator extremamente relevante pelos órgãos governamentais, e a implantação de novos projetos envolvendo alto consumo de combustíveis derivados de petróleo, tem recebido alguns tipos de restrições.

Nos processos atuais de aglomeração de finos de minério, a energia sob a forma de óleo combustível é um dos insumos mais significativos. Pesquisas vêm sendo desenvolvidas, em diversos países, com o objetivo de se reduzir o custo de produção dos produtos aglomerados através da busca de alternativas que possam minimizar o consumo de óleo combustível.

Como exemplo, pode-se citar, no caso do Brasil, a política atual da Companhia Vale do Rio Doce referente a busca de fontes alternativas, uma vez que o seu consumo anual de óleo combustível na secagem e endurecimento de

pelotas é da ordem de 500.000 m<sup>3</sup>. A CVRD tem realizado pesquisas objetivando adicionar finos de carvão vegetal aos finos de minérios de ferro durante a preparação da carga a ser pelletizada, operar com queimadores de carvão em pó, utilizar mistura álcool-óleo, etc; tudo isto visando diminuir o consumo de óleo combustível. Estas alternativas correspondem a apreciável redução no consumo total de derivados de petróleo quando comparadas com os processos convencionais de aglomeração.

Pesquisas recentes vêm sendo conduzidas no sentido de se produzir pelotas endurecidas através de ligações químicas a baixa temperatura, como é o caso atual da Companhia Grangesberg, na Suécia. O principal objetivo desses estudos é o de se obter pelotas com propriedades físicas e metalúrgicas adequadas à sua utilização na siderurgia, tanto nos alto-fornos como em fornos elétricos (Processo COBO), permitindo investi-

mentos inferiores em relação ao processo convencional e minimizando os custos operacionais (menor consumo de óleo combustível, energia, mão-de-obra e outros insumos).

O processo de pelletização a frio tem sido também considerado como a melhor alternativa no tratamento e aproveitamento dos rejeitos finos, gerados nos grandes complexos siderúrgicos; processo esse que, além de contribuir para a preservação da qualidade ambiental, aproveita uma matéria-prima de baixo custo e alta qualidade para o alto-forno.

### HISTÓRICO DO PROCESSO DE PELOTIZAÇÃO GRANGCOLD

A idéia de se usar cimento como aglomerante hidráulico na pelletização de minério de ferro, não é muito recente. Há 60 anos (1, 2) atrás, pesquisadores alemães patentearam o uso de cimento como aglomerante na produção de briquetes de minério de ferro.

Naquela ocasião, grandes dificuldades surgiram com a estocagem e manuseio dos aglomerados, devido à tendência que os mesmos possuíam de se aderirem uns aos outros. Muito embora os briquetes apresentassem excelentes propriedades físicas, o processo de aglomeração a frio não foi tecnicamente viável.

No início da década de 60, o laboratório de processamento mineral da Companhia Granges, na Suécia (3, 4, 5), começou a desenvolver o processo de aglomeração, denominado Grangcold, baseado essencialmente, no uso de aglomerantes hidráulicos, tais como cimento Portland, cimento de escória de alto-forno, cimento pozolana, etc., para o endurecimento de "pelotas frias" (cold-bonded pellets). O processo Grangcold de pelletização conseguiu solucionar o proble-

ma da tendência que os aglomerados possuíam de se aderirem uns aos outros, através de técnica muito eficiente e simples — revestindo os aglomerados com o próprio minério de ferro.

Após vários anos de pesquisas em laboratório, a primeira planta piloto de pelletização a frio, usando cimento Portland como aglomerante, foi instalada em 1966 para pelletização de concentrado de magnetita. No final daquele ano, um pequeno teste foi realizado em alto-forno na aciaria de Oxelosund utilizando-se pelotas de cimento-magnetita, e os resultados foram bem satisfatórios. Consequentemente, decidiu-se por construir uma segunda planta piloto, com maior capacidade (15 t/h) em Strassa e, novamente, os resultados obtidos corresponderam à expectativa. Como as pelotas obtidas possuíam qualidades comparáveis a pelotas obtidas através de processo industrial de queima, a Companhia Granges concluiu que uma usina industrial seria economicamente viável e que as pelotas produzidas possuíam propriedades mecânicas e metalúrgicas bem favoráveis.

Devido à comprovação da viabilidade e economicidade do processo, decidiu-se então construir uma usina com capacidade de 1,5 milhão de toneladas anuais e que começou a operar em 1970-71. Em 1972, a usina já atingia a produção normal.

### O Processo Grangcold

O concentrado de magnetita, com teores de 68% Fe, 3% SiO<sub>2</sub> e 0,015% P, utilizado na aglomeração, é proveniente de flutuação reversa de minério de ferro com alto teor de fósforo.

No que se refere ao aglomerante, este consiste, essencialmente, de clínquer de cimento Portland e escória de alto-forno

granulada e seca. A utilização de escória como aglomerante é devida principalmente à sua composição química — diminui a basicidade total do aglomerante. Com isto, é possível melhorar as qualidades metalúrgicas das pelotas.

Clinker e escória, na razão 3/2, são moídos juntos em um circuito aberto, composto de um moinho de barra e um de bolas, até que a mistura atinja a superfície específica desejada. Depois de moída, a mistura clinker-escória é adicionada (10%) ao concentrado de magnetita para ser homogeneizado em um misturador tipo moinho de barra. A mistura é então enviada a uma bateria de quatro discos, com diâmetros de 6 m e uma capacidade nominal de 70 t/h.

Após a aglomeração, pelotas com o tamanho médio de 15 mm de diâmetro são transportadas para silos de endurecimento, cuja capacidade é de 12.000 t. Durante o transporte através de correias, as pelotas são revestidas com concentrados para evitar a aderência que possa ocorrer durante o endurecimento inicial. Logo após o segundo dia de cura, as pelotas já atingiram a resistência à compressão (60 kg/pelota) considerada suficiente para suportar o peneiramento, necessária para a separação do concentrado utilizado como revestimento superficial.

A última operação consiste em estocar as pelotas em silos secundários (25.000 t de capacidade), para que seja efetuada a cura final, cujo tempo de duração é de aproximadamente quatro semanas.

### Propriedades das Pelotas Grangcold

Embora a resistência à compressão das pelotas produzidas em Grangesberg seja inferior aos valores comumente encontrados em pelotas queimadas (pro-

cesso tradicional), suas propriedades mecânicas têm sido consideradas satisfatórias pelos operadores de alto-forno. Svensson et alii (4) mencionam uma resistência à compressão de 150 kg/pelota (15 mm de diâmetro) e um valor de 92% acima de 6,3 mm no teste de abrasão (ISO — tumbler test).

Experiência anterior do autor (6), trabalhando com cimentos especiais de alta atividade (alta superfície específica) e minério de ferro (hematita) do quadrilátero ferrífero, indica que é possível obter uma resistência à compressão de 350 kg/pelota para pelotas de 16 mm de diâmetro, quando a quantidade de cimento adicionada é de, aproximadamente, 10%. O valor encontrado nos testes de abrasão para estas pelotas foi de 98% acima de 6,3 mm, o que é bem acima de valores encontrados no processo tradicional de queima.

No que se refere às propriedades metalúrgicas, as pelotas produzidas pelo processo Grangcold, apresentam propriedades bem interessantes. Devido à ausência de ligações de alta temperatura de difusão, e principalmente devido à ausência de escorificação, as características das pelotas a frio são bem diferentes de pelotas queimadas. Por causa de sua alta porosidade (30 a 40%), pelotas a frio possuem um alto índice de redutibilidade, quando comparadas com pelotas queimadas, que têm porosidade em torno de 25%.

Geralmente, as pelotas Grangesberg de natureza ácida, quando reduzidas, apresentam baixo índice de inchamento. Pelotas com basicidade abaixo de 1,2 ocasionam uma queda de pressão no teste Burghardt, inferior a 10 mm H<sub>2</sub>O, colocando-as, assim, no mesmo nível de pelotas queimadas de boa qualidade. Nos testes de degradação em condições

redutoras (LTBT), as pelotas a frio, normalmente, geram uma quantidade mínima de finos.

Uma composição química típica de pelotas a frio, feita com a adição de 10% de clínker de cimento Portland a minério hematítico do quadrilátero ferrífero, poderia ser aproximadamente de:

	Fe	SiO <sub>2</sub>	Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	CaO	MgO
Minério	67,54	2,15	0,73		
Clínker	2,40	22,90	4,40	64,50	1,30
Pelota	61,02	4,23	0,88	6,45	0,13

### Vantagens e Desvantagens do Processo

Evidentemente, a maior vantagem do processo de aglomeração a frio é a drástica redução no consumo de óleo combustível. Embora o cimento tenha preço elevado e seja considerado uma matéria prima nobre, o emprego de pelotas feitas com 6% de cimento e 4% de escória de alto-forno, implicaria em um consumo indireto (necessário na fabricação de cimento) de 5 kg de óleo combustível BPF por tonelada de pelota, enquanto que o processo tradicional de aglomeração por queima tem um consumo de, aproximadamente, 30 kg de óleo BPF por tonelada de pelota.

Uma usina com capacidade anual de um milhão de toneladas de pelotas a frio resultaria numa redução anual de, aproximadamente, vinte e cinco mil toneladas de óleo combustível BPF, ou seja, uma economia de 4,4 milhões de dólares.

O processo de aglomeração a frio apresenta outra grande vantagem em relação ao processo tradicional de queima — o baixo investimento. Devido a não existência do forno de queima (grelha), o processo de aglomeração a frio possui um investimento bem inferior e também um baixo custo de manutenção.

De acordo com comparação (4) de custo de transformação (pelotas queimadas versus pelotas a frio) feita em 1973-74 para as condições suecas, foi encontrado um valor de custo de transformação, corrigido por tonelada de ferro metálico (Fe) aglomerado, de 5,76 dólares para a pelletização convencional e 5,30 dólares para a pelletização a frio. Deve-se salientar que todo cálculo se refere ao minério magnetita. Caso o minério a ser pelletizado fosse hematita, este custo de transformação deveria ser aumentado para 6,70 dólares para pelotas queimadas, o que representa quase 26% a mais que o custo de transformação do processo Grangcold.

Outro fator que é considerado de relevante importância, em relação ao processo a frio, é a sua flexibilidade, pois se desenvolvido em local próximo a complexos siderúrgicos, possibilitaria o aproveitamento de todo material "ultra-fino" (abaixo de 100 $\mu$ ), que não pode ser utilizado pelo processo convencional de sinterização e nem reciclado, evitando assim a descartagem de resíduos poluidores (problemas ecológicos) e os demais custos associados.

A utilização destes finos resultaria, então, em:

- disponibilidade de uma matéria-prima de alta qualidade e baixo custo;
- reciclagem de uma riqueza natural;
- preservação do meio ambiente.

Mesmo para a aglomeração de concentrados de minério de ferro ou de finos provenientes da classificação de minério de alto teor, o processo a frio apresenta outra vantagem, como foi demonstrado (7,8) pelo processo COBO: o minério não precisa ser moído no mesmo grau

de finura que ocorre no processo tradicional. É possível se obter resultados satisfatórios na aglomeração, mesmo quando a distribuição granulométrica do material não apresenta alta porcentagem de partículas abaixo de 325 $\mu$ .

Certamente, a maior desvantagem do processo de aglomeração a frio consiste na adição de ganga ao minério rico, e a conseqüente redução do teor metálico (Fe) da pelota. Acrescentando-se 10% de cimento, resultaria numa adição de óxidos ácidos (sílica e alumina) de 2,5 a 3,0%. Esta desvantagem poderia, talvez, ser compensada pelo baixo custo da pelota e também pelo crédito positivo que se ganharia com adição de óxido cálcio (evitando-se adição de calcário no alto-forno) à pelota. É interessante ressaltar que quartzito é adicionado no processo de sinterização como fundente, e o processo não deixa de ser viável por este motivo.

### Aglomeração a Frio no Brasil

Segundo Svensson et alii (4), o processo de aglomeração a frio usando-se clinker e escória como agente aglomerante, é um processo particularmente adequado para os países em desenvolvimento, por causa do baixo investimento inicial (60% inferior a processo tradicional), e sua simplificada tecnologia.

Dentro de uma perspectiva brasileira, há um outro fator de considerável importância na aglomeração a frio — o tipo de minério.

Os próprios suecos, após iniciarem as operações em Grangesberg, reconheceram que o processo Grangcold seria um processo muito mais promissor para aglomeração de hematita do que magnetita. Chegaram a esta conclusão não só

por causa da excelente qualidade das pelotas obtidas com hematita em testes de laboratório, mas principalmente por causa do custo bem mais elevado correspondente à queima de pelotas de magnetita, é devido a oxidação de 40 a 50% inferior ao da queima de pelotas de hematita.

No Brasil, ao contrário da Suécia, o clima favorece consideravelmente a aglomeração a frio. Isto ocorre por causa da elevada temperatura média existente neste país. Como a reação de hidratação do clinker que ocasiona o endurecimento da pelota, é uma reação que desenvolve mais rapidamente com o aumento de temperatura, seria possível se obter aqui um processo de cura das pelotas mais acelerado, do aquele obtido em Grangesberg.

### Conclusão e Sugestões

As perspectivas de aplicação do processo de aglomeração a frio no Brasil, a base de cimento e escória de alto-forno, são bastante promissoras; evidentemente, há a necessidade de se desenvolver estudos mais aprofundados a respeito das características de cimento e de minério, como também das propriedades das pelotas.

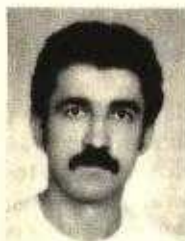
A produção de pelotas a frio, junto a grandes complexos siderúrgicos, e também junto às grandes minerações de minério de ferro (CVRD, MBR e outras) para aglomeração de finos, resultará na utilização de uma matéria-prima de qualidade superior ao sinter e por um baixo custo.

Vantagens apresentadas pelo processo a frio, tais como o baixo custo de capital, simplicidade tecnológica, aproveitamento de rejeitos, preservação do meio ambiente e, principalmente, a alta

*economia de combustíveis derivados de petróleo*, devem ser consideradas quando comparadas ao processo convencional.

## 8 — BIBLIOGRAFIA

1. SVENSSON, J. — Steel Times; v. 197; pp 363-364; Maio; 1969.
2. GEORGE, H. D. & BOARDMAN, E. B. — Iron and Steel Engineer; v. 50; pp 60-64, Novembro; 1973.
3. SVENSSON, J.; BRASK, G.; HENNING, U.; vom KRONHELM, E. & LINDER, R. — "Grangold Pelletizing: State of the Practice" — International Iron and Steel Congress; Dusseldorf; 1974.
4. KIHLESTEDT, P. G. — Jerkont. Ann.; v. 8; pp 373-399; 1969.
5. MARTINS, J. — "The Pelletizing of Iron-Ores — Studies in the Hardening of Cold-Bonded Iron Ores and in the Kinetics of Balling" — Tese de PhD, Universidade de Leeds; 1978.
6. HASSLER, B. — "Control of Properties of Iron Ore Agglomerates by Use of Additives in Cold-Bound Autoclaved Pellets" — International Iron and Steel Congress; Dusseldorf; 1974.
7. LINDBERG, N. G. & FALK, T. S. — CIM Bulletin, v. 69; pp 117-126; setembro, 1976.



*O Engenheiro Jader Martins é formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais e PhD pela Universidade de Leeds, Inglaterra. Exerce atualmente o cargo de Engenheiro Senior — Setor de Tecnologia Mineral — na Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais — CETEC.*



# INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA DOCTRINA

Antônio de Arruda

**M**uito se tem discutido sobre Doutrina e suas características. Seria a Doutrina sempre dogmática, conforme querem alguns?

Por outro lado, confunde-se — às vezes tendenciosamente — Doutrina com ideologia. Fala-se, por exemplo, em ideologia da Segurança Nacional, encadeada em termos críticos, para denegrir Doutrina elaborada didaticamente pela Escola Superior de Guerra.

Do mesmo modo, há quem identifique essa Doutrina, especialmente quando divulgada pela Associação dos Diplomados da ESG, com Doutrinação, que duas entidades estariam inculcando. Naturalmente, essas conclusões partem de premissas falsas, formuladas por pessoas que desconhecem o que se faz ESG e na ADESG.

Este trabalho pretende trazer alguns subsídios sobre a conceituação de Doutrina, visando a situá-la em suas verdadeiras características e a escoimá-la das

confusões reinantes em torno de suas correlações com outros conceitos. Complementamos, assim, as considerações que expendemos em números anteriores desta revista<sup>1</sup>.

## DOCTRINA

### Embasamento

A Doutrina fundamenta-se na Teoria e realimenta-se na Realidade.

A Teoria abrange a Filosofia e a Ciência.

A Filosofia é o conjunto sistematizado de reflexões críticas sobre o homem e sua função no universo: perquire as causas últimas dos seres.

A Ciência visa à observação e à indução das normas que regem o universo. Para LITTRÉ, a Ciência é a generalização da experiência, enquanto a Filosofia é a generalização da Ciência<sup>2</sup>. Segundo WOLFF, Ciência é o hábito de de-

monstrar assertos, isto é, de inferí-los por consequência legítima de princípios certos e imutáveis. Por sua vez, KANT definiu Ciência como toda série de conhecimentos sistematizados ou coordenados mediante princípios<sup>3</sup>.

Dai se conclui que a Ciência está vinculada à formulação de princípios ou leis, no sentido de "relações necessárias que derivam da natureza das coisas"<sup>4</sup>.

Durante muito tempo, não se fez necessária separação entre Filosofia e Ciência. Essa distinção conceitual só ocorreu na Idade Moderna, quando começaram a aparecer as ciências empíricas, divorciadas da Filosofia.

Após esse divórcio, passaram a ter relevo significativo as ciências do campo social. No século passado, observa GURVITCH, todos os esforços de COMTE e de seus discípulos convergiram para a elaboração de leis sociológicas, como coroamento de seus esforços na construção da nova ciência. Por isso COMTE tomou emprestado a HOBBS o termo "Física Social" para definir a Sociologia<sup>5</sup>.

Formularam-se então leis, não só na esfera da Sociologia, como de outras disciplinas afins, como o Direito, a Política, a Economia, etc. Mas há um ponto que se tornou crucial no trato do assunto. A Ciência sempre buscou a certeza que DESCARTES enfatizou, ao suscitar a dúvida metódica, ligada a uma das regras do raciocínio, segundo a qual não se deve aceitar nada como verdadeiro sem conhecê-lo como tal. Era a certeza que se consagrava como característica da Ciência, substituindo a busca da verdade, apanágio da Filosofia.

Nesse sentido, a Ciência é o conjunto de conclusões certas e coerentes sobre determinado objeto.

Mas como vislumbrar a certeza no vasto e cambiante plano das ciências sociais? A solução foi separar as leis físicas ou naturais das leis tendenciais ou quase leis, probabilidades ou diretrizes gerais, sem o rigor de medida, quantidade ou certeza.

Assim, de um lado, gruparam-se as leis físicas ou naturais, deduzidas da experiência e que exprimem o que existe, caracterizando-se pela certeza; de outra parte, estariam as leis sociais, simples probabilidades, que expressam um modelo de comportamento, e que satisfazem como uma verdade meramente aproximativa da realidade.

Segundo anotou ainda GURVITCH, a revisão do conceito de lei fez com que a Sociologia se avizinhasse da Física e com ela, acrescentando-se, todas as ciências sociais. Entram na categoria de leis, diz GURVITCH, as chamadas "leis causais" e "as relações funcionais constantes entre os fenômenos que se repetem rigorosamente". Tais leis dizem respeito à "macrofísica", mas, no campo da "microfísica", dada a equação de incerteza introduzida após a experiência dos elétrons e dos quanta, renunciou-se à busca das regularidades estritas e mesmo das ligações causais. E, afirma ainda o Professor da Sorbonne, a maior parte dos físicos de hoje não aceita senão "leis de probabilidades" e o cálculo dos grandes números. E, citando d'ABEL REY: "a lei é uma relação matemática: não é mais que uma probabilidade de informação e um princípio de classificação"<sup>6</sup>.

Desenvolvendo essas mesmas idéias, ALIOMAR BALEIRO esclarece que o progresso da Física, no século XX, demonstra que, em seus domínios, os fenômenos também ocorrem segundo probabilidades pelo comportamento uniforme do conjunto, desprezado o coeficiente

de elementos dispersivos. O que se passa com os prótons e os elétrons, na matéria, é o mesmo que sucede com a massa das pessoas, dentro da sociedade. Ou, como diz BAUDIN: — "Uma certeza para nós nunca pode ser mais do que uma extrema probabilidade"<sup>7</sup>.

Se assim é, não admira que a Doutrina esteja sujeita ao mesmo grau de incerteza de que padece a Ciência, de onde ela retira sua base de sustentação. Isso tudo se deve levar em conta na elaboração de uma Doutrina que visa à ação e atua numa área em que as probabilidades são mais densas, qual seja a da convivência humana.

Ao lado da Teoria, há a Prática, que procura alterar a Realidade, abrangendo a Técnica e a Arte.

A Técnica é o conjunto de processos racionalmente organizados para promover qualquer alteração no universo.

A Arte, em sentido estrito, é atividade espiritual criadora do Belo. Ou, para usar antiga imagem, é a natureza e a sociedade vistas através de um temperamento. Em sentido amplo, que interessa a este trabalho, é a própria ciência quando aplicada, por meio de habilidades especiais, para se obterem efeitos desejados.

Nesse conjunto permeia-se a Realidade, como elemento de existência efetiva e concreta, e é tudo o que envolve o homem e todos os seres, submetendo-os a constante pressão.

No âmbito das ciências sociais, a Realidade confunde-se com a conjuntura, termo antigo que a ESG incorporou a seus estudos, tornando-o muito difundido no País.

### Conceito

Como vimos, a Doutrina parte de uma base teórica, mas vai além: envolve

um julgamento de valor ou valoração. Por outras palavras, a Teoria é neutra, exprime o que é, enquanto a Doutrina busca o que deve ser.

Dentro de sua raiz etimológica — em sua função *docente* — a Doutrina procura orientar, imprimir normas à conduta humana, no setor religioso, político, econômico, etc. Exprime-se através de idéias básicas, que dizem respeito aos valores fundamentais, nos diversos domínios em que exerce sua influência. Trata-se de princípios destinados a assegurar a homogeneidade de pensamento e de ação.

A Doutrina se resume, pois, em um conjunto harmônico de idéias, orientador da ação. Nesse sentido, ela é normativa: vale-se da experiência, da realidade, para fim deliberado.

O cientista social francês, OLIVIER REBOUL, propõe o seguinte conceito para Doutrina:

"Conjunto de noções que se afirma serem verdadeiras e mediante as quais se pretende fornecer uma interpretação dos fatos, orientar ou dirigir a ação"<sup>8</sup>.

Na ESG, uma conferência de 1970 assim se expressou:

"Pode-se conceituar a Doutrina como um conjunto de princípios (regras, preceitos, processos, métodos) que servem de fundamento a um sistema político, religioso ou filosófico"<sup>9</sup>.

### Doutrina de Ação Política

A natureza da Doutrina denota-se pelo tipo de ação que ela procura orientar: religiosa, econômica, social. No caso da ação política, os preceitos que a compõem sistematizam-se em uma Doutrina de Ação Política — ou Doutrina Política. Trata-se de instrumental necessário para

que o Estado realize os objetivos da nação que jurisdiciona.

A existência de uma Doutrina Política decorre da necessidade de se racionalizar a ação do Estado.

Através dos tempos, a ação do Estado tem sido condicionada pela filosofia política que o inspira, de acordo com o que se concebe como sua finalidade primordial.

Pela concepção grega, o fim do Estado não tem limites, consiste na felicidade de todos os indivíduos: o Estado deve prover a todas as manifestações da vida humana. Esse conceito, que acompanhou o Estado antigo até a Revolução Francesa, levou ao despotismo e à irracionalidade, fazendo com que a ação estatal invadisse todas as atividades do homem, desde seu foro íntimo, nas questões religiosas, até em problemas irrelevantes, como, por exemplo, a moda.

Ao Estado antigo sucedeu o Estado moderno, que adotou concepção oposta, abstencionista. A interferência do Estado na esfera individual passou a ser a mais limitada possível. Reduziu-se à garantia da ordem pública e à manutenção de algumas tarefas essenciais, relacionadas com o Poder de Polícia e com os serviços públicos.

No Estado contemporâneo, em que vivemos, a ação estatal se ampliou, passou a interferir cada vez mais na ordem econômica e social, para atender não só às funções básicas, mas também a novas necessidades reclamadas pela população em rápido crescimento. O Estado tornou-se absorvente e complexo.

Sob o ponto de vista teleológico, o Estado contemporâneo aproxima-se do antigo, mas há um aspecto diferencial entre os dois: ao contrário do Estado antigo, o Estado contemporâneo prima pela racionalidade. Numa época minada

pela irracionalidade em vários setores, o Estado procura hoje organizar-se em termos racionais. Essa nova postura decorre justamente da complexidade de que passaram a revestir-se as novas funções do Estado, o que exige o abandono do empirismo e da improvisação e a adoção de ações planejadas.

Em consequência, o Estado já não pode prescindir de uma Doutrina Política.

A Doutrina Política, como qualquer Doutrina, fundamenta-se em uma Teoria, que é a Teoria Política (Filosofia Política e Ciência Política).

Pode-se conceituar a Doutrina Política como o conjunto de princípios, extraídos da Teoria Política, destinados a orientar a ação Política, seja na esfera mais ampla do governo, seja na dos grupos que desenvolvem atividades políticas<sup>10</sup>.

A Doutrina Política apóia-se também na Realidade ou Conjuntura, pois fugirá a sua finalidade, se não se ajustar às peculiaridades da Nação, se deixar de amoldar-se às tradições histórico-culturais e às aspirações do povo. É por isso que a Doutrina Política é nacional: um sistema político pode ser universal, mas a Doutrina que orienta sua aplicação, em cada unidade política, há de ser nacional, sob pena de se tornar mera abstração.

A Doutrina Política só encontra legitimidade, se buscar a eficácia e mantiver constante preocupação como os valores.

A eficácia diz respeito à otimização da ação, tendo em vista os melhores desempenhos e resultados quanto ao Desenvolvimento, e com a menor probabilidade de risco, no que tange à Segurança.

Os valores são os universais de que trata a Filosofia e que encontram em

cada país sua própria feição, de acordo com o passado histórico e com os traços característicos do povo, que estabelecem os padrões de comportamento.

### Conteúdo e Características

Do que ficou exposto se conclui que a Doutrina, especialmente a Doutrina Política, deve conter:

**Conceitos** — Uniformização de entendimento quanto aos fenômenos e suas relações fundamentais, a fim de que os aplicadores da Doutrina possam usar linguagem comum. Os conceitos traduzem-se em princípios ou sínteses de aspectos importantes relativos à orientação para a conquista dos resultados pretendidos.

**Normas** — Bases para procedimento ou relações existentes, que os aplicadores devem considerar.

**Métodos** — Caminho ou orientação para se alcançar um resultado, de modo racional e com o maior proveito possível.

No campo sociológico, método é um conjunto de processos de investigação e verificação das relações oriundas dos fenômenos de convivência social<sup>11</sup>.

**Processos** — Modo de se efetivarem as atividades recomendadas nos métodos, ou a própria realização dessas atividades. Pode-se conceituar também o processo como o instrumento para se realizar a ação preconizada.

De todo o exposto se inferem as características da Doutrina em geral: normativa, racional, objetiva, evolutiva ou dinâmica, instrumental (é o instrumento orientador da ação), restrita a determinar o objeto.

### CORRELAÇÕES DA DOUTRINA COM OUTROS CONCEITOS

Costuma-se, às vezes, relacionar com a Doutrina outros conceitos, o que pode

trazer certa confusão. Cumpre examinar as correlações mais usuais entre a Doutrina e tais conceitos.

### Doutrina e Dogma

Há uma corrente que sustenta a íntima ligação entre Doutrina e Dogma. Para os que assim pensam, a Doutrina é sempre dogmática, apresenta-se como um conjunto de preceitos que se impõe de maneira impositiva, imune à discussão.

Outros autores, porém, repelem essa posição radical. JULIEN FREUND observa que toda Doutrina, seja liberal ou marxista, que erige em dogmas proposições ou esquemas, cujo significado é equívoco e impreciso, resvala da ciência para a mitologia<sup>12</sup>.

Por sua vez, JOAQUIM PIMENTA identifica o Dogma às doutrinas religiosas. "As religiões, diz ele, além de se estratificarem em ritos, tendem, no seu evoluir, a consolidar-se em dogmas, isto é, em preceitos que se proclamam imutáveis, obrigatoriamente impostos por autoridades sacerdotais"<sup>13</sup>.

Esclarece ainda JOAQUIM PIMENTA que a palavra Dogma é de origem grega, usada como preceito estabelecido ou decisão proferida por autoridade competente. O termo passou a ser usado entre os cristãos para exprimir os preceitos evangélicos ou antes as verdades extraídas do Antigo e do Novo Testamento, reveladas por JEOVÁ, ou CRISTO e seus apóstolos. Essas verdades converteram-se em Dogmas, impostos pelos concílios e depois pelo Sumo Pontífice, caracterizados por três elementos essenciais: revelação, autoridade e imutabilidade<sup>14</sup>.

É certo que o Dogma se insere, por vezes, nas doutrinas sociais, sobretudo

na Doutrina Política, como um dos ingredientes do Totalitarismo. Mas não há vinculação obrigatória entre os dois conceitos.

### Doutrina e Doutrinação

Não se deve identificar Doutrina e Doutrinação. A Doutrinação ganhou sentido pejorativo, como contrafação da própria Doutrina. A Doutrinação é ensino, como, em última análise, é a Doutrina, mas distingue-se desta pelo conteúdo do ensino e pela maneira perversa de ensinar.

OLIVIER REBOUL apresenta alguns casos de Doutrinação, que servem bem para caracterizá-la. Dentre eles, destacaremos os seguintes<sup>15</sup>:

- Ensinar doutrina perniciosa.
- Utilizar o ensino para propagar doutrina partidária.
- Ensinar com base em preconceitos.
- Ensinar com base numa doutrina como se fosse a única possível.
- Não ensinar senão os fatos favoráveis à sua doutrina.
- Falsificar os fatos para apoiar a doutrina.
- Propagar o ódio por meio do ensino.
- Importar a crença pela violência.

### Doutrina e Ideologia

Confunde-se, às vezes, Doutrina com Ideologia. Cumpre separá-las, o que não é fácil, dada a imprecisão do conceito de Ideologia. Só a Enciclopédia Delta Larousse transcreve 13 significados de Ideologia, incluindo 5 de autores neomarxistas.

Ideologia é uma dessas palavras negativas, de que falou HAROLD LASSWELL, que podem provocar irracionalmente ar-

gumentos decisivos de repulsa ou de apoio.

O termo, como se sabe, foi criado por DESTUT DE TRACY com o sentido de ciência das idéias. Destinava-se a explicar a origem, a constituição e a evolução das idéias. TRACY congregou um grupo de filósofos que se opunham a NAPOLEÃO que, em represália, os ridicularizou, chamando-os "ideólogos".

Era a primeira controvérsia que se instalava em torno da Ideologia, que ficou definitivamente marcada com o sentido pejorativo que lhe deu MARX. Considerava MARX a Ideologia como as idéias da classe governante (capitalista), procurando racionalizar e justificar a ordem prevalecente (capitalismo) e sua posição privilegiada nela<sup>16</sup>.

Interpretando a concepção de MARX sobre a Ideologia e citando a "Ideologia Alemã", assim se expressa HENRI LEFEBVRE: "A Ideologia se reduz a uma representação errônea da História — ou a uma abstração que deixa de lado essa História. Toda Ideologia é um conjunto de erros, de ilusões, de mistificações, explicáveis a partir daquilo que ela deforma e transpõe: a História"<sup>17</sup>.

Essa tem sido a posição defendida por neomarxistas, em que a Ideologia aparece como a representação parcial da realidade, uma miragem intelectual de falsa consciência. Seria uma forma de mascarar intenções ocultas, de disfarçar interesses das classes dominantes. Constrói-se desse modo uma atitude ideológica, segundo NELSON SAMPAIO, de natureza apologética ou polêmica que dificilmente se rende a refutações lógicas ou à prova dos fatos<sup>18</sup>.

É certo que MARX e seus seguidores criariam sua própria Ideologia, incorporando-a ao acervo de sua pregação revolucionária. Mas a conotação depreciativa

ficou, alimentada pelos próprios marxistas, quando se dirigem a adversários. A Ideologia se transforma, então, em epíteto indesejável<sup>19</sup>. Pois, como também lembrou REBOUL, se alguém anunciar, por exemplo, um curso sobre "A Ideologia Burguesa", ninguém acreditaria que lhe seja o missionário<sup>20</sup>.

Cabe advertir que há outras colocações conceituais que retiram da Ideologia esse caráter exclusivamente pejorativo. Em verdade, não podemos fugir às Ideologias, pelo menos a uma Ideologia dominante que, conforme ensina JULIÃO MARIAS, é constituída dos relatos, das artes, dos provérbios, das tradições, dos jornais. "Cada sociedade, diz ele, possui uma Ideologia dominante, que produz o que chamo *imagem intelectual* do mundo... Com isto quero apontar que em toda sociedade há uma imagem do mundo ou Ideologia básica que é comum a toda ela, não privativa das classes cultas ou dos homens de formação científica; porque todos, inclusive estes, participam de uma idêntica imagem, à qual se agregam e se superpõem outros elementos, particulares a cada um dos grupos sociais"<sup>21</sup>.

Dessas reflexões do sociólogo espanhol se deduz que a Ideologia pode ser conceituada como um ideal cristalizado na consciência nacional. O que antes era individualmente idéia, que se circunscrevia a uma ou a poucas pessoas pode ser absorvido pela consciência da comunidade, projetar-se no plano social e transformar-se em Ideologia.

Apegando-se a um critério estritamente objetivo, JOAQUIM PIMENTA conceituou a Ideologia como idéias, crenças, que reúnem grupos de adeptos, com a finalidade de se imporem como normas de ação coletiva, conservadora ou revolucionária, em um, em mais de um, ou

em todos os setores da vida social: idéias e crenças que entram em conflito, tanto mais agudo e explosivo, quanto mais profundo o antagonismo de interesses, de crenças e de preconceitos, de aspirações que elas encarnam ou representam<sup>22</sup>.

Esse conceito afina-se com o de DAVID EASTON, que é o seguinte:

"Ideologia é o conjunto articulado de idéias, fins e propósitos que orientam os membros do sistema político no sentido de interpretar o passado, explicar o presente e oferecer uma visão do futuro"<sup>23</sup>.

Confrontando-se esses conceitos com o de Doutrina, verifica-se que tanto a Ideologia como a Doutrina constituem conjunto sistemático de idéias e visam à ação. Ambas são engajadas, procuram orientar o comportamento humano.

Mas há pontos diferenciais entre elas. A Doutrina busca na Teoria as bases lógicas de suas construções estruturais. Tem alcance restrito, determinado por premissas claras, conforme o objetivo pretendido.

A Ideologia, ao contrário, tem fontes mais variadas — idéias, crenças, tradições, costumes — e é marcada pelo forte emocionalismo com que se manifesta. Prende-se geralmente a organizações que lhe imprimem posição sectária, e daí o tom polêmico de que se reveste.

Seguem-se algumas das características da Ideologia, segundo REO CHRISTENSON, e que mostram os pontos principais em que ela se distingue da Doutrina<sup>24</sup>:

1) Ideologia é um padrão sistemático de pensamento político.

2) Ideologia inclui elementos tanto empírico como normativos.

3) Ideologia tende a ser exclusiva, absoluta e universal,

4) Ideologia é um argumento persuasivo, destinado normalmente a motivar envolvimento ativo: destina-se não apenas a informar, mas a persuadir e gerar emoção.

5) Ideologia é personalizada, escriturizada e programática.

6) Ideologia experimenta desenvolvimento, mas é resistente a mudanças fundamentais.

## CONCLUSÃO

A Doutrina tem em vista a racionalização da ação, e quando se trata de Doutrina Política, a ação a racionalizar é a do Estado. Essa é a tendência do Estado contemporâneo, que busca à racionalidade, ou seja, ações planejadas, ao contrário do Estado antigo, onde predominavam o empirismo e a improvisação.

Para se ter uma idéia do que fora a improvisação, no Estado antigo, basta lembrar um fato histórico, narrado por Walter Pitkin. Conta este que, ao organizar a Invencível Armada, Felipe II chamou para comandá-la o duque de Medina-Sidonia, completamente estranho à vida do mar. O duque tentou escusar-se da empresa, alegando incompetência, mas o rei manteve a nomeação. Assim, para chefiar uma expedição que deveria alterar o rumo da História, o escolhido foi um almirante improvisado, que confessadamente não en-

tendia de navegação nem de guerra, e que além do mais sofria de enjoo do mar. O resultado só podia ser o que foi: um desastre que levou a Espanha a irreversível decadência<sup>25</sup>.

A Doutrina nem sempre é dogmática, tudo dependendo dos princípios em que se baseia e especialmente dos métodos de trabalho de que se utiliza.

A Doutrina distingue-se da Doutrinação pelo fato de que nesta o que predomina é a maneira perversa de ensinar,

A Doutrina tem pontos de contato com a Ideologia, porque ambas constituem um conjunto de idéias orientadoras da ação. Diferenciam-se, porém, em alguns aspectos, principalmente pelo conteúdo emocional da Ideologia, e pelo monismo de que, muitas vezes, se reveste, ao contrário do pluralismo que caracteriza a Doutrina quando calcada em bases democráticas.

A Ideologia ficou marcada com um sentido pejorativo, graças ao marxismo, que lhe deu essa feição, quando se dirige a adversários. Mas, ao construir sua própria Ideologia, e colocá-la em ação, nos regimes que a adotaram, o marxismo conferiu a essa Ideologia o mesmo dogmatismo e a mesma mistificação que atribui a outrem. É o que afirma o professor de Filosofia, dissidente polonês, Leszek Kolakowski, ao analisar as Ideologias que procuram legitimar um siste-



*Antonio de Arruda — Magistrado e Professor de Introdução à Ciência do Direito da Universidade Federal de Mato Grosso. Faz parte da Junta Consultiva da Escola Superior de Guerra. Curso do Colégio Interamericano de Defesa (Washington). Da Academia Matogrossense de Letras.*

na de poder existente ou aspirações de poder, do tipo comunista, nazista ou fascista. Tais Ideologias partem de verdades apriorísticas, de cunho absoluto e universal — como a luta de classes — que explicariam qualquer fato. E se os fatos estivessem contra a Ideologia, pior para os fatos. Essas Ideologias estabelecem idéias falsas e criam uma técnica psicológica de persuasão, que faz com que os indivíduos se convençam de que elas são verdadeiras, embora os fatos a desmintam. Quando se afirma, por exemplo, que o homem soviético não furta, esta asserção é aceita, apesar de todas as evidências em contrário — ou era aceita, porque, diz o autor, esse mecanismo de convencimento está longe de funcionar hoje, como ocorria no passado. De qualquer modo, trata-se de fenômeno de dupla consciência — o que é não é, o que não é é — a que se referiu GEORGE ORNWELL, em seu famoso 1984<sup>26</sup>.

## NOTAS

1 — Números 679, 680 e 691.

2 — Apud Paulo Bonavides — Ciência Política, Fundação Getúlio Vargas, 1967, pág. 5.

3 — Idem, ibidem.

4 — Montesquieu — De L'Esprit des Lois, Garnier, Paris, 1949, Tome I, pág. 5.

5 — Georges Gurvitch — La Vocation Actuelle de la Sociologie, Press Universitaires de France, Paris, 1950, pág. 45.

6 — Idem, ibidem.

7 — Aliomar Baleeiro — Uma Introdução à Ciência das Finanças, Forense, 1958, vol. I, págs. 62/63.

8 — Olivier Reboul — A Doutrinação, tradução e publicação da Companhia Editora Nacional para a Universidade de São Paulo, 1980, pág. 22.

9 — Política. Conceitos Fundamentais — C3 — 123-70, pág. 24. Equipe da DAP, Dirigente e Relator: Desemb. ANTÔNIO DE ARRUDA.

10 — Idem, ibidem.

11 — Joaquim Pimenta — Enciclopédia de Cultura, Freitas Bastos, 1955, verbete *Método Sociológico*, pág. 234.

12 — Julien Freund — In Le Savant et le Politique, de Max Weber, Librairie Plon, Paris, 1958. Introduction, pág. 23.

13 — Joaquim Pimenta, ob. cit. verbete *Religião*, pág. 320.

14 — Idem, ibidem.

15 — O Reboul, ob. cit. págs. 4/12.

16 — Reo M. Christenson e outros — Ideologias e Política Moderna, trad. de Aydano Arruda, IBRASA, S. Paulo, 1974, pág. 15.

17 — Henri Lefebvre — Sociologia de Marx, trad. de Carlos R. Alves Dias, Forense, Rio, 1968, pág. 46.

18 — Nelson Sampaio — As Doutrinas Políticas Contemporâneas e Suas Relações com a Segurança Nacional. C-11-56.

19 — Reo M. Christenson e outros — ob. cit. pág. 14.

20 — Olivier Reboul — ob. cit. pág. 23.

21 — Julián Marías — A Estrutura Social, trad. de Diva R. de Toledo Piza, Duas Cidades, São Paulo, 1955, nº 32.

22 — Joaquim Pimenta, ob. cit. verbete *Ideologia*, pág. 179.

23 — David Easton — A Sistem Analysis of Political, apud MB-75, pág. 27, e *passim*.

24 — Reo M. Christenson e outros — ob. cit. págs. 23-25.

25 — Walter Pitkim — Breve Introdução à História da Estupidez Humana, tradução de Edison Carneiro, 3ª edição, Editora Prometeu, S. Paulo, s/d, pág. 212.

26 — Leszek Kolakowski, Por que as Ideologias Estão Sempre Certas, Jornal do Brasil de 25.11.79, caderno especial.



# APLICAÇÕES MILITARES DO RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DA VOZ

Roberto Miscov Filho

**E**m 1939, HOMER DUDLEY, dos laboratórios Bell, construiu o primeiro VOCODER, marcando sem dúvida, a partir dessa data, a definitiva presença da *eletrônica* na síntese da voz.

Em 1967, o famoso Dr. J. R. PIERCE, também dos laboratórios Bell, "previa que os computadores digitais logo se tornariam tão comuns nos laboratórios de pesquisa como os osciloscópios"<sup>1</sup>, previsão essa muito cedo realizada.

Tomando as datas citadas como referência, podemos afirmar que as pesquisas modernas sobre a voz humana e suas aplicações ainda não completaram 50 anos de existência. Quanto ao uso do computador digital naquelas pesquisas, as nações mais desenvolvidas vêm, pelo menos há 15 anos, tirando proveito dos flexíveis recursos da computação eletrônica aplicada à análise e à síntese da voz humana.

O processamento digital dos sinais de voz, entre outras, pode ter as seguintes aplicações:<sup>2</sup>

- (1) transmissão telefônica;
- (2) síntese da voz;
- (3) armazenagem em computador e "fala" do computador em diálogo direto homem - máquina;
- (4) identificação e reconhecimento de pessoas;
- (5) auxílio às pessoas portadoras de defeitos relacionados com a elocução (p. ex.: defeitos da fala ou da audição causados por doenças ou acidentes).

O presente artigo visa informar os leitores sobre uma aplicação de caráter militar.

## APLICAÇÕES MILITARES DO RAV (RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DA VOZ)

A título de motivação, podemos lembrar o problema do voo de uma aeronave

ve durante o qual o piloto tem de usar os olhos, as mãos e os pés simultaneamente, a fim de manter o controle e a guiação do aparelho. A substituição de certas funções manuais por comandos a voz reduziria as atividades sensoras e motoras, diminuindo, em consequência, a fadiga do piloto e melhorando a segurança operacional.

Pensando em aplicações mais gerais envolvendo o controle de máquinas, pode-se vislumbrar que o lado mecânico da interface homem-máquina poderia tornar-se muito mais simples se houvesse o reconhecimento automático da voz. Haveria menos botões, menos chaves, controles etc. para causar confusão ou hesitação durante uma emergência. O usuário teria maior liberdade de movimentos.

Onde fosse exigida concentração visual, os comandos poderiam ser dados sem desviar a atenção para chaves ou controles.<sup>3</sup>

Grupando por áreas de utilização, podemos apresentar as seguintes tarefas militares para possível automação:<sup>4</sup>

#### **Segurança:**

— verificação (autenticação) do locutor. É a aplicação típica do controle de acesso a áreas reservadas, ou na abertura de cofres especiais. Já existem operando sistemas capazes de rejeitar impostores com elevada probabilidade de rejeição (98%) e as pesquisas continuam; uma possível aplicação em combate é a autenticação de relatórios fonados por patrulhas destacadas na linha de frente;

— identificação (reconhecimento) do locutor. É a aplicação típica dos órgãos de segurança e informação. Na vida civil, ela se dirige aos casos forenses;

— determinação do estado emocional do locutor. Por exemplo, nos casos de estafa;

— reconhecimento de palavras código;

— vigilância dos canais de comunicação.

Nesse caso, inclui-se a identificação da linguagem usada; em certos centros de pesquisa estrangeiros, estudam-se as características fonéticas de idiomas alienígenas.

#### **Comando e Controle:**

— controle de sistemas (navios, aeronaves, carros de combate, controle de tiro etc);

— operação direta do computador (usando, por exemplo, um simples canal telefônico);

— manuseio e armazenagem de dados;

— controle remoto de material perigoso (radioativo, explosivo, venenoso etc).

#### **Transmissão de Dados e Comunicação:**

— síntese da voz;

— sistemas VOCODER — Tais sistemas podem ser implementados aproveitando-se a redundância existente nos sistemas de voz; com isso, a transmissão digital pode ser feita em reduzidas taxas de bits/segundo, com economia da faixa de frequências;

— redução da faixa passante;

— cifrar/decifrar/"scrambling".

#### **Processamento da Voz Distorcida:**

— voz do mergulhador — a chamada "voz do hélio" ocorre quando se mergulha em profundidade de 60 metros ou mais fundo. Nesses casos ocorrem alterações nas características de ressonância do trato vocal;

— comunicação com astronauta;

- telefonia subaquática;
- voz sob altas frequências (altos G").

## CENTROS DE PESQUISA STRANGEIROS ENVOLVIDOS COM O "RAV"

Para que se tenha uma idéia do interesse pelas pesquisas sobre reconhecimento automático da voz, transcrevemos abaixo, lista dos principais centros estrangeiros envolvidos com o assunto:

### Holanda:

- Postal Research Laboratory
- Institute for Perception TNO, Kampweg 5, Soesterberg
- University of Nijmegen, Institute for Phonetics
- Industrial Laboratory, Philips, Geldrop
- Delft University of Technology

### Inglaterra:

- University of Keele
- North Stafford Polytechnic
- University of Essex, Department of Engineering
- University of Essex, Language Centre
- University College, London
- Cambridge University
- Manchester University

### França:

- 1) Laboratórios do Governo
- Ministério das Telecomunicações
- Centre National d'Études des Telecommunications
- École Nationale Supérieure des Telecommunications
- Ministério da Defesa
- Laboratoire Central de l'Armement
- Ministério da Educação
- Faculté d'Orsay

- Faculté de Toulouse
- Faculté de Nancy
- Faculté de Grenoble, Institut de Phonétique

Commissariat a l'Energie Atomique

### 2) Firmas

- Thomson-CSF, Cagnes sur Mer
- Thomson-CSF, Genevilliers
- CGE-CIT
- IBM-France

### — Alemanha:

- Institut für Kommunikaktionsforschung und Phonetic
  - Universität Bonn
  - Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft
  - AEG-Telefunken Bereich Forschung
  - Ulm
  - Lehrstuhl und Institut für Allgemeine Nachrichtentechnik
  - Universität Hannover
  - Fernmeldetechnisches Zentralamt
  - Darmstadt
  - Institut für Nachrichtentechnik
  - Technische Universität Braunschweig
  - Fachgebiet Übertragungstechnik im Fachbereich Nachrichtentechnik
  - Technische Hochschule Darmstadt
  - Philips Forschungslaboratorium Hamburg GmbH 11 Abt. Datentechnik
  - Hamburg
  - Heinrich-Hertz Institut
  - Berlin
  - Institut für Datenverarbeitung
  - Technische Universität München
  - Institut für Phonetik und Sprachliche Kommunikation
  - Universität München
- Estados Unidos:
- 1) DOD Research Laboratories
  - U.S. Army Electronics Command,
  - Ft. Monmouth, NJ
  - Aerospace Medical Research Laboratory, Wright-Patterson AFB, Wright-Patterson, OH

AF Avionics Laboratory, Wright-Patterson AFB, Wright-Patterson, OH

Rome Air Development Center, Griffiss AFB, Rome, NY

Naval Electronics Laboratory Center, San Diego, CA

Naval Air Development Center, Warminster, PA

Naval Research Laboratory, Washington, DC

Naval Ship R&D Center, Bethesda, MD

Naval Training Equipment Center, Orlando, FL

Naval Undersea Center, San Diego, CA

Naval Underwater Systems Center, Newport, RI

National Security Agency, Ft. Meade, MD

Defense Communications Agency, Reston, VA

#### 2) DOD Monitoring Agencies

U.S. Army Research Office, Durham, NC

AF Office of Scientific Research, Arlington, VA

AF Electronic Systems Division, Bedford, MA

Office of Naval Research, Arlington, VA

Defense Advanced Research Projects Agency, Arlington, VA

#### 3) Consortium for All-Digital Communications Systems Research

National Security Agency, Ft. Meade, MD

Naval Research Laboratory, Washington, DC

Defense Communications Agency, Reston, VA

U.S. Army Electronics Command, Ft. Monmouth, NJ

Air Force Electronic Systems Division, Bedford, MA

Defense Advanced Research Projects Agency, Arlington, VA

#### 4) Contractors for ARPA — Sponsored Research on Continuous Speech Understanding

Lincoln Laboratory, Lexington, MA

Bolt Beranek and Newman, Inc., Cambridge, MA

Carnegie-Mellon University, Pittsburgh, PA

Stanford Research Institute, Menlo Park, CA

Systems Development Corporation, Santa Monica, CA

Sperry-Univac, Minneapolis, MN

Note-se, por exemplo, que na pequena e não populosa Holanda há 5 (cinco) centros dedicados ao RAV.

É importante frisar: em alguns desses centros, estudam-se idiomas outros que não o do próprio país, visando, é evidente, aplicações no setor da segurança ou em eventuais operações militares.

## CONCLUSÃO

Conforme foi dito no início, o presente trabalho tem caráter meramente informativo.

Atendendo à heterogeneidade do grande público de "A Defesa Nacional", foram propositalmente omitidos referências técnicas, algoritmos, fórmulas etc.

Cumpra lembrar, outrossim, a importância geopolítica do idioma português; a comunidade de língua portuguesa abrange hoje cerca de 200 milhões de almas<sup>5</sup>. É suficiente olhar o mapa mundial para verificar que essa grande população estende-se pelo Brasil imenso e por diversas antigas colônias portuguesas, to-

dos ocupando estratégica posição no Atlântico Sul.

Resta esperar que os nossos engenheiros e pesquisadores, devidamente apoiados pelos órgãos públicos, venham a se interessar pelo fascinante domínio da análise e da síntese dos sinais de voz, pesquisando tais sinais na língua falada por Camões, Fernando Pessoa, Machado de Assis, Manuel Bandeira, Drummond e tantos outros gênios.

#### Bibliografia:

- 1) James L. Flanagan, *Focal Points in Speech Communication Research*, IEEE — Transactions on Communication Technology — Dez (1971).
- 2) Roberto Miscow Filho, *Levantamento de Características da Língua Portuguesa Utilizáveis no Processamento Digital dos Sinais de Voz*, Tese de Mestrado (1977).
- 3) David J. Broad, Ph.D. — *Final Scientific Report of Research on Acoustic/Linguistic Aspects of Automatic Speech*, Contrato F 44620-74-C-0034 do Air Force Office of Scientific Research (EEUU) — Dez (1978).
- 4) B. Beek, E.P. Neuberg, DC Hodge, *An Assessment of the Technology of Automatic Speech Recognition for Military Applications* — IEEE — Transactions on Acoustic, Speech and Signal Processing — Ago (1977).
- 5) Arthur Cêzar Ferreira Reis — *A Comunidade de Língua Portuguesa* — "Carta Mensal" da Confederação Nacional do Comércio — Dez (1979).



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa do Instituto Militar de Engenharia (IME).



# A MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Peter G. Olenchuk

General de Divisão, ex-Diretor de Planejamento e Programas de Material do Exército dos EUA.

*Para aqueles que leram, no Número 695 (maio/junho-81) de A DEFESA NACIONAL, a entrevista que o Secretário de Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, concedeu a representantes da imprensa mundial em maio passado, sobre a Estratégia Militar dos Estados Unidos, este artigo despertará o maior interesse. Envolvendo um tema que se constitui numa preocupação em todo o mundo e que tem desafiado a inteligência de muitos estudiosos, a conferência que o Autor realizou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na Praia Vermelha, em novembro de 1974, guarda muito de atual e útil para o debate do problema da MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL. A pouca divulgação que essa palestra teve na ocasião em que foi realizada nos estimulou a publicá-la, dada a interessante oportunidade para se refletir sobre os conceitos que ela encerra.*

A REDAÇÃO

**A**lguns dos senhores talvez estejam lembrados de que o General Stilwell, falando em 1974 sobre o tema de "Implicações Estratégicas para o Exército na Década de 70", assinalou o relacionamento especial que existe entre a América Latina e os Estados Unidos. Nós concordamos — através do Tratado do Rio — "que um ataque contra qualquer Estado americano seria um ataque contra todos" — e um elemento chave de nossa segurança nacio-

nal mútua é a habilidade de fornecer às nossas forças equipamento militar de qualidade e munição na quantidade necessária, e em tempo oportuno. Isto significa contar com uma base de produção industrial, em condições dinâmicas, para enfrentar a situação de modo a assegurar um estado de prontidão para combate. Sem material apropriado para o combate, a instrução, o espírito de luta, a motivação, e a liderança não podem alcançar um nível ótimo de combate. Portan-

to, é neste contexto, em termos de fornecimento de apoio de material que, de uma perspectiva histórica, abordarei o "Papel da Indústria no Alcance de um Estado de Prontidão para Material de Combate do Exército"; e avaliar a capacidade de resposta da indústria dos Estados Unidos para as necessidades militares, relações militares-industriais, os efeitos da mobilização sobre a economia, descrever nossos procedimentos fundamentais de licitação, e discutir a nossa situação atual.

O Brasil também tem um investimento significativo em nossa base industrial, uma vez que adquiriu cerca de \$125 milhões de dólares de material militar dos Estados Unidos desde 1950; e também teve mais de sete mil estagiários treinados sob os auspícios do Programa de Assistência à Segurança.

Atualmente estamos acelerando a produção de equipamento chave de combate, para atender às necessidades que resultaram dos nossos compromissos nacionais para material militar, desde a Guerra do Yom Kippur no outono passado. A nossa experiência atual aponta novamente a essencialidade de uma base de produção viável para um preparo militar. Empréstamos ênfase também à necessidade absoluta para uma atenção constante a um trabalho de equipe industrial-militar para o planejamento de uma condição de preparo para combate, se devemos esperar uma reação industrial rápida para o atendimento de necessidades militares repentinas. Compreendemos agora que devemos emprestar atenção muito maior à habilidade de nossas indústrias em apoiar necessidades em tempos de paz e de emergência do Departamento de Defesa, em vez de considerarmos apenas um planejamento para uma mobilidade e preparo indus-

trial para o caso de uma guerra declarada. Portanto, o tema é muito oportuno e é um desafio.

Antes de prosseguir, vou definir dois termos chaves: "planejamento para um preparo industrial" e "base para produção industrial". Ambos são partes integrantes do planejamento para a mobilização de material.

## PLANEJAMENTO PARA PREPARO INDUSTRIAL

O planejamento para preparo industrial leva a considerar que um aspecto chave é o do Exército por si próprio dever encetar suas iniciativas de planejamento e manter uma base industrial. De certo, isto é realizado pelo Exército em coordenação com as outras Forças Singulares e órgãos de Defesa, segundo linhas de orientação traçadas pelo Secretário da Defesa.

## A BASE INDUSTRIAL DE PRODUÇÃO

Tenho usado o termo base industrial de produção num sentido amplo, geral. Um ponto principal é que uma base industrial inclui tanto facilidades de produção de propriedade do governo, como particulares. Ainda que o planejamento do Exército dos Estados Unidos se preocupe principalmente com o segmento da indústria civil, dispõe, também, de instalações de produção de significação, que são de sua propriedade. Contudo, o Exército só realiza investimentos para uma base industrial quando o sistema da livre iniciativa não pode, ou não quer, fazê-lo de modo a se poder confiar no mesmo. Esta é a nossa política nacional.

Na sua maior parte, a base de propriedade do Exército é para munições e atende a todas as Forças Armadas. Nos Estados Unidos não contamos com uma indústria comercial de munições adequada a atender nossas necessidades de defesa. A indústria americana achou não ser viável investir grandes somas de dinheiro num artigo com uma demanda enorme e altamente variável em tempo de guerra, de pouca procura em tempo de paz, e essencialmente sem nenhuma utilidade comercial. Conseqüentemente, o Exército tem que proporcionar a base para a maior parte da produção de suas munições, mas com pequenas exceções, estas fontes de produção são operadas mediante contratos industriais.

O setor de propriedade do Exército da base industrial consiste, tanto de propriedades imóveis como de equipamentos para instalações industriais e foram sendo adquiridos durante um longo período de tempo.

A maior parte de nosso equipamento de fábricas industriais se encontra agrupado em linhas de produção, chamadas de "conjuntos de produção de equipamento", que são colocados a parte, para a produção de um determinado item numa instalação designada. Para dar-lhes uma idéia da magnitude da base de propriedade governamental do Exército, temos 32 fábricas de propriedade do governo, as quais são operadas por empreendimentos industriais lucrativos. Dez destas fábricas estão atualmente inativas, mas são mantidas em condições de atender necessidades de emergência. Além disso, o Exército possui oito instalações que são operadas pelo próprio Exército. Notarão que todas as instalações operadas ou de propriedade governamental do Exército dão apoio a itens de importância, os quais a indústria não

considera como sendo especialmente atrativos para fins de investimento particular. O valor para reposição da porção da base de propriedade do governo é de nove bilhões de dólares. Em acréscimo, o Exército controla equipamentos de instalações industriais, avaliados em aproximadamente dois e meio bilhões de dólares. Portanto, o valor total de restituição do setor do Exército, em termos de uma base industrial para a Defesa, é de onze e meio bilhões de dólares.

## **EVOLUÇÃO DA BASE DE MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL**

Passemos a rever brevemente alguns marcos históricos, e apresentar a evolução da base de produção industrial do Exército em termos de uma perspectiva histórica.

### **PRIMEIRA GRANDE GUERRA**

Até a Primeira Grande Guerra, nenhuma firma comercial americana estava continuamente empenhada, até certo ponto, na produção de artigos militares. Até então, tínhamos depositado nossa confiança imediata para a produção de artigos militares em arsenais do governo, e uma vez iniciado o conflito procurávamos fontes comerciais. Isto era feito sem o benefício de um planejamento formal, integrado de mobilização para assegurar um preparo industrial. Esta maneira de agir, um tanto desconexa, provou ser inadequada para a Primeira Grande Guerra. Daí que a preocupação do Exército dos Estados Unidos em assegurar um preparo industrial para enfrentar as necessidades de guerra, está fundamentalmente enraizada na nossa experiência nacional durante aquele conflito. A nossa falta de um preparo antecipado e os problemas resultantes

na mobilização de capacidades industriais dos Estados Unidos, para fornecimento de material de guerra para as nossas Forças Armadas, fizeram com que os nossos líderes civis e militares reconhecessem esta necessidade de um planeamento em tempo de paz. A luta titânica para uma mobilização durante a Primeira Grande Guerra, e o fracasso em abastecer as nossas tropas em campanha, resultaram em que o Congresso aprovasse uma lei em 1920, assegurando que um tal planeamento seria realizado em tempo de paz.

Foi também motivo de preocupação, a importância do preparo de líderes militares em mobilização industrial para compras militares. Como resultado, o Colégio Industrial do Exército foi criado em 1924, com esta finalidade; e atua hoje em dia, com a redesignação de Colégio Industrial das Forças Armadas, como uma instituição educacional conjunta, para todas as nossas Forças Armadas e órgãos federais selecionados, com a missão mais ampla de estudar o inter-relacionamento de fatores militares, económicos, políticos, científicos e sociais na administração dos recursos para a segurança nacional. É significativo observar-se que o General Dwight D. Eisenhower, quando Major, graduou-se pelo Colégio Industrial do Exército, em 1933, e também serviu no corpo permanente. Sua avaliação criteriosa de uma base industrial necessária para apoiar nossos Exércitos na Segunda Guerra Mundial se deve, em parte, atribuir a sua experiência no Colégio Industrial do Exército.

Será compensador nos determos mais sobre a nossa experiência durante a Primeira Grande Guerra, para colocar em perspectiva outras lições aprendidas, de modo que se possa ver como elas mol-

daram, até nossos dias, nosso planeamento de mobilização. É uma questão de orgulho histórico para os Estados Unidos, que a nossa entrada naquele conflito alterou a balança do poder para as forças aliadas. A verdade do fato é que, apesar do nosso título, auto-dispensado, de "Arsenal da Democracia", nossa principal contribuição foi em termos de homens e não de material. A indústria americana não foi capaz de fornecer à França, um avião de combate de construção americana, até muito depois do término das hostilidades. As forças expedicionárias aliadas na França tiveram que ser equipadas com rifles ingleses "Enfield", em vez de Springfield" americanos, tiveram que empregar canhões franceses de 75 polegadas, em lugar de artilharia americana, e a guerra prosseguiu enquanto a engenhosidade americana lutava industriosamente para desenvolver um motor de avião "Liberty".

A principal lição aprendida na Primeira Grande Guerra foi a de que não nos encontrávamos preparados para a mobilização da indústria para uma guerra prolongada. Foi ainda reconhecido que, a fim de que planos para mobilização industrial fossem eficazes, deveria ser adotado um dia de mobilização teórica, que foi designado como o "Dia-M". Com esta suposição básica, o alvo inicial para o planeamento de um preparo industrial para mobilização de guerra, foi o de reduzir o tempo de espera necessário para atingir a produção total de munição, de 16 meses que se teve que esperar durante a Primeira Grande Guerra, para a meta de 6 meses. Também, a qualquer tempo que a base de produção não podia fornecer o material de guerra imediatamente, era essencial criar "Estoque de Reserva de Guerra", que poderiam preencher a lacuna entre o "Dia-D"

e a produção ou "Dia-P", quando a produção poderia, então, atender o consumo de combate. Além disso, foram feitas tentativas para localizar fontes comerciais capazes de produzir material de guerra em caso de emergência. Foram assumidos compromissos para uma capacidade prevista com indústrias, pela aceitação de "programas de produção", que não tinham fundamento como documento legal, mas constituíam um compromisso ou uma obrigação de atuação, e um entendimento em termos de expectativa durante situações de emergência. Os planejadores militares dos Estados Unidos estiveram empenhados nestes esforços durante quase vinte anos — até a Segunda Guerra Mundial. Como resultado, "Planos de Mobilização Industrial para o Exército" existiam quando a Segunda Guerra Mundial começou em 1939.

## A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Lamentavelmente, o cuidado do planejamento para mobilização não foi acompanhado por investimentos em bases de produção. Por causa de uma visão de paz duradoura, aumentamos o problema com o desmantelamento da modesta base de produção industrial construída durante a Primeira Grande Guerra, a exceção dos arsenais operados pelo Exército. Falhamos também na estocagem adequada de materiais estratégicos e reservas de guerra de equipamento militar. Conseqüentemente, a carga inicial da produção de armamentos terrestres e munição recaiu sobre esses arsenais, à medida que os Aliados procuravam ganhar para os Estados Unidos, o tempo necessário para orientar seu poderio industrial para a guerra. Novamente, a

Segunda Guerra Mundial nos pareceu apanhar despreparados. No entanto, a base industrial dos Estados Unidos, dotada de um tempo precioso suficiente, produziu o que pareceu ser uma quantidade ilimitada de material de guerra, e construiu com uma velocidade sem precedente, a base de produção industrial fundamental que o Exército possui hoje em dia. Isto foi feito e alcançado pela reorientação de prioridades para a produção de guerra, às custas das carências de nossos consumidores domésticos.

Depois da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, retivemos uma base industrial essencial. Também constituímos "Estoques de Reserva para Guerra", e realizamos a estocagem de matérias-primas estratégicas. Contudo, apesar de que continuamos com um planejamento para mobilização, o nível de esforço decresceu com a sensação de que alguns dos armamentos nucleares impossibilitavam uma guerra convencional; e por causa do ponto de vista de outros, de que a nossa capacidade de produção industrial evidenciada durante a Segunda Guerra Mundial poderia ser repetida sem muitos investimentos adicionais em tempo de paz. Dever-se-ia lembrar que a conjuntura sob a qual operamos durante a Segunda Guerra Mundial, foi uma de fornecer um máximo de quantidade de material de guerra, com uma prioridade mínima para a economia. Com uma população inteiramente mobilizada, fomos capazes de produzir, por exemplo, mais de 650 mil jeeps em menos de quatro anos. Sem embargo, nosso povo ao final da Segunda Guerra Mundial estava ávido de artigos de consumo, e as nossas indústrias acertadamente orientaram sua atenção às suas carências; e, uma vez mais, recursos mínimos foram designados para a defesa nacional.

e a produção ou "Dia-P", quando a produção poderia, então, atender o consumo de combate. Além disso, foram feitas tentativas para localizar fontes comerciais capazes de produzir material de guerra em caso de emergência. Foram assumidos compromissos para uma capacidade prevista com indústrias, pela aceitação de "programas de produção", que não tinham fundamento como documento legal, mas constituíam um compromisso ou uma obrigação de atuação, e um entendimento em termos de expectativa durante situações de emergência. Os planejadores militares dos Estados Unidos estiveram empenhados nestes esforços durante quase vinte anos — até a Segunda Guerra Mundial. Como resultado, "Planos de Mobilização Industrial para o Exército" existiam quando a Segunda Guerra Mundial começou em 1939.

## A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Lamentavelmente, o cuidado do planejamento para mobilização não foi acompanhado por investimentos em bases de produção. Por causa de uma visão de paz duradoura, aumentamos o problema com o desmantelamento da modesta base de produção industrial construída durante a Primeira Grande Guerra, a exceção dos arsenais operados pelo Exército. Falhamos também na estocagem adequada de materiais estratégicos e reservas de guerra de equipamento militar. Consequentemente, a carga inicial da produção de armamentos terrestres e munição recaiu sobre esses arsenais, à medida que os Aliados procuravam ganhar para os Estados Unidos, o tempo necessário para orientar seu poderio industrial para a guerra. Novamente, a

Segunda Guerra Mundial nos pareceu apanhar despreparados. No entanto, a base industrial dos Estados Unidos, dotada de um tempo precioso suficiente, produziu o que pareceu ser uma quantidade ilimitada de material de guerra, e construiu com uma velocidade sem precedente, a base de produção industrial fundamental que o Exército possui hoje em dia. Isto foi feito e alcançado pela reorientação de prioridades para a produção de guerra, às custas das carências de nossos consumidores domésticos.

Depois da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, retivemos uma base industrial essencial. Também constituímos "Estoques de Reserva para Guerra", e realizamos a estocagem de matérias-primas estratégicas. Contudo, apesar de que continuamos com um planejamento para mobilização, o nível de esforço decresceu com a sensação de que alguns dos armamentos nucleares impossibilitavam uma guerra convencional; e por causa do ponto de vista de outros, de que a nossa capacidade de produção industrial evidenciada durante a Segunda Guerra Mundial poderia ser repetida sem muitos investimentos adicionais em tempo de paz. Dever-se-ia lembrar que a conjuntura sob a qual operamos durante a Segunda Guerra Mundial, foi uma de fornecer um máximo de quantidade de material de guerra, com uma prioridade mínima para a economia. Com uma população inteiramente mobilizada, fomos capazes de produzir, por exemplo, mais de 650 mil jeeps em menos de quatro anos. Sem embargo, nosso povo ao final da Segunda Guerra Mundial estava ávido de artigos de consumo, e as nossas indústrias acertadamente orientaram sua atenção às suas carências; e, uma vez mais, recursos mínimos foram designados para a defesa nacional.

## GUERRA DA CORÉIA

Novamente, assim como depois da Primeira Grande Guerra, a visão de uma paz perpétua obscureceu a necessidade de um preparo industrial para a defesa. Felizmente, retivemos realmente uma base suficiente de produção para apoiar as nossas forças durante a Guerra da Coréia que começou em 1950. Infelizmente, devido a limitações de recursos, não fomos capazes de manter adequadamente as fábricas de munição de propriedade do Exército, construídas durante a Segunda Guerra Mundial, e sofremos falta de munição. Entretanto, tínhamos uma base e nos foi possível reativar alguns setores dessa base. Reaprendemos que não podíamos negligenciar a nossa base de produção industrial, para poder contar com um apoio imediato para a defesa nacional.

## A GUERRA DO VIETNAME

Com o advento de um envolvimento significativo dos Estados Unidos no Vietname, em 1963, a nossa indústria de munições foi gradualmente reativada até que, por volta de 1972, tínhamos produzido mais munições do tipo convencional, do que aquela usada durante a Segunda Guerra Mundial. O escalonamento, durante os dez anos de guerra no Vietname, permitiu que a nossa base de produção fosse mobilizada sem prejuízo significativo à economia, e sem controles rígidos de tempo de guerra, tais como: racionamento e o desvio em grandes proporções, de materiais em demanda para o consumo doméstico, que foram características dominantes na mobilização da Segunda Guerra Mundial. Fomos capazes de, efetivamente, apoiar a Guerra do Vietname desta maneira, porque tivemos tempo.

Também admitimos que poderíamos ter agido ainda mais eficazmente, se nossa base industrial tivesse sido moderna. Conseqüentemente, iniciamos, em 1970, um programa de modernização e expansão para nossa base de produção para munições convencionais, uma área onde poderíamos, no futuro, colher os maiores benefícios. Com a conclusão do envolvimento de forças ativas do Exército no Vietname, estamos agora acelerando o programa para a modernização e expansão para a base de produção de munições, e estamos reavaliando o restante de nosso programa de preparo industrial. A nossa estimativa do custo atual para concluir o programa de expansão e modernização de munições, é aproximadamente de \$4 a \$6 bilhões de dólares, durante um período de dez a quinze anos. O programa é tão importante que em 1973, foi designado um oficial geral Administrador, e lhe facultamos uma equipe de 175 pessoas para administrar a execução e o planejamento deste programa. Os projetos propriamente ditos, e a construção deverão envolver uma grande parte do segmento da indústria americana.

## INTER-RELACIONAMENTO MILITAR-INDUSTRIAL E PLANEJAMENTO PARA PREPARO

Como vimos, o planejador do Exército para mobilização industrial está vitalmente interessado na qualidade da base industrial. Mas igualmente importante é a disponibilidade de quantidades suficientes de capacidade industrial para apoiar necessidades de emergência. Para atingir estes objetivos, no planejamento de um preparo industrial, o planejador do Exército deverá confiar primordialmente nos recursos da indústria privada.

e em tempo de paz, essencialmente num inter-relacionamento voluntário com a indústria. As firmas podem ou não, aceitar os contratos. Podem ou não, concordar com um planejamento de emergência. O objetivo do Exército é o de assegurar que um número suficiente de empresas aceite isso, e existirá uma base preparada, se não existe, será necessário, então, criá-la.

## META DE PLANEJAMENTO

A nossa meta de planejamento é, está claro, alcançar um equilíbrio entre as necessidades do Exército, das demais Forças Armadas e nossos aliados, e a disponibilidade de recursos. As nossas disponibilidades em uso incluem os estoques totais que temos em mão (consideramos estoques operacionais e de Reserva de Guerra), que serão acrescidas da base de produção industrial que produzirá os estoques necessários de material no caso de uma emergência de guerra. Capacidade da base está diretamente relacionada com as necessidades estabelecidas. No nosso sistema, cada Força Singular prevê suas próprias necessidades, baseada em estimativas estabelecidas pelo Secretário de Defesa. Esta base está dividida em três tipos de administração para instalações industriais: de propriedade governamental/operação contratual; de propriedade governamental/operação governamental, e de propriedade privada/operação particular. Não procuramos nem demais, nem muito pouco. Como procuramos alcançar este equilíbrio ficará melhor descrito, pela revisão em maior detalhe de nossos procedimentos de planejamento. Dessa forma temos a extensão do envolvimento da indústria e poderão melhor imaginar sua responsabilidade com relação às necessidades

do nosso Exército, e a eficácia de nosso inter-relacionamento.

## COOPERAÇÃO COM A INDÚSTRIA

O valor do setor de propriedade do governo sob direção do Exército, na base de produção industrial de onze e meio bilhões de dólares poderá parecer grande mas torna-se pequeno quando comparado com o valor global de um número espetacular de instalações industriais de propriedade particular, as quais são consideradas ou previstas como fontes produtoras de mobilização. Uma fonte de produção prevista é uma instalação industrial que é capaz de fabricar um artigo, e voluntariamente comprometer sua capacidade de produção para aquela finalidade em caso de emergência. No passado, a indústria privada cooperava neste processo de planejamento sem cobrar nada do Exército. Para aquelas instalações, sob o seu controle operacional direto, o Exército determina precisamente como aquela parte de sua base de produção industrial será utilizada. Com a indústria particular, confiamos na cooperação e na persuasão para alcançar uma colaboração no processo de planejamento em tempo de paz.

Revisões recentes dos nossos regulamentos de aquisição têm reconhecido que o planejamento para o preparo industrial poderá incorrer em custos significativos, e estamos agora autorizados a efetuar pagamentos para empreendimentos de planejamento. Isto é um passo significativo, uma vez que ele dá um incentivo modesto para a participação, em maior profundidade, da indústria particular no planejamento. Não temos ainda nenhuma experiência que nos permita fazer qualquer juízo de valor sobre o impacto desta alteração.

## PLANEJAMENTO EM FACE DA INDÚSTRIA

A ligação quotidiana com a indústria para um planeamento de preparo industrial é executada por uma organização do Departamento de Defesa, a Agência de Suprimentos da Defesa, que desempenha aquelas funções para todas as nossas Forças Armadas. O órgão está guardado por oficiais de todas as Forças Armadas, com uma força principal de trabalho constituída por funcionários públicos. O órgão também adquire artigos comuns a todas as Forças Armadas, e administra quase que todos os contratos para as Forças Armadas. Assim, a Agência de Suprimentos para a Defesa representa o Departamento de Defesa integralmente, como uma "única face perante a indústria", para fins de planeamento de preparo industrial para mobilização, assim como para aquisições. Oficiais das Forças Armadas para planeamento de produção são designados e geograficamente espalhados em regiões de todos os Estados Unidos, para trabalharem com os contratantes na obtenção de compromissos de capacidade de produção, baseados nas necessidades de cada uma das Forças Armadas. Estas autoridades são também responsáveis pela elaboração e integração das prioridades de capacidade entre as Forças Armadas.

Desta maneira, a Agência de Suprimentos da Defesa desenvolve o planeamento para um preparo industrial para o Exército com relação a aproximadamente 10.000 instalações. A responsabilidade do Exército para uma ligação direta — de um pequeno setor da base — está limitada a menos de 50 instalações. Para as demais 9.950 instalações, o Exército apresenta suas necessidades de planeamento com a indústria ao oficial de pla-

neamento de produção das Forças Armadas encarregado da administração, geograficamente localizado e responsável pelo contratante.

O oficial de planeamento e o contratante assinam, cada qual, um documento intitulado de "Esquema Principal Contratual", o qual descreve o que o governo espera receber do mesmo durante épocas de emergências, e também, o que o contratante se compromete a fornecer por intermédio de sua empresa, durante o mesmo período de tempo. Este acordo é uma "obrigação de intenção", e não tem valor legal como obrigação contratual, seja por parte do governo como do contratante.

Para assegurar que a base de produção industrial atenda as carências militares essenciais, o Presidente dos Estados Unidos foi autorizado, mediante dispositivo legal dado pelo Congresso, sob as disposições da Lei de Produção para a Defesa, de 1950, a determinar a colocação de contratos de emergência com fontes produtoras industriais específicas. Tais medidas podem ser tomadas mesmo que um contratante tenha ou não concordado realizar um planeamento industrial. Esta autorização para uma "ordem obrigatória de aceitação", é exercida de modo muito ponderado, e foi executada apenas de modo modesto durante a guerra do Vietname. Contudo, a simples existência destas disposições legais geralmente é o suficiente para se obter a cooperação por parte de firmas comerciais, quando se evidencia a necessidade para defesa nacional.

A Lei de Produção para a Defesa de 1950, também autoriza um Sistema Prioritário de Defesa e o Sistema de Materiais de Defesa. O Sistema de Prioridades para a Defesa exige que todos os pedidos para a defesa recebam tratamento

preferencial sobre pedidos governamentais não identificados, ou sobre pedidos comerciais. Além disso, certos programas estão incluídos numa relação de urgência geral com duas categorias. Uma contém programas de grande urgência do Departamento de Defesa, conforme aprovado pelo Secretário de Defesa, e a outra contém programas da mais alta urgência nacional, aprovados pelo Presidente dos Estados Unidos. Esta relação está constituída de um grupo seletivo de programas considerados como sendo da mais alta prioridade para a segurança nacional, e recebem uma prioridade de "tipo determinante", de caráter obrigatório. Quando invocada, esta prioridade será designada ao contratante principal, através de subcontratante ao nível mais baixo, e daí, então, de nível em nível, até alcançar os fornecedores de matérias-primas. Esta prioridade tem precedência sobre quaisquer outros pedidos governamentais assim assinalados e, naturalmente, sobre quaisquer pedidos comerciais.

O Sistema de Materiais para a Defesa está constituído para determinar materiais básicos de suprimento em falta — em sua maioria, metais — que com frequência conduzem a sérios "engarrafamentos" de produção. O programa é administrado pelo Departamento do Comércio, que designa recursos ao Departamento de Defesa, para posterior averbação entre as Forças Armadas, e eventualmente, entre nossos vendedores.

Apesar de que os dois sistemas que acabamos de descrever tenham sido concebidos para serem usados em emergências, estamos encontrando — na conjuntura econômica atual de escassez de material e de competição para bases de produção disponíveis — uma necessidade de empregá-los em nossos programas de

compras, em tempo de paz, numa escala muito maior do que até então.

## SELEÇÃO DE ARTIGOS

Um elemento chave no planejamento para o preparo industrial é a seleção de artigos. Em demasia, tais artigos tendem a diluir o programa, e em número pequeno, podem causar faltas. Esta orientação foi alterada aproximadamente há dois anos atrás, partindo de um planejamento para a produção de cada artigo de equipamento, para o nosso sistema atual de realizar um planejamento de preparo industrial intensivo, com um número limitado de artigos-chave.

O nosso Departamento de Defesa exige que cada Força Armada publique uma relação para o planejamento industrial limitada a 2.000 itens. Destes 2.000 itens, cada Força Singular poderá designar até 35 sistemas de armamentos principais. Cada um dos sistemas de armamento selecionado, deverá ser planejado verticalmente, identificando seletivamente problemas potenciais para a base de produção, dentro da estrutura do vendedor ou fornecedor contratual principal. Tendo identificado estes artigos chave, as Forças Armadas realizam um intercâmbio anual de suas relações, de modo a assegurar que os cálculos das carências incluam aquelas das demais Forças Armadas. Por exemplo, nos empreendimentos para a aquisição de granadas de 40mm, para morteiros — ou para os carros de combate M60A1 — o Exército precisa ter certeza de que seus planos incluem as necessidades de emergência das demais Forças Singulares, além daquelas de seus Aliados. Estas necessidades são, então, designadas em princípio, aos fornecedores que os especialistas do Exército em bens de consumo, acreditam serem fornecedores interessados e aptos.

Quando estas necessidades são aceitas por um fabricante idôneo e apto a reagir, temos um compromisso. O fundamento do planejamento é uma necessidade realisticamente calculada. Para que venha a ter utilidade, os nossos planos de preparo industrial têm que estar baseados em suposições válidas.

O planejamento previsto no plano de base para produção industrial para cada artigo, procura alcançar um equilíbrio entre a capacidade e as necessidades. Realisticamente, contudo, a base industrial quase sempre requer um ajuste. Em algumas épocas, quando a demanda para a Defesa diminui, não é provável que nenhuma outra capacidade industrial privada seja desenvolvida, de fato, é mais provável que as capacidades existentes não sejam mais utilizadas. Se esta capacidade excedente encontra-se no setor privado da economia, permite-se que os acordos de planejamento pertinentes expirem.

Se a capacidade desnecessária é do setor da economia de propriedade governamental, e fica determinado que esta capacidade é excedente a qualquer outra necessidade do Departamento de Defesa, a nossa política é de nos livrarmos de tal capacidade excedente. Como podem ver, estamos profundamente envolvidos com a indústria, e dependemos de uma contínua cooperação leal da base industrial global para apoiar as nossas forças.

## EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO MILITAR

Um aspecto importante a considerar com relação ao tema é o da aquisição militar, uma vez que é parte integrante do esforço para alcançar uma condição de prontidão para o material de combate do Exército.

Durante a Primeira Grande Guerra, e através dos anos até a Segunda Guerra Mundial, a aquisição militar foi essencialmente regida por leis pouco relacionadas entre si, que se tinham acumulado durante um período de mais de 100 anos. Muitos eram completamente arcaicos e conflitantes. Em sua maior parte, estipulavam restrições e limitações severas à licitação, com a intenção de salvar fundos públicos. Infelizmente, também apresentavam um obstáculo a uma aquisição eficiente e rápida.

Em 1940 o Congresso apercebeu-se de que o Exército e a Marinha estavam severamente limitados pela existência destas leis. Em consequência, o Congresso promulgou uma "Lei de Urgência para a Defesa", que autorizava as Forças Armadas a negociarem contratos, a cederem a contratantes instalações de propriedade do governo, e de realizarem pagamentos antecipados de até trinta por cento da importância total do contrato aos contratantes.

Depois do ataque a Pearl Harbor, o Congresso promulgou a primeira "Lei de Poderes de Guerra". Esta lei outorgou ao Presidente a faculdade de autorizar qualquer departamento do governo, ou a um responsável por qualquer órgão que desempenhasse alguma função com relação ao andamento da guerra, a efetuar contratos dispensando o cumprimento de dispositivos legais, em qualquer ocasião em que o referido responsável achasse necessário proceder assim para facilitar o prosseguimento da guerra.

Esta atitude não tinha precedente na história do nosso país. Mas tanto o Congresso como o Presidente, compreenderam que tais poderes extraordinários se tornavam necessários, se a nação precisava ter êxito no prosseguimento da Se-

gunda Guerra Mundial. Todas as licitações durante a Segunda Guerra Mundial foram realizadas mediante negociações autorizadas por esta Lei de Guerra.

Em 1947 o Congresso dos Estados Unidos promulgou a Lei de Compras das Forças Armadas, a qual permaneceu, até o presente, como a lei fundamental para aquisição. Esta lei foi prevista para atender aquisições em tempos de emergência e de guerra, assim como durante tempo de paz. Foi esta a lei utilizada para atender as compras do Exército durante a Guerra da Coréia, assim como para a emergência do conflito no Vietname. Os procedimentos específicos para licitação do Exército e das demais Forças Singulares, baseadas nesta lei, estão minuciosamente estipulados nos Regimentos das Forças Armadas para Compras, que são administrados em conjunto pelas Forças Armadas, sob a égide do Gabinete do Secretário da Defesa.

Esta lei aprovou sua flexibilidade pela própria experiência. Um dispositivo-chave é que enquanto prescreve o emprego de publicidade formal, como o método básico para efetuar licitações, para fins de uma economia mais eficiente, permite também, a negociação de contratos no caso de situações necessárias para assegurar a preparação melhor possível do material para combate. Por exemplo, durante a Guerra da Coréia, quando se tornou necessário acelerar a aquisição, em grande escala, o Exército invocou um dispositivo da lei que autorizava negociações durante uma emergência nacional declarada, pelo Congresso ou pelo Presidente. Durante o processo da escalada para apoio de nossas atividades no Vietname, empregamos diversas vezes, algumas dessas exceções para objetivar uma aquisição mais rápida. Contudo, durante a Guerra do Vietname

pudemos usar, em grande parte, o método de licitação normal, ou seja, anunciando formalmente.

De um modo geral, nossos processos de compras têm funcionado muito bem. No entanto, acredito que devamos reexaminar todos os nossos regulamentos, assim como a exigência da documentação, e os mecanismos contratuais, para aprimorar nossos processos a fim de aperfeiçoar uma reação mais imediata por parte da indústria. Estamos pensando iniciar uma tal análise rigorosa agora no próximo outono.

## AS CONDIÇÕES MUTÁVEIS DO PLANEJAMENTO DE PREPARO INDUSTRIAL

Concluindo, desejo sintetizar alguns dos pontos principais e colocá-los dentro do contexto das condições mutáveis do planejamento para um preparo industrial, para um estado de prontidão para combate.

A situação econômica e militar que antecedeu a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, proporcionou tempo suficiente para a mobilização de recursos nacionais para a guerra. Ainda que os recursos necessários não tenham sido concedidos para estabelecer uma base industrial adequada para um preparo de defesa, os planos de mobilização puderam ser acionados, uma vez que os recursos foram facultados. Portanto, a produção de guerra dos Estados Unidos tornou-se um fator vital para o desenlace da Segunda Guerra Mundial. Mesmo ainda com as lições aprendidas com a Primeira e Segunda Guerra Mundiais, ainda não estávamos totalmente preparados para mobilizar recursos materiais durante a Guerra da Coréia, uma vez que essencialmente não nos foi dado

ter um aviso apreciável. Como resultado, foram experimentados problemas no fornecimento de munição em quantidade suficiente e outros artigos importantes para combate. À medida que estes problemas eram superados, poderiam ter sido também minorados se maiores recursos tivessem sido designados, para apoiar um preparo industrial para uma condição de prontidão de combate do Exército e consumo de guerra. A Guerra do Vietname foi uma escalada gradativa, durante um período de aproximadamente dez anos, e nos permitiu acionar a produção industrial numa base gradual e controlada. As demandas crescentes de material para a Guerra do Vietname, num ambiente de paz doméstica, obscureceu a necessidade de que a nossa base industrial se mostrasse capaz de reagir prontamente numa situação de emergência, e agora é preciso enfrentar essa realidade.

Acredito que nos encontramos, agora, em termos de processos e de organização, razoavelmente bem estruturados para alcançar uma prontidão para material de combate. Contudo, nos deparamos com alguns problemas apreciáveis de ordem prática. Por exemplo, nossa experiência recente em procurar acelerar a produção de carros de combate, levantou sérias questões a respeito da conveniência do nosso planejamento de mobilização industrial. O Secretário de Defesa declarou num discurso em setembro de 1973:

"Forças modernas, preparadas — quer estejamos falando de nossas capacidades nucleares ou não — exigem uma base industrial competente, diversificada e flexível. Não está bem claro que esses atributos sejam características de nossa base industrial neste momento."

Sua preocupação baseava-se, em parte, no contraste entre nosso magnífico recorde de produção na Segunda Guerra Mundial, e a nossa luta atual para construir carros de combate numa média anual de cerca de 800, enquanto os soviéticos produzem milhares deles por ano.

Esta situação resultou de um número de fatores que têm complicado o planejamento para preparo industrial e aquisição para uma prontidão de combate. Entre estes, os principais são: aumento crescente das vendas militares ao estrangeiro, escassez significativa de matérias-primas, inflação, medidas de bloqueio do tipo "cartel", bem como a exigência de observar necessariamente condições cada vez melhores de segurança e de saúde em nossas atividades industriais. Estes fatores alinhados às demandas crescentes que temos para material de combate moderno, têm resultado no aumento do tempo de produção, carência de recursos de produção, e custos apreciavelmente cada vez maiores.

Um dos mais onerosos destes fatores, é a inflação, a qual como devem avaliar, é de âmbito internacional. Nos Estados Unidos, parece estamos enfrentando uma situação, na qual, o retardamento econômico e a inflação ocorrem simultaneamente. A 19 de outubro, nosso Departamento de Defesa indicou que a inflação provocou que os sistemas principais de armamento para a Defesa aumentassem de tal modo, durante os últimos noventa dias que o custo aproximado para a aquisição daqueles sistemas principais de armamento elevaram-se em 17 bilhões de dólares naqueles três meses.

É importante reconhecer que os Estados Unidos, por força das circunstâncias, recebeu a carga da liderança do

Mundo Livre. Nesse papel, se é que queremos ter êxito juntamente com nossos Aliados, na preservação das sociedades livres no mundo, devemos permanecer como uma potência militar de primeira grandeza. Não poderemos conseguir isso, a não ser que o nosso estabelecimento de Defesa, nossas indústrias, e o país de um modo geral, contem com uma base de produção industrial em condições de apoiar uma expansão rápida para uma produção de defesa para atender emergências. Está claro que precisamos ter uma base capacitada a oferecer uma reação imediata significativa, por causa da incerteza a respeito da natureza e da duração de conflitos futuros, e a certeza de um gasto maciço de material de combate no moderno campo de batalha. Os Estados Unidos não devem esperar que seus aliados sustentem a situação, enquanto vagarosamente mobilizam seu "Arsenal da Democracia". No meu modo de ver, aquele tempo precioso que

tão diretamente se depara à indústria americana e ao Exército dos Estados Unidos, para assegurar uma condição de prontidão para material de combate para seus soldados, é realmente um desafio difícil. Estamos agora empenhados nessa tarefa, e ele vai englobar novas dimensões e conceitos de mobilização militar-industrial para a nossa segurança nacional.

Enquanto nos defrontamos com essas dificuldades e incertezas, estamos confiantes de que nossos esforços encontrarão soluções práticas e viáveis. Acima de tudo, o elemento fundamental de sucesso estará na fusão de profissionais militares e industriais, numa equipe eficiente para atingir nosso objetivo comum, de uma condição de prontidão para material de combate para o Exército dos Estados Unidos, que é um elemento absolutamente essencial na preservação do tesouro de nossa herança de uma sociedade livre.



# PERSPECTIVAS DO SOCIALISMO FRANCÊS

Roberto de Oliveira Campos

*"No capitalismo os resultados são melhores que as intenções; no socialismo, as intenções são melhores que os resultados."*

Winston Churchill

O primeiro significado da vitória de Mitterrand é a rutura do imobilismo político francês. Imobilismo que resultava da falta de alternância. Porque a alternativa ao monopólio centrista do poder, quer na fase Gaullista quer na fase Giscardiana, era o extremismo de esquerda, tipificado por um partido comunista de dimensão inicialmente superior, e depois comparável, ao partido socialista. Tentativas frustradas de guinada para a esquerda têm ocorrido na França, com intervalos de aproximadamente um decênio — 1924, 1936, 1946, 1956, 1968 — até o sucesso de Mitterrand em 1981.

## A CARÊNCIA DE ALTERNATIVAS

Três coisas garantiram 23 anos — quase uma geração — de sobrevivência ao Gaullismo. Primeiro, o receio da captura do poder pelo comunismo francês, ideologicamente o mais rígido da Euro-

pa Ocidental. Segundo, o sistema de duplo escrutínio inventado por De Gaulle, que atende à necessidade psicológica dos franceses de primeiro votarem com raiva e depois com razão (*rage et raison*); o primeiro escrutínio desovava o protesto, o segundo, encorajava a reflexão. Terceiro, e mais remotamente, a memória da semi-anarquia econômica do Governo Léon Blum, da Frente Popular, na década dos trinta, quando a inflação passou de zero a 50% em cinco meses e o franco se desvalorizou em 35% ao fim de quatro meses.

É interessante notar a semelhança entre o imobilismo político francês e o italiano. Na península, os Democratas-Cristãos estão no governo praticamente desde a redemocratização após a II Guerra, com todas as moléstias características da longa permanência no poder: perda de criatividade, corrupção administrativa, fadiga sistêmica. O imobilismo político italiano também se explica pela carência

de alternativas aceitáveis. O Partido Comunista Italiano, com quase um terço do eleitorado, de muito supera os partidos Socialista e Republicano, ao contrário do que hoje está acontecendo na França onde os comunistas se tornaram parceiros minoritários dos socialistas, ensejando uma solução de centro-esquerda e não de esquerda radical.

Para o impasse italiano, pareceria assim só haver duas soluções. Ou uma ascensão socialista, que permitisse a Bettino Craxi — certamente um dos mais hábeis líderes do socialismo italiano — adquirir a independência frente aos comunistas que Mitterrand parece ter alcançado, ou uma improvável metamorfose do Euro-Comunismo que lhe desse credibilidade como partido independente, desvinculado da ortodoxia marxista e convertido ao pluralismo democrático. Berlinguer, o líder euro-comunista italiano, certamente terá percebido o dilema. Seu crescente esforço de independização (pelo menos retórica) em relação à União Soviética, facilitado aliás pela trulência desta última em relação ao Afeganistão e à Polônia, obedece ao propósito de emprestar credibilidade à tese de um "comunismo nacional", que aceitaria o rodízio democrático do poder e manteria o país na órbita ocidental, onde o ancoram a posição geopolítica, o sistema econômico e as tradições culturais e religiosas.

A persistência de bolsões de "linha dura", desejosos de manter a ortodoxia marxista no Euro-Comunismo italiano (o mesmo sucede na Espanha) infirma a credibilidade dessa "inflexão para o centro". Assim, continua o imobilismo político italiano pela carência de alternativas confiáveis. Sucedem-se personalidades nos gabinetes, mas não há rodízio de comando partidário.

## O JULGAMENTO DO SETENATO

Os motivos imediatos do colapso Giscardiano são complexos e sua intensidade só pode ser medida após completadas as eleições para a Assembléia Legislativa. Em parte, terá sido a própria fadiga do Setenato (sem esquecer que Giscard já manipulava o poder como enarca financeiro desde a metade da década dos sessenta) e o receio de que um novo Setenato agravaria a atitude psicológica, pomposa e dinástica, que inconscientemente afetou a administração Giscardiana nos últimos tempos. Em parte, a natural dissatisfação provocada pela inflação e pelo desemprego (particularmente entre os jovens recém-votantes); em parte, o protesto de certas minorias, reduzidas mas articuladas, como ecologistas e os judeus. Mas importantes, uma discreta traição dos Gaullistas sob orientação de Chirac, cujo apoio a Giscard no segundo escrutínio foi relutante e tibiio.

Sob vários aspectos, notadamente o econômico, o veredicto sobre o Setenato foi injusto. Pois a conjugação Giscard-Barre resultou num competente gerenciamento econômico que se compara favoravelmente ao das outras grandes potências. Na tarefa de adaptação às duras crises do petróleo (1974/75 e 1979/80), nenhum país excedeu o Japão em termos de flexibilidade e velocidade de ajustamento. A Alemanha Ocidental superou brilhantemente o primeiro desafio mas está encontrando dificuldades na segunda adaptação — em virtude de elevadíssimos encargos sociais, perda de competitividade e insuficiente esforço de alternativas energéticas. A França reagiu mais lentamente ao primeiro desafio mas, no conjunto, apresentou um desempenho respeitável; logrou evitar recessões agudas e manteve taxa média de

crescimento superior à dos Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra.

Cabe distinguir entre o aspecto *conjuntural* e o *estrutural*. Conjunturalmente, a visão dos eleitores foi afetada por fatores visíveis e imediatos, dos quais três se afiguravam desfavoráveis, ao fim do Setenato: a inflação bidigital (12,5%), o nível de desemprego (1,7 milhão) e a percepção de que a França, apesar de seu dinamismo econômico no pós-guerra, continuava o país menos igualitário dentre as grandes potências. Isso fez esquecer que, afinal de contas, a inflação francesa, conquanto mais elevada que a da Alemanha, Estados Unidos e Japão, continuava inferior à da Inglaterra e Itália. O nível de desemprego, mais grave que na Alemanha e Japão, permaneceu entretanto mais tolerável que nos Estados Unidos, Inglaterra e Itália. E a taxa de crescimento médio foi a melhor entre a das grandes potências da OECD (sempre excetuado o Japão).

Estruturalmente, o panorama parecia muito mais favorável. Como pontos positivos citem-se a *modernização industrial*, com o surgimento de indústrias de ponta, como a nucleônica e a telemática; a *liberação competitiva*, pelo desmonte do tradicional dirigismo colbertista em favor de uma expansão da economia de mercado (redução de subsídios e eliminação dos controles de preços); a *abertura externa*, pelo surto de exportações, que fez da França o terceiro exportador do mundo, superando o Japão em 1979; um brilhante esforço de *substituição energética*, o mais vigoroso dentre os países da OEEC, através de ambicioso programa de eletricidade nuclear. No desenvolvimento nuclear energético, a França logrou superar duas barreiras. De um lado, a inibição ecológica, que perturbou os programas dos Estados

Unidos, Alemanha e Japão. De outro, a vaidade tecnológica, que aprisionou a Inglaterra a seu próprio desenho de reator a gás, o qual nunca se tornou comercial. Em matéria de nucleônica civil a França tomou quatro decisões corretas e oportunas: (1) abandonar prontamente os reatores de urânio natural, quando o sistema americano de urânio enriquecido se provou mais econômico; (2) comprar tecnologia americana provada e comercial (como também o fez a Alemanha), baseada em reatores de água pressurizada; (3) coordenar estreitamente a nucleônica civil com a militar, de modo a descarregar sobre esta parte dos custos de pesquisa e desenvolvimento; (4) lançar-se no mercado de exportação, a fim de reduzir custos unitários de fabricação. O resultado foi que hoje o quilowatt/hora nuclear é na França o mais barato: 16 centimos, contra 30 centimos para as termoeletricas de carvão e 54 para as de petróleo. (Essa situação é precisamente a inversa do Brasil, onde o quilowatt nuclear é provavelmente o mais caro, dadas as favoráveis condições hidroelétricas; donde a justificativa do programa nuclear brasileiro assentar mais na absorção tecnológica do que no rendimento energético.)

## A EUFORIA SOCIALISTA

A ênfase humana e distributivista do programa de Mitterrand provocou temporária euforia. Mas é importante que o sentimento de liberdade e igualdade não se divorcie da realidade. Sem esquecer a substancial melhoria da renda média e o progresso feito na assistência social e na redução de disparidades salariais, a tônica do Setenato fora essencialmente *produtivista* — expansão econômica e produtividade. Mitterrand traz uma opção

essencialmente *distributivista*. É fá-lo precisamente num momento em que o mundo anglo-saxão — Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, p.e. — regressa a uma filosofia produtivista, verberando os exageros do "Estado Assistencial" as distorções do "intervencionismo estatal" e os abusos do poder sindical. Mesmo nas Sócio-democracias aparentemente bem sucedidas, como a Alemanha, Suécia e Holanda, os encargos sociais excessivos são hoje encarados como inibidores do dinamismo econômico e redutores de competitividade.

Buscando esperanças onde outros encontraram desilusões, os socialistas franceses fazem contramarcha na lenta luta de Barre e Giscard contra as tradições dirigistas do país. O programa se declara não coletivista, mas reentroniza a planificação e insiste no cumprimento do "programa seletivo de nacionalização de empresas", acobertado por cansados eufemismos como "reestruturação industrial", ou slogans atraentes como "extensão e democratização do setor público industrial".

A revista londrina "The Economist" diz com maldisfarçada ironia que do seu empuxe de nacionalização de empresas "os socialistas franceses esperam grandes coisas enquanto que o resto do mundo industrializado aprendeu penosamente e disso espera o pior".

As "medidas de solidariedade" de Mitterrand têm bastante semelhança com o pacote populista que há 45 anos, em 7 de junho de 1936, Léon Blum anunciava através do Acordo de Matignon, que contemplava uma alta média de salários de 12%, a redução da jornada de trabalho de 48 para 42 horas, a introdução das férias pagas, a nacionalização de empresas e o lançamento de obras públicas.

Há entretanto diferenças importantes. O nível de informação econômica da equipe de Mitterrand — onde se contam administradores prudentiais como Mauroy e Delors — é vastamente superior. Um aspecto importante é o desenvolvimento no pós-guerra dos tecnocratas do tipo Enarca (graduados da Escola Nacional de Administração) ou do tipo politécnico (da Escola Politécnica). Eles estabelecem uma ponte administrativa entre Gaullistas e Socialistas (o líder socialista Michel Rocard, por exemplo, é um enarca como Giscard d'Estaing) e, talvez mais importante ainda, entre as empresas nacionalizadas e os grandes complexos industriais privados, em cuja diretoria figuram numerosos "énarques" e "polytechniciens".

A preocupação antiinflacionária e cambial foi visível na montagem das "medidas de solidariedade", o que tornará improvável uma repetição do fracasso da "abertura de esquerda" da Frente Popular em 1936, quando em poucos meses preços estáveis ou cadentes subiram de 50% e o franco experimentou dramática desvalorização.

No pacote Mitterrand, alacrememente acolhido como uma tardia correção de "bolsões de pobreza" numa sociedade enriquecida e igualitária, figuram *inter alia*, um aumento do salário mínimo (10%), do salário-família (25%), a criação imediata de 54.000 empregos no serviço público (eventualmente 210.000) e o lançamento de um programa de assistência à indústria. Estaria ainda em discussão a redução da jornada de trabalho para 35 horas, a extensão de férias pagas para 5 semanas, a cessação das despedidas nas indústrias mecânica e automobilística. É de se prever que a nacionalização das empresas venha a ser

essencialmente *distributivista*. E fá-lo precisamente num momento em que o mundo anglo-saxão — Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, p.e. — regressa a uma filosofia produtivista, verberando os exageros do "Estado Assistencial" as distorções do "intervencionismo estatal" e os abusos do poder sindical. Mesmo nas Sócio-democracias aparentemente bem sucedidas, como a Alemanha, Suécia e Holanda, os encargos sociais excessivos são hoje encarados como inibidores do dinamismo econômico e redutores de competitividade.

Buscando esperanças onde outros encontraram desilusões, os socialistas franceses fazem contramarcha na lenta luta de Barre e Giscard contra as tradições dirigistas do país. O programa se declara não coletivista, mas reentroniza a planificação e insiste no cumprimento do "programa seletivo de nacionalização de empresas", acobertado por cansados eufemismos como "reestruturação industrial", ou slogans atraentes como "extensão e democratização do setor público industrial".

A revista londrina "The Economist" diz com maldisfarçada ironia que do seu empuxo de nacionalização de empresas "os socialistas franceses esperam grandes coisas enquanto que o resto do mundo industrializado aprendeu penosamente e disso espera o pior".

As "medidas de solidariedade" de Mitterrand têm bastante semelhança com o pacote populista que há 45 anos, em 7 de junho de 1936, Léon Blum anunciava através do Acordo de Matignon, que contemplava uma alta média de salários de 12%, a redução da jornada de trabalho de 48 para 42 horas, a introdução das férias pagas, a nacionalização de empresas e o lançamento de obras públicas.

Há entretanto diferenças importantes. O nível de informação econômica da equipe de Mitterrand — onde se contam administradores prudentiais como Mauroy e Delors — é vastamente superior. Um aspecto importante é o desenvolvimento no pós-guerra dos tecnocratas do tipo Enarca (graduados da Escola Nacional de Administração) ou do tipo politécnico (da Escola Politécnica). Eles estabelecem uma ponte administrativa entre Gaullistas e Socialistas (o líder socialista Michel Rocard, por exemplo, é um enarca como Giscard d'Estaing) e, talvez mais importante ainda, entre as empresas nacionalizadas e os grandes complexos industriais privados, em cuja diretoria figuram numerosos "énarques" e "polytechniciens".

A preocupação antiinflacionária e cambial foi visível na montagem das "medidas de solidariedade", o que tornará improvável uma repetição do fracasso da "abertura de esquerda" da Frente Popular em 1936, quando em poucos meses preços estáveis ou cadentes subiram de 50% e o franco experimentou dramática desvalorização.

No pacote Mitterrand, alacrememente acolhido como uma tardia correção de "bolsões de pobreza" numa sociedade enriquecida e igualitária, figuram *inter alia*, um aumento do salário mínimo (10%), do salário-família (25%), a criação imediata de 54.000 empregos no serviço público (eventualmente 210.000) e o lançamento de um programa de assistência à indústria. Estaria ainda em discussão a redução da jornada de trabalho para 35 horas, a extensão de férias pagas para 5 semanas, a cessação das despedidas nas indústrias mecânica e automobilística. É de se prever que a nacionalização das empresas venha a ser

um instrumento usado para facilitar a retenção de mão-de-obra sobran-te.

O impacto do pacote que marca a transição do produtivismo para o distributivismo pode ser analisado sob três ângulos — o *social*, o *inflacionário* e o *competitivo*. O atrativo social das "medidas de solidariedade" é inquestionável. O problema está na sua dosagem e na forma de financiamento. A lição da Inglaterra é clara. Foi o primeiro dos grandes países europeus a inaugurar o "Welfare State", mas errou na dosagem, criando excessivo poder sindical e insuficientes incentivos empresariais. De primeiro país europeu em termos de renda *per capita* antes da guerra, está hoje em 99 ou 100 lugar. Não tendo crescido o bolo, por falta de dinamismo econômico, tanto o nível real de salários como de benefícios sociais é inferior ao da Alemanha, França e Benelux, que começaram o pós-guerra como países muito mais pobres.

Sob o ângulo inflacionário, a dupla Mauroy-Delors, Primeiro-Ministro e Ministro da Economia, respectivamente, tem procurado moderar ambições e buscar fontes de financiamento não inflacionário, de modo a confinar o déficit fiscal a pouco mais de 1,5% do Produto Nacional Bruto, nível aceitável em comparação a outros países europeus. Além da utilização de reservas orçamentárias deixadas por Barre, recorrer-se-ia à taxa-ção redistributiva "à la Robin Hood", com uma sobretaxa sobre os grandes contribuintes, e um imposto sobre lucros extraordinários de bancos e companhias de petróleo. Além disso, praticando um *supply-side economics* equivalente ao de Reagan, com sinal trocado, os socialistas franceses esperam que a ativação da economia, resultante do pacote, gere receitas para financiá-lo. Acentuam

os enarcas de Mitterrand, para acalmar os conservadores, que se trata de uma reativação "modesta", contemplando-se apenas que o PNB este ano cresça de 1% ao invés do crescimento negativo de 0,5%.

A despeito de bravas intenções, um apreciável efeito inflacionário parece inevitável por três motivos. Primeiro, a provável defasagem entre o dispêndio imediato de benefícios e a coleta dos novos impostos. Segundo, o efeito-emulação pois que os eleitos da classe média pressionarão para participar dos benefícios. Terceiro, o impacto dessas medidas sobre as expectativas, tanto mais quanto o socialismo insiste em acentuar a primazia dos objetivos sociais sobre as limitações econômicas. Fator psicológico importante será a presença ou não de ministros comunistas no governo; felizmente, Mitterrand terá maioria legislativa suficiente para governar sem eles, mas a influência poderosa do Partido sobre os sindicatos talvez o leve a negociar a paz sindical em troca de Pastas menores no governo. Quarto, o provável dilema cambial. Se a inflação se elevar, como prevêem os banqueiros europeus, do presente nível de 12,7% para 16% na média do ano, e 20% no final do ano, seriam inevitáveis ou uma desvalorização cambial, de efeitos inflacionários, ou uma elevação abrupta da taxa de juros. Já nestas poucas semanas a sustentação do franco exigiu o consumo de 7 bilhões de dólares de reservas e a elevação da taxa de juros de 12,25% em janeiro, para 17%, nível provavelmente insuficiente, para evitar novas desvalorizações. Arrisca-se assim a França a cair na espiral viciosa de inflação-desvalorização, em que no Brasil nos debatemos.

Outro importante aspecto é o *competitivo*, numa economia interligada pelo

Mercado Comum. Uma decisão que eleva o custo de mão-de-obra, como a semana de 35 horas, tem que ser medida em função de possível perda de competitividade face aos competidores externos, o que traria nova pressão em favor da desvalorização.

No balanço, a transição socialista teve a vantagem *política* de romper o imobilismo; e a vantagem *social* de atacar certas desigualdades gritantes da estrutura social francesa. Sob o ponto-de-vista econômico, as perspectivas são complexas e duvidosas. As nacionalizações de empresas trarão um custo de desapropriação, sem nenhum benefício de produtividade. Se alguma coisa a experiência revelou, é que existe uma correlação entre o intervencionismo estatal e a propensão inflacionista. Os países que melhor se protegeram da inflação — Alemanha, Japão e Suíça — são precisamente aqueles onde o setor operacionalmente controlado pelo Estado é menor. O financiamento dos novos encargos assistenciais pode acender expectativas inflacionárias. A tributação à la Robin Hood, se não dosada cuidadosamente, pode trazer desincentivos ao dinamismo gerencial.

### AS AMBIGUIDADES FORÇADAS

Os pronunciamentos de campanha e o programa socialista condenarão Mitterrand, no atual contexto francês, a penosas ambigüidades. Eisenhower falou, ao despedir-se, nas injunções do complexo-industrial e militar. Mas é na França de hoje, antes que nos Estados Unidos, que a expressão tem vigência. Será que o propósito ético de Mitterrand, comparável ao do neófito Carter, de não vender armas a países fascistas, racialistas ou politicamente instáveis, é compatível com a preservação de empre-

go e da receita cambial de vasta indústria de armamentos, agora que a França se tornou o terceiro *marchand de canons* mundial, com uma indústria que ocupa 280 mil pessoas e exporta 5 bilhões de dólares por ano? Já no primeiro teste, as preocupações éticas passaram a um plano secundário, em nome do cumprimento de compromissos assinados.

Apesar da suspicácia inicial, as relações com os Estados Unidos apresentarão dificuldades mais periféricas do que centrais. Curiosamente, Mitterrand sempre adotou uma posição mais *atlanticista* que a do Gaullismo tradicional. Sua oposição à postura soviética no Afeganistão e na Polônia, sua condenação à alteração de balanço de poder europeu pela instalação dos SS-20 soviéticos, seu apoio à implantação na Europa de mísseis americanos nucleares de contrapeso aos balísticos regionais soviéticos — foram atitudes mais claras e vigorosas que as do Giscardismo. Em viagem a Washington, o Ministro do Exterior, Cheysson, chegou mesmo a criticar a "imensa fadiga do neutralismo europeu". No tocante ao Oriente Médio, a intenção de "Mitterrand-candidato" de corrigir a tendenciosidade pró-árabe é infirmada pela dependência petrolífera da França, pela importância dos mercados árabes para a indústria militar, e mais recentemente pelo golpe assacado por Israel contra os reatores iraquianos de fabricação francesa.

No tocante à América Central e África, os Estados Unidos se defrontarão provavelmente com um comportamento do socialismo francês diametralmente oposto ao que desejariam. Gostariam de ver uma França abstencionista no que diz com a América Central, e intervencionista no respeitante à África, onde Giscard vinha desempenhando um papel

de "gendarme ocidental", em relação, por exemplo, ao Zaire e ao Chad. Os socialistas franceses parecem simpatizar com a tese das democracias sociais europeias de que a crise centro-americana tem raízes sócio-políticas e que o intervencionismo americano numa área geopoliticamente marginal só faz enfraquecer o "caso" ocidental contra o intervencionismo soviético no Afeganistão e na Polônia. Haverá também menos inclinação para transformar a França em garantidora da posição ocidental nos instáveis regimes africanos.

Outra ambivalência residirá na questão de energia nuclear. Estranhamente a crítica socialista poupa a "force de frappe" e incide mais sobre o programa de termoeletrônicas nucleares que, se executado, faria com que a energia nuclear respondesse em 1990 por 75% da geração de eletricidade e 30% do consumo total de energia. Em resposta a preocupações ecológicas foram temporariamente suspensos os trabalhos das grandes centrais nucleares de Plogoff, destinadas a corrigir o déficit energético da Bretanha. Fala-se em "mudança de ênfase", com o ressurgimento do interesse em termoeletrônicas de carvão. Há poucas dúvidas de que a pausa seja apenas temporária, sem interrupção séria do programa nuclear francês. Primeiro, o custo do quilowatt/hora carbonífero é atualmente, nas condições francesas, quase o dobro do custo do quilowatt nuclear. Segundo, as termoeletrônicas de carvão estão longe de ser ecologicamente atrativas. Calcula-se, p.ex., que para substituir as quatro usinas nucleares de Plogoff (cada uma com 1.300 megawatts), por termoeletrônicas de carvão situadas em Brest, a paisagem seria desfigurada por 4 chaminés com 250 metros de altura, que lançariam por ano na atmosfera 32 milhões

de metros cúbicos de gás carbônico, 1,6 tonelada de cinzas e 24.000 toneladas de fuligem!...

É de se esperar do socialismo francês maior interesse em problemas do Terceiro Mundo e uma atitude menos imperial dentro da Comunidade Econômica Européia, tanto mais quanto o atual Ministro do Exterior, Claude Cheysson, era encarregado das relações externas comunitárias. Cheysson é considerado um dos autores da Convenção de Lomé, familiarizando-se portanto com problemas do Terceiro Mundo. Resta saber se a política socialista escapará à tradicional ambivalência francesa na matéria. Declarações retóricas generosas, seguidas de um cru pragmatismo. A simpatia terceiro-mundista da França tem sido essencialmente *seletiva* — isto é, visa a singularizar para benefícios especiais não necessariamente os países mais pobres, e sim os de antiga vinculação colonial ou especial liame político. Exemplo disso é o próprio acordo de Lomé, que exclui a Ásia e América Latina, tipificando um caso de "liberalização discriminatória".

Em princípio mais favorável que os países anglo-saxões e Alemanha a acordos sobre produtos de base, em nome da "ordenação de mercados" a França é, de outro lado, um dos países mais sofisticadamente protecionistas em relação a manufaturas do Terceiro Mundo — tecidos, calçados, eletrônica leve, máquinas de costura — para não falar no protecionismo agrícola resultante das subvenções ao açúcar e carne, que nos restringem o acesso ao mercado europeu. As palavras serão mais generosas, mas é possível que a realidade continue mesquinha.

Os próximos meses decidirão se o socialismo francês evoluirá no sentido das sócio-democracias, viabilizando-se segundo o estilo alemão, holandês ou es-

candinavo, ou se embarcará numa experiência de "redistributivismo heróico", associada a irrealismo econômico. Este último desfecho é a *nemesis* das esquerdas e é tão mais rápido quanto maior o grau de radicalização. A sequência é assaz conhecida. Aconteceu na própria França em 1936, e mais recentemente no Brasil em 1963, no Chile em 1973, em Portugal em 1975. As boas intenções retributivas agravam a inflação por uma série de condutos — aquecimento da demanda, elevação de custos, déficits e expansão monetária, desvalorização

cambial. As categorias sociais não beneficiadas — a pequena burguesia, os operários qualificados e os profissionais da classe média — gradualmente se distanciam das esquerdas, seja por destronamento eleitoral, seja por rutura mais violenta. A equipe de Mitterrand parece suficientemente realista e tecnicamente competente para temperar o distributivismo heróico com uma dose de produtivismo burguês. Se não o fizerem, confirmarão a profecia de Churchill, segundo a qual no socialismo as intenções são melhores que os resultados...

(Transcrito do "Jornal do Brasil" de 22.6.81)



O professor e economista Roberto de Oliveira Campos é Embaixador do Brasil em Londres. Foi Ministro do Planejamento e da Coordenação Geral, no Governo Castelo Branco, de 1964 a 1967. Entre seus livros publicados contam-se "Reflexões Sobre o Desenvolvimento Latino-Americano", "O Papel da Iniciativa Privada", "Ensaio Contra a Maré", "Temas e Sistemas" e "Ensaio de História Econômica e de Sociologia".

# Exportações: Nós também pesamos na balança.

Através de seu programa de crescentes exportações, a Coca-Cola participa da batalha pela conquista do equilíbrio na balança comercial do País.

Em sua fábrica em Campinas, a Coca-Cola produz café solúvel de alta qualidade que é totalmente destinado ao mercado externo.

Contribui, também, de forma substancial na exportação de outros produtos, como café em grão, sucos cítricos, açúcar, chá, etc.

Nós, os fabricantes brasileiros de Coca-Cola, temos muito orgulho disso.



associação dos fabricantes  
brasileiros  
de Coca-Cola  
integrando as empresas  
nacionais autônomas que fabricam  
Coca-Cola no Brasil





# O PROLETARIADO AMEAÇA A DITADURA SOVIÉTICA

*A revolução soviética foi feita em 1917 em nome do proletariado e, supostamente, em seu benefício. Consumou-se dentro de um quadro ideológico que sugeria, dialeticamente, um constante movimento.*

*A luta de classes oferecia ao russo, miserável e sofrido no regime czarista, uma nova vida, de liberdade e de igualdade. Ninguém seria mais explorado por ninguém!*

*Depois de meio século, o regime dos "soviéticos" ultrapassou as fronteiras da URSS. Transformado em instrumento de expansão territorial, inquietou o mundo inteiro.*

*Promove, externamente, a bandeira do "progressismo" e fecha-se monoliticamente no seu próprio país. Mantém firme e intacta sua política de subverter o mundo e garantir suas próprias posições de domínio.*

*Estabeleceu um sistema, sem outra alternativa, apoiado no monopólio da Ideologia. Do discurso dos Socialistas do século XIX não restou, nem mesmo, a forma de tal discurso.*

*A "caminhada à frente", transformou-se numa corrida em círculos que volta à origem. Sem os czares, mas com a mesma falta de liberdade, o mesmo caráter estratificado da sociedade e o mesmo espírito conservador dos que antes dirigiam o país, surge, agora um certo nepotismo "à la russa", onde o filho de Brejnev é incluído no Comitê Central do Partido e seu genro, integrado ao alto comando da polícia secreta, a KGB.*

*Desde Lenin, o poder na URSS só muda de mãos pelo martelo do expurgo ou pela foice da morte. De qualquer modo, vem crescendo, nas chamadas Repúblicas Populares e, na própria União Soviética, os questionamentos ao modelo pronto e acabado que o todo poderoso Partido impõe a elas.*

*Alguns países do Leste Europeu já experimentaram a violenta reação do Kremlin. A Polônia cuja situação é, atualmente, considerada "muito tensa" pode ser a próxima, até mesmo, antes da transcrição desta entrevista que Helena Canrère d'Encausse, professora do Instituto de Estudos Políticos de Paris concedeu ao jornalista Jean Lartéguy, do Paris Match e que o Jornal do Brasil publicou no Caderno Especial de 07 Dez 80.*

*A análise que fez da situação no Leste Europeu, o levantamento objetivo que apresenta dos problemas que o sistema totalitário está enfrentando, naquela região, onde algumas fissuras são detectadas, bem como, o alinhamento de importantes repercussões que ali podem ocorrer, fazem de sua entrevista, um assunto de interesse para os leitores desta revista.*

**E**m seu último livro você nos dá sobretudo uma imagem bastante segura do regime soviético.

— Realmente, o regime é relativamente seguro para os cidadãos e para o conjunto do pessoal político, para os grupos que, de perto ou de longe, participam do Poder.

Ele é de certa forma tranquilizador para o povo, depois do que passou sob Stálin, quando vivia em regime de terror. Desde a morte de Stálin, o povo sabe, será muito difícil uma volta ao Poder arbitrário, desde que ele, povo, se mantenha dentro dos limites exatos que lhe são fixados, que permaneça tranqüilo, que não conteste o sistema, que não fique fora das normas fixadas, de maneira legal ou extralegal. Cada pessoa pode fazer um pouco de câmbio negro, roubar um pouquinho e trabalhar o menos possível. Os cidadãos soviéticos são inteligentes o bastante para saberem o que têm direito de fazer, ou de não fazer, à margem das leis e regulamentos. O operário, por exemplo, sabe que pode furtar uma pequena quantidade de material em sua fábrica — e que o diretor pode roubar muito mais; a importância do furto torna-se então uma questão de hierarquia. Se o operário passa dos limites aceitáveis, cairá sob o braço da lei. Precisa saber perfeitamente as regras não escritas do jogo e nunca deixá-las de lado. Nisto, para o povo, tal regime é mais do que tranquilizador.

E é mais tranquilizador ainda para os que participam do Poder. Sob Stálin, arriscavam-se à morte a qualquer momento. Sob Krutchev, o risco era a demissão e o afastamento. Sob Brejnev, o emprego e a função são garantidas até a aposentadoria. E mesmo quando o camarada é demitido, conserva todas as vantagens materiais adquiridas; o camarada po-

de ser acusado de incompetência, mas não é processado criminalmente.

— Trata-se então de um regime burguês?

— Sobretudo estabelecido e fundamentalmente funcionarizado. O regime tornou-se aceitável porque cada um encontra nele um mínimo de segurança. Tudo está baseado nesta noção. Uma situação extremamente desmobilizante e que explica também a fraca performance da economia soviética. De que adianta trabalhar mais, dar duro, por um Estado que te garante um mínimo de segurança e mais nada? A sociedade soviética está bloqueada; o operário não pode sair de sua condição; daí decorre todo o drama. Voltaremos a isto.

— Isto nos ajudará a compreender a gravidade do problema polonês. Este sistema parou socialmente. Cada um deve ficar em seu lugar; sabe o que deve e o que pode fazer, mesmo fora da lei. Salvo aqueles que entram na espiral política do regime, onde as promoções estão praticamente garantidas, mas mesmo assim são lentas e algo difíceis, porque o Partido também é uma sociedade bloqueada.

— Este regime bloqueado não poderia levar os homens que estão no poder a tentar se perpetuar através de seus descendentes?

— Há dois tipos de nepotismo: aquele que assegura diretamente a transmissão do poder aos seus — um fenômeno pouco visto na União Soviética; mas pode-se perguntar se não está em vias de se tornar realidade graças à família Brejnev — e aquele que permite a uma classe se perpetuar num status privilegiado mas não obrigatoriamente nas posições de poder. Efetivamente o que se perpetua é a categoria social onde a pessoa se en-

contra e a capacidade de progredir. O operário só muito raramente pode transmitir a seus filhos algo além de seu status de operário. Quando se participa da esfera do poder, acrescenta-se a ela privilégios transmissíveis, entre os quais, fundamentalmente, o de franquear a seus descendentes uma educação melhor que lhes permitirá progredir. O dinheiro, na União Soviética, tem muito menos valor do que a posição social; daí o imenso interesse em transmiti-la como verdadeira herança ao permitir aos filhos dos dirigentes o acesso aos estudos superiores. Os filhos da classe dirigente formam a clientela principal das "escolas especiais", onde o nível de ensino é melhor. E que sobretudo, por definição (este é o princípio mas não é a realidade) são feitas para receberem os alunos mais bem dotados. Portanto constituem um verdadeiro caminho aberto para a Universidade e para os melhores cursos.

— Também, provavelmente, há "arranjos" para os exames. Por que todos os filhos da classe dirigente têm bons estudos e os outros não? Krutchev apontou esta injustiça, mas suas reformas neste sentido foram completamente sabotadas pela classe dirigente. Os operários, na época de Stálin, podiam progredir para posições superiores porque havia um perpétuo atrito. Mesmo sob Krutchev, que tinha pretensões de chegar à igualdade (mas que desordem!) isto ainda era possível.

— Hoje em dia é impossível aos filhos de operários mudarem de posição por causa da imobilidade do regime. Esta estratificação do regime é um fenômeno relativamente recente que se vem acentuando. A aspiração daqueles que ocupam os cargos é a de neles ficarem o maior tempo possível e depois transmiti-los a seus descendentes; do outro lado,

fica o rancor dos que sobraram diante dessa injustiça social. Esta é uma fonte duradoura de descontentamento para todos os maltratados, os "condenados da terra", aqueles que trabalham com as mãos.

— *Neste sistema bloqueado, o que representa Brejnev?*

— Às vezes tem a aparência de um Poder absoluto, e ele detém um verdadeiro poder em certos domínios. Um poder que seus colegas lhe atribuíram, que aceitam mas que é submetido ao acordo constante de sua equipe, um grupo restrito.

— *Quantos são os membros deste grupo?*

— No máximo uns 20 membros do Politburo e do Secretariado. Neste grupo quatro homens dominam, e chegaram juntos ao Poder; Kossiguin, Suslov e Kirilenko formam com Brejnev o "bando dos quatro", poderíamos dizer. Kossiguin se aposentou; seu sucessor, Tikhonov, não possui a sua estatura e é um protegido de Brejnev, um jovem de 75 anos de idade, cujas ambições devem já estar suavizadas pela idade.

— *Por que razão Kossiguin se afastou? Foi exonerado?*

— Não. Muito provavelmente por questões de saúde. Mas como era o responsável pela economia, que se está portando muito mal, a ocasião de seu afastamento será aproveitada para dar a entender que era o responsável pelos impasses e que, com seu afastamento, as coisas vão melhorar. Além do mais, era melhor não esperar sua morte. A morte de um governante no poder coloca o problema da idade de seus colegas e o de suas substituições.

— *Entretanto assistimos a um verdadeiro culto da personalidade de Brejnev, não é?*

— Brejnev adora todas as honrarias. Talvez receba mais honrarias do que Stálin recebia; e é tão aplaudido quanto o georgiano, com a diferença que Brejnev tem apenas o poder que lhe permitem ter. Encarna uma necessidade real em matéria de política externa e, neste campo, seus colegas o deixam desempenhar um papel dos mais ativos.

— Mas, em troca, Brejnev lhes garante a estabilidade, a segurança de emprego e vantagens iguais às suas. Quando se lê os jornais soviéticos, percebe-se que o mal chove sobre todo o grupo. As medalhas, que não são apenas de chocolate, representam vantagens concretas. Os direitos autorais recebidos por Brejnev são fabulosos. Suas obras são editadas com tiragens de dezenas de milhões — e o mesmo acontece com a de outros membros do Politburo. E isto representa somas consideráveis para pessoas que, além do mais, não têm a mínima necessidade de dinheiro, pois tudo lhes é dado pelo Estado.

— *Então o que fazem com estes rublos? Envia-nos para a Suíça?*

— Realmente não sei; mas posso contar que a Sra. Fourtseva, conselheira de Krutchev, foi acusada pelos colegas, depois de sua queda, de haver mandado construir casas suntuosas. Outro privilégio: poder viajar ao exterior, ter os olhos abertos para o mundo, receber livros e revistas, e poder lê-las abertamente. Estes privilegiados têm uma forma de vida completamente diferente do resto da massa. Vivem numa outra Rússia.

— *São os novos boiardos!*

— É a partir de um certo *status* que podem viajar ao exterior. Na Rússia

existe uma desconfiança ancestral por tudo o que é estrangeiro. Mas, quando a pessoa tem um certo *status*, a tentação deste mundo exterior passa a ser muito menor. Um alto funcionário soviético não tem o que invejar de seus colegas ocidentais: pode contar com carro com motorista, empregados domésticos, casas de campo, etc...

— *Então, assim Brejnev seria o guardião dos privilégios de uma casta?*

— Se ele permanece no cargo há 16 anos, é exatamente porque adotou esta atitude em relação aos que dispõem de privilégios e sabem que poderão, graças a ele, a si próprios e a seus descendentes, dispor deles eternamente. Brejnev é o reflexo das aspirações de sua classe. É um homem da máquina do Partido e que conhece a máquina do Partido; esta é a sua principal virtude aos olhos dos que constituem a classe dirigente da União Soviética. O que não o impede, segundo Nixon, de ter mais personalidade do que os outros. O poder de Brejnev seria precário se não estivesse apoiado no consenso de seus colegas que representam a classe política em toda a sua diversidade mas sobretudo em seu desejo de ter segurança.

— *A burocracia soviética não parece com a da época dos czares e que foi denunciada por Gogol em suas peças, particularmente em O Inspetor Geral? Falava-se na velha Rússia do "quadro hierárquico". Que quadro era este?*

— Era a definição circunstanciada da hierarquia dos quadros civis e militares elaborada em 1722 e que permitia a partir de certos escalões enobrecer seus titulares. Por seu intermédio, Pedro, o Grande limitou os privilégios exclusivos na nobreza e fez do mérito um princípio de promoção social. Estes postos

eram chamados de "tchin", de onde surgiu a expressão *tchinounik* (que significa servidor público, funcionário).

— Não param de representar Gogol e *O Inspetor Geral* em todo o território soviético. Vocês se lembram da história: numa cidade de *província*, esperam a chegada do inspetor geral; um forasteiro de passagem pela cidade é tomado pelo inspetor e se deixa cobrir de presentes e comprar pelos funcionários corruptos.

— Atualmente há uma nova versão soviética de *O Inspetor Geral* que foi apresentada pelo cantor Raikine, com enorme sucesso, num pequeno teatro de Moscou. Nesta versão, a história se passa numa fábrica de província, onde a produção anárquica e de má qualidade (de pequenos coelhos de madeira para crianças brincarem) estava a tal ponto inaproveitável que ocupava galpões e mais galpões de depósito e tomava dezenas de vagões ferroviários devidamente imobilizados. Um belo dia, o diretor da fábrica acredita ter lido num jornal denúncias sobre a situação em sua fábrica. Cascatas de lamentações, punições de todo o tipo, demissões de alto a baixo em todo o quadro de pessoal, reuniões de crítica e de autocrítica. Todos prometem corrigir-se... até que se percebe que a fábrica denunciada pelo jornal era a do lado. Imediatamente tudo volta a ser como antes; a produção de coelhos é reiniciada, tão ruim e inútil quanto antes.

— *Este poder que é exercido mais por hábeis manipuladores do que por fortes personalidades descamba para a gerontocracia. Os catorze membros do Politburo, quase todos, nasceram entre 1900 e 1910. Será que assim não se arrisca a cair na mediocridade?*

— Este risco existe na medida em que a escolha é de dirigentes sobretudo seguros e estáveis. As fortes personalidades

que existiam na época de Lênin foram dizimadas por Stálin. A forte personalidade de Krutchev contribuiu para seu afastamento do Poder. Só sobreviveram politicamente os mais conformistas. O Poder é exercido por um clube de velhos senhores que se parecem, se vestem de forma semelhante, reagem da mesma forma porque passaram pelas mesmas experiências, porque receberam a mesma educação. São menos indivíduos do que representantes de grupos de pressão da burocracia. Num sistema paralelo, as personalidades fortes se tornam ameaçadoras. Há algumas, mas eles não podem se expressar durante muito tempo. Um exemplo: Chelepine era um personagem com características bem marcadas. Porque se destacava naquele ambiente grisalho não foi muito longe. Os atuais dirigentes da URSS são intercambiáveis.

— *Os jovens lobos tecnocratas, civis ou militares, não teriam a tentação de se colocarem por trás destes velhos senhores?*

— Esta tentação existe. Os postos do poder, realmente, correspondem a diversas faixas etárias; as promoções, dentro da hierarquia acontecem por antiguidade, de vez em quando vemos surgir um Gorbachof, que tem cinquenta anos. Mas é colocado como encarregado dos problemas agrícolas, onde não poderá ser bem-sucedido, porque estes problemas são insolúveis. Assim, dá-se uma satisfação e uma esperança aos jovens tecnocratas, mas seu representante está praticamente sitiado dentro do Politburo. Certamente esta geração que agora está com cinquenta anos e controla postos importantes no escalão regional, mas que deverá esperar dez ou vinte anos para chegar ao verdadeiro poder, impacienta-se. Cheios de privilégios, estes

“jovens” não pensam em questionar o sistema. São impacientes mas não são contestadores e sabem que são os herdeiros legítimos do poder. Não é da classe política que se pode esperar uma mudança.

Por outro lado, entre estes encontram-se homens que possuem uma experiência nova e que não é tão trágica quanto a de seus antecessores, uma experiência de outro tipo e da qual não sabemos o que esperar.

— *Este poder que ninguém da classe dirigente sonha contestar, esbarra contudo na dissidência, o que você chama de “pensamento alternativo” (“inakomyliachii”) de todos aqueles que desejam, de fora do aparato do partido, exercer pressões sobre ele. Entre eles, os intelectuais, temos grandes nomes como Soljenitsin, Zinoviev, Shkarov e outros. Mas muito mais profunda, segundo você mesma, é o “pensamento alternativo” das igrejas, dos povos não russos e, sobretudo, da classe operária. Como explica isto?*

— O desenvolvimento da consciência social se faz por etapas. Os grandes dissidentes foram os artesãos de uma destas etapas, quando se levantaram para proclamar que a verdade não estava com o Poder. Abriram uma brecha se aproveitando da desestalinização e da presença no Poder de Krutchev — que encorajava uma certa espécie de contestação, se bem que limitada. Krutchev não queria romper o sistema mas, ao contrário, lhe dar vida. Esta contestação foi feita por homens solitários, extraordinariamente corajosos. De suas vozes a sociedade soviética só ouviu alguns poucos ecos, porque eram vozes isoladas, e depois proscritas. Foi para os próprios dissidentes uma tragédia. Soljenitzyn agitou a consciência ocidental, mas os russos, que ti-

nham tanta necessidade dele, não o ouvem mais.

— Lydia Chukovskaia, grande escritora, filha de um grande escritor cujo nome é sagrado para todos os russos, atualmente está com mais de 70 anos de idade e possui apenas 25% de visão, estando quase cega, e não pode mais, por causa das posições que adotou, ser editada nem citada. Lydia declarou: “Não importa o que aconteça, ficarei aqui porque meu país precisa de mim”. O Poder soviético demonstrou grande habilidade ao se livrar dos “contestadores”.

— Uma nova etapa: uma parte importante da *intelligentsia* soviética se transformou através de uma emigração de interior. Em massa, os intelectuais veiculavam a cultura política oficial do Partido. Praticavam o realismo socialista, isto é, apresentavam uma imagem ideal, irreal, da sociedade soviética. Uma parcela cada vez maior destes escritores que não se apresentam como contestadores, acha que esta não é a sua função e sim que devem levar aos leitores sua mensagem pessoal. Assim surgiu, na União Soviética, toda uma literatura que o Poder, exceto em alguns poucos casos, não pode impedir que seja publicada.

— Contrariamente ao que acontece com as obras de Brejnev e as dos turiferários oficiais, as destes escritores (chamados Trifonov, Raspustine, etc.) são populares e são lidas. Eles pensam e escrevem “alternativamente” — *inakomyliachii* — obras que não têm qualquer lugar dentro do sistema soviético. Seus livros dizem respeito ao indivíduo e esvaziam freqüentemente o socialismo. Criou-se uma diferença entre os grandes escritores que escrevem o que querem e os escritores “oficiais”.

— *Então é a negação de tudo o que o Estado soviético quer ser?*

— E do dogma — “fora do Partido não há salvação”. Já houve época em que os escritores eram expulsos da todopoderosa União dos Escritores Soviéticos (o sindicato dos escritores). Hoje em dia, são os escritores que, voluntariamente, se afastam dela, renunciando a todas as vantagens a que têm direito, perdendo a esperança de serem editados, arriscando-se a serem presos como incursores na lei contra a vadiagem e o parasitismo. Acontece que esses intelectuais, esses escritores se unem para publicar seus trabalhos juntos, para marcar sua comunhão de pensamento ou sua recusa de aceitar o conformismo oficial recomendado pelo sindicato dos escritores. Este é o caso do *Almanaque Metrôpole*. O almanaque, no sentido russo do termo, é uma grossa revista de quinhentas páginas.

— Os intelectuais compreenderam que se devem unir fora dos organismos oficiais.

— Este fato novo, extremamente importante, inicia uma nova etapa histórica. Estes homens adquiriram o sentimento de que, face ao Poder, terão mais força unidos, sempre que isto seja possível. Porém os intelectuais constituem uma minoria fácil de dispersar, de aprisionar e de afastar do país. Mas isto não acontece com três outros grupos: as Igrejas, as nacionalidades e a classe operária, que compreenderam (como aconteceu com os intelectuais) ser preciso se unirem ante o Poder para poderem melhor contestá-lo.

— Tomemos as Igrejas. Todos os que visitam a União Soviética ficam surpresos com a atração exercida por todas as Igrejas sobre os cidadãos, especialmente as Igrejas mobilizadoras, como o catolicismo na Lituânia e na Ucrânia Ociden-

tal, onde elas são o refúgio de um nacionalismo vivo.

— O Islam age da mesma forma como meio de definição nacional e cultural. As mesquitas, como as igrejas e as sinagogas, são lugares de reunião. Então encontra-se todo um povo em busca de sua identidade, possuindo do desejo de encontrar outra coisa que não seja a cultura política que veicula o poder e que não responde às questões essenciais que o indivíduo se coloca quando reflete sobre seu destino.

— Os soviéticos sempre tiveram uma vida material extremamente complicada e difícil, mas conseguiram sobreviver. Assim, de agora em diante, eles podem refletir, enquanto na época estalinista não sabiam se estariam vivos ou seriam lançados nos campos de concentração do Goulag no dia seguinte. Estão também, hoje em dia, melhor educados. Seu desenvolvimento à margem da ideologia oficial é um fato grave, porque o regime soviético se baseia no monopólio do poder pelo Partido, que por sua vez é garantido por um monopólio ideológico. Portanto estes dois monopólios são postos em questão.

— Este movimento de curiosidade religiosa se estende cada vez mais, mas não sou capaz de afirmar se traduz a fé ou o desejo de pensar de uma forma diferente da oficial. Inakomyliachii — a vontade de evasão.

— Ainda neste caso, vemos esta necessidade de união. Pensar de uma forma diferente mas sozinho se torna rapidamente cansativo. Não se sabe em que pé está. As pessoas se sentem fracas diante da ideologia oficial. Daí decorre este gosto pelos locais de culto, onde podem se encontrar aqueles que pensam

diferentemente, em torno de ritos não mais aborrecidos mas sim cheios de poesia.

— Um simples sermão se torna um discurso "diferente" dentro de um país onde todos os discursos são semelhantes.

— As campanhas contínuas contra o ateísmo foram grandemente esvaziadas, apesar do descrédito do clero oficial ortodoxo, estritamente controlado pelo Governo — o que nenhum russo ignora.

— Mas nesta mesma igreja doméstica aparecem "homens diferentes", como o Padre Dudko, o Padre Yakunine, que não se ocupam apenas com os negócios divinos e acham que têm uma tarefa a cumprir: dizer a verdade, defender os direitos do homem. Não é por acaso que o poder tenta dobrá-los porque inquietam, por seu prestígio e sua autoridade moral que realçam de forma cruel o lado servil e conformista da igreja ortodoxa oficial. Os sermões do Padre Dudko tinham uma enorme audiência. Foi por isso que os obrigaram a se confessar publicamente pela televisão, numa tentativa de desonrá-lo.

— *O problema colocado pelas diferentes nacionalidades, creio que você abordou com todos os detalhes em seu livro L' Empire Éclaté.*

— E assistimos, quanto a isso, ao mesmo fenômeno que se registra nas igrejas. As nacionalidades são uma concessão temporária do poder, como a igreja. Devem evoluir para uma integração total com a comunidade soviética, e não apenas a nacional. Por outras palavras: as nações, como as igrejas, têm sido toleradas como restos de uma consciência social em via de transformação. Mas, na realidade, o sentimento de diferença nacional se reforça como o sentimento religioso, em nome dessa necessidade de

ser diferente dentro de uma sociedade que prega apenas a uniformidade. Mas, ao contrário do que acontece com as igrejas, ou com a *intelligentsia*, os homens no poder dentro destas nações às vezes participam deste sentimento que une toda uma população, da base ao cume da pirâmide. Os dirigentes políticos nacionais se envolvem no campo dos diferentes porque são tomados dentro desta dinâmica nacional que se desenvolve à sua volta. Solidariedades profundas unem, por instantes, o primeiro-secretário do PC do Cazaquistão, Kunaev, e o último dos pastores — solidariedades que tiram sua essência da língua, do patriotismo histórico...

— *Apesar de todo o esforço de "russificação"?*

— De russificação pela língua e que, sem dúvida, depois de tantos anos, já dá seus frutos. O Poder soviético acha que precisa andar muito rápido, lançar todas as suas forças, todas as suas possibilidades, na balança, para modificar a favor dos russos a estrutura lingüística do país.

— *Mas estas nacionalidades podem também manter suas línguas próprias?*

— Certamente, mas o Poder soviético considera que duas línguas não podem coexistir em igualdade, sempre uma terá superioridade sobre a outra. E como o acesso aos empregos de responsabilidade exige o conhecimento do russo, o poder coloca o problema para os dirigentes das nacionalidades: ou vocês falam russo ou enviaremos russos para preencher estes cargos. Esta linguagem cínica produz seus frutos. Uma língua cria um comportamento. Falar russo significa aceitar, conscientemente ou não, se conformar com o modelo soviético.

— *Quais são os resultados obtidos pelo poder? Ainda é impossível dizer,*

*mas é certo que a nova geração estará linguisticamente russificada dentro de alguns anos.*

— Mas pode ser que tal política tenha efeitos contrários aos pretendidos. Poderá, depois de algum tempo, modificar consciências, mas também pode bloqueá-las. Assim, sendo os últimos censos oficiais, os estonianos hoje em dia falam menos russo do que antes e o que é pouco verossímil — suas performances negativas traduzem um sentimento de rejeição. Será que esta não seria a razão da verdadeira valsa de trocas do pessoal político nas repúblicas periféricas e que contradiz a estabilidade geral da administração soviética? Assistimos a expurgos caracterizados. Os expurgados são acusados de todos os pecados: prevaricação, mercado negro, roubo. Frequentemente os dirigentes regionais entram em choque com Moscou e fazem um jogo duplo invocando as pressões populares — como o secretário do PC da Geórgia — para exigir mais autonomia, tanto no campo econômico quanto no cultural.

— Estes sentimentos nacionais, repito, são cada vez mais vivos e profundos. O poder fez o papel de aprendiz de feiticeiro, achando que ao satisfazer estas reivindicações nos campos que não lhe pareciam fundamentais (como a cultura, a língua nacional, o conhecimento da história local, desde que bem controlado) não apresentava grandes perigos e até mesmo oferecia certas vantagens — pois assim teriam populações livres de suas frustrações e do sentimento de serem dominadas.

— A seguir pode-se passar ao estágio seguinte: a sovietação, onde tudo o que é nacional seria deixado de lado e a cultura russa teria o papel dominante.

— Mas por aquelas concessões foram dadas às nacionalidades os meios que nunca haviam tido para conhecerem seu patrimônio nacional.

— Os pastores do Cazaquistão falavam sua língua mas ignoravam suas origens. Agora conhecem o passado, lêem sua literatura e assistem aos programas de televisão transmitidos em sua língua.

— O poder, que involuntariamente favoreceu este conhecimento das culturas nacionais, gostaria hoje de voltar ao passado, mas as nacionalidades se recusam a aceitar qualquer contramarcha.

— Assim estas nações constituem blocos de “diferenças” contra os quais o poder não tem grande força.

— Mas acho que o perigo mais grave que ameaça o poder num futuro próximo está antes de tudo na classe operária.

— *Esta classe da qual o poder afirma tirar sua legitimidade?*

— E que a contesta. Digamos que se trata da facção jovem e mais bem-educada da classe operária.

Os operários mais velhos constatarem que hoje em dia vivem melhor do que no passado. Os que chegam do campo estão satisfeitos em se tornarem urbanizados, e em geral estão dispostos a aceitar suas posições atuais. Os jovens, pelo contrário, que passaram pelo menos por oito anos de escola, e às vezes 10, estão dramaticamente conscientizados de que não podem esperar sair de sua condição porque vivem numa sociedade muito imóvel. Esta parte da classe operária está descontente com suas condições de vida, com seu salário, acha que merece mais do que o trabalho ao qual foi condenada. Estes jovens se dão conta do descrédito que pesa sobre o trabalho manual e do qual não têm a mínima chance de escapar.

— O operário não é mais rei na União Soviética do que nas utopias e os jovens operários estão longe de se sentirem como o sal da terra.

— Não sabem também como seus filhos poderão escapar desta condição. Para eles e seus descendentes, não há poder nem esperança.

— Porque são jovens, dinâmicos, porque não conheceram nem os grandes expurgos nem as grandes fomes, se reboiam.

— Agora estes operários não estão mais ligados a seu trabalho como nos tempos de Stálin. Agora podem mudar de emprego. Desfrutam de uma grande liberdade de movimento que lhes é assegurada pela abundância de mão-de-obra.

— Mas em 1980 a produtividade continua baixa e a mão-de-obra começa a se reduzir: o Poder não sabe mais muito bem como reagir. E então tenta restaurar a disciplina no mundo do trabalho.

— Os operários agüentam muito porque sabem que aceitam sua fraca produtividade, mas se tentarem reduzir sua liberdade de movimento que, é verdade, desorganiza a vida nas fábricas, e eles forem obrigados a trabalhar mais, seu descontentamento aumentará muito.

— Hoje em dia é impensável o reestabelecimento da servidão estalinista. Sem ir tão longe, o Poder cogita colocar em prática uma série de medidas que iriam nesta direção. Mas isto foi antes da crise polonesa.

— Qual é a porcentagem de jovens operários? Um terço, um quarto da classe operária?

— Provavelmente a metade. Na URSS, a aposentadoria é aos 60 anos de idade. Se pensarmos que apenas 20% destes elementos ativos e educados são

revoltados em potencial, teremos, ainda assim, uma tremenda carga de dinamite.

— Além do mais, estes jovens operários também descobriram, por si próprios, que a união é necessária. Em 1978 e em 1979 foram criados dois sindicatos livres. O primeiro foi a Associação dos Sindicatos Livres da União Soviética, fundada pelo mineiro Klebanov. Esta associação foi rapidamente neutralizada e Klebanov foi logo internado num asilo psiquiátrico. A Associação Livre Interprofissional dos Operários (Smot) tomou seu lugar e contava com o apoio dos intelectuais. A Smot se mostrou mais prudente; também foi desmantelada mas talvez não totalmente, porque seus organizadores haviam estabelecido uma rede de educação e informação para os operários, composta por grupos disseminados em todo o país e trabalhando através de cassetes.

— Não se sabe o que aconteceu com a Smot. É lógico que alguns de seus membros foram presos, mas logo outros os substituíram.

— Como os sindicalistas poloneses, estes jovens soviéticos reclamam o direito de serem representados por homens escolhidos por eles mesmos e não pelos que lhes são impostos pelos sindicatos oficiais.

— Aí temos um elemento de tomada de consciência extremamente importante e o exemplo polonês serve ainda mais para encorajá-lo.

— Mas será que o regime soviético, às voltas com sua própria contestação operária, poderia tolerar a criação de sindicatos livres na Polônia?

— Os soviéticos, que sempre reconheceram a natureza explosiva deste país, freqüentemente toleraram na Polônia o que não aceitariam em outros lugares:

liberdades internas, religião, descoletivização da agricultura em até oitenta por cento. Mas nenhuma destas concessões chegou ao ponto de colocar em questão o regime socialista. Com a criação dos sindicatos operários livres a coisa assume outro aspecto. Estamos no centro do drama: um mundo operário que se organiza fora de um Poder que pretende encarná-lo e que deseja, através de suas próprias organizações, falar ao Partido e fazer pressão sobre ele.

— Fazer também grandes concessões seria em última análise possível se estas fossem mantidas em segredo e não afetassem as democracias populares do resto da Europa e na própria União Soviética. Mas neste caso o segredo é impossível.

— Está claro, nestas condições, que não pode ser obtido na Polônia um acordo durável nas bases desejadas pela classe operária. A história da Polônia prova que o poder comunista sempre encontrou a forma de tomar com uma mão o que dava com a outra. Nesta crise que se desenvolve, o próprio Partido ainda não foi tocado. Seu papel foi questionado, mas continua existindo, apesar de ter cedido algum terreno. Em todas as suas exigências, os operários poloneses ainda não atacaram a integridade do Partido. Sabedoria dos poloneses que sabem até que ponto podem ir? Sabedoria da Igreja que os aconselha?

— O Partido ainda pode mostrar que é capaz de controlar a situação. É ele que trata globalmente com os trabalhadores, retornando segundo os seus hábitos o que havia concedido.

— O fato de o regime ter feito inscrever na carta de constituição dos sindicatos poloneses aquela cláusula sobre a hegemonia do Partido Comunista representa um considerável passo atrás.

— E Kania, o novo chefe do Partido polonês, foi convocado para se apresentar em Moscou como um simples empregado doméstico.

— E provavelmente não foi para felicitá-lo por sua posse no cargo do primeiro-secretário do Partido mas sim para que lhe fossem estabelecidos os limites que não podem ser ultrapassados. Até agora não lhe pode ser imputada nenhuma derrota. Os soviéticos não intervirão militarmente na Polônia até que o chefe do PC tenha perdido o controle da situação — como aconteceu com Dubcek na Tcheco-Eslováquia, onde o Partido havia sido sacudido em suas bases. Até agora é este o caso do PC polonês. Ele existe, tanto que por um lado negocia com Moscou e por outro com os operários poloneses. Não há sinal de que os escalões intermediários da máquina do Partido estejam em vias de desmoronarem. Assim, acho que os dirigentes soviéticos deixarão Kania se encarregar da situação.

— E se Kania não puder controlá-la?

— Aí estaremos no desconhecido total. Pode ser que assistamos a uma intervenção militar que, do ponto-de-vista técnico, é realizável. Duas divisões soviéticas estão instaladas na Polônia. Mas a intervenção militar será a última carta a ser jogada pelos soviéticos — e isto só acontecerá quando acharem que a causa está perdida — pois os poloneses certamente vão reagir à invasão.

— A nação polonesa só sobreviveu até hoje porque sempre aceitou a idéia de lutar até o último homem. Ninguém sabe disso melhor que os russos.

— Além do mais, como tal intervenção seria recebida pela classe operária soviética? Uma coisa é fazer uma guerra no Afeganistão contra um povo longín-

quo e desconhecido, em condições que não estão muito claras; outra é lutar contra os operários poloneses.

— *Até que ponto os russos poderiam chegar em suas concessões?*

— Eles não podem permitir que este movimento de contestação operária chegue às outras democracias populares e que por esta contestação o Partido seja danificado ou perca sua hegemonia. Mas, enquanto estes limites não forem ultrapassados, os soviéticos poderão manobrar. A URSS possui aliados que podem fazer pressão sobre os poloneses e criar, por seu intermédio, diversos tipos de incidentes. Os tchecos ainda não perdoaram aos poloneses sua intervenção na década de 60; é a Alemanha Oriental ainda acha que parte do atual território polonês lhe pertence e o reivindica.

— Na verdade, os dirigentes das democracias populares ainda se sentem mais diretamente ameaçados do que os soviéticos. Existe na Romênia um movimento operário que se agita. Registram-se greves. A Tcheco-Eslováquia possui a mais sólida tradição operária e sindicalista entre todos os países do Leste. Na República Democrática Alemã notam-se inquietantes sinais de despertar da classe operária.

— *Então, como isso poderá ser controlado?*

— Se se admite que a intervenção militar é a última hipótese e que os dirigentes soviéticos evitam-na com horror, também se pode admitir que os satélites vizinhos, como a RDA, a Tcheco-Eslováquia, poderiam tentar intimidar a Polônia fechando suas fronteiras, isolando-a e asfixiando-a.

— A Polônia passa por uma crise econômica total e não se vê como poderia superá-la, tal é o tamanho de seu endivi-

damento externo. A luta dos sindicatos livres tem esta crise como pano de fundo.

— Uma sociedade não é constituída apenas por operários em greve. Possui famílias. É preciso que elas sejam alimentadas e aquecidas, o inverno agrava todas as dificuldades. Os grevistas obtiveram aumentos salariais que a inflação vai devorar. Chegará o momento em que o povo polonês fará suas contas e então se perguntará o que conquistou. Ai poderão surgir divisões entre o operariado, entre os mais radicais e os mais resignados.

— A Igreja vê este perigo e cuida para que não aconteça um choque. Parece ter compreendido que os sucessos obtidos não podem conduzir a uma vitória absoluta e que seria prudente, por enquanto, que todos se contentem.

Estas são as forças que defendem uma certa pacificação.

— *Mas os operários poloneses conservarão as vantagens obtidas?*

— O regime poderá os aspectos políticos ou os esvaziá-los de seu conteúdo. Na verdade, não se pode fazer uma previsão. O que se pode dizer é que o roteiro das conquistas dos operários poloneses não pode desenrolar-se harmoniosamente. Portanto estas conquistas não podem durar muito. O fato de o Cardeal Wyszyński poder falar na televisão passa. A censura vai e volta. Todas as crises polonesas sempre acabaram em meias-vitórias, pois as concessões obtidas sempre foram devoradas pela inflação, quando se tratava dos salários, ou questionadas pelo Poder.

— Os soviéticos pensam que provavelmente acontecerá o mesmo desta vez.

— Mas a extensão das reivindicações da classe operária no interior da Polónia,

o perigo de disseminação dessa crise em todo o bloco comunista podem levar a uma repressão brutal. Todos os dirigentes dos diferentes países comunistas temem a extensão do movimento operário polonês. É preciso contar com a solidariedade da classe dirigente do escalão do Leste europeu. Nestes países as classes dirigentes gozam dos mesmos privilégios abusivos desfrutados por seus equivalentes da União Soviética e desejam transmitir esses privilégios a seus descendentes. E o movimento polonês também denunciou estes privilégios ligados ao Poder.

— Enquanto a coisa ficar no quadro de uma evolução controlada, os dirigentes soviéticos pesarão as vantagens e os inconvenientes de uma intervenção num país onde tudo é um pouco extraordinário mas onde a paciência sempre deu bons dividendos.

— Mas se o Poder descer às ruas, será o fim do sistema, pois acharão que os limites do tolerável foi ultrapassado.

— *O Poder soviético, minado de seu interior, nas mãos de velhos amedrontados, questionado pelos trabalhadores, no exterior se mostra como um instrumento de conquista extremamente eficiente o que tem obtido importantes sucessos. Ele se lança na Ásia, na África, no Oriente Médio em toda espécie de aventuras...*

— Estas nunca foram aventuras mas sim uma série de golpes preparados e que não poderiam, segundo o cálculo dos dirigentes soviéticos, colocar em perigo a paz mundial nem as suas relações fundamentais com os Estados Unidos. Até mesmo no Afeganistão, onde foram pesados os riscos e os lucros em potencial. A instalação do Poder soviético no Afeganistão bem valeu o boicote dos Jogos Olímpicos. Dito isto, vale pergun-

tar se os dirigentes soviéticos não teriam subestimado o custo daquela operação.

— O custo é muito elevado: soldados soviéticos morrem todos os dias; forças importantes estão imobilizadas, isto custa caro, e um país todo-poderoso parece incapaz de impor sua autoridade a um pequeno país que controlava antes da invasão, por meios muito mais baratos.

— *Será que não podemos chamar de aventuras planos em escala planetária, como a desestabilização da Europa e da África? Para os seus velhinhos prudentes me parece muita audácia...*

— Este é o lado notável daquela equipe, a contradição absoluta dessa dinâmica, dessa intervenção no plano internacional e esta falta de imaginação, esta inércia no plano nacional. Podemos constatar, não podemos explicar. Incapazes de fazerem funcionar corretamente uma fábrica, eles imaginam e colocam em prática uma política planetária extraordinária.

— A lógica enfrenta estes dois elementos contraditórios: apagar o fracasso interior, ao se projetar no mundo exterior, onde a URSS conquista sucessos impressionantes. E garante por este sucesso uma certa segurança. Não que tenha de se defender. Mas a URSS — e o caso é o mesmo para todo o campo socialista — é enfraquecida por suas tradições reais, profundas. Se fosse vista como nação fraca, desarmada, enfrentando problemas, a União Soviética seria rapidamente corroída. As democracias populares tomariam pé e logo se bandeariam para o Ocidente.

— *Se é que entendi bem, a URSS precisa inspirar medo para que sua fraqueza não seja descoberta e outros não se aproveitem dela?*

— A superpotência soviética, é fato, desanima seus adversários em potencial. Ninguém mais ousaria em 1980 fazer o que o General De Gaulle tentou em fins da década de sessenta. Chefe de um país médio, ele negociou diretamente com os países médios do Leste europeu, sem passar por Moscou. Para a URSS, este tipo de negociação não pode ser realizado fora de quadro do diálogo Leste-Oeste.

— Por sua audaciosa política externa, os dirigentes soviéticos obtiveram o reconhecimento absoluto de sua liderança sobre os países do bloco Leste. Foi posto um fim à esperança que a política audaciosa e notável do General De Gaulle havia feito nascer em todas as democracias populares. Estas acreditaram na possibilidade de existir uma Europa de potências médias, onde o fato de pertencer ao campo socialista não fosse uma limitação.

— O jogo planetário da União Soviética é mais complexo do que geralmente se acredita. Ele é feito em três zonas bem diferentes e sempre dentro do contexto geral das relações com os Estados Unidos. Não se sabe o que acontecerá amanhã com a potência norte-americana. A última moda é afirmar que prosseguirá inexoravelmente em sua decadência. Isto me parece duvidoso; seria esquecer a capacidade de recuperação daquele país e a capacidade que tem de periodicamente mudar de registro.

— Para a União Soviética, que não acredita nesse tipo de análise, os Estados Unidos permanecem como o grande concorrente.

— E o problema essencial continua sendo o de os EUA não tentarem desenvolver a China, transformá-la em grande potência econômica e militar nos próximos 20 anos e passarem a colocá-la no

lugar da URSS como seu interlocutor privilegiado.

— Neste contexto de relações soviético-americanas, que tem por pano de fundo permanente a China, existem aquelas zonas de que falei: a zona soviética propriamente dita, a Europa Oriental e inclusive o Afeganistão. Segunda zona: os países situados nas fronteiras da China, como a antiga Indochina que o Vietnam se esforça em unificar sob sua hegemonia.

— *Por conta dos soviéticos...*

— Digamos que sobretudo contra a China. O Vietnam é um aliado incômodo. Nestas duas zonas reservadas, nada de essencial é negociável. A Terceira Zona pode ser chamada de aberta: as regiões produtoras de matérias-primas e da energia de que depende o Ocidente: o Oriente Médio e a África. E, enfim, a América Latina e o Caribe. Esta zona do Caribe deve ser realçada, pois nela a URSS possui um notável meio de pressão sobre os Estados Unidos. A URSS colhe hoje em dia os benefícios da política de Krushev. Ao trocar em 1962 uma humilhação (a retirada dos foguetes soviéticos baseados em Cuba) pela manutenção do regime de Fidel Castro, a URSS fez um bom negócio: instalou a revolução na porta dos Estados Unidos e criou a possibilidade de desestabilizar este continente. Em 1962, parecia que John Kennedy havia vencido Krushev. A história demonstrou exatamente o contrário. Mas o Caribe permanece como uma zona aberta. Lá, os fracassos e os sucessos se sucedem. Tudo pode ser colocado em questão e negociado.

— A Europa Ocidental é outro problema. A URSS procura menos desestabilizar do que instalar regimes.

— *Fracos...*

— Digamos amistosos.

— *Amistosos ou finlandizados?*

— Finlandizar a Europa me parece um objetivo difícil de ser realizado. A URSS gostaria de ver uma Europa que não fosse comunista, pois tem necessidade de sua eficiência, mas que lhe seja sempre favorável. Como alcançar este objetivo? Não sabe. Basear-se por um lado na Alemanha, por outro na França...

— *Está quase provado que ela manipula o terrorismo internacional nesta direção.*

— Digamos que a URSS o recupera.

— O terrorismo é muito complexo, ninguém pode controlá-lo. Organizá-lo também é muito perigoso; ele foge ao controle. Ou pode encontrar um terreno muito favorável nas sociedades autoritárias como as do Leste europeu. Os dirigentes soviéticos ficam roxos só de pensar nisto. E são impiedosos em suas ações contra o terrorismo — pelo menos em casa.

— *Para executar esta política audaziosa...*

— Mas não aventureira...

— *... Os velhos do Kremlin precisam ter solidamente em suas mãos os instrumentos para esta política: o KGB e o Exército.*

— O Poder político não controlou o KGB durante um longo período de tempo, durante o qual foi essencialmente o instrumento do poder de Stalin.

— O KGB é ao mesmo tempo uma espécie de FGB, organismo de política interna, e de CIA, encarregado da espionagem e de executar uma determinada política externa por meios particulares. Seu poderio vem sendo reduzido progressivamente a partir da morte de

Stalin. Além do mais, agora é controlado pelo Partido: seu chefe é um homem da máquina partidária. O KGB tornou-se, tanto no exterior quanto na URSS, um instrumento dócil da política do Partido e já não possui mais sua política independente.

— *E o exército?*

— É muito mais importante, muito mais interessante do que o KGB, por causa de seu *status* moral e material. Mas também é um instrumento. Tem para si o objetivo de ser um exército profissional; tem a glória de ter sido vitorioso na Segunda Guerra Mundial, e estas lembranças são constantemente rememoradas. Dispõe de privilégios consideráveis e é um grupamento social especial que vive em circuito fechado, que possui um grau de educação elevado e que não deixa de progredir. Casta fechada, o exército assim mesmo impregna a sociedade civil nas escolas onde se ocupa da preparação militar para a defesa civil. Faz parte do modelo social oferecido às crianças. A novidade é o fato de estar ultrapassando seu papel tradicional, aquele que lhe havia sido determinado por Stalin. Propaga valores morais, patrióticos e militares que não são necessariamente os do Partido.

— *Voltemos à crise polonesa. O exército soviético não poderia ser favorável a uma intervenção brutal?*

— O exército está globalmente de acordo com todas as opções da política externa, na medida em que reforçam seu papel e seu lugar na nação, que aumentam seu orçamento e desenvolvem sua capacidade como grupo de pressão, ainda mais quando se trata de operações realizadas longe e que não constituem um caso de perigo de extremo, como acontece em Angola. Para uma interven-

ção extremamente perigosa, como seria uma operação na Polônia, é duvidoso que o exército vermelho se lançasse a ela com muito entusiasmo.

— *E isto seria um perigo para o Partido?*

— O exército tem interesse em manter um sistema que o alimente e lhe dê toda espécie de possibilidade de pressão sobre este mesmo sistema.

— Não tem o mínimo interesse de buscar uma modificação da sociedade.

— Os operários, pelo contrário, representam uma verdadeira ameaça em potencial por causa de suas desilusões. Tudo partirá deles. Foi em nome deles que a Revolução foi feita. E se agora resolvem eles mesmos fazer sua revolução?



# CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME 1981

## PROVA DE INGLÊS

1ª Questão — Tradução (valor: 6,0)

### *LOGISTIC SUPPORT FOR A CONTINGENCY FORCE BACKGROUND*

The historical record of United States combat operations dating back to the Spanish American War (1898) reveals that the Army has entered each contingency operation lacking an adequate combat service support management organization that was actually in being, ready for deployment to the contingency area. This was evidenced by the severe, if not chaotic, conditions that developed in the support system in the early days of deployment and the series of reorganizations of the main combat service support headquarters that followed. The lack of preparedness and the inefficient management processes that stemmed from it resulted in greatly increased cost in both manpower and dollars. Major causes for these conditions were:

Peacetime austerity invariably resulted in a substantial reduction of standing military forces. Available funds were usually concentrated in combat type units with minimal provisions for combat service support units. Further, combat service support command and control headquarters units were almost completely eliminated because the logistic support of combat units in the contingent was provided by the civilian manned installation system.

The combat service support commander did not participate in the contingency planning phase prior to alert for movement to the contingency area and he had no opportunity to insure adequate, timely consideration of support requirements. This is understandable, since the support command and control headquarters usually were not activated until commitment of a contingency force was imminent.

The apparent urgency of a contingency situation usually raised an emotional response to push large numbers of com-

bat elements into the contingency area without adequate provision for the necessary logistic support. This resulted in the late deployment of support operating units and their command and control headquarters. Often, these elements arrived on the scene after masses of supplies and materiel had already been dumped in the contingency area.

In the past, design of the combat service support command and control headquarters for a contingency operation has been delayed until the specific area and scope of operations has been established and stabilized. This approach did not allow for prior planning, nor did it consider the growth required to contend with phased expansion of the initial contingency force. Subsequent disruptive reorganizations were inevitable and the time lag required to modify organizations contributed to the "too little — too late" conditions.

**2ª Questão — Compreensão e Interpretação de Texto (valor: 4,0)**  
 Leia, Não Traduza

### *THE SOVIET ARMY TODAY GENERAL OVERVIEW*

The Soviet military establishment today reflects a wide variety of influences. Some are to be found in its history, to include the traditional role of the Party in military affairs. Some are related to the nation's geographic position as a vast and largely land-locked power. Another is a rapidly changing military technology which fosters new doctrines and concepts. Finally, there is a new perception among Soviet leaders since World War II as to the nature of the threat to the homeland.

These influences have led to the creation and deployment of forces that

have their roots in the nation's past and geopolitical position. And, as in the past, those factors continue to dictate heavy reliance upon powerful ground forces. Despite this continuity, the threat of Soviet forces has changed completely in recent years. Her navy is no longer a mere adjunct to the ground forces and has a truly global mission, while her strategic rocket forces can bring nuclear destruction to any major power, including the United States. The Soviet Armed Forces have been developed carefully and systematically. They are a well-balanced, modern and formidable force, fully capable of conducting both defensive and offensive operations against any enemies.

Thus the Soviet armed forces have emerged in less than 50 years from a rabble of decentralized militia units of peasants and workers into one of the most powerful military machines in the world today. They are entirely capable of sudden, unexpected and devastating thrusts into areas adjacent to its borders and those of its allies. To a lesser but very real degree, they can support Russian objectives in any part of the globe. They are trained and ready to fight conventional or nuclear wars. While her ground forces still constitute the major component, at least numerically, they must now share available resources with four other combat services, the Strategic Rocket Forces, the Air Forces, the Air Defense Force, and the Navy.

**ANSWER, IN PORTUGUESE, THE FOLLOWING, CONCERNING TO THE FORMER TEXT:**

1. Why did the military technology modifications influence the actual Soviet military establishment?

2. Which is the element that has participated in military concerns since the past?

3. Which is the Soviet Nation's characteristic that is related with the military establishment?

4. How did the Soviet leaders participate of the military establishment transformation?

5. Since when did the Soviet leaders begin to change their opinion?

6. What were the fundamental principles of the creation, and deployment of Soviet forces?

7. Considering the influence factors which is up to date the element upon what is the heaviest trust?

8. What was in the past, the Soviet Navy's mission and how is it today?

9. What kind of mission is destined to the strategic rocket forces?

10. How are actually the Soviet Armed Forces considered and what operations can they realize?

11. How long has the Soviet Armed Forces transformation delayed?

12. What elements constitute the Soviet Armed Forces before their transformation?

13. Where and what kind of actions can the Soviet Armed Forces be employed?

14. What kinds of war are the Soviet Armed Forces trained for?

## PROVA DE GEOGRAFIA DO BRASIL (CEMS/Sau) — Para Oficiais Médicos

### 1ª Questão (valor: 4,0)

Apresentar os principais óbices da indústria farmacêutica no BRASIL, quanto a sua adequação ao perfil nosológico brasileiro e às condições sócio-econômicas do País. Assinalar as diversas medidas adotadas para saná-los.

### 2ª Questão (valor: 3,0)

Citar as principais providências do Governo Federal após a Revolução de Março de 1964, no campo psicossocial, visando a melhorar as condições de vida do povo brasileiro, enfocando apenas as relativas a:

- educação;
- saúde e nutrição;
- saneamento, habitação e urbanização;
- previdência e assistência social; e
- integração social.

### 3ª Questão (valor: 3,0)

Indicar os principais benefícios e problemas decorrentes da implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia Brasileira.

## PROVA DE GEOGRAFIA

### 1ª Questão (valor: 4,0)

Citar para cada uma das regiões naturais onde estão situadas (Sudeste e Norte) e para o BRASIL, as conseqüências dos empreendimentos: Complexo Nuclear de ANGRA DOS REIS e Hidroelétrica de TUCURUÍ.

### 2ª Questão (valor: 4,0)

A entrada em vigor, em Ago 1980, do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) constitui evento marcante para os países sul-americanos, tanto pelo exemplo da viabilidade do esforço comum, quanto pelas oportunidades de cooperação que abriu para a Região.

Da análise dos fatores econômicos e políticos da Amazônia, concluir quanto aos reflexos que o TCA pode trazer para o BRASIL e para os signatários como um todo.

Anexo: Informações sobre o TCA

## INFORMAÇÕES SOBRE O TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

A obra — **UMA GEOPOLÍTICA PAN-AMAZÔNICA** — de autoria do Gen MEIRA MATTOS, em seu capítulo 5, trata do seguinte assunto: O PACTO AMAZÔNICO E SUA ARTICULAÇÃO COM O PACTO ANDINO.

Do referido capítulo destacamos os seguintes trechos referentes ao TCA:

“O Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em BRASÍLIA a 3 de julho de 1978, por oito países (BOLÍVIA, BRASIL, COLÔMBIA, EQUADOR, GUIANA, PERU, SURINAME e VENEZUELA) representou o coroamento de alentado esforço diplomático. Reuniu, num propósito de desenvolvimento internacional, as nações participantes da imensa Bacia Amazônica, compreendendo uma área equivalente a 2/5 partes do território Sul-americano e abrangendo a quinta parte da disponibilidade de água doce do mundo.”

“Debaixo do arcabouço formado pelos 28 artigos do Tratado podem distinguir-se as vigas mestras dos seus cinco princípios fundamentais:

1º — a competência exclusiva dos países da Região no desenvolvimento e proteção da Amazônia;

2º — a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a conseqüente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado;

3º — a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;

4º — o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica;

5º — a absoluta igualdade entre todos os parceiros.”

### 3ª Questão (valor: 2,0)

Assinalar a importância do ATLÂNTICO SUL para a ARGENTINA, para o BRASIL e para o CHILE.

## PROVA DE MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

### 1ª Questão (valor: 5,0)

Analistas internacionais têm comentado a influência comunista no MOVIMENTO SANDINISTA que se apossou do governo da NICARÁGUA, assim como ressaltado o público apoio prestado pela INTERNACIONAL SOCIALISTA àqueles revolucionários da AMÉRICA CENTRAL.

Analisar, sucintamente, as II e III INTERNACIONAIS e suas projeções até os dias de hoje, concluindo sobre a compatibilidade ou não de atuação conjunta das duas correntes nesta quadra da história.

### 2ª Questão (valor: 5,0)

Destacar as diferenças básicas e as principais semelhanças que possam ter ocorrido entre a conquista da MONGÓLIA EXTERIOR pelo Movimento Comunista Internacional (MCI) e a ascensão dos comunistas na CHINA, em CUBA e na TCHECO-ESLOVÁQUIA.

Identificar, justificando sumariamente, a região do globo em que o método que vem sendo utilizado pelo Movimento Comunista Internacional (MCI), no seu choque com as Democracias Ocidentais, mais se aproxima daquele utilizado na MONGÓLIA EXTERIOR.

## PROVA DE HISTÓRIA

### 1ª Questão (valor: 4,0)

Da análise das lutas ocorridas no período colonial contra franceses, ingleses,

holandeses e espanhóis, apresentar as conseqüências que, mais tarde, viriam a se constituir em geradoras de causas das lutas internas que ameaçaram a unidade do BRASIL, no período de 1822 a 1850.

**2ª Questão (valor: 2,0)**

No início do século XVIII, ocorreram duas lutas internas, em diferentes pontos do território brasileiro, que passaram à História com os nomes de Guerra dos Emboadas e Guerra dos Mascates.

Analisar as causas desses dois movimentos e concluir sobre a validade de relacioná-los como movimentos de afirmação da nacionalidade brasileira.

**3ª Questão (valor: 4,0)**

Três fatos da atualidade podem ser qualificados como perturbadores das relações entre os países sul-americanos. São eles:

- a reivindicação permanente, pela BOLÍVIA, de uma saída para o mar;
- a chamada Questão de BEAGLE, entre a ARGENTINA e o CHILE;
- o curto conflito armado ocorrido entre o EQUADOR e o PERU.

Apresentar, sumariamente, os antagonismos históricos que participaram das causas desses fatos e concluir assinalando os reflexos desses mesmos fatos no relacionamento daquelas nações com o BRASIL.



# PROJETO RIO

Informe Especial do BNH

**C**erca de 250 mil moradores de 17 favelas situadas ao longo da Avenida Brasil, atingindo os municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias, serão beneficiados pelo Projeto Rio. Para este projeto o Banco Nacional da Habitação já contratou recursos da ordem de Cr\$ 3,4 bilhões, até 31 de abril de 1981.

O Projeto Rio pertence ao Programa de Erradicação da Subabitação (PROMORAR), um programa instituído pelo Governo João Figueiredo, após exposição de motivos do Ministro do Interior, Mário Andreazza, em 1979. O BNH é responsável pelo planejamento, financiamento e execução deste programa, atendendo as populações mais pobres do País, com renda familiar de até três salários mínimos, melhorando suas condições de vida.

Atuando no mesmo espaço onde se localizam as favelas, o Promorar não cria problemas sociais com transferência de famílias para áreas distantes daquelas onde moravam. Quando a transferência é necessária, a nova área fica sempre a poucos metros da anterior, não provocando alteração de hábitos e respeitando a escolha dos moradores.

## O Projeto

Os benefícios aos moradores da área do Projeto Rio, tanto podem significar a construção de novas habitações, quanto a recuperação de habitações, urbanização de toda a área e a instalação de sistemas de abastecimento de água, esgoto e luz, além da construção de equipamentos comunitários como creches, postos de saúde, escolas e centros de recreação e esporte.

Serão criados também parques com grandes áreas verdes.

A recuperação ecológica e ambiental do trecho mais poluído da Baía de Guanabara está entre as finalidades do Projeto Rio. Cerca de 313,5 hectares serão produzidos mediante aterro nesta baía, gerando, além de áreas para a construção de habitações, áreas livres junto à orla, onde se localizarão equipamentos urbanos necessários à população. Uma grande área verde situada na antiga Ilha de Pinheiro, transferida ao BNH pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, será preservada e destinada à construção de centros de recreação e esporte.

A seleção de terrenos destinados à venda para a indústria e o comércio contribuirão para a viabilidade financeira do projeto. Estes terrenos estão localizados em área que margeia a Av. Brasil e a Av. Ribeiro Dantas porque é esta a de maior valor comercial.

Todos os moradores receberão títulos de propriedade de seus imóveis. Muitos deles moram em casas com boas condições de habitabilidade e, por isso, não necessitarão de novas habitações nem de reformas, mas mesmo assim, passarão a ser proprietários dos terrenos que ocupavam irregularmente.

As prestações a serem pagas pelos moradores irão variar em função do poder aquisitivo de cada um e do tipo de moradia escolhido, mas nunca ultrapassarão 10% do salário mínimo vigente, de acordo com as condições do Promorar. Os beneficiários terão o prazo de 30 anos para pagar sua dívida.

No dia 11 de junho de 1981, o Presidente da República, João Figueiredo, entregou títulos de propriedade a moradores de parte da Favela do Timbau. Moradores de casas em boas condições de habitabilidade, eles irão pagar apenas pela posse legal do terreno. Por isso, suas prestações correspondem a apenas 1,2% do salário mínimo vigente e o prazo para pagamento é de 10 anos.

### Executores

Além do BNH, que planeja e financia a obra do Projeto Rio, fiscalizando sua execução, a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (Cehab-RJ) é o agente financeiro e promotor do BNH. O Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) é o responsável pelo aterro e drenagem, além de obras para a instalação de redes de água e esgoto. A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem) realiza levantamentos sócio-econômicos da população.

### Espaço Urbano

O Projeto Rio atinge uma área de 3.359 hectares, que se inicia na Ponta do Caju, no trecho onde começa a Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), no Município do Rio de Janeiro, até um canal de confluência dos rios Iguaçu e Sarapuí, no Município de Duque de Caxias. Tal área foi dividida em duas outras: a Área Prioritária e a Área de Duque de Caxias.

A chamada Área Prioritária, que começa na Ponta do Caju e vai até o Rio Meriti, tem 1.345 hectares. A Área de Duque de Caxias, que começa no Rio Meriti e vai até a confluência dos rios Iguaçu e Sarapuí, tem 2.014 hectares. Cada uma destas áreas está subdividida em setores e estes, por sua vez, abrangem as diversas favelas, conforme gráfico abaixo:

### Habitantes x Habitações

Entre os 250 mil habitantes a serem beneficiados pelo Projeto Rio, destacam-se os 66 mil moradores do Setor da Maré, que abriga 1.346 palafitas. Constituindo-se num dos setores mais pobres do Projeto Rio, a Maré possui 11.908 unidades prediais, servindo a 16.817 famílias. Cerca de 2.400

#### SETORES

#### FAVELAS

ÁREA PRIORITÁRIA

PONTA DO CAJU  
ATERRO DO CAJU

Quinta do Caju  
Parque N. S. da Penha  
Parque S. Sebastião  
Ladeira dos Funcionários  
Parque Vitória  
Parque da Alegria

PINHEIRO

Timbau  
Baixa do Sapateiro  
Parque União  
Nova Holanda  
Rubem Vaz  
Parque da Maré

MARÉ

RAMOS

Roquete Pinto

SÃO SEBASTIÃO

Marcílio Dias

MISSÕES

ÁREA DE  
DUQUE DE  
CAXIAS

PARQUE DUQUE

Dois Irmãos

PARQUE SARAPUI

GRAMACHO

ATERRO SANITÁRIO METROPOLITANO

destas famílias irão receber habitações num setor ao lado da Maré, chamado Pinheiro, aterrado para esta finalidade. As outras permanecerão em novas habitações construídas no próprio setor.

Na Área Prioritária serão construídas 9.531 habitações, assim distribuídas:

#### Setores

Pinheiro	4.272	casas-embrião +
-	2.760	apartamentos
Maré	1.039	casas-embrião +
	1.280	apartamentos
Ramos	<u>180</u>	casas-embrião
	9.531	habitações

As casas-embrião são unidades de uma sala com um banheiro, com pontos de luz e água e esgoto sanitário.

#### Quadra Experimental

Até setembro de 1981 estará concluída a construção de uma quadra experimental, situada no Setor de Pinheiro, na área adquiri-

da pelo BNH do Ministério da Aeronáutica.

Esta quadra terá 193 casas-embrião, sendo que cinco delas terão biroskas (pequenos estabelecimentos para gêneros de primeira necessidade) acopladas. Além destas habitações mistas (habitação + comércio), as casas serão de 12 tipos diferentes, inclusive com cores diferentes.

A quadra experimental será habitada por favelados da área do Projeto Rio e fornecerá a todos os futuros moradores uma idéia exata dos tipos de habitação que serão oferecidos pelo projeto, facilitando sua opção, segundo critério de preferência e de valor das prestações. Proporcionará, assim, uma margem de escolha por parte dos favelados, dentro de suas possibilidades de pagamento. Todos os preços estão calculados de acordo com as diversas faixas de renda verificadas no interior dessa população.



# CARVÃO é independência!

É nesta firme determinação que o Brasil busca o aproveitamento energético de suas reservas carboníferas. Com o carvão nacional, o país substituirá boa parte do petróleo importado concorrendo substancialmente para libertá-lo da imposição de preços que corrompem sua economia e da sujeição a fontes longínquas do combustível exigido pelo seu desenvolvimento. Mas o carvão não está esperando, à flor da terra, que os brasileiros o

apanhem e o lancem nas caldeiras. Uma vasta e complexa operação, envolvendo desde a tecnologia da extração adequação de transportes, desafia os brasileiros. Para responder a este desafio o Ministério das Minas e Energia delegou a difícil missão à Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras. A CAEEB não tem desperdiçado tempo. Uma rede de entrepostos de distribuição de Carvão já se encontra em funcionamento, de

Sudeste a Sui, e vem ampliando estrategicamente toda essa infraestrutura, para que as indústrias consumidoras do Carvão Energético sejam plenamente abastecidas. A CAEEB dispõe de carvão para suprir grande parte do setor industrial brasileiro, propiciando a substituição, até 1985, de considerável parcela de óleo, combustível importado, dentro das metas estabelecidas pelo Ministro das Minas e Energia, Cesar Cals.



Mais de 300 indústrias brasileiras já consomem o carvão energético nacional, comercializado pela CAEEB.

**COMPANHIA AUXILIAR DE EMPRESAS ELÉTRICAS BRASILEIRAS**

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA



## INFORMAÇÕES

### M113 — O TÁXI DO COMBATENTE

**E**m quase 50 países o "M113" tornou-se sinônimo de carro blindado de transporte de pessoal. Mais de 70.000 unidades deste veículo foram produzidas e ele continua ainda em produção, em ambas as fábricas existentes para tal — a fábrica da "FMC Corporation", Divisão de Material Bélico, sediada em SAN JOSE — CALIFÓRNIA, EUA e a da OTO MELARA, na Itália.

O desenvolvimento do veículo básico iniciou-se em 1956 e o produto final encontra-se em serviço em quase todos os tipos de clima e em todos os continentes.

Ele tem sido visto em combate nos Exércitos da AUSTRÁLIA, ETIÓPIA, ISRAEL, KAMPUCHEA, LAOS, LÍBIA, SOMÁLIA, EUA, VIETNAME e REPÚBLICA ÁRABE DO IÊMEN (IÊMEN DO NORTE). O simples fato de que esta viatura opera com êxito, tanto no frio do noroeste da NORUEGA, quanto nos desertos do EGITO e da ARÁBIA SAUDITA, e em terrenos de elevado grau de dificuldades para o emprego de blindados, como os do VIETNAME e do ZAIRE, comprova sua eficiência.

Embora os EUA estejam indo além, desenvolvendo uma viatura blindada de combate para a infantaria, partindo do carro básico de transporte de tropa, muitos dos usuários do M113, conscientes do custo do mesmo, conservarão os seus já bem testados carros básicos, modernizando-os se possível.

O Exército norte-americano já decidiu re-potencializar uma considerável frota de 18000 (dezoito mil) M113 e M113A1 (versão com motor Diesel), transformando-os em M113A2. Contudo, seria conveniente ressaltar que existem veículos padrão M113A2 sendo produzidos, desde a linha de montagem, já nesta versão modernizada.

Nesta versão (M113A2), está sendo aumentado o espaço destinado ao transporte da

guarnição, como resultado da retirada do reservatório de combustível, que estava situado dentro desse compartimento, e sua substituição por dois reservatórios blindados a serem cofláveis, também propiciou-se uma vantagem adicional à nova versão, qual seja, o aumento da probabilidade de sobrevivência da guarnição do carro.

É intenção dos EUA, adotar outras modificações visando melhorar a suspensão do carro. Assim, novas barras de torsão vêm sendo desenvolvidas e aumentada a distância entre a polia tensora posterior e o solo.

Muito esforço tem sido dispensado, também, no aperfeiçoamento do sistema de propulsão.

O M113 original era dotado de um motor a gasolina Chrysler 75 MP — V-8; o M113A1, é dotado de um motor Detroit Diesel 6V53 da GMC, o qual é ainda empregado em outras versões do carro básico, tais como o M106A1, o M125A1 e o M577A1 (veja o quadro da família M113).

O M113A2 caracteriza-se por um motor cujo sistema de arrefecimento foi aperfeiçoado, tendo-se modificado o posicionamento do radiador e da ventoinha. Através do artifício de manter o compartimento do motor a uma pressão ligeiramente inferior à atmosférica, o novo sistema de arrefecimento evita a penetração dos gases provenientes da combustão no compartimento de guarnição.

Algumas tentativas vêm sendo levadas a efeito com o motor Diesel existente, no sentido de dotá-lo de turbo-compressor para o sistema de alimentação, o qual oferece um utilíssimo aumento de 28 por cento de potência — 275 Hp ao invés dos usuais 215 Hp.

Para os usuários do M113, versão básica, com motor a gasolina, a firma alemã-occidental Flensburger Schiffsbau oferece um conjunto de modificações constituído pelo motor Diesel GV53, turbo alimentado, conectado à transmissão TX-100-1A, aperfeiçoada, conjunto este que é utilizado presentemente na re-

potencialização da frota de M113 pertencentes ao Exército da ALEMANHA FEDERAL. A companhia oferece os mesmos serviços a clientes estrangeiros, os quais podem escolher entre remeter suas viaturas para repotencializá-las na firma ou solicitar a realização da conversão a domicílio.

### A FAMÍLIA M113

Sigla	Emprego
M113/M111A1	Viaturas básicas Transp. pessoal
M106/M106A	Viaturas Transp. Morteiro 4,2mm
M125/M125A1	Viaturas Transp. Morteiro 81mm
M163	Viaturas Art AAé AP - Vulcan 20mm
M132/M132A1	Viaturas Lança Chamas
M548	Viaturas Transp. carga
M577/M577A1	Viaturas Posto de Comando
M806/M806A1	Viaturas de Socorro
M901	Viaturas aperfeiçoadas para reboque

### NAVIOS PARA CABOTAGEM

**A** Petrobrás assinou cartas de intenção para construção de nove navios, todos com 18 mil toneladas de porte bruto, com os estaleiros Indústrias Reunidas Caneco S.A.; Engenharia de Máquinas S.A. - Emaq e Ishikawajima Estaleiros do Brasil S/A.

Os navios destinam-se ao transporte de derivados de petróleo e integram o Programa Especial de Apoio à Construção Naval, que visa a substituição gradativa dos navios de bandeira estrangeira na cabotagem. O Programa será implantado, em sua fase inicial, através de em-

préstimo no valor de US\$ 100 milhões contratado pela Petrobrás com um grupo de bancos comerciais franceses.

Para transporte de produtos escuros (óleos combustíveis) serão construídos três navios pelos estaleiros Caneco e três pela Emaq. São estas suas características principais: comprimento total: 160,9 metros; boca: 26 m; pontal: 11,8 m; calado: 7,9 m; velocidade: 13,7 nós. Três outras embarcações, para produtos claros (gasolina, óleo diesel e GLP) serão fabricados pela Ishikawajima. Terão 161 metros de comprimento, boca de 23,4 m; pontal de 12,8 metros, 7,92 metros de calado e velocidade de 13,7 nós.

Além desses petroleiros, o Programa de Apoio à Construção Naval da Petrobrás inclui a construção de mais 19 navios: sete para transporte de petróleo, com 80 mil tpb; três para produtos escuros e petróleo, com 28.500 tpb; três com 25.200 tpb para produtos claros e álcool; dois para transporte de 6 mil m<sup>3</sup> de GLP; dois para produtos escuros, com 18 mil tpb e dois para produtos claros, também com 18 mil tpb de capacidade.

### DIPLOMA DE MAIOR ARMADOR

**A** Petrobrás recebeu pela oitava vez, o diploma concedido pelo Instituto de Estudos de la Marina Mercante Iberoamericana ao armador que incorpore mais tonelage nova à sua frota, pela adição em 1980, de 340.394 toneladas de arqueação através da Fronape - Frota Nacional de Petroleiros. Esta tonelage compreende os navios Maruim, Mafra, Diva, Dilya, Maísa e Felipe Camarão, entregues à companhia por diversos estaleiros no ano passado, e equivale a 601.356 tpb.

Segundo os cálculos do Instituto, a tonelage acrescentada à frota da Petrobrás representa cerca de 39% de toda a tonelage incorporada pelas frotas mercantes dos países de América Latina para o transporte de hidrocarbonetos. Em segundo lugar ficou a Pemex Petroleos Mexicanos, com três navios, totalizando 98.012 toneladas de arqueação.



## LIVROS

**PETRÓLEO — Mola do Mundo.** Peter R. Odell. Trad. de Miécio Araújo Jorge Honkis. São Paulo, Record, s. d.

**V**ivemos nestes dias em função do petróleo e dos preços que os países da OPEP resolvem impor ao resto do mundo, ora como arma política, ora por cobiça visando a maiores lucros, mas sempre com repercussões a que nenhum país consumidor está imune.

Certos eventos tornaram-se símbolos de uma época. A detonação do primeiro artefato nuclear marcou o advento da era atômica, assim como a chegada do homem à lua inaugurou a era espacial. O presente livro é um esforço bem-sucedido de examinar a nova estrutura do mundo já não mais sob o signo do átomo ou do espaço, mas a partir dos parâmetros do petróleo. Representa uma inteligente e oportuna resenha da indústria petrolífera, juntamente com a reunião de uma diversidade de fatos geográficos, políticos e econômicos com ela relacionados.

A indústria do petróleo é a maior do mundo, não só em extensão, mas também em importância. Todas as questões internacionais, das menores às maiores, são influenciadas direta ou indiretamente pela produção, pelo consumo e comércio do petróleo.

Neste livro, Peter R. Odell explica as complexidades desse gigantesco império e a influência que ele exerce na vida das nações. Há capítulos sobre os EUA, a URSS, os países produtores de petróleo, a Europa Ocidental e os países consumidores de petróleo do Terceiro Mundo e daqueles da órbita soviética.

O autor concluiu os originais em janeiro de 1970, editando-o naquele mesmo ano. Desde então têm acontecido nessa área não somente fatos normais no que concerne a novas descobertas, aumento da produção e de demanda, como ainda uma série de acontecimentos traumáticos que solaparam, quase que completamente, os padrões internacionais da economia.

O texto básico continuou válido mesmo após a grande crise que se seguiu a 1973. Mas os contornos que a crise assumiu posteriormente, obrigaram o autor a acrescentar à 3ª edição um novo capítulo — "O MUNDO DO PODER DO PETRÓLEO EM 1974" —, que tentou dar uma perspectiva das alterações em processamento e apontar novas opções. Além desse capítulo, a edição brasileira inclui pequenas alterações nos capítulos 1 a 8 e a completa refusão do capítulo 90, tal como foi reescrito pelo autor.

**PETRÓLEO — Mola do Mundo** fará com que nossos leitores compreendam melhor uma das crises mais graves que já se abateram sobre a civilização e que, no momento que passa, assume dimensões de uma ameaça global cujo desfecho ainda não pode ser previsto com precisão.

**ANATOMIA DA SUBVERSÃO — Volumes I e II.** Thomas T. Hammond. Trad. de Luiz Corrêa. Rio, Editora Artenova, 1975.

**A** análise sistemática do fenômeno marxista progrediu rapidamente durante as últimas décadas. Mas, os estudiosos ainda preferem concentrar-se num único país ou, quando muito, numa certa parte do mundo. Tal preferência demonstra que os estudos comparativos abrangentes do comunismo encontram-se ainda no estágio da infância. Assim, embora existam muitos especialistas sobre a União Soviética, China Comunista, Europa Oriental ou sobre os partidos comunistas na América e Europa Ocidental, são poucos os analistas competentes fora dessas áreas geográficas. Essa situação torna-se mais evidente com o fato de que o livro aqui em exame — **ANATOMIA DA SUBVERSÃO** — é o primeiro a tratar em profundidade de todos os matizes e métodos de expansão do comunismo em todas as partes do mundo, desde 1917 até aos nossos dias.

A tentativa para cobrir um assunto tão amplo implicou um projeto ambicioso que não

poderia ter sido realizado sem a cooperação de muitos estudiosos em várias partes do mundo. Na verdade, este livro é um esforço internacional cujos autores representam, tanto por nascimento como por longa residência, os seguintes países: Inglaterra, EUA, Alemanha, França, Áustria, Albânia, Grécia, Romênia, Bulgária, Hungria, Tcheco-Eslôvaquia, Irã, Coreia do Sul, Cuba, Vietnã e Brasil.

Por motivos de espaço (já é uma obra volumosa), o coordenador Thomas T. Hammond recomendou aos co-autores que não tratassem longamente dos antecedentes históricos e das modificações introduzidas pelos comunistas após a conquista do poder. Em lugar disso e fiel ao título — A ANATOMIA DA SUBVERSÃO — encareceu que se concentrassem no assalto real ao poder, dando destaque especial às estratégias que foram utilizadas para alcançar esse objetivo.

Este livro surgiu de um seminário sobre assuntos internacionais tendo como um dos organizadores o Prof. Thomas T. Hammond, do Campus Avançado da Universidade de Oklahoma em Munique, na Baviera. Doze de seus capítulos foram, originariamente, preparados para aquele seminário. Mais tarde, sob o patrocínio do Instituto de Estudos Soviéticos dos EUA, foi decidido estender a análise a todas as áreas do mundo em que o comunismo fracassou, conquistou o poder ou desenvolve legalmente ou não atividades políticas. Entre os capítulos acrescentados posteriormente figura um ensaio de autoria do general brasileiro Ferdinando de Carvalho. Embora a orientação, bem como a seleção dos autores e temas coubessem ao Prof. Thomas T. Hammond, a uniformidade estilística e o preparo dos originais ficou a cargo do Prof. Robert Farrel, Diretor do Instituto de Estudos Soviéticos dos EUA.

O objetivo básico desta obra em dois volumes é analisar os sucessos e fracassos do Movimento Comunista Internacional nas diferentes partes do mundo e facilitar um estudo comparativo das táticas comunistas que, numa grande variedade de circunstâncias, diferiam de um país para outro e também diferiam conforme a época. Mais de um terço dos capítulos trata em parte ou unicamente de tentati-

vas mal sucedidas ou de grupos comunistas que depois de empolgarem o poder o perderam. Esse destaque para os fracassos parece apropriado, já que a crônica do comunismo não tem sido, de forma alguma, uma série de sucessos indiscutíveis. Aliás, é maior o número das derrotas do que de vitórias.

Um outro problema analisado exaustivamente pelos autores desta obra é distinguir entre as revoluções espontâneas e as impostas e, entre essas duas categorias, identificar aquelas que foram vitoriosas e as que fracassaram.

A mais impressionante conclusão que surge dessa pesquisa sobre os assaltos comunistas é que a força militar tem sido a chave do sucesso em quase todos os casos e isso geralmente significa a intervenção do exército soviético. De um total de 22 casos estudados a partir de 1917, em 15 o Exército Vermelho teve alguma participação e nos demais foi fator decisivo. Onde os soviéticos não participaram, as forças armadas do país desempenharam esse papel. Assim, pode-se dizer que as forças armadas foram as artífices do sucesso em todos os casos em que os comunistas não apenas conquistaram o poder, como ainda conseguiram manter-se nele. Portanto, a maioria dos governos comunistas atualmente no poder emergiram de uma política de força e não de revoluções nacionais.

Consideradas dentro desse contexto, as conquistas comunistas merecem estudo como exemplos, não de uma teoria de transformação histórica e sim de uma técnica de assalto ao poder que sai vitoriosa quando certos fatores estão presentes e outros ausentes nas várias situações revolucionárias. É desse assunto que se ocupam os ensaios deste livro.

Acreditamos terem sido alcançados os objetivos desta obra de autoria coletiva que basicamente visa a facilitar um estudo comparativo da flexível estratégia do Movimento Comunista Internacional e, por extensão, aumentar nossa capacidade de avaliar suas possibilidades futuras. É, assim, uma espécie de guia para todos aqueles que, por dever de função ou simples patriotismo, estejam acompanhando atentamente as perniciosas atividades desses inimigos da Democracia.

# Cimento, base de desenvolvimento.



Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

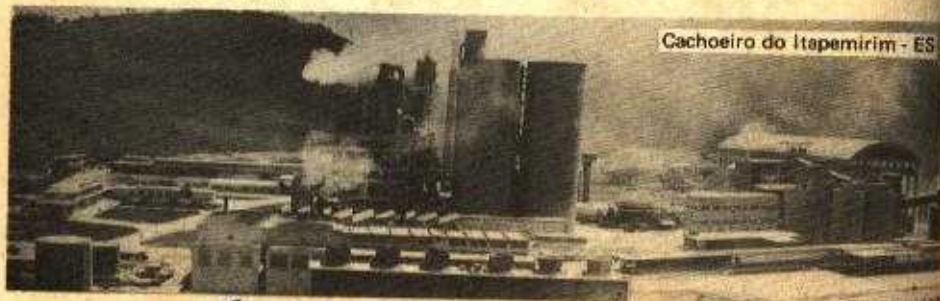
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim—ES e a outra em Capão Bonito—SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio-X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



Cachoeiro de Itapemirim - ES

NASSAU

**GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS**

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro de Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP